

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: políticas de
desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro
(Iranduba-AM)

GLAUBÉCIA TEIXEIRA DA SILVA

MANAUS
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

GLAUBÉCIA TEIXEIRA DA SILVA

TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a) em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

Orientadora: Profa. Dra. Elenise Faria Scherer

MANAUS
2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586t Silva, Glauécia Teixeira
Turismo em comunidades tradicionais : políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM) / Glauécia Teixeira Silva. 2016
282 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Elenise Faria Scherer
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

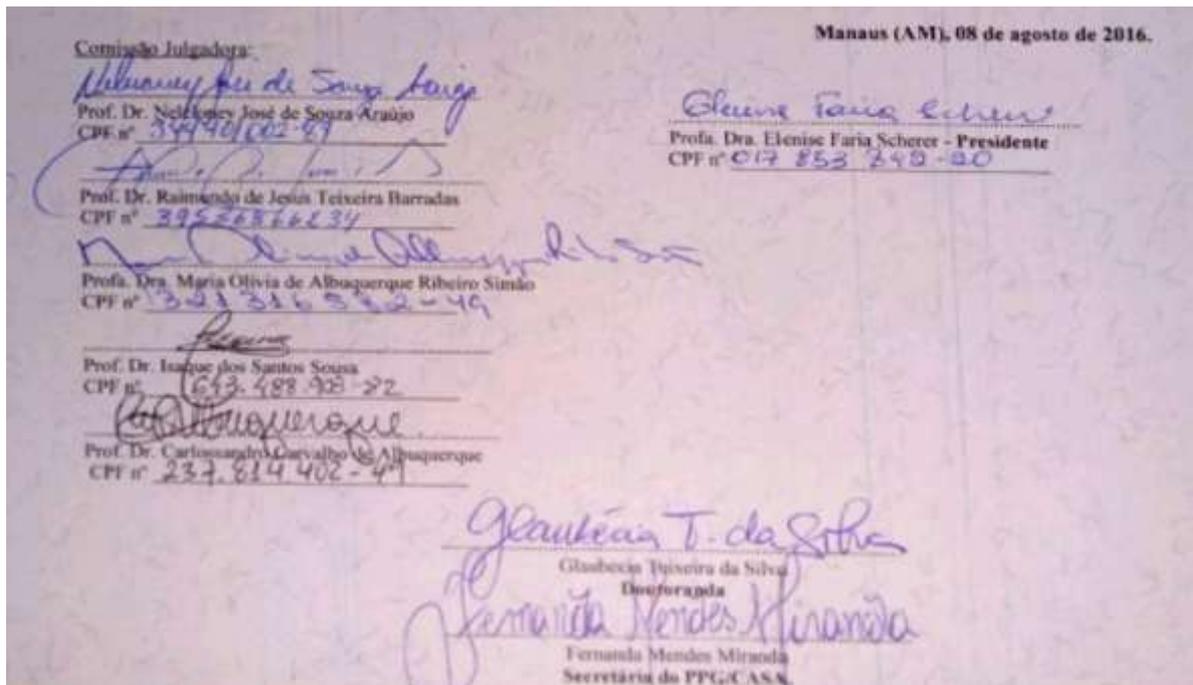
1. Turismo sustentável. 2. Unidades de Conservação. 3. Comunidades tradicionais. 4. Terceiro setor. 5. Participação. I. Scherer, Elenise Faria II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

GLAUBÉCIA TEIXEIRA DA SILVA

TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a) em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

Aprovada em 08 de agosto de 2016.



Dedico esse trabalho aos moradores das comunidades tradicionais Saracá, Inglês e Tumbira, cuja simplicidade, fé, alegria, força, perseverança e intensa simbiose com a natureza são exemplos para mim.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada de pouco mais de quatro anos, foram grandes os esforços para chegar até aqui. Muitas renúncias, muito aprendizado, grandes descobertas, muita resiliência e um grande desejo de vencer. A caminhada não foi solitária, por isso quero agradecer antes de tudo ao bom Deus, que me acompanhou, protegeu, consolou e abençoou todas as vezes que a Ele recorri.

Agradeço a minha orientadora Prof^ª Dr^ª Elenise Faria Scherer, pelos ensinamentos e por me mostrar quão engrandecedora é a experiência de ver o mundo com outras lentes e por ampliar meus horizontes.

Ao Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade e ao Prof. Dr. Henrique Pereira, competente coordenador do PPG/CASA e a todo o corpo docente, por compartilhar experiências e instigar novos conhecimentos.

Aos técnicos administrativos da Ufam, Fernanda e Carlos Augusto (Tijolo), por todo o incentivo e apoio.

À Universidade do Estado do Amazonas e à Escola Superior de Artes e Turismo, na qual sou lotada como professora assistente, por permitirem meu afastamento durante o último ano do doutorado.

Às pessoas maravilhosas das comunidades Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, por acreditarem no meu trabalho, pela hospitalidade ao receber-me nas suas casas e locais de trabalho, por compartilharem as inquietações, sonhos, alegrias, conquistas e por contribuírem na construção dessa tese.

À Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA) e ao Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), por autorizar a pesquisa na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro e prestar as informações solicitadas.

Ao Prof. Dr. Nelcione José de Souza Araújo pelas contribuições que nortearam os caminhos da pesquisa, pelas indicações de leituras e o material compartilhado, e ao Prof. Dr. Roberto Bartholo, por todas as orientações e esclarecimentos na ocasião da qualificação.

Ao Prof. Dr. Raimundo de Jesus Teixeira Barradas, por compartilhar seus conhecimentos filosóficos e me auxiliar na compreensão da alteridade e ética, pelo seu incentivo, confiança, disponibilidade e amizade.

À amiga Susy Simonetti por compartilhar equipamentos para a pesquisa de campo, textos e informações sobre o turismo em Iranduba, pelo cuidado comigo e por sempre oferecer-me palavras de conforto, incentivo e confiança. À Cristiane Barroncas por sempre disponibilizar materiais e dados, pela generosidade, parceira, incentivo e amizade.

Ao Projeto Nova Cartografia Social, na pessoa do Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, por compartilhar dados, livros, mapas e todo material solicitado durante o período de construção dessa tese.

Aos amigos-professores e funcionários da Escola Superior de Artes e Turismo da UEA pelo incentivo e apoio em todos os momentos dessa trajetória, particularmente enquanto estive a frente da coordenação do Curso de Turismo.

Aos meus colegas de doutorado, pelos momentos de aprendizado, de descontração e por todo o incentivo, especialmente, à amiga Silvânia Silva, por compartilhar as angústias, tristezas, alegrias, conquistas e aprendizados, agradeço imensamente.

Aos meus filhos Matheus e Marcella, meu esposo Carlos Alberto, que em todos os momentos estiveram ao meu lado, dando-me apoio, compreensão, incentivo e muito amor. Ao meu pai José Ferreira da Silva por me ensinar que o conhecimento é o bem mais valioso. À minha irmã Gláucia por todo o apoio. Ao meu sogro Sr. José Roberto Ribeiro Pinto (*in memoriam*), sempre entusiasta das minhas conquistas. Aos demais familiares, os de perto e os de longe, que torceram por mim. Muito obrigada!

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para
entender o significado terrível de uma sociedade opressora?
Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem
mais que eles para ir compreendendo a necessidade de
libertação?

Paulo Freire

RESUMO

Nesta tese, pretendeu-se analisar o processo de territorialização do turismo como estratégia de gestão territorial e ambiental nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Amazonas. Especificamente, os objetivos se desdobram em identificar o histórico da territorialização em áreas protegidas e os conflitos socioambientais decorrentes das políticas governamentais; identificar o processo de ocupação humana e os usos sociais das paisagens, bem como aqueles forjados pelos ciclos econômicos; caracterizar o papel do Estado e do terceiro setor nas políticas governamentais de turismo; apreender os mecanismos de participação social dos moradores das comunidades tradicionais nas políticas governamentais pertinentes ao turismo; e caracterizar as territorialidades humanas, a alteridade e o papel do turismo no desenvolvimento local das comunidades. A pesquisa é qualitativa, combinada com os métodos fenomenológico, hermenêutico e dialético, o que possibilitou o aprofundamento à análise do fenômeno turístico na realidade das comunidades tradicionais. Os territórios de uso das três comunidades estão imbricados nos limites de duas Unidades de Conservação (UCs), uma de proteção integral e outra de uso sustentável, face ao caráter restritivo, em maior ou menor grau, novas territorialidades humanas foram desenvolvidas. A rica biodiversidade e as potencialidades sociais despertaram o interesse pela ocupação do Baixo Rio Negro desde o período colonial, passando por ciclos econômicos de exploração dos recursos naturais e da paisagem sem necessariamente retirar da situação de precariedade as comunidades tradicionais desse território. As pressões dos movimentos ambientalistas em prol do desenvolvimento sustentável culminaram com a criação de políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas nessa região. Tais políticas facilitaram a atuação das organizações do terceiro setor, particularmente as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado (OSCIPs), na condução do turismo em UCs, cuja versão sustentável é posta como panaceia capaz de promover inclusão social, geração de renda e conservação ambiental. As Oscips atuam suplementarmente ao Estado na implementação de políticas governamentais e, embora suas agendas almejem o desenvolvimento do turismo sustentável por meio do ecoturismo e do Turismo de Base Comunitária (TBC), o processo político apresenta-se alheio às demandas sociais, contrariando os princípios da sustentabilidade (econômica, social e ambiental). O discurso ambientalista utiliza-se da linguagem ideologizada para gerar aceitação e reduzir as possibilidades de conflituosidade e insatisfação social, culminando no movimento contrainsurgente de cooptação das comunidades tradicionais e dominação das organizações de base com vistas a dissimular interesses extracomunitários por trás da dita gestão participativa. Os moradores das UCs são alijados das instâncias decisórias das políticas governamentais de turismo, relegados a meros legitimadores, enquanto os arranjos institucionais e as parcerias público-privadas promovem relações assimétricas de poder e retroalimentam a situação de dependência de forças exógenas para estimular o desenvolvimento local. As políticas governamentais, seus instrumentos e agentes de implementação coadunam-se na perpetuação da lógica da dominação do capital financeiro em detrimento das territorialidades humanas e da questão alterativa – o reconhecimento das faces das vítimas (moradores) – e são notadamente alicerçadas nas desigualdades sociais.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Unidades de Conservação. Comunidades tradicionais. Terceiro setor. Participação.

ABSTRACT

In this thesis the aim was to analyze the process of territorialization of the Tourism as an strategy of the territorial and environmental management in the local communities called *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira*, *Santa Helena do Inglês* and *São Sebastião do Saracá*, as well in the Reserve of Sustainable Development of the *Negro* River, in the State of Amazonas. Specifically, the objectives of this work are to identify the historic of the territorialization in protected areas and also the social environmental conflicts arising from governmental policies. Similarly, this work aims to identify the process of human occupation and the social uses of landscapes; as well as those were forged by economic cycles; at the same time, it targets to characterize the role of the State and the Third Sector in the Governmental Policies of Tourism; to seize the mechanism of social participation of people living in traditional communities in the governmental policies related to Tourism; and finally to characterize the human territorialities, the otherness and the role of Tourism in the local development of the communities from the low *Negro* river. The research is considered qualitative combined with phenomenological, hermeneutic and dialect methods. This fact allowed the deepening about the analysis of the touristic phenomenon in the reality of the traditional communities. The use of territories of those three communities are imbricated in the limits of two Protected Areas (PAs), one of them is the integral protection and the other is the sustainable use due to the restrictive character, in larger or smaller degree, new human territorialities were developed. The rich biodiversity and its social potentialities awakened the interest for the occupation of the low *Negro* river since the colonial period passing by the economic cycles of exploitation of natural resources and landscape without necessarily taking out the traditional communities from the precariousness situation of that territory. The pressures of the environmentalist organizations, to support the sustainable development, have finished with the creation of neoliberal policies which were implemented during the last decades in this region. Such policies have facilitated the participation of organizations from the Third Sector, particularly the Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) leading the Tourism in the PAs which sustainable version is presented as a panacea able to promote social inclusion, income generation and environmental conservation. The OSCIPs act additionally to the State in the implementation of governmental policies and, though their schedules want to reach the development of the sustainable tourism through the Ecotourism and the Community-Based Tourism (CBT). The political process has become oblivious to social demands, in opposite to the principles of sustainability (economic, social and environmental). The environmentalist discourse uses an ideologized language to generate acceptance, and to reduce the possibilities of conflicts and social dissatisfaction, ending up in the counterinsurgent of cooptation of the traditional communities and the domination of grassroots organizations in order to dissimulate the extra communitarian interests behind the participative management. People from the PAs are excluded from the operative instances of the Governmental Policies of Tourism, it was granted to ordinary validators. While the institutional arrangements and the public-private partnerships promote asymmetric relationships of power and feedback the circumstance of dependence of exogenous forces to encourage the local development. The governmental policies, their instruments, and agents of implementation unify the perpetuation of the logic of financial capital domination in contrast of human territorialities and alterative subject – the recognition of the victims' faces (people from community) – is notably grounded in the social inequalities.

Key-words: Sustainable Tourism. Protected Areas. Traditional Communities. Third Sector. Participation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AANA	Associação dos Artesãos de Novo Airão
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ACSRN	Associação Comunitária Sustentável do Rio Negro
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo
APA	Área de Proteção Ambiental
APNA	Associação de Pescadores de Novo Airão
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASVAM	Associação Social Voluntária Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCA	Corredor Central da Amazônia
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CTI	Comissão de Turismo Integrada
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMAMTUR	Empresa Amazonense de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estação Ecológica
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FLONA	Floresta Nacional
FOPEC	Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Município de Manaus, Rio Negro, Rio Amazonas, AM 010 e BR 174
FTI	Fundo de Fomento ao Turismo e Interiorização do Amazonas
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IDSMM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
IECAM	Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPI	Instituto Piagaçu-Purus
ISA	Instituto Socioambiental
IUCN	Comissão Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da União Internacional de Conservação da Natureza
MBRN	Mosaico do Baixo Rio Negro
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
NCS	Núcleo de Conservação e Sustentabilidade
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAREST	Parque Estadual
PARNA	Parque Nacional
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PBF	Programa Bolsa Floresta
PDS	Programa de Desenvolvimento Sustentável
PEUP	Plano Emergencial de Uso Público
PIM	Polo Industrial de Manaus
PIN	Plano de Integração Nacional
PIR	Projeto Primeira Infância Ribeirinha
PNDPA	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
PNE	Política Nacional do Ecoturismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG-7	Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PROECOTUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REDTURS	Rede de Turismo Sostenible Comunitario
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Nacional
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUSAM	Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas

SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TBC	Turismo de Base Comunitária
TI	Terras Indígenas
TIES	The International Ecotourism Society
TRC	Turismo Rural Comunitário
TUCORIN	Turismo Comunitário no Rio Negro
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
WWF	World Wildlife Fund

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da RDS do Rio Negro	17
Figura 2 – Mosaico das Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro.....	18
Figura 3 – Praia do Parque Nacional de Anavilhanas	57
Figura 4 – Paisagem do Igarapé do Tumbira na cheia	58
Figura 5 – Paisagem do Igarapé do Tumbira na seca	59
Figura 6 – Localização das Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá.....	62
Figura 7 – Mapa da área do Manairão no Baixo Rio Negro.....	64
Figura 8 – Vista aérea da Comunidade São Sebastião do Saracá.....	66
Figura 9 – Distribuição espacial das residências na Comunidade Saracá	66
Figura 10 – Abastecimento de água	69
Figura 11 – Igreja São Sebastião	70
Figura 12 – Quiosque de apoio aos eventos da comunidade	71
Figura 13 – Escola Municipal São Sebastião	71
Figura 14 – Unidade Demonstrativa de Produção Integrada de Plasticultura e Orgânico	72
Figura 15 – Projeto Horta em Casa na Comunidade Saracá.....	73
Figura 16 – Pesca artesanal às margens do Rio Negro.....	74
Figura 17 – Utilização de malhaderia na pesca	74
Figura 18 – Artesanato em madeira.....	75
Figura 19 – Pintura em tela.....	75
Figuras 20 a e b – Artesanatos produzidos com sementes e fibras.....	76
Figura 21 – Partida de futebol	77
Figura 22 – Restaurante comunitário Encanto do Saracá.....	77
Figura 23 – Vista aérea da Comunidade Santa Helena do Inglês	78
Figura 24 – Igarapé do Inglês	79
Figura 25 – Escola Municipal Santa Helena	80
Figura 26 – Transporte escolar	81
Figura 27 – Igreja de São Francisco na Comunidade Santa Helena.....	84
Figura 28 – Cartaz de divulgação da Festa de São Francisco	85
Figura 29 – Centro Social Santa Helena.....	85
Figura 30 – Campos de futebol na Comunidade Inglês.....	86
Figura 31 – Torneio de futebol da RDS do Rio Negro.....	86

Figura 32 a e b – Casa de farinha na Comunidade Santa Helena do Inglês	87
Figura 33 – Pousada Vista Rio Negro	88
Figura 34 – Vista aérea da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira	90
Figura 35 – Mapa cognitivo representativo da Comunidade Tumbira	90
Figura 36 – Centro Social da Comunidade Tumbira	92
Figura 37 – Horta da Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy	93
Figura 38 – Posto de Saúde Dorothea Braga	94
Figura 39 – Festejos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	95
Figura 40 – Escola Municipal Santa Rita	96
Figura 41 – Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy	96
Figura 42 – Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Agnello Uchôa Bittencourt	97
Figura 43 – Dificuldade de locomoção durante a seca do Rio Negro	98
Figura 44 – Moveleira produzida na Comunidade Tumbira	99
Figuras 45 a e b – Artesanato produzido com cipós, fibras e madeira	100
Figura 46 – Produção de farinha na comunidade Tumbira	100
Figura 47 – Pousada do Garrido	101
Figura 48 – Praia do Iluminado	102
Figura 49 – Cachoeira do Tumbira	102
Figura 50 – Mapa cognitivo das estruturas comunitárias	103
Figura 51 – Arquipélago de Anavilhanas na seca	107
Figura 52 – Arquipélago de Anavilhanas na cheia	108
Figura 53 – Mapa do Corredor Central da Amazônia	120
Figura 54 – Mapeamento dos atrativos turísticos do Parna de Anavilhanas entre Novo Airão e Manaus	126
Figura 55 – Estágio de desenvolvimento turístico dos destinos da Amazônia Legal	152
Figura 56 – Esquema de comercialização dos roteiros turísticos no Baixo Rio Negro	187
Figura 57 – Folheto de divulgação dos roteiros RDS Rio Negro e Tucorin	194
Figura 58 – Lançamento do Roteiro RDS Rio Negro	196
Figura 59 – Reunião da Associação-Mãe da RDS do Rio Negro, na Comunidade Saracá	203
Figura 60 – Uso das redes sociais na divulgação do turismo na comunidade Tumbira	229
Figura 61 – Placa de sinalização do sistema de trilhas integradas	231
Figura 62 – Banho de rio dos moradores	232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ciclo hidrológico do Rio Negro	58
Quadro 2 – Divisão das Comunidades por Polos na RDS do Rio Negro	61
Quadro 3 – Moradores da comunidade Saracá conforme o gênero, idade e estado civil	68
Quadro 4 – Moradores da comunidade Inglês conforme o gênero, idade e estado civil	79
Quadro 5 – Moradores da comunidade Tumbira conforme o gênero, idade e estado civil	92
Quadro 6 – Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro	124
Quadro 7 – Macroprogramas do Plano Victória Régia	156
Quadro 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Baixo rio Negro	161
Quadro 9 – Incidência de pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Manaus	161
Quadro 10 – Organismos do terceiro setor atuantes com o turismo no Baixo Rio Negro	168
Quadro 11 – Principais investimentos em capacitações voltados ao turismo	177
Quadro 12 – Segmentos prioritários nos polos turísticos do Amazonas	183
Quadro 13 – Investimentos em infraestrutura turística na RDS do Rio Negro	190
Quadro 14 – Instituições participantes do Fórum Permanente de Turismo de Base Comunitária no Rio Negro.	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de áreas protegidas no Estado do Amazonas	36
Tabela 2 – Unidades de Conservação no Amazonas de 1989 a 2000	37
Tabela 3 – Área das UCs do Estado do Amazonas por categoria de uso.....	37
Tabela 4 – Benefícios e programas de transferência de renda	213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ÁREAS PROTEGIDAS	35
1.1 GÊNESE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAZONAS	35
1.2 ECOTURISMO NO CONTEXTO DA GESTÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO	42
1.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONTRAFLUXO DO TURISMO CONVENCIONAL	47
1.4 O LUGAR DA PESQUISA	56
1.4.1 Comunidade São Sebastião do Saracá.....	65
1.4.2 Comunidade Santa Helena do Inglês	78
1.4.3 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira	89
2 RIO NEGRO, O RIO CÊNICO E DAS EXPÊRIÊNCIAS CIENTÍFICAS	105
2.1 PAISAGENS DO RIO NEGRO: as águas escuras e a beleza cênica.....	105
2.2 RIO NEGRO DOS VIAJANTES E CIENTISTAS	108
2.3 AMBIENTALIZAÇÃO DO RIO NEGRO: o Corredor Ecológico Central, as áreas protegidas e o Ecoturismo	118
3 AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS DE TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O DITO E O NÃO DITO	132
3.1 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE TURISMO: novos discursos e velhas práticas.....	132
3.2 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE TURISMO NO AMAZONAS.....	145
3.3 PRODUÇÃO TERCEIRIZADA DO TURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS: a territorialização multifacetada do terceiro setor	163
4 TURISMO E TERRITORIALIDADES HUMANAS NO BAIXO RIO NEGRO..	180
4.1 O MERCADO TURÍSTICO E A INSERÇÃO DAS COMUNIDADES DO BAIXO RIO NEGRO NOS ROTEIROS OFICIAIS	180
4.2 ALTERIDADE E PROTAGONISMO NAS REDES DE ARTICULAÇÃO INTRA E EXTRA-COMUNITÁRIA.....	197
4.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: as novas práticas socioespaciais nas comunidades Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira.....	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
REFERÊNCIAS.....	241
ANEXOS.....	260
APÊNDICES	266

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica considerada como importante instrumento de desenvolvimento de localidades com potencial turístico. Esta prática social inventada promove ao mesmo tempo acúmulo de riqueza e exclusão social, daí o seu duplo papel, altamente contraditório que precisa ser melhor entendido. A relação socioespacial que enseja é de natureza dialética, uma vez que há promoção de uma comunicação ativa com o mundo, lugares e paisagens do território e também com outros indivíduos, possibilitando a transformação não somente do ambiente, mas também do próprio turismo.

O turismo realizado nas comunidades tradicionais promove alterações nem sempre positivas na dinâmica social destas localidades. A implantação dos programas e projetos de desenvolvimento turístico tem atenuado os conflitos socioambientais de múltiplas causas, dentre eles, o incipiente protagonismo dos principais interessados no turismo, os moradores destas localidades.

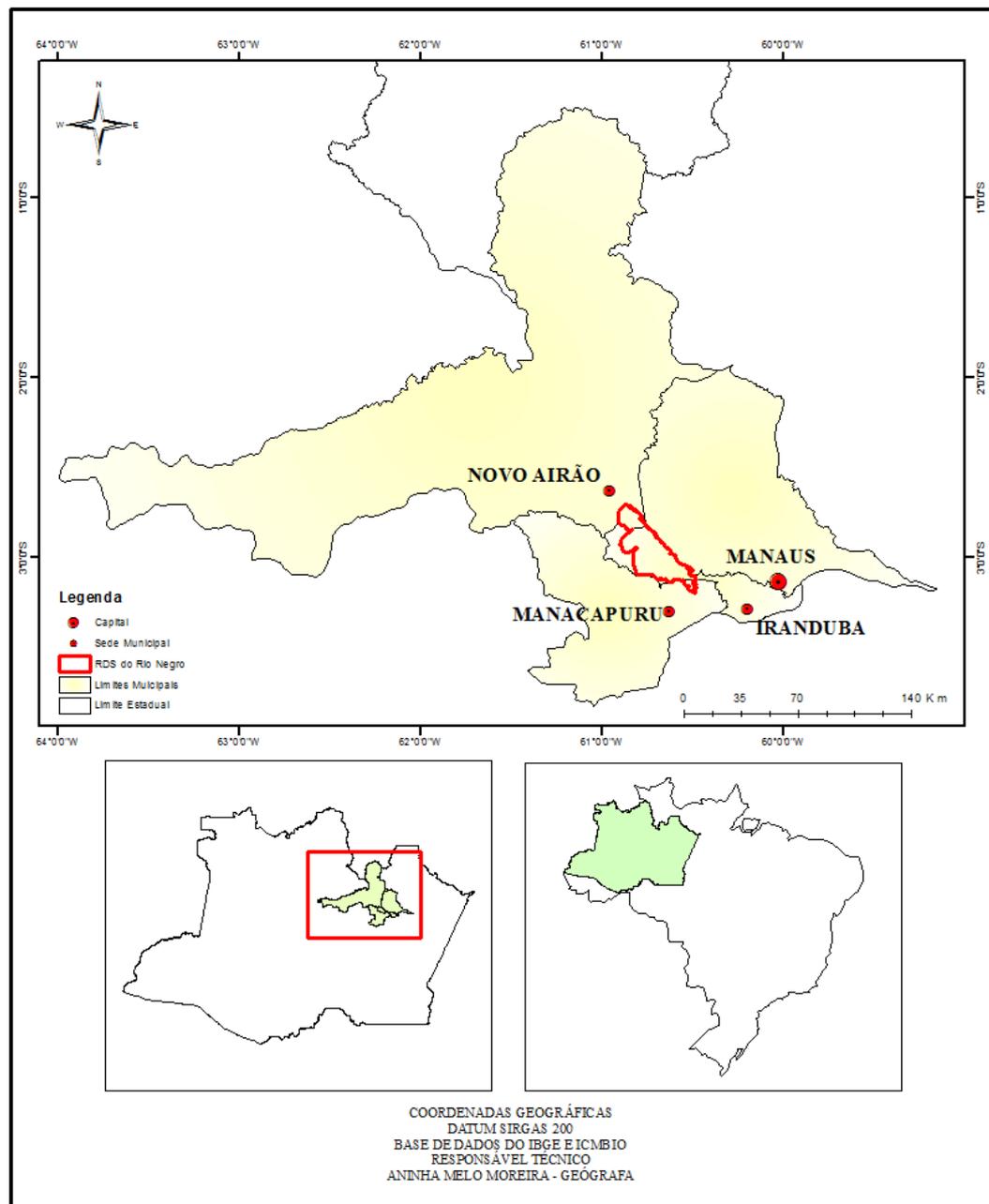
Os estudos que embasam a presente tese concentram-se na análise das territorialidades humanas promovidas a partir da implantação das políticas governamentais de turismo conduzidas pela Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR) e organismos do terceiro setor¹, com destaque para a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), complementadas pelas políticas ambientais voltadas para a Amazônia, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Pioneiras na implantação de políticas de turismo nas Unidades de Conservação (UCs) no Amazonas, tais instituições apresentam caráter controverso face às necessidades de manutenção dos recursos naturais e a valorização das comunidades tradicionais², cujos territórios foram transformados em áreas protegidas, enquanto consolida a dependência do capital financeiro nacional e internacional por meio dos projetos por este financiados. A pesquisa foi realizada nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá, localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do

¹ termo construído a partir de um recorte neopositivista do social em esferas: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor), este último viria atender às demandas sociais não respondidas pelos demais: o primeiro pela ineficiência, o segundo porque faz parte da sua natureza visar o lucro (MONTAÑO, 2008).

² Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição – Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989.

Rio Negro (Figura 1), criada pela Lei nº 3.355, de 26 de dezembro, em 2008, com uma área de 102.978,83 hectares. A RDS do Rio Negro localiza-se na região denominada Baixo Rio Negro compreendendo os municípios de Manaus, Iranduba e Novo Airão, no Amazonas.

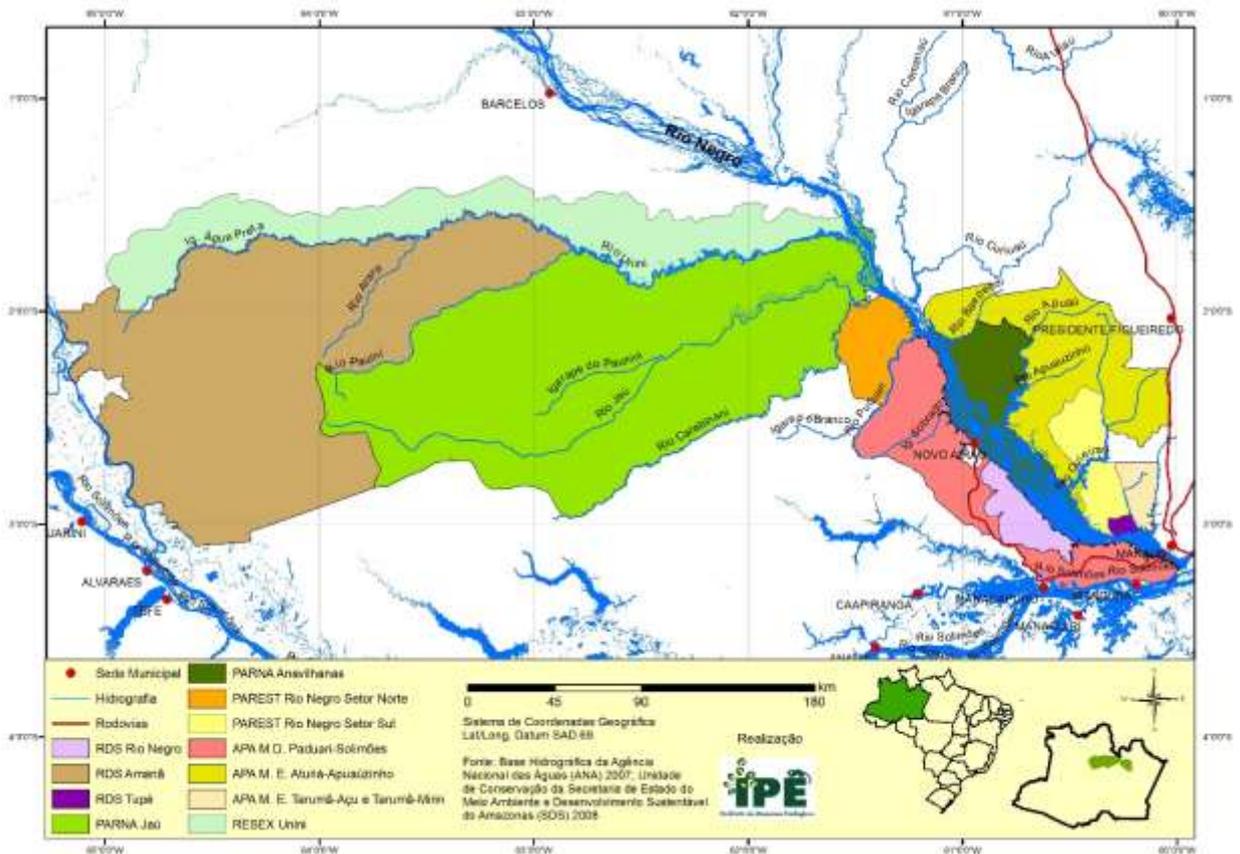
Figura 1 – Localização da RDS do Rio Negro



FONTE: Moreira (2016).

A região do Baixo Rio Negro abriga mais de 75% da população da Bacia do Rio Negro (ISA, 2008) e apresenta um complexo de 12 Unidades de Conservação (UCs), denominado Mosaico do Baixo Rio Negro (Figura 2), além da Terra Indígena Waimiri-Atroari e, ainda, um Distrito Agropecuário da Suframa (DAS).

Figura 2 – Mosaico das Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro



Fonte: IPÊ, 2014.

O presente estudo foi referenciado tendo como base as pesquisas de campo junto aos vários agentes sociais e públicos envolvidos nas políticas de gestão territorial e do turismo na RDS do Rio Negro, dentre estes destacam-se as associações de moradores das comunidades Saracá, Inglês e Tumbira, Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) – atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) – por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR).

A análise das políticas governamentais foi feita sob o viés das territorialidades humanas construídas pelos moradores e aquelas forjadas pelos órgãos ambientais e organizações do

terceiro setor a partir dos seus instrumentos de gestão ambiental, das relações de poder e da organização social. A forma como as políticas de turismo em UCs são criadas, os efeitos das ações governamentais e de instituições ambientalistas no cotidiano dos moradores de comunidades tradicionais e as relações de poder estabelecidas a partir da reconfiguração da dinâmica socioespacial e política nas áreas protegidas foram embasadas nos conceitos de campo social, campo político, poder simbólico e dominação simbólica em Bourdieu (2011a; 2011b) e na teoria dos sítios simbólicos de Zoual (2003).

O campo social, segundo Bourdieu (1996), representa um campo de forças imposto aos agentes (famílias, instituições comunitárias, indivíduos) que dele fazem parte e no qual lutam com meios e fins diferenciados e, de acordo com a posição que ocupam no referido campo, tais disputas irão contribuir para a conservação ou transformação da estrutura do campo. É um espaço socialmente estruturado cujas relações de poder revelam as formas implícitas de dominação a partir da existência do poder simbólico de classes dominantes beneficiárias de um capital simbólico disseminado e reproduzido por instituições (públicas ou privadas) e práticas sociais que favorecem o exercício do poder. O poder simbólico consiste “[...]esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011a, p. 7-8). É o poder capaz de construir a realidade, percebe-se, então, a necessidade de legitimação do poder pelos “outros” – moradores – para que seu exercício surta efeito.

A compreensão do campo político permite construir de maneira rigorosa a realidade da política ou o jogo político das sociedades (BOURDIEU, 2011b). O campo político “é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo³ no interior do grande mundo social” (BOURDIEU, 2011b, p. 195), é “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (BOURDIEU, 2011a, p. 168). Todo campo define-se pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial pela fixação de objetivos apresentados como “naturais” para aqueles que deles participam – neste caso, a busca pelo poder político. Portanto, torna-se mister identificar a desigualdade no acesso ao campo político para “evitar naturalizar as desigualdades políticas” (BOURDIEU, 2011b, p. 196). Cabe destacar a necessidade de compreensão do campo social para entender que a

³ A etimologia da palavra autônomo, segundo Bourdieu (2011b), significa que tem sua própria lei, seu próprio nome, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento.

espacialidade das disputas políticas e da tomada de decisão não se encerram nos locais institucionalizados – partidos políticos, governos, parlamentos – envolve uma construção histórica e dinâmica reconfigurada de acordo com as disputas entre os agentes, inclusive as instituições associativas, ONGs⁴, OSCIPs⁵ e outras organizações do terceiro setor.

As relações de poder e dominação entre o Estado e os moradores das comunidades investigadas foram referenciadas a partir dos estudos de Barreto Filho (1997), Santos (2014), Peres (2004), Almeida (2004; 2012) e Silva (2013) particularmente aqueles focados nas ações estratégicas implementadas a partir da criação de áreas protegidas, bem como as políticas de gestão territorial e desenvolvimento do turismo – seja aquele identificado como ecoturismo ou Turismo de Base Comunitária (TBC) – no Baixo Rio Negro.

A gestão territorial de UCs no Baixo Rio Negro apresenta muitos desafios ao Estado no que tange à implantação de políticas governamentais, “embora o ordenamento territorial esteja em grande medida definido, persistem conflitos territoriais em função da ausência de regularização fundiária e de destinação inadequada de usos [...]” (VIANNA, 2008, p. 294).

O ponto de partida para a análise das políticas brasileiras de gestão territorial e de turismo no âmbito estadual e federal em andamento na RDS do Rio Negro foi definido pelo estudo dos seguintes instrumentos das políticas: a) o Plano Amazônia Sustentável (PAS) por meio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)⁶, implementado a partir de 2008, contemplando ações estratégicas do Governo Federal com o objetivo de definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira – destaque para as ações voltadas ao desenvolvimento do ecoturismo nas áreas protegidas – junto ao Ministério do Meio Ambiente integrado às ações dos gestores estaduais; b) a Política Estadual de Mudança Climática⁷ cujo principal é o Programa Bolsa Floresta (PBF)⁸, instrumento econômico da

⁴ Organização não estabelecida por acordos governamentais, um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania (CAMPOS, 1999).

⁵ OSCIPs possuem personalidade jurídica e podem receber recursos públicos por meio de termo de parceria, instrumento jurídico definido na Lei no 9.790/99 pelo qual não há exigência de seguir a legislação de licitações.

⁶ criado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Decreto N° 4.326 de 08 de agosto de 2002.

⁷ A Política Estadual de Mudanças Climáticas foi criada por meio da Lei Estadual 3.135 de 05 de junho de 2007. A referida lei criou ainda o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) alterada em 2015 para Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

⁸ O PBF foi instituído em 2007 pelo Governo do Estado do Amazonas por meio SDS, atual SEMA e, a institucionalização do programa se deu por intermédio da Lei 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e da Lei Complementar 53, que criou o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), atual Demuc para valorizar e compensar economicamente os esforços de

Política de Mudanças Climáticas do Amazonas (AMAZONAS, 2008), por meio do qual são financiadas infraestruturas básica e turística para a implementação das políticas de turismo no Baixo Rio Negro; c) o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, cuja implementação no âmbito estadual é feita pela Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR) por meio de oportunas parcerias público-privadas com organizações do terceiro setor – Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – tais como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e a Nymuendaju, buscou-se identificar a atuação dessas organizações – viabilizada pelas políticas neoliberais de redução do papel do Estado – na condução do turismo junto às comunidades tradicionais, a lógica do mercado turístico no qual estão inseridas, bem como as transformações ocorridas nas comunidades a partir da implantação das políticas governamentais de turismo na RDS do Rio Negro.

As políticas de turismo brasileiras destacam o ecoturismo e o TBC, enquanto forma de gestão, como os instrumentos mais adequados ao desenvolvimento das áreas protegidas por serem consideradas práticas sustentáveis, embora as políticas estaduais não definam o ecoturismo como o segmento prioritário. O teor das políticas governamentais, cujos discursos prometem a sustentabilidade por meio do ecoturismo, norteadas pelas leis ambientais, é analisado como discursos dominantes, estruturados e estruturantes que tendem impor a apreensão da ordem estabelecida como natural, por meio da “imposição mascarada” (BOURDIEU, 2011a, p. 11) de novas territorialidades humanas na RDS do Rio Negro. Dessa maneira, o princípio da legalidade ambiental se tornou um ponto crítico entre os interesses do Estado, do mercado e dos organismos do Terceiro Setor, tendo esse último pretensamente atuado a favor das comunidades tradicionais.

conservação ambiental das famílias moradoras de UCs do Estado do Amazonas. O PBF está sendo implementado em 16 Unidades de Conservação: RDS Cujubim, Mamirauá, Rio Negro, Piaguçu-Purus, Uatumã, Uacari, Amanã, Rio Madeira, Carumã, Juma, Rio Amapá e Puranga Conquista; Resex Catuá-Ipixuna e Rio Gregório; APA Rio Negro; Floresta Estadual Maués; e apresenta quatro modalidades (FAS, 2009):

- a) Bolsa Floresta Família – consiste em um pagamento mensal de R\$ 50,00 para as famílias moradoras e usuárias das Unidades de Conservação estaduais em contrapartida estas famílias se comprometem a reduzir o desmatamento e valorizar a floresta em pé;
- b) Bolsa Floresta Associação – equivale a 10% de todas as Bolsas Floresta Familiares é destinado às associações dos moradores das UCs com o objetivo de fortalecer a organização e o controle social do programa;
- c) Bolsa Floresta Renda - este componente é destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, mel, equivale a R\$ 350,00 pagos ao ano por família. A meta é promover arranjos produtivos e certificação de produtos que aumentem o valor recebido pelo produtor; e
- d) Bolsa Floresta Social - este componente é destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos “guardiões da floresta” com o apoio do poder público e iniciativa privada.

Para a melhor compreensão das políticas governamentais, tanto ambientais quanto de turismo, faz-se necessário apresentar os conceitos de território, territorialidades, territorialização, tendo em vista essas políticas ao longo da sua existência na Amazônia, estarem fortemente atreladas à noção do território estatal pelo qual os instrumentos de controle e gestão do Estado promoveram grandes mudanças nas políticas setoriais em contraposição à ideia de desenvolvimento local pautado no reconhecimento dos sítios simbólicos que são “expressão de um processo de construção de identidade comunitária e de comunicação do homem com o seu meio, além de serem o lugar onde as crenças práticas se ajustam às circunstâncias locais e contrariam a lógica exclusiva do mercado excludente globalizado” (ZAOUAL, 2003, p. 30).

Antes, é preciso esclarecer o que são as políticas públicas e diferenciá-las do conceito de políticas governamentais. A política pública trata-se “de uma ação pensada, avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos” (PEREIRA, 2008, p. 96), transcende os governos, é fortemente institucionalizada na sociedade de forma a garantir-lhe perenidade, independentemente dos interesses partidários de cada gestão, ocorre tanto pela vinculação ao Estado quanto pelas decisões inter-relacionadas e ações resultantes ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade civil, no sentido a interface da sociedade política com a sociedade civil proposta por Gramsci (2000), constituída de aparatos que sustentam a dinâmica estatal, exerce papel ativo na tomada de decisão, ordenamento, regulação e controle do bem público e “adquire condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo” (PEREIRA, 2008, p. 95)

Distintamente, a política governamental tem menor durabilidade e fraca institucionalização, nela o Estado assume o protagonismo das ações. Souza (2006) alerta para o fato da maioria dos conceitos de políticas governamentais “concentrarem o foco no papel dos governos”, deixando de lado o “seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos” (SOUZA, 2006, p. 25), além de excluírem as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos junto a outras instituições e os moradores das comunidades tradicionais.

A etimologia da palavra território vem de terra (pedaço de chão do qual se apropria) também do verbo aterrorizar, aquele que incute medo, por exemplo ao delimitar cerca e muro cria-se a sensação de medo em quem está alijado do acesso e incute identidade naquele que vivencia o território (HAESBAERT, 2006). A identidade é aqui compreendida a partir de Castells (1999) como construção social de significado com base em um atributo cultural.

Para a compreensão e análise do território recorreu-se a Raffestin (1993), para quem o território é concebido como produto das relações de poder entre os grupos sociais de interesse,

no qual o Estado não é o único agente de promoção da territorialização, as populações também desenvolvem territorialidades distintas. O território não se limita ao tradicional poder político, diz respeito também ao poder com sentido concreto (de dominação) e simbólico (de apropriação). A dimensão de dominação está relacionada às ações político-institucionais, e a dimensão de apropriação às formas como os indivíduos e grupos fazem uso da natureza. Com base no conceito de Raffestin (1993), pode-se afirmar que os moradores das comunidades tradicionais ao se apropriarem concreta ou abstratamente de porções do espaço, delimitam suas territorialidades.

Castells (2009) entende que os indivíduos estabelecem relações de poder que energizam um conjunto de conexões definido como rede, nesse sentido, o poder é inerente à sociedade constituída em torno de valores e instituições, que por sua vez são definidos por relações de poder, nessa teia de relações os grupos acabam por conferir a alguns indivíduos o direito de representá-los. Assim, o território é compreendido, nesta tese, como um campo de forças (BOURDIEU, 1996) no qual existe uma complexa rede de relações sociais que definem alteridades, enquanto reconhecimento e respeito pelo outro, dos grupos ou comunidades em relação às organizações externas (governos, ONGs, OSCIPs, empresas turísticas) com as quais estabelecem relações de disputas de poder.

As territorialidades humanas foram analisadas à luz dos conceitos de Little (2002), já para a compreensão das multiterritorialidades recorreu-se a Haesbaert (2004). A territorialidade na sua dimensão política, cultural, social e econômica apresenta-se como categoria de análise importante para entender as alterações nas formas de usos sociais do espaço e na constituição dos territórios no Baixo Rio Negro, face às políticas de turismo e às políticas ambientais. Destarte, “a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993).

O entendimento das territorialidades humanas requer uma análise antropológica para entender as relações dos moradores das comunidades tradicionais com seus territórios, para isso optou-se pela utilização do conceito de cosmografia que inclui o regime de propriedade, os vínculos afetivos que esses grupos mantêm com o território, o histórico de ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002). A territorialidade é concebida como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico (orgânico e inorgânico), convertendo-a, assim, em seu território (LITTLE, 2002). A territorialidade pode ser associada aos grupos sociais, eventos culturais e religiosos, intervenções públicas e investimentos privados.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 8)

O termo multiterritorialidade é posto por Haesbaert (2006) como a dinâmica combinada de múltiplos territórios em justaposição da convivência da diversidade territorial representada pelas dimensões sociais, escalas e dinâmicas. Haesbaert (2006, p. 341) entende que um indivíduo ou grupo social mais coeso “constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço”, a combinação da multiplicidade de territórios permite falar na vivência de uma multiterritorialidade, ou seja, a possibilidade de experimentar múltiplos territórios. O território turístico, particularmente, enquanto um espaço dominado e/ou apropriado, “assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade” (BALASTRERI RODRIGUES, 2006, p. 306).

As novas territorialidades humanas surgidas a partir do estímulo das políticas governamentais ao uso dos espaços e das paisagens como recursos turísticos estratégicos nas comunidades tradicionais do estado do Amazonas suscitam discussões sobre o processo de mercantilização da natureza e a necessidade de adequação das políticas de turismo e dos seus instrumentos às realidades das comunidades amazônicas, sobretudo no que tange às transformações socioespaciais promovidas pelo turismo nas áreas protegidas. Por ser uma produção social, as territorialidades são dinâmicas e estão em constante processo de construção e reconstrução. Por esse motivo, tomou-se como norteadoras desta investigação as seguintes questões: Como os agentes governamentais e o terceiro setor atuam na implantação das políticas governamentais de turismo na RDS do Rio Negro? Quais os discursos oficiais das políticas governamentais de turismo implementadas na RDS do Rio Negro? Quais as novas territorialidades promovidas a partir da inserção das políticas de turismo na RDS do Rio Negro?

As respostas suscitadas às questões da pesquisa estão sintetizadas na seguinte sentença de tese: as políticas governamentais de turismo, sob a égide da conservação ambiental e da gestão participativa, negligenciam as territorialidades humanas existentes, delegam competências estatais ao terceiro setor e promovem novas territorialidades que refletem em transformações socioespaciais, estabelecendo uma relação de dominação cuja ideologia da igualdade de acesso aos recursos e aos direitos dissimula as desigualdades e os benefícios que

a minoria dominante (Estado, organizações não-governamentais e corporações privadas) deles usufrui.

O objetivo central da tese é analisar o processo de territorialização do turismo como estratégia de gestão territorial e ambiental nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá, no Baixo Rio Negro, em Iranduba. De modo específico, buscou-se identificar o histórico da territorialização em áreas protegidas e os conflitos socioambientais decorrentes das políticas governamentais; identificar o processo de ocupação humana e os usos sociais das paisagens, bem como aqueles forjados pelos ciclos econômicos; caracterizar o papel do Estado e do terceiro setor nas políticas governamentais de turismo; apreender os mecanismos de participação social dos moradores das comunidades tradicionais nas políticas governamentais pertinentes ao turismo; caracterizar as territorialidades humanas, a alteridade e o papel do turismo no desenvolvimento local das comunidades do Baixo Rio Negro.

A moderna gestão ambiental, no sentido amplo, envolve uma variada gama de instrumentos jurídicos normativos, sociais, institucionais, educativos, participativos que são imprescindíveis e complementares. Essa complementaridade dos instrumentos perpassa pela necessidade de adequação dos instrumentos econômicos e dos mecanismos de mercado à realidade social das comunidades alvos das intervenções, bem como de promoção de uma gestão mais participativa, nesse sentido, percebeu-se a ausência desta premissa nos objetivos das políticas públicas de gestão ambiental e de turismo no âmbito estadual.

A criação das UCs no Amazonas seguiu os mesmos padrões aplicados nos demais estados brasileiros, foram concebidas, concomitantemente, as políticas de desenvolvimento e integração voltadas à região amazônica, tendo como objetivo principal a proteção de áreas ameaçadas pela expansão das fronteiras agrícolas – expansão induzida por projetos de colonização oficiais – que causaram efeitos danosos no âmbito social e ambiental durante o regime militar a partir da década de 1960.

Apesar da importância das UCs como estratégia de limitação da expansão das fronteiras agrícolas e do desmatamento, a aplicabilidade dos instrumentos legais na gestão de áreas protegidas tornou-se confusa, dada a constatação de que limitam, por vezes eliminam, as potencialidades dos indivíduos de exercerem a liberdade de serem participantes e coautores das políticas de gestão territorial e de turismo. Vale destacar que o estudo das políticas ambientais tornou-se pertinente nessa tese em virtude das políticas governamentais de turismo implementadas nas UCs brasileiras serem originadas naquelas criadas pelo Ministério do Meio

Ambiente na década de 1980, com o objetivo de criar alternativas de geração de renda e bem-estar social aliadas à conservação ambiental das áreas protegidas.

O estudo da atuação das OSCIPs e outros organismos do terceiro setor no Baixo Rio Negro tornou-se imprescindível para o entendimento do papel assumido por essas instituições no âmbito da implementação das políticas de turismo. Face à necessidade de dar maior visibilidade aos segmentos sociais alijados dos processos políticos, as OSCIPs passaram a atuar como interlocutoras entre o Estado, a sociedade civil e as empresas, não somente nas reivindicações de cunho ambiental, mas também na articulação intersetorial e interinstitucional (instituições de ensino, pesquisa e inovação tecnológica), na exposição dos problemas e na cobrança de respostas aos tomadores de decisão (governos e empresas), na formulação de políticas governamentais e na divulgação turística dos locais onde atuam. Essa ampliação do campo político das OSCIPs tem se configurado em intenso processo de domínio territorial do terceiro setor no qual, frequentemente, assumem as funções tipicamente estatais.

O turismo sustentável tem sido amplamente difundido e incentivado pelas políticas governamentais nas UCs brasileiras sob as premissas de valorização do ambiente e o respeito às populações residentes nestas áreas. Por esse motivo, a partir dos anos 2000, as políticas de turismo no Amazonas direcionaram suas ações para o ecoturismo sob a égide do Turismo de Base Comunitária (TBC), cuja atuação dos organismos do terceiro setor chama a atenção em virtude da influência exercida junto às comunidades tradicionais.

Os caminhos da pesquisa

A pesquisa é a atividade científica pela qual se descobre e examina os fatos analisando não apenas a face externa deles, mas também a sua face interna. A metodologia, entendida como o caminho e o instrumental próprios para a abordagem do real, tem o objetivo de promover o espírito crítico sobre fenômeno investigado. Para concretizar os objetivos desta pesquisa, definir os procedimentos metodológicos configurou-se no momento chave do processo da investigação. Deste modo, entende-se que este processo não foi constituído apenas pela mera aplicação de técnicas e instrumentos de coleta de informações, mas pela possibilidade de articular conteúdos, pensamentos, conhecimentos, constituir argumentos, explicações e interpretações dos fenômenos da realidade.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois pressupõe “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo do objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2003, p.79), ou seja, as relações entre os moradores das comunidades envolvidas, os territórios, as

territorialidades humanas construídas e as implicações promovidas pela implantação de políticas de turismo nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá são o ponto de partida para a compreensão das múltiplas singularidades sociais que conformam o território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro – RDS do Rio Negro.

Segundo Flick (2009, p. 20), “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Optou-se pela pesquisa qualitativa tendo em vista a necessidade de compreensão das relações intrínsecas dos moradores das comunidades tradicionais da RDS do Rio Negro com o ambiente, onde criam modos de vida que compatibilizam o uso dos recursos naturais com a conservação ambiental, cuja vida cotidiana deve ser entendida como o espaço da reprodução social. Nas visões de Veiga e Gondim (2001, p. 5), essa vivência compõe “o estoque de conhecimento de que cada um dispõe para interagir com o mundo, interpretá-lo, tomar decisões e ajustar-se a ele”.

Para responder à pergunta de pesquisa desta tese, foram utilizados, como base metodológica, os estudos sobre as teorias das políticas públicas, políticas de turismo, territorialidades humanas, dominação, comunidade, ecoturismo e turismo de base comunitária. Ademais, foi imprescindível evidenciar a participação social (AMMANN, 1997; BORDENAVE, 1985; DEMO, 2001) no processo de formulação das políticas governamentais de turismo em UCs de modo a compreender os preceitos da autonomia, da participação e da alteridade dos moradores dessas áreas.

Na investigação das políticas de turismo, realizada na RDS do Rio Negro, utilizou-se, de forma recursiva, a pesquisa qualitativa com a combinação dos métodos hermenêutico, dialético e fenomenológico porque os mesmos nos possibilitaram um aprofundamento de forma simultânea e complementar, no fenômeno turístico e na realidade das comunidades tradicionais estudadas.

A hermenêutica preocupa-se com a interpretação da linguagem de acordo com os dados de constatação. Em função de seu valor interpretativo, sempre aberto à compreensão e à comunicação da linguagem humana, “revela um desígnio profundo: o de superar uma distância, um afastamento cultural, o de equiparar o leitor a um texto que se tornou estranho e, assim, incorporar seu sentido à compreensão presente que o homem pode obter dele mesmo” (RICOEUR, 1978, p.8). A finalidade do uso deste método foi impedir que a palavra fosse ameaçada por uma interpretação linear, possibilitando a apreensão e interpretação aproximada da essência da experiência social e a compreensão das políticas de turismo por parte dos moradores das comunidades localizadas em áreas protegidas, permitindo a interpretação mais

aproximada do real porque o mundo percebido é aquilo pensado e vivido pelos moradores da RDS do Rio Negro e a identificação dos discursos oficiais enquanto retórica da sustentabilidade (redução das desigualdades regionais, inclusão social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental).

Em justaposição à hermenêutica, propõe-se o exercício da negação, conforme apresentado por Minayo (2002), como caminho para a compreensão do fenômeno estudado, com a preocupação de não apenas contemplar o que é dito nos discursos sob o risco da autoalienação e do afastamento do intérprete (pesquisadora) da realidade histórica. Enquanto a hermenêutica busca essencialmente a compreensão, a dialética estabelece uma atitude crítica. A hermenêutica “*proporcionaría elementos para acercarse a una interpretación de los hechos turísticos, evitando los enfoques descriptivistas, típicos del funcionalismo turístico y del culturalismo.*” (CONDE GAXIOLA, 2008, p. 200).

A utilização do método dialético (MINAYO, 2002) objetivou trabalhar não apenas o contraditório e, principalmente, os elementos antes dissociados de uma teia complexa de significados, por meio do diálogo. A confrontação dialética possibilitou compreender a lógica da dominação (do Estado e do terceiro setor) e da apropriação (dos moradores) dos territórios na região do Baixo Rio Negro e, das territorialidades humanas criadas e resignificadas por meio ou em virtude do turismo na RDS do Rio Negro. Justifica-se a utilização da hermenêutica associada à dialética no estudo do turismo nos argumentos de Conde Gaxiola (2008) para quem

[...] un tratamiento hermenéutico y dialéctico de las modalidades y prácticas del tiempo libre y del turismo en la sociedad [...] podría ofrecer nuevas pautas para abordarlas de forma más adecuada, y para contribuir en la tipificación de la planeación y las políticas turísticas del Estado y en la caracterización de las tendencias turísticas mundiales, entre otros. (CONDE GAXIOLA, 2008, p. 200)

No arranjo metodológico utilizado na pesquisa, elegeu-se ainda a fenomenologia, porque não se pretende nesta tese propor uma verticalidade entre o mundo vivido e o mundo percebido (MERLEAU-PONTY, 2006), mas a identificação da relação de complementariedade entre o objeto (realidade vivida) e o sujeito (os moradores das comunidades tradicionais). “A fenomenologia considera que a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos”, por isso, “é necessário ir além das manifestações imediatas” (CHIZZOTTI, 2003, p. 80). Do mesmo modo como remete Merleau-Ponty (2006), a fenomenologia possibilita descrever o mundo anterior à razão e à reflexão e compreender o mundo vivido sobre o qual todo trabalho de investigação científica é construído.

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência em rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais, o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 3)

Neste trabalho, concentramos o estudo da compreensão de que os moradores das comunidades tradicionais, seja individual ou coletivamente, possuem sobre o seu ser, sentir, pensar e agir no seu universo cósmico-social por meio das experiências vividas cotidianamente. A busca concentrou-se na descrição dos acontecimentos ocorridos naquela realidade observada, com o intuito de captar o conteúdo do pensamento dos moradores e a compreensão dos fatos relatados para descrever as territorialidades humanas existentes nas comunidades investigadas, por entender-se que o turismo vai além das estritas relações de consumo e de mercado.

Embora as comunidades Tumbira, Inglês e Saracá sejam constantemente alvo de pesquisas acadêmicas⁹ e ações de instituições do terceiro setor juntamente aos órgãos ambientais, foi necessário seguir os procedimentos de familiarização como técnica de aproximação (BRANDÃO, 1999, p. 38) dos moradores, a partir da qual foi possível conhecer o campo da pesquisa. O primeiro contato foi feito em 2012, quando a autora, enquanto professora do curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas, participou de uma visita técnica para discutir a parceria com a comunidade Tumbira para a realização futura de projetos de extensão universitária na comunidade, tal como já havia ocorrido em comunidades tradicionais na margem esquerda do rio. Em 2014, durante a implantação do roteiro de TBC na RDS do Rio Negro e, posteriormente, as visitas para conversar com as lideranças comunitárias para explicar os objetivos da pesquisa foram essenciais para estabelecer uma relação de confiança junto aos representantes das comunidades. O passo seguinte consistiu na solicitação da autorização para a realização da pesquisa. Somente após esta etapa foi aplicado o pré-teste dos instrumentais – formulários de entrevistas aplicados aos 03 presidentes das comunidades (Apêndice A) e 23 famílias (Apêndice B) vinculadas aos projetos de turismo em andamento, consideradas participantes do Roteiro RDS Rio Negro.

⁹ Alguns dos estudos realizados na RDS do Rio Negro: Simonetti (2015) desenvolveu sua tese sobre as representações sociais do turismo e lazer; Costa Novo (2011) pesquisou o turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus – RMM; Silva (2012) realizou estudo monográfico sobre o roteiro de TBC nas três comunidades lócus desta tese; Illenseer (2011) pesquisou sobre as estratégias de adaptabilidade dos pescadores artesanais; GEGT (2005) conduziu um relatório interinstitucional sobre aspectos físico-sociais e econômicos da margem direita do rio Negro e RDS do Tupé. Além desses, as comunidades do Tumbira, Saracá e Inglês participam periodicamente dos levantamentos socioeconômicos realizados pela FAS para comporem os relatórios anuais.

A pesquisa seguiu as orientações expressas na Resolução/ANS 466/12, que estabelece os procedimentos de anuência dos moradores no desenvolvimento da pesquisa, os documentos obrigatórios consistem: nas cartas de anuência dos moradores por meio da Associação de Moradores de cada comunidade (Anexos I, II, III); na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo IV) e Termo de cessão de direitos de uso de imagem, som, nome e dados biográficos (Anexo V) para a concordância na participação desse estudo. A aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM) encontra-se no Parecer da Plataforma Brasil Nº 933.424 (Anexo VI).

O trabalho de campo incluiu a coleta de informações junto aos vários atores envolvidos na gestão do turismo na RDS do Rio Negro, tais como: Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) (Apêndice C), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR) (Apêndice D). Utilizou-se todo o aporte de leis, planos, programas e projetos nas várias instâncias governamentais, relatórios técnicos de instituições governamentais e não-governamentais gestoras de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo naquela região.

A estratégia de aproximação junto aos moradores envolveu a articulação com os representantes oficiais das três comunidades, presidentes das associações de moradores – institucionalizadas ou não. Del Rio *et al.*, (2002) afirmam a importância das associações e demais grupos organizados nos espaços em prol da cidadania ou da formação de uma consciência de si que pode dar lugar a identificações e a novas apropriações do espaço de vida, para isso, as particularidades e autonomia de cada grupo social deverão ser consideradas essenciais.

As informações complementares foram obtidas por meio da observação caracterizada como uma técnica de coleta de dados que “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 192). Para esse fim, utilizou-se de um roteiro norteador (Apêndice D) com aspectos a serem observados: territorialidade, turismo, paisagem, políticas governamentais de turismo e organização social das comunidades.

A convivência com os moradores permitiu uma maior proximidade do cotidiano daquelas pessoas e contribuiu para o entendimento da realidade investigada, ao mesmo tempo, despertou a consciência do quão complexa e diversa é a região amazônica. Nas várias inserções de campo, foi possível conversar informalmente com os grupos de moradores de convicções políticas, níveis intelectuais diferentes, permitido ainda participar dos eventos locais como a festa de São

Sebastião na comunidade Saracá, as rotinas de trabalho, acompanhar as atividades do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade e os torneios de futebol, que envolvem as comunidades de toda a RDS Rio Negro, o maior e mais tradicional evento de lazer da região. As visitas domiciliares e as rodas de conversa, particularmente, proporcionaram captar as reações das pessoas sobre determinados fatos e situações, suas atitudes e seus sentimentos com relação aos espaços – afeição, simpatia, aversão, indiferença – ainda que implícitos.

Os estudos exploratórios, por meio das entrevistas com os informantes-chave, possibilitaram abrir pistas de reflexão, precisar os horizontes de leitura e tomar consciência das dimensões e dos aspectos (GONDIM, 1999) do desenvolvimento do turismo e suas respectivas políticas governamentais junto às comunidades. Os informantes-chave da presente pesquisa foram os moradores das comunidades Tumbira, Saracá e Santa Helena do Inglês envolvidos com a atividade turística. Como o objetivo da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista (GASKELL, 2002), optou-se por não selecionar uma amostra probabilística pelo fato do número de informantes ser relativamente pequeno, no total de 23 famílias, 05 na comunidade Tumbira, 09 em Saracá e 09 na comunidade Santa Helena do Inglês.

Os critérios de seleção destes grupos de informantes foram definidos, levando em consideração as vivências destes indivíduos no turismo local. Nesse aspecto, foi imprescindível a participação das lideranças locais (representantes das associações de moradores ou grupos locais constituídos) para a indicação das famílias e facilitação do acesso a estas. As unidades familiares, que não apresentaram condições de responder aos questionamentos, mesmo possuindo o perfil para tal, não foram consideradas no levantamento de dados.

As unidades de análise foram constituídas pelos moradores formados por adultos, homens e mulheres, pertencentes às famílias que desenvolvem atividades ligadas ao turismo local. Considerou-se relevante a inclusão das famílias com diferentes tipos de envolvimento com o turismo, tendo em vista que nas comunidades cujos empreendimentos são comunitários as pessoas exercem atividades diversificadas de forma colaborativa, mas também existem empreendimentos privados cuja dinâmica de funcionamento é distinta.

A coleta dos dados ocorreu no segundo semestre de 2014 e no ano de 2015, contando com a pesquisa exploratória na qual foi imprescindível a realização do pré-teste dos formulários. Em outubro de 2014, foram realizadas as visitas de familiarização e os contatos com as lideranças locais para a apresentação da proposta da pesquisa, na oportunidade, apresentaram-se as etapas da mesma: entrevistas, registro fotográfico – algumas imagens foram feitas pelos moradores – acompanhamento e observação das atividades cotidianas das famílias.

O diário de campo (MALINOWSKI, 1997) foi imprescindível para os registros das observações do cotidiano, dos comportamentos dos moradores durante o processo de coleta de dados, também para as anotações das percepções e ideias pessoais surgidas durante o trabalho de campo que auxiliaram nas reflexões, na construção do texto e nas análises e discussões, tornando-se instrumento fundamental no desenrolar de toda a tese.

Os procedimentos metodológicos adotados foram diversos. O processo de construção do referencial teórico teve início com a estruturação das categorias analítico-explicativas e operacionais e o aprofundamento teórico das mesmas. Procedeu-se a pesquisa documental (relatórios, materiais cartográficos e georeferenciados produzidos por instituições atuantes nas comunidades).

Para a identificação das políticas governamentais de turismo implementadas na RDS do Rio Negro, foram entrevistados os representantes dos órgãos públicos de turismo no âmbito estadual e o gestor da RDS. Os dados das entrevistas foram transcritos juntamente aos registros em diário de campo. As transcrições das entrevistas foram analisadas em proposições indexadas – referências concretas sobre o Turismo – e não-indexadas – expressão de valores, juízos e toda forma de uma generalizada "sabedoria de vida" (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 106) que dizem respeito às vivências cotidianas.

As entrevistas estruturadas e narrativas foram utilizadas por meio de formulários que possibilitaram a interpretação dos fatos encontrados e análise das intervenções das instituições públicas e privadas de turismo nas comunidades, interpretação das observações de condutas e costumes, do cotidiano dos moradores das comunidades lócus desta pesquisa, de modo a possibilitar uma reflexão sobre as territorialidades humanas existentes.

Nos procedimentos de análise qualitativa dos dados, utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011; BAUER, 2002), das comunicações e descrições dos conteúdos das mensagens, concomitante à análise do significado do turismo e às implicações das suas respectivas políticas governamentais junto às comunidades. Para tornar válida a análise, recorreu-se à regra de categorização ou fragmentação a qual Bardin (2011) refere-se como "análise categorial". A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto de acordo com as suas características comuns, que pode ser por diferenciação e reagrupamento, segundo o gênero (analogia) com critérios previamente definidos.

O critério utilizado neste estudo foi o semântico, estabelecendo-se categorias temáticas onde as mensagens foram agrupadas de acordo com os seus significados. As técnicas de análise de conteúdo foram divididas em três etapas: pré-análise (organização das informações); a

exploração do material (unidades de registro); e o tratamento dos resultados e interpretação (categorização segundo suas semelhanças e diferenciação).

Os dados quantitativos foram agrupados e representados em tabelas e quadros, considerando-se os indicadores de benefícios gerados pela atividade turística, oportunidades criadas a partir da implementação das políticas de turismo e possíveis alterações nas mudanças nos usos do solo pelos moradores da RDS do Rio Negro, conforme apresentados ao longo dos capítulos desta tese. Tendo em vista a análise dos instrumentos das políticas de turismo, consideraram-se, ainda, as formas de intervenção governamental e a disponibilidade equitativa das informações como essenciais ao desenvolvimento das comunidades pesquisadas.

Essa tese é constituída de quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a base teórica do turismo como fenômeno socioeconômico e a evolução conceitual do ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária, como modalidade de gestão alternativa do turismo, o entendimento do conceito de comunidade no contexto amazônico, bem como a caracterização das comunidades São Sebastião do Saracá, Santa Helena do Inglês e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, na RDS do Rio Negro.

O segundo capítulo apresenta e descreve o processo de territorialização do Baixo Rio Negro sob a ótica dos viajantes e cientistas, desde a ocupação humana, as relações dos ribeirinhos com a natureza, particularmente o rio, bem como a reterritorialização promovida pelos programas federais – Corredor Ecológico Central da Amazônia (CCA), Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Plano Amazônia Sustentável (PAS), Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) – na ambientalização do Baixo Rio Negro, as discussões estendem-se sobre o invólucro das Unidades de Conservação e o desenvolvimento do turismo no Baixo Rio Negro.

No terceiro capítulo, são apresentadas as intervenções das políticas governamentais federais e estaduais de turismo, a partir das quais se buscou atentar para aquilo que não está explícito nos documentos oficiais, nas ações dos programas e projetos, o discurso oficial do turismo como meio legítimo de promover o desenvolvimento sustentável e como panaceia da proteção ambiental, da inclusão social e da redução das desigualdades regionais, além de identificar os múltiplos atores do turismo e o processo de descentralização da ação do Estado.

O quarto capítulo apresenta a descrição do mercado de turismo na RDS do Rio Negro, a inserção das comunidades pesquisadas nos roteiros oficiais de turismo, as novas territorialidades humanas surgidas a partir da implementação das políticas de gestão territorial e de turismo, a questão alterativa – de identificação da face do “outro” enquanto vítima das pressões de um sistema do qual está alijado – e a essência da participação dos moradores das

comunidades no processo político, aponta as percepções dos moradores sobre as mudanças decorridas da criação de áreas protegidas e da implantação do turismo no seu território.

As considerações finais apresentam o panorama da realidade das comunidades Inglês, Saracá e Tumbira, fruto do histórico processo de ocupação territorial, a construção e reconstrução das espacialidades e das territorialidades nas últimas décadas decorrentes da implantação de políticas governamentais orientadas por pretensos objetivos de desenvolvimento sustentável, nos quais as UCs do Amazonas, particularmente a RDS do Rio Negro, são postas como instrumentos de ordenamento e gestão territorial, inicialmente comandados pelo Estado, posteriormente, assumidos em caráter consorciado pelas OSCIPs resultando em um processo de territorialização.

Destaca-se, nesse estudo, o processo político cujas metodologias dissimulam a exclusão dos moradores das UCs, das instâncias decisórias da formulação e implementação das políticas governamentais ambientais e de turismo que, sob a égide da conservação ambiental promovem novas territorialidades e comprometem os direitos de uso dos recursos pelas comunidades tradicionais. Dentre as alternativas de desenvolvimento propostas por tais políticas, identifica-se o turismo sustentável, seja sob tipologias específicas como o ecoturismo ou forma de gestão como o Turismo de Base Comunitária.

Os aspectos controversos entre a teoria e a práxis das políticas governamentais são evidenciados nos discursos oficiais utilizados como instrumentos da retórica ambientalista das organizações do terceiro setor, cuja linguagem ideologizada está repleta de expressões como “inclusão social”, “redução das desigualdades” “responsabilidade social”, “responsabilidade socioambiental”, “delegação de poderes”, “empreendedorismo”, “desenvolvimento sustentável ou de base”, “empoderamento”, “participação democrática” dentre outras, no mais amplo contexto político e econômico.

As relações estabelecidas entre as organizações do terceiro setor e os moradores das comunidades nas quais atuam são permeadas por tecnologias próprias de poder (vigilância, sanção normalizadora e exame – investimento nas individualidades e singularidades) e constitui-se em formas de poder disciplinar (FOUCAULT, 1981), de exercício do poder diferentes do Estado, mas a ele articuladas de maneiras variadas, e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz. A dificuldade de efetivar a participação democrática dos vários atores do turismo na estrutura política de gestão, de fortalecer as entidades representativas da sociedade e de reconhecer as múltiplas territorialidades humanas existentes nas áreas protegidas são questões abordadas nas análises.

1 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ÁREAS PROTEGIDAS

1.1 GÊNESE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAZONAS

Entender o contexto das estratégias de proteção da biodiversidade amazônica requer a compreensão do processo responsável pelo surgimento das primeiras áreas protegidas no Brasil, iniciado em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. A proteção de áreas naturais não é um fato recente, "[...] as áreas protegidas existem desde o ano 250 a.C., quando na Índia já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas"(SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004, p. 2). Contudo, somente no século XIX, surgiram as primeiras pretensões na criação de áreas legalmente protegidas para resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais. O marco histórico desse tipo de iniciativa é o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos (SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004), cujas normas de uso eram altamente restritivas quanto à permanência de grupos humanos, ou seja, prevalecia a ideia da proteção da natureza somente se separada do convívio humano, na compreensão de Diegues (2005) esse invólucro constitui o exemplo de “natureza intocada”. As primeiras UCs brasileiras foram criadas pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) mediante o uso de uma metodologia precária, sem critério técnico ou científico, definida meramente pelos atributos estéticos ou oportunismo político (SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004).

Até a década de 1960, o Brasil priorizou a criação dos Parques Nacionais sob a justificativa da proteção da beleza cênica de determinadas áreas. O aumento das pressões do desmatamento e a necessidade de proteção de áreas relevantes para a manutenção dos distintos biomas brasileiro levou à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) por meio da Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000. A lei surgiu para auxiliar o ordenamento das inúmeras leis dispostas sobre as diversas categorias de manejo, como também para definir critérios e normas de estabelecimento e gestão das áreas protegidas, sejam estas federais, estaduais ou municipais.

O Snuc definiu duas categorias de UCs, as de proteção integral, que têm o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais – Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento

Natural e Refúgio da Vida Silvestre – e as de uso sustentável cujo objetivo de gestão é conciliar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais, proporcionando qualidade de vida, trabalho e renda para os seus habitantes - Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva de Patrimônio Natural (RPPN).

A criação de áreas protegidas federais na Amazônia teve início em 1976, a partir do documento intitulado “Uma análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia” publicado pelo IBDF, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além desse, o estudo denominado “Objetivos, Critérios e Categorias para Áreas de Conservação” da Comissão Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da União Internacional de Conservação da Natureza(IUCN) também serviu como base. Dentre as 13 primeiras UCs criadas na Amazônia, em 1979, estavam o Parque Nacional do Jaú e o Parque Nacional do Pico da Neblina, ambos no Amazonas (AMAZONAS, 2013).

O Estado do Amazonas possui 1.559.159.148 km², com 97% da sua vegetação conservada, conta com 55,98% do seu território constituído por áreas protegidas (DEMUC, 2016). As áreas protegidas compreendem 15,58% de UCs federais, 12,14% estaduais e 1,19% municipais (Tabela 1). A área total das UCs estaduais corresponde a 18.921.830,36 ha.

Tabela 1 – Percentual de áreas protegidas no Estado do Amazonas

AREAS PROTEGIDAS	Nº	ÁREA (HA)	TERRITORIO ESTADUAL (%)
Unidade de Conservação Federal*	43	31.077.737,30	15,58
Unidade de Conservação Estadual	43**	18.921.830,36	12,14
Unidade de Conservação Municipal	23	1.853.012,10	1,19
Terra Indígena***	176	42.205.013,83	27,07
TOTAL	285	94.057.593,59	55,98

(*) Não inclui as Reservas Privadas (<http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s>)

(**) Inclui a RPDS Amazon Rio I (***) Área calculada (Homologada, declarada, delimitada, regulamentada)

Obs.: O total de áreas das UCs em hectares inclui as sobreposições.

Fonte: DEMUC (2016) e ICMBIO (2016) adaptado por Glaubécia T. da Silva

A história do surgimento das UCs estaduais no Amazonas iniciou em 1989, com a criação do Parque Estadual (PAREST) Nhamundá, no município de mesmo nome, por meio do Decreto N° 12.175, de 06 de julho (AMAZONAS, 2013), o governo do Estado destacou cem

mil quilômetros quadrados do seu patrimônio fundiário para fins de conservação do meio ambiente (AMAZONAS, 1990). Em 2011, a Lei Estadual N° 3.602, de 9 de maio de 2011, recategorizou o Parque e transformou-o na APA Guajuma, com área estimada em 29.018ha (IPE, 2015), essa mudança foi extremamente radical, vai da categoria mais restritiva, no caso o parque, para a categoria menos restritiva, a APA. No ano de 1990, outras cinco novas UCs foram criadas (Tabela 2).

Tabela 2 – Unidades de Conservação no Amazonas de 1989 a 2000

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ANO CRIAÇÃO	DECRETO	ÁREA (HA)
PAREST NHAMUNDÁ	1989	12.175	28.370*
Subtotal			28.370
REBIO MORRO DOS SEIS LAGOS	1990	12.836	36.900
PAREST SERRA DO ARACÁ	1990	12.836	1.818.700
RDS MAMIRAUÁ	1990	12.836	1.124.000
APA CAVERNA DO MAROAGA	1990	12.836	374.700
APA NHAMUNDÁ	1990	12.836	195.900
Subtotal			3.550.200
RDS AMANÃ	1998	19.021	2.313.000
Subtotal			2.313.000
TOTAL			5.891.970

(*) Recategorizado em APA Guajuma pela Lei 3.602 de 09/05/2011.

Fonte: ONU (CEPAL), 2007 apud Amazonas, 2013.

O Amazonas se destaca no cenário nacional justamente pela existência de grande quantidade de áreas protegidas, sendo 29.952 km² de proteção integral e 433.796 km² de uso sustentável. Das 43 UCs criadas no Amazonas, 81,41% pertencem à categoria de uso sustentável – APA, Florestas, RDS e Resex – a maioria (53,60%) constituída por RDS. A Tabela 3 apresenta a distribuição das UCs de acordo com os tipos e a jurisdição (estadual ou federal).

Tabela 3 – Área das UCs do Estado do Amazonas por categoria de uso.

TIPO	ESTADUAL		FEDERAL *	
	Nº de UC	ÁREA (HA)	Nº de UC	ÁREA (HA)
APA	6	1.676.231,46	1	152.410,20
FLOE/FLONA	8	2.596.347,45	13	10.159.547,13
PAREST/PARNA	7	3.437.087,46	11	13.698.088,28
RDS	16	10.167.869,73	-	-
REBIO	1	36.900,00	3	1.521.735,91
RESEX	4	992.942,26	9	3.555.742,84

ARIE	-	-	2	18.180,02
ESEC	-	-	4	1.972.032,92
RPDS	1	14.452,00		
TOTAL	43**	18.921.830,36	43***	31.077.737,30

(*) Inclui as sobreposições e UCs criadas em 2016 (**) Inclui a RPDS Amazon Rio I e sobreposições
 (***) Não estão incluídas as reservas privadas.

Fonte: Demuc (2016) e ICMBio (2016) adaptado por Glaubécia T. da Silva.

A criação de UCs de categoria de uso sustentável no Brasil surgiu a partir da luta do movimento de seringueiros na década de 1980, pela implementação de políticas governamentais voltadas à realidade das comunidades tradicionais. No Amazonas, o processo seguiu de forma análoga e, na visão oficial, esse processo não registrou enfrentamentos conflituosos entre comunidades tradicionais, poder público e privado (AMAZONAS, 2013), no entanto, os estudos de Almeida (2010), Menezes (2010), Farias Junior (2010; 2013) e Silva (2013) descortinam um intenso processo de mobilização social em defesa dos direitos de uso do espaço e do respeito às territorialidades humanas existentes no Baixo Rio Negro, enquanto Simonetti (2015) revela as representações sociais das comunidades tradicionais da RDS do Rio Negro, descontentes com a atuação do poder público na gestão do turismo. A atuação dos movimentos sociais no Acre, por meio da luta dos seringueiros contra o avanço do desmatamento e grilagem de terras por fazendeiros, e no Amazonas a luta dos ribeirinhos contra a ação das madeireiras e pela preservação dos lagos, foram determinantes para a criação de um modelo de UC de uso sustentável no sentido de valorizar o modo de vida dos extrativistas cuja base econômica depende da floresta (AMAZONAS, 2013).

A RDS, como categoria de UC, foi estabelecida pelo governo do Estado do Amazonas, em 1996, como forma de reconhecer e legalizar a experiência de organização comunitária para o manejo sustentável de recursos naturais, liderada por um grupo de biólogos da conservação, antropólogos e sociólogos, na então Estação Ecológica Mamirauá, área de proteção integral cuja categoria incompatibilizava o uso dos recursos e a permanência dos moradores que habitavam o local muito antes da criação da UC, nesse contexto, tanto os habitantes de Mamirauá quanto os grupos apoiadores da causa entenderam ser esta permanência um direito a ser reivindicado.

A criação da Política Nacional de Mudanças do Clima e, posteriormente, do Snuc, foi um contraponto à política nacional brasileira cujos instrumentos de viabilização da integração da Amazônia incluíam o alargamento das fronteiras econômicas internas, a integração física e a ocupação humana na região erroneamente considerada como vazio demográfico. A dificuldade dos planejadores das políticas governamentais, nos vários níveis jurisdicionais, de

reconhecer as diferenças demográficas, culturais, sociais, paisagísticas, entre outras, presentes na Amazônia, resultou num processo gradual e sistemático de universalização da forma de gestão das áreas protegidas.

O combate ao desmatamento resultante das políticas governamentais foi reforçado pelo Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE), criado em 2000, cujas experiências pioneiras consistiram na adoção de medidas compensatórias aos pequenos produtores na Amazônia pela prestação de um conjunto de serviços ambientais. O Art. 5, inciso II da Política Estadual de Mudança Climática, dispõe sobre o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivos às políticas voluntárias de redução de desmatamento, o principal destes é o PBF, já mencionado anteriormente e que será abordado com maior profundidade nos capítulos seguintes.

O ordenamento territorial por meio da criação de Unidades de Conservação (UCs) foi adotado pelo poder público para conter o processo de ocupação e uso irrestrito do solo. Os estudos de Barretto Filho (2001) e Almeida (2010) apontam as pressões sofridas pelas comunidades tradicionais em Novo Airão com a criação do Parque do Jaú, e os estudos de Silva (2013) descrevem as mudanças ocorridas a partir da criação da RDS do Rio Negro na vida dos moradores locais, todos reforçam a percepção da ação autoritária do Estado que, sob o argumento da proteção dos ecossistemas, desapropria, monopoliza, unifica e desqualifica os saberes e fazeres tradicionais.

Na visão de Diegues (2008), a ideia da criação de áreas protegidas, particularmente as UCs de proteção integral, seguiu os moldes dos parques norte-americanos, isso ocasionou tensões na ordem da gestão territorial. Ainda que existam categorias de uso sustentável dos recursos ambientais nesses territórios, os “modelos de práticas conservacionistas” são aplicados pelas OSCIPs e outros organismos do terceiro setor com pouca ou nenhuma participação das populações residentes, a adaptabilidade desses modelos às realidades sociais locais é bastante questionada (DIEGUES, 2008).

A criação de áreas protegidas foi adotada pelo poder público no Amazonas como meio de controle do avanço dos desmatamentos e, conseqüentemente, derivou conflitos advindos das restrições impostas em UCs de proteção integral, Little (2002) define a criação dessa categoria de área protegida de “preservacionismo territorializante” porque o controle total é centralizado na figura do Estado, por esse motivo, Diegues (2005) destaca a necessidade de criação de um novo conceito de áreas protegidas nas quais existam estratégias de negociação,

Essa negociação deve passar pela não expulsão dos moradores tradicionais e pelo respeito ao conhecimento acumulado pelos moradores tradicionais sobre os ecossistemas em que vivem e ao seu modo de vida. A ocupação do espaço deve ser feita em consulta direta com os moradores. Os chamados “planos de manejo” devem perder seu caráter autoritário baseado exclusivamente no chamado “conhecimento científico” incorporando etno-conhecimento, os mitos e visões de mundo a respeito do mundo natural que fazem parte da cultura local (DIEGUES, 2005, p. 169-170)

Diegues (2005) destaca a importância da participação dos moradores das UCs no processo de criação e gestão das mesmas, acredita-se que os planos de manejo devam buscar compreender os modos de vida locais, reconhecer as alteridades, valorizar os conhecimentos tradicionais e a cosmografia dos povos e comunidades existentes nas áreas protegidas, tendo em vista estas serem construções humanas e não simplesmente áreas naturais.

A título de exemplo dos impactos que as UCs de proteção integral geram aos seus moradores, pode-se citar os Parnas do Jaú e de Anavilhanas, no Baixo Rio Negro, pelas características da categoria, a permanência de populações humanas e os usos diretos dos recursos naturais não são permitidos. Esse formato altamente restritivo gera efeitos extremamente danosos aos moradores que dependem dos recursos naturais existentes nessas áreas, e corrobora a noção de “ilha de conservação” (DIEGUES, 2000) cuja formação desconsidera a contribuição dos povos e comunidades tradicionais para a conservação da biodiversidade.

A criação do Parna do Jaú¹⁰, no município de Novo Airão, promoveu significativas transformações no Baixo Rio Negro, a forma como se deu o processo ocasionou tensões e conflitos territoriais, particularmente junto à comunidade quilombola do Tambor, distribuída nos rios Jaú e dos Pretos, gerou um campo de disputas entre ambientalistas, sindicato de trabalhadores rurais associações de ribeirinhos e moradores (FARIAS JUNIOR, 2013), com prevalência da lógica preservacionista na qual a natureza selvagem somente pode ser protegida se separada do convívio humano (DIEGUES, 2000).

Outro exemplo emblemático dos impactos das áreas protegidas no Baixo Rio Negro foi a criação da Estação Ecológica de Anavilhanas, posteriormente recategorizada para Parque Nacional (PARNA). Em virtude das restrições de uso dos recursos naturais presentes no Parna de Anavilhanas, os moradores das UCs do entorno frequentemente são afetados nas suas práticas cotidianas – pesca, caça – nas ilhas do arquipélago, em consequência, surgem tensões

¹⁰ O Parque Nacional do Jaú, localizado entre os municípios de Novo Airão e Barcelos, no estado do Amazonas, foi criado em 1980, no período ditatorial, e forçou a divisão da Comunidade Quilombola do Tambor e a mudança compulsória de muitas famílias para a sede do município de Novo Airão, onde muitos não conseguiram se adaptar ao novo modo de vida.

entre moradores e gestores, porque os limites do Parna de Anavilhanas superpõem as áreas de uso tradicional dos recursos naturais e de ocupação pelas comunidades da RDS do Negro.

Os principais obstáculos para a eficiência da gestão das UCs no Baixo Rio Negro estão na prevalência de interesses externos às comunidades das UCs, na deficiência do diálogo entre o poder público e os moradores na construção das políticas para as UCs, a sobreposição de áreas protegidas e ações governamentais “com finalidades contraditórias” a exemplo dos assentamentos do Incra e Iteirama (ISA, 2008; IPÊ, 2010) também sobrepostos às áreas protegidas. Vianna (2008) acrescenta os conflitos ou tensões decorrentes das questões fundiárias como outro fator agravante para o insucesso da gestão territorial das áreas protegidas, e afirma que esse problema decorre da “ineficiência do poder público em implementar os mecanismos propostos pelo Snuc” (VIANNA, 2008, p. 294), além disso, entende-se que os instrumentos legais viabilizadores das áreas protegidas, por vezes, colocam as comunidades tradicionais como obstáculos aos propósitos das UCs.

Face à necessidade de conciliar as atividades humanas com a conservação ambiental, a gestão territorial apresenta-se como tema transversal na formulação de políticas públicas para as áreas protegidas. As ações estratégicas da Sema para a implantação e gestão das UCs incluem as Cooperações Técnicas com instituições como o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA), o Instituto Piagaçu-Purus (IPI), Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia (IECAM), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e Fundação Amazonas Sustentável (FAS). O foco das ações é “a elaboração e implementação de Planos de Gestão com ênfase no manejo e monitoramento do uso dos recursos naturais de forma sustentável, no fortalecimento da organização comunitária, desenvolvimento de atividades de geração de renda e ações de educação e sensibilização ambiental” (SDS, 2014).

Conforme destaca Diegues (1995, p. 215), “[...] a questão ambiental, e as políticas de conservação propugnadas por esse setor, inclusive as UCs, não podem ser tratadas fora do contexto do desenvolvimento brasileiro” porque, em geral, estão alicerçadas nas noções de planejamento e controle. Desde a época colonial, a economia brasileira esteve marcada por ciclos econômicos e voltada para as demandas externas, “os métodos predatórios [...] de ocupação e apropriação dos espaços (e territórios) no país, produziram efeitos desastrosos à dinâmica e reprodução ambiental como um todo - com reflexos profundos na fisionomia natural e social do Brasil” (DIEGUES, 1995, p. 216).

A lógica do modelo brasileiro de desenvolvimento foi marcada pela concentração dos investimentos públicos na indústria, infraestrutura (transporte, energia, comunicação,

saneamento básico, urbanização), e nos estímulos à expansão da agropecuária. A era desenvolvimentista vivenciada pelo Brasil no período pós Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) lançou a Amazônia – particularmente o Estado do Amazonas, por meio das políticas de desenvolvimento via industrialização – na escala global da economia e despertou o interesse de empresas multinacionais, com destaque para as indústrias do Polo Industrial de Manaus, no turismo, aumentou a atuação de agências operadoras e das grandes redes hoteleiras, criando um canal de conexão permanente com o mercado mundial (BECKER e STENER, 2008).

Os efeitos das transformações promovidas pelo crescimento do mercado em Manaus repercutiram junto às comunidades tradicionais do seu entorno, seja pelo intenso processo migratório do interior para a capital, seja pela pressão sofrida em virtude das atividades econômicas de grande impacto – exploração madeireira, oleira, extração de areia, pesca comercial e outras formas de uso intensivo do solo e de exploração dos recursos naturais.

1.2 ECOTURISMO NO CONTEXTO DA GESTÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (AMAZONAS, 2007a) do Amazonas contempla nos seus objetivos o favorecimento das condições e a promoção do turismo sustentável, tendo como diretriz o desenvolvimento de estudos, pesquisas e práticas de atividades de lazer e de turismo sustentável em contraposição às atividades produtivas potencialmente degradantes, dessa forma, uma nova configuração espacial promoveu mudanças significativas nos territórios tradicionalmente ocupados. A transformação dos espaços em áreas protegidas forjou novas territorialidades humanas às quais as comunidades tradicionais do Baixo Rio Negro buscaram adaptar-se. Dentre as atividades econômicas apresentadas como alternativa às atividades potencialmente degradadoras da natureza (extração de produtos madeiros, mineração, agropecuária), encontra-se o turismo, particularmente o ecoturismo, classificado como um tipo de turismo sustentável. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) e o Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o turismo sustentável deve conduzir à gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas das comunidades que desenvolvem turismo possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida (OMT, 2003).

Ecoturismo é um segmento¹¹ de turismo cuja prática permite ao turista a experiência integradora com o ambiente e a cultura do local visitado de modo a gerar benefícios para ambos. Em 1984, a Sociedade Internacional de Ecoturismo – ou *The International Ecotourism Society* (TIES)¹² – concebeu o ecoturismo como uma “viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente e promovem o bem-estar da população local” (TIES, 2015, s.p.) fundamentado nos conceitos de educação, conservação e sustentabilidade em contraposição ao turismo de massa. A TIES delineou sete princípios fundamentais e obrigatórios para a definição das práticas do ecoturismo: minimizar os impactos ambientais e sociais; desenvolver a consciência e o respeito pelo ambiente e a cultura junto aos turistas, moradores e agentes anfitriões; oferecer experiências positivas tanto para os visitantes quanto para os anfitriões; promover benefícios econômicos diretos para a conservação ambiental¹³; promover benefícios econômicos e a participação real da população local; e aumentar a sensibilidade dos turistas para o clima político, cultural e social do país anfitrião (HONEY, 2008). O ecoturismo não pode ser confundido com o turismo de natureza ou turismo ecológico, ambos definem tipologias turísticas nas quais os recursos naturais são objetos de contemplação e educação ambiental dos visitantes, respectivamente, não priorizam o envolvimento da comunidade anfitriã.

Segundo Western (2005, p. 15), “o ecoturismo surgiu no mundo das viagens e da conservação como um *tsunami*, um verdadeiro maremoto, porém suas origens são definitivamente mais evolutivas que revolucionárias”, desde a criação, no início do século XX, dos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite nos EUA, e do Serengeti, localizado ao norte da Tanzânia e sudoeste do Quênia, na África Oriental, já existiam ecoturistas. Contudo, o aumento do turismo de massa e individual no nível global, impulsionado pelos avanços tecnológicos da aviação comercial na década de 1970, gerou significativos impactos ambientais negativos, suscitando a pressão da ala conservacionista e resultando em uma mudança drástica de comportamento para a qual o ecoturismo tornou o mundo das viagens mais sensível ao meio ambiente. Na América Latina, cientistas e naturalistas, preocupados com o risco de extinção de espécies de anfíbios na Costa Rica, iniciaram, na década de 1980, o movimento das viagens

¹¹ A expressão segmento é utilizada para designar os variados tipos de turismo existentes no mercado, baseados em distintos fatores pertinentes às viagens: a motivação da demanda, os meios de transporte utilizados, as particularidades do produto turístico, o movimentos dos fluxos turísticos entre outros.

¹² Organização da Sociedade Civil de Interesse Público norte americana que auxiliou na formulação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo juntamente ao Instituto Embratur e o Ministério do Meio Ambiente.

¹³ os recursos são destinados à pesquisa, fiscalização, educação ambiental e conservação por meio de impostos nos aeroportos, taxas de entradas nas UCs, doações voluntárias dos turistas e agências de viagens dentre outros.

com motivos ambientalistas que culminaram com a prática do ecoturismo naquele país e nas ilhas Galápagos (HONEY, 2008).

Ceballos-Lascuráin (1996), Eagles, McCool e Heynes (2002), Irving (2002) e Western (2005) convergem seus posicionamentos sobre o ecoturismo como possível aliado na conservação das áreas protegidas, contanto que adequadamente planejado. Para Irving (2002, p. 48) “a utilização de áreas protegidas para o ecoturismo reflete as tendências globais”, dentre as quais destaca-se o crescimento da consciência ambiental em função da constatação dos crescentes níveis de degradação ambiental, dos danos ecológicos, da necessidade de valorização da vida natural e dos interesses das populações locais (IRVING, 2002; WESTERN, 2005), e o “processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo, bastante afetada pelo fenômeno da globalização” (IRVING, 2002, p. 48). A percepção do ecoturismo com ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável aliada às pressões do movimento ambientalista, ocorridas desde a década de 1970, são os motivos pelos quais os governos dos países em desenvolvimento resolveram incluí-lo nas suas estratégias com vistas ao progresso econômico e à conservação ambiental.

As discussões sobre o ecoturismo no âmbito governamental no Brasil tiveram início em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional¹⁴ constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para monitorar o Projeto Turismo Ecológico em resposta às práticas desordenadas e pouco sustentáveis do turismo existentes no País. Na concepção do MMA, o ecoturismo é

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (MCT/MMA, 1994, s.p.)

O conceito proposto pelo MMA também foi utilizado em 1994 para fundamentar as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (PNE) do Ministério do Turismo, a partir das quais estabeleceu-se o marco legal do ecoturismo no Brasil. O maior detalhamento da PNE será abordado no capítulo III. No Brasil, o ecoturismo foi o segmento que obteve maior destaque na implementação de projetos turísticos destinados às áreas protegidas, especialmente nas RDSs e Resex, devido aos benefícios gerados às localidades receptoras, este segmento tem

¹⁴ Criada pela Portaria Interministerial Nº 001, de 20 de abril de 1994.

se mostrado promissor e, desde o final da década de 1990, passou a despertar o interesse tanto dos gestores públicos quanto das comunidades interessadas no desenvolvimento do turismo.

O ecoturismo é o segmento turístico que mais cresce no mundo, com taxas entre 15% e 25% ao ano (OMT, 2014), é a única atividade econômica permitida em UCs de proteção integral, como os Parques Nacionais – as demais atividades restringem-se à visitação para fins educacionais e pesquisa¹⁵ – segundo o Snuc (BRASIL, 2000), nas demais categorias de UCs de uso sustentável, o ecoturismo é amplamente difundido. A possibilidade de impor certo controle à atividade turística, conota ao ecoturismo a condição de sustentável, dessa forma, os ecossistemas podem ser mantidos livres das alterações causados pela interferência humana, no caso das UCs de proteção integral, admite-se apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

O ecoturismo, ao qual se vincula o conceito de turismo sustentável, pressupõe o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social, cuja participação democrática da sociedade nos processos decisórios e na repartição dos benefícios gerados pelo turismo é imprescindível, sob pena desta atividade tornar-se excludente e condenar as comunidades turísticas ao declínio econômico. Segundo a Organização Mundial de Turismo¹⁶ (OMT, 2001) a sustentabilidade do turismo só será viável se o poder de conservação dos lugares turísticos essenciais for administrado e, em seguida, rigorosamente implantado por meio de um sistema eficiente de controle de operação e planejamento, daí a necessidade de estudos de modo a construir os alicerces de longo prazo tanto para a gestão dos recursos ambientais que sustentam o turismo, quanto à administração da atividade turística cuja participação efetiva das comunidades receptoras de turistas esteja no cerne da gestão.

Leff (2010, p. 155) assevera que o turismo “não deve ser uma indústria de enclaves para o usufruto do visitante estrangeiro, a que a população local só tem acesso como empregados do negócio turístico – em muitos casos subempregos esporádicos – em que se impõe um estilo arquitetônico e um modelo de vida globalizado alheio às culturas locais”, mas, “deve dignificar

¹⁵ A Lei 9.984 de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de conservação estabelece no Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. § 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. As restrições de uso nestes tipos de UCs seguem o que dispõe o Snuc sobre os Parques Nacionais.

¹⁶ A OMT é o organismo especializado das Nações Unidas, é a principal organização internacional com o papel central e decisivo na promoção do desenvolvimento do turismo responsável, sustentável e acessível para todos.

as populações que o recebe” (LEFF, 2010., p. 157), assim, as comunidades anfitriãs não serão fagocitadas pelos padrões mercadológicos e culturais exógenos.

O conceito de desenvolvimento sustentável é “fugidio, devido à sua multidimensionalidade e complexidade” (SACHS, 2008, p. 37) representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável – e pelas novas problemáticas (desigualdades, desemprego, esgotamento dos recursos, desperdício), também considera o desenvolvimento como conceito em evolução que deverá tornar-se incluyente na medida que incorpora a democracia, a igualdade de condições de acesso aos serviços públicos, quando reduz as desigualdades na distribuição da renda e cria igualdade de acesso às oportunidades. Leff (2000) afirma que o conceito de desenvolvimento é polêmico e coloca-o como noção normativa em que o desenvolvimento sustentável se põe de forma antagônica à racionalidade capitalista hegemônica, mas, convergente para o desenvolvimento situado.

Os movimentos ambientalistas surgidos a partir da Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (Suécia), em 1972, contribuíram para a inserção da dimensão ambiental na agenda política internacional, particularmente por meio da Declaração de Estocolmo, proposta como condicionante e limitante do modelo hegemônico tradicional de crescimento econômico e de uso dos recursos naturais. Contudo, somente em 1987, a noção de desenvolvimento sustentável foi apresentada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Na referida Declaração, é destacada a necessidade de empenho e cooperação entre os países na solução das questões internacionais relativas à proteção e melhoria do meio ambiente, o que só veio a ocorrer a partir da Conferência das Nações Unidas de 1992, denominada Eco-92¹⁷, quando os países signatários, inclusive o Brasil, passaram a assumir compromissos nesse sentido.

O Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) – destaca que para viabilizar um desenvolvimento sustentável, as empresas multinacionais têm papel decisivo, “sobretudo à medida que os países em desenvolvimento possam depender mais de capital social estrangeiro” (BRUNDTLAND, 1991, p. 20), dessa forma, as políticas ambientais, indicadas a partir das conferências sobre o ambiente, estavam subordinadas às relações de mercado, como meios para garantir a dita sustentabilidade (MADEIRA, 2014). Para cumprir acordos internacionais e responder às pressões externas e internas, os governos passaram a adotar a noção de desenvolvimento sustentável, oportunamente, também as empresas seguiram

¹⁷ Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, com foco nos conflitos existentes entre a necessidade do desenvolvimento e de proteção ambiental.

essa tendência e se posicionaram nesse sentido, mas com interesses mercadológicos subentendidos – aumento dos lucros e a legitimidade das ações junto à sociedade civil, no intuito de associar suas marcas à ideia de responsabilidade socioambiental.

A inserção do ecoturismo nas políticas governamentais de turismo no Brasil ocorreu na década de 1980, em virtude das fortes pressões do movimento ambientalista por mudanças no modelo de desenvolvimento econômico capitalista “baseado na acumulação, monetarização excessiva e especulação financeira, na capitalização de minorias e dilapidação dos indivíduos e da natureza” (PELLIZZOLI, 1999, p. 112), cujas bases pudessem comprometer a disponibilidade dos recursos naturais e a qualidade do ambiente às gerações futuras. A necessidade do Estado de atender essa demanda veio ao encontro da imperiosa condição de dar alternativas de desenvolvimento às comunidades tradicionais nas UCs, ao passo que também atenderiam aos princípios do turismo sustentável. Ocorre que o ecoturismo não está livre de promover alterações socioespaciais negativas, ainda que mínimas, contudo esse fato é claramente subestimado ou negligenciado pelo poder público na gestão das áreas protegidas. Aliado ao ecoturismo como vetor de proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico nas áreas naturais, sobretudo as protegidas, destaca-se o Turismo de Base Comunitária (TBC) como forma alternativa de desenvolvimento que incorpora perspectivas do turismo sustentável.

1.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONTRAFLUXO DO TURISMO CONVENCIONAL

As políticas governamentais brasileiras de desenvolvimento das comunidades tradicionais obtiveram força no início da década de 1990, acompanhando a tendência mundial do final do século XX, quando o turismo ganhou uma reputação mais positiva entre os cientistas sociais, os conservacionistas ambientais, agentes de desenvolvimento e ativistas dos direitos indígenas, em virtude do surgimento de novas empresas turísticas com posturas mais cautelosas com o ambiente e os povos anfitriões. Essas empresas rotularam suas práticas como “ecoturismo”, “turismo de base comunitária”, “turismo cultural”, ou simplesmente “turismo alternativo” (STRONZA, 2001).

O turismo alternativo é aquele que busca resguardar e enaltecer os valores naturais e sociais de modo a promover uma interação positiva entre os anfitriões e os demais atores do turismo e ao mesmo tempo proporcionar oportunidades econômicas para os moradores locais (STRONZA, 2001). Face às demandas sociais e à necessidade de conservação ambiental na década de 1990, surge o Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário como nova

proposta de gestão de turismo que vem ganhando espaço nas políticas governamentais implementadas nas UCs do Baixo Rio Negro, particularmente na RDS do Rio Negro, por esse motivo faz-se necessária a compreensão do *modus operandi* do TBC tanto na ótica dos gestores públicos e organismos do terceiro setor a estes vinculados quanto das comunidades.

A princípio, faz-se mister esclarecer a multiplicidade de conceitos existentes sobre TBC, para tanto, pode-se remeter sua origem ao Turismo Rural Comunitário (TRC), fenômeno originado no final da década de 1980 na América Latina, inicialmente no Peru, Bolívia, Equador e Guatemala, países nos quais as comunidades tradicionais e povos indígenas sempre estiveram em constantes mobilizações pela reivindicação de suas terras e territórios ancestrais – na concepção desses povos e comunidades, a terra assume outros significados como fonte de sustento material, de identidade coletiva e de espiritualidade (MALDONADO, 2014).

Maldonado (2014) destaca duas causas do surgimento do TRC na América Latina: as razões exógenas (exteriores às comunidades) e as endógenas (próprias das comunidades). Os fatores exógenos estão relacionados à mudança comportamental dos turistas que visitam as comunidades tradicionais. O perfil dos turistas apresenta características diferenciadas pelo alto nível de formação educacional cujas motivações da viagem são a aprendizagem e o intercâmbio cultural, com características originais e inovadoras, mostram postura mais consciente. Maldonado (2014) resume essa busca pela experiência original em quatro “As”: **aprendizagem**, pela aquisição e troca de conhecimentos e experiências; **ativo**, por oferecer atividades diversificadas (caminhadas, observação da fauna e flora, visitas a lugares sagrados, atividades recreativas entre outros); **autêntico**, por não haver necessidade de copiar, nem mesmo massificar, senão valorizar aquilo que a comunidade possui de genuíno, primitivo, particular ou próprio; e **ancestral**, pela valorização dos costumes, crenças, valores, rituais, conhecimentos técnicos, habilidades e todo o acervo cultural da comunidade (grifos nossos).

Os fatores endógenos que justificaram o surgimento do TRC estão relacionados ao papel relevante atribuído aos pequenos e microempreendimentos, tanto turísticos quanto de outros segmentos, que resultam no desenvolvimento econômico local. Dada a condição de precarização de muitas comunidades tradicionais e indígenas, excluídas e discriminadas dos processos econômicos, sociais e políticos, o turismo tornou-se uma fonte alternativa de geração de renda, empregos (MALDONADO, 2014) e de oportunidades de negócios, nessa lógica, tais vantagens do turismo tornam-se instrumentos de desenvolvimento. Ademais, o TRC tem a característica de funcionar como atividade complementar em relação às demais atividades tradicionais, “[...] *las comunidades no deben bajo ningún concepto abandonar sus actividades tradicionales (agricultura, ganadería, caza, pesca y forestales) – base para la provisiona de*

alimentos y de sus formas de vida – para dedicar-se exclusivamente al turismo” (MALDONADO, 2014, p. 21).

A criação da rede de colaboração denominada *Rede de Turismo Sostenible Comunitario* (REDTURS¹⁸) favoreceu a disseminação das experiências e a expansão da prática do TRC em outros países latino americanos, como o Brasil, cujas primeiras experiências iniciaram em meados da década de 1990, no Nordeste brasileiro sob a denominação de Turismo de Base Comunitária (TBC). A princípio, tais iniciativas foram organizadas independentes das ações do poder público, após a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, foram reconhecidas por esse órgão como um fenômeno social e econômico. O edital 01/2008 do MTur foi a primeira iniciativa de financiamento específico para o TBC e demonstra o posicionamento do poder público federal de aceitação de um novo modelo de turismo. Luzia Neide Coriolano, uma das primeiras autoras a estudar o TBC no Brasil, associa o turismo em comunidades ao desenvolvimento humano por meio dos benefícios gerados no nível local com vistas ao bem estar social, a autora destaca quatro princípios basilares: participação, cooperação, autosustentação e universalidade (CORIOLANO e LIMA, 2003).

O TBC constitui-se na forma de gestão para o desenvolvimento do turismo contingenciado pela dominialidade sobre os recursos disponíveis ao uso turístico, participação social, autogestão e a incorporação do saber-fazer dos moradores das comunidades tradicionais enquanto agentes na governança do turismo local. A participação social pressupõe três condições essenciais: a informação, a motivação e a educação para participar (AMMANN, 1977), conforme será visto no capítulo IV.

Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com espaços vividos, onde a racionalidade se constrói in situ, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio. (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

A participação comunitária e a gestão democrática-participativa preconizada no TBC tem o foco no bem-estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora. Outras características dessa forma de gestão dizem respeito a menor densidade de infraestrutura e serviços e à busca por “valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura

¹⁸ Rede de comunidades indígenas e tradicionais de 14 países da América Latina, também participam órgão públicos, instituições privadas e profissionais, apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo é implementar o diálogo e a cooperação – fortalecimento de processos associativos em rede e compartilhamento de conhecimentos – em prol do desenvolvimento do turismo sustentável.

local” (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). A autogestão implica o maior grau de participação dos moradores “na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa” (BORDENAVE, 1985, p. 32-33), isso significa maior participação social no processo decisório, tanto no planejamento quanto na gestão do turismo.

A sustentabilidade do turismo, alicerçado no TBC, não se reduz às práticas conservacionistas dos recursos naturais, nesse aspecto, a REDTURS concebe quatro dimensões a serem observadas: o turismo deverá ser economicamente viável, socialmente solidário, culturalmente enriquecedor e ambientalmente responsável (MALDONADO, 2014). O TBC se distingue da gestão convencional do turismo por introduzir a dimensão humana e cultural com o objetivo de produzir resultados mais benéficos às comunidades anfitriãs, inclui portanto, a dimensão ética no confronto dialético com as imposições da globalização e da exploração capitalista o que o torna um instrumento de mobilização política. A proposta do TBC concorre para o desenvolvimento *situado* cujos arranjos locais partem da base (comunidade); do imaginário social moldado pela situação, pela contingência e pela trajetória de vida comum dos atores (historicidade), destaca a dimensão simbólica dos padrões relacionais (intersubjetividade) e afirma a diversidade (ZAOUAL, 2003).

O entendimento do termo comunidade¹⁹ é imprescindível para a elucidação das territorialidades humanas investigadas nas comunidades Inglês, Tumbira e Saracá. De acordo com o Dicionário Michaelis (2016), a etimologia da palavra comunidade vem do latim *communitate*, significando qualidade daquilo que é comum; comunhão; participação em comum; do ponto de vista sociológico, a comunidade assume o significado de agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos ou religiosos, por exemplo.

Ferdinand Tönnies (1995), um dos grandes expoentes e pioneiros da ciência social alemã, entre o final do século XIX e início do XX, criou a obra “Comunidade e Sociedade” – *Gemeinschaft und Gesellschaft* – em 1887, na qual apresenta o dualismo dos termos comunidade e sociedade. O conceito adotado nesta tese não é o apresentado pela teoria clássica como verificado em Tönnies (1973), para quem comunidade surge das interações humanas

¹⁹ Comunidade é um termo recente, inspirado na atuação da Igreja Católica junto às populações rurais no Amazonas, iniciado em 1972 no Médio Solimões – nos municípios de Tefé e Coari – a partir daí as populações ribeirinhas passaram a ser denominados ribeirinhos em comunidade. O termo é carregado de significados referentes à mobilização política, agrupamento populacional, unidade político-administrativa, harmonia e comunhão (WIGGERS, 2012; NEVES, 2009)

movidas pela vontade natural de união, enquanto a sociedade surge da vontade arbitrária, quando as interações humanas assumem um caráter deliberativo, propositivo e racional (TÖNNIES, 1973), no entanto, sua teoria é imprescindível para a compreensão da evolução do conceito de comunidade.

Por relações comunitárias (*gemeinschaft*), Tönnies (1973) compreende toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva. As relações societárias (*gesellschaft*), ao contrário, se constituiriam justamente como a sociabilidade do domínio público, do mundo exterior. Partindo dos princípios de convivialidade, Tönnies (1995, p. 239) registrou a existência de três “padrões de sociabilidade comunitária”: os laços de consanguinidade (parentesco), de coabitação territorial (vizinhança) e de afinidade espiritual (amizade) ou laços criados nas condições de trabalho ou no modo de pensar entre indivíduos que trabalham pela mesma causa e reconhecem-se entre si, nesse sentido, o termo remete ao sentimento de solidariedade. A sociedade “é um grupo de homens que, vivendo e permanecendo de maneira pacífica uns ao lado dos outros, como na comunidade, não estão organicamente unidos, mas organicamente separados, [...] cada um está por si isolado” (TÖNNIES, 1973, p. 106). A dualidade entre comunidade e sociedade em Tönnies (1975) fica mais evidente em termos da oposição entre uma cultura de povo (folk) versus uma civilização de Estado destacando o poder das relações comunitárias em orientar a constituição de identidades locais.

Wiggers (2012) destaca a relevância da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, cujos estudos sobre comunidades ocidentais foram divulgados por pesquisadores entre 1900 e 1930, a partir dos quais outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais e Políticas, o Serviço Social e a Psicologia Política passaram a dar atenção à comunidade que, nas suas abordagens metodológicas, foi denominada organização de comunidade. O foco das pesquisas da Escola de Chicago voltou-se para os grupos humanos rurais e pequenas localidades urbanas, com características de unidade e localizados em territórios delimitados social e espacialmente. O modo de intervenção peculiar dos grupos de pesquisadores teve como base a metodologia adotada na Antropologia nos estudos sobre grupos primitivos, como os indígenas, sob pressão das mais variadas mudanças sociais. Para Neves (2009), a complexidade do termo comunidade deriva da existência de múltiplos significados ao qual são atribuídos,

[...]ora é amplamente inclusivo se define pela mínima unidade territorial ou localidade; ora é unidade político-administrativa porque sede de prestação de serviços públicos e comunais” (escola, capela, campo de futebol, motor de luz, sede da associação de produtores). Nessa perspectiva, “comunidade” é a base para a formulação de demanda de um espaço público legitimado para os investimentos dos serviços municipais. (NEVES, 2009, p. 69)

Em virtude da polissemia que o termo comunidade carrega, preferiu-se aproximar as conceituações de Tönnies (1975) àquelas analisadas por Bauman (2003) com enfoque na questão das territorialidades humanas e associá-lo aos elementos que perpassam o viver comum, ou seja, ao sentimento de pertencimento, da intersubjetividade, o sentimento coletivo de “nós”, como os alicerces para efetivar os elos entre os membros da comunidade, o que para Bauman (2003, p. 7) remete à sensação de lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante”, traduzido a partir das narrativas dos moradores entrevistados como lugar de segurança e afetividade, no entanto, o autor desconstrói a ideia romantizada de comunidade que remete à inocência desinteressada, à homogeneidade ou à “mesmidade” que “se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas” (BAUMAN, 2003, p. 18). Dessa forma, optou-se por interpretar o termo comunidade não somente como desígnio de autodenominação, mas também a sua utilização político-administrativa e organizativa pelos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, e a utilização jurídico-formal – como denominação oficial nas políticas governamentais.

Na Amazônia, o termo comunidade se difundiu em virtude da presença da Igreja Católica progressista, por meio da qual o termo passou a substituir o de aldeia, de povoado, e finda por nomear qualquer coletividade local (LENÁ, 1999). Nos estudos de Neves (2009), sobre os processos de constituição política dos ribeirinhos, habitantes das várzeas do médio rio Solimões, no Estado do Amazonas – particularmente nas cidades de Tefé e Coari – entre 1718 e 1798, destaca-se o papel desempenhado pela Igreja Católica por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um “enquadramento mediado pela afiliação religiosa e fundamentado na defesa de um (essencializado) modo de vida” (NEVES, 2009, p. 68), para tanto, utilizou-se das desobrigas – atos de mobilização para ampliar as adesões dos ribeirinhos à igreja católica, era também momento de escuta e conhecimento das condições de vida dos que estavam afastados das sedes dos municípios (NEVES e GARCIA, 2012; NEVES, 2006). Os agentes eclesiais tornaram-se porta-vozes das reivindicações dos direitos à assistência médica e à universalização do sistema educacional (NEVES, 2006). “O MEB fora definido como instituição paralela às ações missionárias e ao quadro de agentes catequistas, estimulando a constituição de presidentes e diretorias de clubes comunitários, clube de mães, cooperativas e sindicatos” (NEVES, 2006, p. 8). As CEBs criadas na Prelazia de Tefé, em 1972, contrapuseram-se às desobrigas e funcionaram de forma quase independente das ações dos padres. Para Neves (2006, p. 9), “o trabalho missionário fora então

transferido para os agentes pastorais e expandido pelos aglomerados fixados às margens dos rios, desde então reconhecidos como *comunidades*.”

Somados à atuação da igreja católica, os projetos de colonização da região amazônica implantados ao longo dos séculos, com destaque para as obras de infraestrutura na construção de estradas, a partir da década de 1960, forjaram novas territorialidades humanas por meio dos incentivos à ocupação da Amazônia os quais motivaram fluxos migratórios de diversos colonos procedentes não somente dos Estados do Nordeste, mas também de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses grupos de colonos eram formados tanto pelos que receberam subsídios governamentais quanto os que migraram por conta própria em busca de uma vida melhor, um novo mundo (WAGLEY, 1988). As comunidades ribeirinhas na Amazônia, ao longo dos anos, descobriram formas de convívio com a floresta tropical úmida, enfrentando as condições que lhes foram impostas pelo ambiente e desenvolveram habilidades, peculiares da resiliência dos ribeirinhos, para a compatibilização da exploração dos recursos locais com a sua conservação.

No transcorrer dos séculos, os índios e mais tarde os caboclos luso-brasileiros aprenderam a coexistir com o meio local e a explora-lo. Eles conhecem os solos, a flora e a fauna, a cheia e a vazante dos grandes rios, a época das chuvas e os períodos relativamente secos, 'os perigos dos insetos e das doenças endêmicas, e muitos outros aspectos do seu meio ambiente. (WAGLEY, 1988, p. 15).

Os vários ciclos econômicos vivenciados na Amazônia, quais sejam o ciclo das drogas do sertão, da agricultura, da borracha, do cacau, da pecuária, propiciaram a volubilidade da condição econômica na região, onde a coexistência da precariedade e da pujança persiste. Na medida em que novos habitantes chegavam à região amazônica, estes subjugaram suas culturas aos indígenas, promoveram transformações socioespaciais e moldaram a cultura amazônica (WAGLEY, 1988), no entanto, os povos que habitam a Amazônia tiveram que criar mecanismos de resistência para conservar a diversidade cultural, dentre estes a mobilização social para a conquista de direitos e reconhecimento legal.

O reconhecimento jurídico-formal e os respectivos direitos dos “povos e comunidades tradicionais” concretizaram-se por meio da Constituição Federal do Brasil, de 1988, cuja ratificação da denominação jurídica ocorreu a partir da criação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, cujos critérios adotados incluem: existência de condições sociais, culturais e econômicas diferentes de outros setores da sociedade nacional; presença de uma organização social regida total ou parcialmente por regras e tradições próprias, e autoidentificação, entendida como a consciência que tem o grupo social

de sua identidade tribal. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), criada pelo Decreto Legislativo Nº 2, de 1994, é um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente (SHIRAISHI NETO, 2007) também contribuiu para o processo de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, trouxe importante contribuição no campo político a partir do momento em que objetiva promover o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização às suas identidades, suas formas de organização e suas instituições.

O direito à autoidentificação ou autodenominação assegurou, em larga medida, a alteridade (BUBER, 2006; LÉVINAS, 2009; DUSSEL, 2002) das comunidades e povos tradicionais, na medida em que contempla o “outro” como sujeito ativo do processo sócio-político e jurídico-administrativo. Segundo Shiraishi Neto (2007, p. 14), o “tradicional” como operativo ganhou força no discurso oficial, no âmbito da legislação²⁰ da década de 1990, enquanto o termo “populações” vem sendo substituído por “comunidades”, as quais aparecem revestidas de uma dinâmica de mobilização ampla e diferenciada, aproximando-se por este viés da categoria “povos” (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 14).

Os instrumentos jurídicos de reconhecimento da identidade e existência dos povos e comunidades tradicionais são imprescindíveis para a valorização e o resguardo dos conhecimentos tradicionais, são também instrumentos de mobilização dos “povos da floresta” (ALMEIDA, 2010) cuja defesa dos interesses é permeada de conflitos e tensões. Tal arcabouço legal veio fortalecer as ações desses povos e comunidades nos processos políticos, além de orientar a conciliação da presença destes em UCs de todas as categorias.

Do ponto de vista da aplicabilidade do termo comunidade nas políticas governamentais implementadas na RDS do Rio Negro, o Programa Bolsa Floresta (PBF) “favorece e exige a criação de polos aglutinadores da comunidade” (WIGGERS, 2012, p. 37), ou seja, o acesso aos benefícios do PBF está condicionado à organização das famílias em associações de moradores cujo representante atuará diretamente junto à associação da RDS. O entendimento do termo

²⁰ A Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas “populações tradicionais” (Art. 17) ou “populações extrativistas tradicionais” (Art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável).

comunidade no PBF é de que esta constitui-se uma unidade política que, de preferência, deve ser uma unidade produtiva” (WIGGERS, 2012, p. 37). As três formas utilizadas pelo PBF para definir a comunidade baseiam-se nas relações de parentesco, nos limites geográficos e na produção comum (WIGGERS, 2012, p. 38). Tais critérios adotados para a definição de comunidade remetem àqueles apresentados por Tönnies (1995): os laços de consanguinidade (parentesco), de coabitação territorial (vizinhança) e de afinidade espiritual (amizade).

No âmbito das políticas de turismo, o termo comunidade é utilizado para definir a base física das ações políticas da gestão pública, na qual o Estado implanta os instrumentos de gestão que impõem a institucionalização oficial e a adesão participativa, essa visão é extremamente reducionista por não considerar outras dimensões inerentes à comunidade, tais como as territorialidades, a intersubjetividade, o sentimento de pertencimento, conforme destacado por Bauman (2003).

Valendo-se desse arcabouço teórico, entende-se que o desenvolvimento do turismo, particularmente o turismo de base comunitária em áreas protegidas, implica em desenvolvimento social, quando pessoas integrantes das comunidades tradicionais conseguem satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer sua capacidade criativa (CORIOLANO e LIMA, 2003), do contrário a atividade se torna insustentável no longo prazo.

O desenvolvimento perpassa, necessariamente, por uma percepção do mesmo enquanto um processo histórico e dinâmico, que acompanha e sofre modificações ao longo do tempo (CARVALHO, 2002, p. 112). Não se resume apenas ao crescimento econômico, abrange outros aspectos como o crescimento dos indivíduos com dignidade, justiça, cidadania e respeito à identidade histórica de cada povo envolvido. O desenvolvimento das comunidades tradicionais envolve um processo de desenvolvimento situado (ZAOUAL, 2003) das pessoas que as constituem, das interações que promovem, da cultura que produzem, dos meios econômicos que dispõem, e do meio ambiente em que estão inseridas, o que representa um movimento de avançar rumo a uma melhoria das condições de vida comunitária em todos os níveis.

O desenvolvimento comunitário envolve a participação de diversos atores: o Estado (por meio da prestação de serviços pelas instituições públicas), o mercado (pelas relações comerciais), o terceiro setor (com ações suplementares às do Estado) e a sociedade civil (por meio de associações, sindicatos, clubes, grupos e indivíduos). A participação popular de forma democrática é imprescindível ao processo de desenvolvimento, pois viabiliza as soluções para os problemas vivenciados, pois a comunidade é justamente o território onde a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilita a ação conjunta (CARVALHO, 2002), lugar onde

seus membros podem se unir e buscar juntos a realização de tudo o que está ao seu alcance em prol de objetivos comuns.

1.4 O LUGAR DA PESQUISA

O município de Iranduba situa-se entre as coordenadas 3° 12' 4" Sul e, 60° 10' 42" Oeste os municípios limítrofes são Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão e Careiro. O município dá acesso ao Parque Nacional de Anavilhanas e ao Parque Nacional do Jaú. A RDS do Rio Negro está situada entre os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão, no Estado do Amazonas, cerca de 200km de Manaus. Criada pela Lei nº 3.355, de 26 de dezembro de 2008, a partir do desmembramento da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, Setor Paduari-Solimões, criada pelo Decreto nº 16.498, de 2 de abril de 1995, e redelimitada pela Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001. De acordo com as informações do Demuc, o processo de criação da RDS do Rio Negro iniciou em dezembro de 2007, a partir da demanda popular dos residentes da APA Margem Direita do Rio Negro em virtude das pressões geradas pela legislação ambiental pertinente às UCs de proteção integral do entorno da área onde vivem, por esse motivo, um grupo de moradores dirigiu-se à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), atual Sema, para solicitar apoio na busca por melhorias na qualidade de vida e geração de renda, contudo, há controvérsias entre o discurso oficial e a versão dos moradores, conforme será visto adiante.

A RDS do Rio Negro possui uma área de 102.978.83 hectares, com coordenadas 61° 12' 55.308" Oeste e 2° 06' 13.211" Sul, localiza-se na microrregião do médio Amazonas, Baixo Rio Negro. O acesso à RDS do Rio Negro se dá por via fluvial, na margem direita do Rio Negro, partindo de Novo Airão ou de Manaus e se distancia cerca de 16 km de Novo Airão e 46 km de Manaus em linha reta. O trecho Manaus-Novo Airão pode ser feito pela estrada asfaltada AM-070, trecho Manaus-Manacapuru, e pela AM-352, trecho Manacapuru-Novo Airão, denominada Estrada do Manairão.

Art. 3º - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações. (AMAZONAS, 2008, p. 5)

De acordo com Demuc (2016) na RDS do Rio Negro, vivem 631 famílias, distribuídas em 19 comunidades, quase todas as famílias são participantes do PBF, exceto aquelas que

vivem há menos de dois anos na reserva ou não possuem os documentos necessários para torná-las elegíveis (LIMA, MAROTISCA e GRIEG-GRAN, 2013). A UC é parte integrante da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, que por sua vez está inserida no Corredor Ecológico Central da Amazônia.

As florestas de terra firme, as florestas alagadas e as matas de igapó compõem os aspectos paisagísticos locais, com destaque para as ilhas que formam o Parque Nacional de Anavilhanas²¹ - que abrange os municípios de Novo Airão e Manaus (AM). O Parque apresenta formações diversas, como Floresta Densa com cobertura uniforme, Floresta Ombrófila Densa, Campinarana Arbórea (terra firme), vegetação Caatinga-gapó e chavascal, além de ecossistemas fluviais e lacustre (AMAZONAS, 2002).

O clima possui característica equatorial, ou seja, quente e úmido, predominantemente condicionado pelos processos hidroclimatológicos da floresta trópico-equatorial úmida (SALATI, 1978). A temperatura varia em torno dos 28°, e a precipitação entre 2.200 a 2.400mm (AMAZONAS, 2002, p. 9). O período de maior precipitação é entre os meses de dezembro e maio, o pico das cheias do Rio Negro ocorre entre junho e julho, associado ao regime pluviométrico de afluentes mais distantes do rio. A vazante do rio ocorre entre os meses de setembro a dezembro, esse é o período preferido pelos visitantes, quando as praias (Figura 3) aparecem e alteram as paisagens do Rio Negro.

Figura 3 – Praia do Parque Nacional de Anavilhanas



Autora: Garrido, L., 2014.

²¹ O Parque Nacional de Anavilhanas é uma Unidade de Conservação apresenta formações diversas como Floresta Densa com cobertura uniforme, Floresta Ombrófila Densa, Campinarana Arbórea (terra firme), vegetação Caatinga-igapó e chavascal, além de ecossistemas fluviais e lacustres com 60 comunidades no entorno e é administrada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBIO). O plano de uso público está em processo e a atividade turística ainda não está regulamentada.

O regime de chuvas existente na Bacia do Rio Negro explica o volume de águas deste rio, “dependendo, por sua vez, do comportamento da circulação geral atmosférica dentro da zona intertropical sul-americana, isto é, dos deslocamentos das massas de ar nesta larga faixa climática” (INPA, 2012, p. 10). Entre 2010 e 2012, foram registradas as maiores cotas históricas de alterações no nível do Rio Negro, a cota mínima na vazante de 13,63m, em 24 de outubro de 2010, e a cota máxima da enchente de 29,97m, em 29 de maio de 2012 (PORTO DE MANAUS, 2015). O ciclo hidrológico do Rio Negro pode ser representado pelo Quadro 1:

Quadro 1 – Ciclo hidrológico do Rio Negro

Estações hidrológicas	MESES											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Enchente												
Cheia												
Vazante												
Seca												

Fonte: Adaptado de Witkoski (2007) com base nos dados do Porto de Manaus (2015), organizado por Glaubécia T. da Silva, 2016.

A variação do nível das águas é controlada de modo mais acentuado no Baixo Rio Negro – ou seja, até a sua confluência com o rio Branco, 300 km acima da sua foz. O Baixo Rio Negro experimenta uma estação seca pronunciada, com totais mensais, caindo abaixo de 50mm. Quando a região está climaticamente entrando nessa estação seca, o baixo curso do Rio está no auge da sua cheia (Figura 4), isso se dá em razão do represamento pelo Solimões-Amazonas (BARRETTO FILHO, 2001).

Figura 4 – Paisagem do Igarapé do Tumbira na cheia



Autora: Silva, G. T. (2014)

As variações no nível do rio influenciam as atividades econômicas e sociais das comunidades ribeirinhas, particularmente os moradores de Saracá, Inglês e Tumbira preferem o período da cheia, pois é mais favorável às práticas sociais (deslocamento, escoamento da produção, acesso aos serviços públicos entre outros), em contraposição, a seca representa o período de maior dificuldade para os moradores dessas comunidades. No período da seca (Figura 5) – os moradores das comunidades do Baixo Rio Negro pronunciam “séca” – as paisagens do Rio Negro se transformam, assim como a vida de quem dele depende, há uma “dificuldade de vender os produtos porque as pessoas de fora não chegam aqui fácil” (Moradora 1, comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014).

Figura 5 – Paisagem do Igarapé do Tumbira na seca



Autora: Nascimento, J. S. (2015).

As principais dificuldades identificadas nas comunidades durante a seca são aquelas relacionadas ao deslocamento e acesso à área do roçado, à escola, aos locais de pesca, que se tornam mais distantes, também o escoamento dos produtos produzidos é prejudicado.

tem que carregar por terra e longe para vender os produtos tem muita dificuldade porque o rio seca até o outro lado da ilha, e todos tem que ir a pé até lá para pegar o recreio, sair da comunidade, tem que carregar os produtos. Quando teve a séca de 2010, também não tinha como pescar, tinha que ir para outro rio mas, tinha muito banheiro era mais difícil. Antes era ainda mais difícil, para ir para a escola tinha que fazer um mutirão para levar e trazer as crianças da escola, na cheia não tem muito problema porque é terra firme. [...] Muita carapanã na época de seca fica uns seis meses. Antes não tinha tanto, dizem que é por causa das fossas, antes tinha pouca casa, também não tem mais a dedetização que vinha de Novo Airão. (Morador 5, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014).

Os relatos do morador contextualizam parte do cotidiano nas comunidades do Baixo Rio Negro no período da cheia e da seca. Esse cotidiano, revelado a partir das variações nos

níveis do rio, expressa a capacidade de resiliência humana originária não somente em virtude da ação do ambiente, mas também das expressões culturais intermediadas pelos processos históricos, na visão de Santos (2007, p. 120), trata-se dos “ajustes locais definidos pelas forças adaptativas às condições ecológicas e de produção”.

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico. (TOCANTINS, 2000, p. 278)

Tocantins (2000), na sua descrição minuciosa sobre as características dos rios amazônicos e a dinâmica de toda a gente cuja sobrevivência deles depende, detalhou a metamorfose sofrida durante os distintos períodos dos ciclos hidrológicos (enchente, cheia, vazante e seca) que desenham a paisagem dos rios vislumbrados como objetos de contemplação futura e de aproveitamento para o turismo, e ressalta a importância da água no modo de vida dos ribeirinhos, sobre essa interação o autor destaca, ainda, “o homem e rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional” (TOCANTINS, 2000, p. 277).

As unidades de relevo do local são a depressão do Amazonas da bacia sedimentar amazônica e planície fluvial (AMAZONAS, 2002, p. 9). Os milhares de ilhas que preenchem o canal principal do Rio Negro constituem os maiores arquipélagos fluviais do mundo, o de Anavilhanas – com o território distribuído entre os municípios de Novo Airão e Manaus, abrangendo cerca de 400 ilhas por 100 quilômetros – e o de Mariuá (no município de Barcelos, considerado o maior arquipélago fluvial do mundo, com 700 ilhas ao longo de 140 quilômetros) compõem a paisagem exuberante e singular daquela região.

O território do Parna de Anavilhanas possui grande beleza cênica amplamente divulgada pelos meios de promoção oficiais do Estado do Amazonas e tem atraído muitos turistas para a região de Novo Airão e Iranduba, onde estão localizadas as comunidades investigadas. O turismo se dá em função da proximidade da capital Manaus, maior centro urbano e principal portão de entrada de turistas do estado do Amazonas. Ainda existe o fato da cidade de Novo

Airão ficar às margens do Parque e depender economicamente da atividade turística desenvolvida na UC (SILVA, 2013).

A RDS do Rio Negro possui 19 comunidades cuja distribuição espacial está dividida em três polos (Quadro 2) ao longo dos municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru. De acordo com o Demuc (2016), as principais atividades econômicas são a agricultura, manejo florestal madeireiro e a pesca. As famílias também se dedicam à produção de espeto para churrasco (Polo 1), extração madeireira e pesca (Polo 2) e o turismo (Polo 3).

Quadro 2 – Divisão das Comunidades por Polos na RDS do Rio Negro

.POLO 1	POLO 2	POLO 3
Nova Esperança Marajá Santo Antônio Tiririca	Nossa Senhora. do Perpétuo Socorro do Tumbira São Sebastião do Saracá Santa Helena do Inglês Terra Preta Carão Camará	15 de Setembro Santo Antônio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro São Francisco Bujaru N. S. de Fátima N. Sra. da Conceição Terra Santa Nova Aliança São Thomé

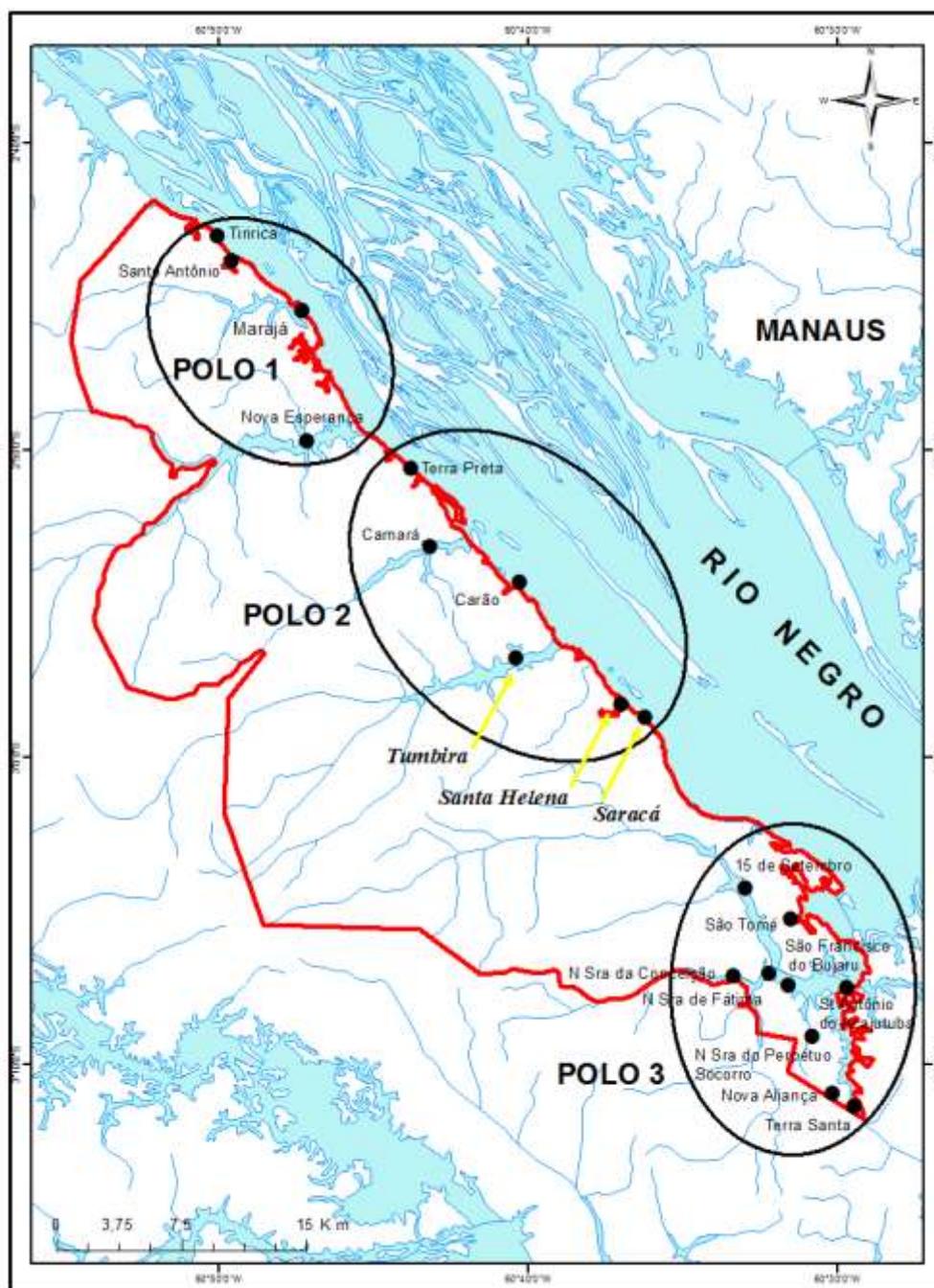
Fonte: Nascimento, J. S. (2013).

O Polo 1 é o menor e localiza-se, integralmente, nos limites do município de Novo Airão, as atividades relacionadas ao ecoturismo devem-se ao fato da existência das praias que surgem no Parna de Anavilhanas no período da seca, algumas possuem acesso permitido e situam-se na outra margem do rio, bem em frente à comunidade Tiririca (SILVA, 2013). O Polo 2 é composto por 6 comunidades, dentre as quais estão aquelas onde foram implantadas ações para o desenvolvimento do turismo pesquisadas nesta tese. O Polo 3 reúne o maior número de comunidades, e todas estão localizadas no Lago do Acajatuba, no município de Iranduba. As comunidades do Polo 3 possuem o maior tempo de experiência com o turismo, destaca-se o fato da maioria dos empreendimentos locais serem privados, o artesanato é a atividade com o maior número de incentivos por parte do PBF, também nesse Polo está prevista a construção de uma pousada comunitária implementada pela Amazonastur (SIMONETTI, 2015), com recursos do Ministério do Turismo, por meio do Contrato N°. 0247783 de 31/12/2007.

As comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá, localizadas no Polo 2 da RDS do Rio Negro (Figura 6), foram eleitas para este estudo pelo fato de serem as primeiras contempladas com os incentivos do PBF para investimentos de estímulo ao TBC, e por possuírem um número significativo de famílias envolvidas, direta ou indiretamente, com a atividade turística. Além disso, o Baixo Rio Negro

concentra o maior número de iniciativas denominadas ecoturismo e práticas de TBC da Região Metropolitana de Manaus, e representa um *locus* privilegiado das transformações promovidas por OSCIPs nas comunidades tradicionais das áreas protegidas do Baixo Rio Negro.

Figura 6 – Localização das Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá



Fonte: Moreira (2016).

O meio de acesso às comunidades Saracá, Inglês e Tumbira se dá, prioritariamente, por via fluvial, utilizando-se de barcos regionais conhecidos como “recreios” ou “barcos de linha” e o barco expresso (lança com capacidade para 45 pessoas) que fazem a linha Manaus-Novo Airão, além das voadeiras²² contratadas com os próprios moradores das comunidades.

- Lancha Expresso Sharlotte IV (tipo de embarcação pequena e veloz), sai do Porto de São Raimundo às terças e sextas, às 15 horas, e custa R\$ 30,00 (trinta reais) por pessoa. A viagem dura 3 horas em média. As condições de segurança são precárias, tendo em vista a não obediência à capacidade de lotação e a insuficiência de coletes salva-vidas para atender a todos os passageiros, além das condições fora das normas de segurança.
- Barcos regionais Novo Zanys e Meu Zanys (embarcações maiores para o transporte de carga e passageiros denominados de recreio), saem de Manaus às terças e sextas, respectivamente, às 20 horas, a viagem dura em média de 5 a 6 horas – dependendo das condições do tempo, variação do nível do rio e das condições de visibilidade em virtude da fumaça das queimadas – o valor da passagem é de R\$ 30,00 (trinta reais). Ao se aproximar das comunidades, entre 1h e 2h da madrugada, o barco para distante da margem do rio, por isso, é necessário o apoio logístico de uma voadeira do próprio recreio que leva as pessoas e bagagens até o ponto de desembarque. No período das chuvas, o transporte torna-se perigoso, pois o desembarque é feito na madrugada, e não há controle da capacidade de carga levada na voadeira, isso compromete a segurança.
- Aluguel de voadeiras particulares ou barco regional com o custo variável entre R\$400,00 e R\$800,00, depende do tamanho da embarcação. O aluguel é feito junto aos moradores das comunidades, embora seja mais caro²³, essa alternativa dá maior mobilidade, pois a embarcação fica à disposição do contratante do serviço para locomover-se até os atrativos turísticos. Os órgãos gestores das UCs orientam a contratação dos serviços dos próprios moradores como fonte de renda para os mesmos.
- O acesso menos utilizado é por via terrestre, saindo de Manaus pela Ponte Rio Negro, seguindo pela rodovia Manoel Urbano (AM-070) até o ramal do Ariaú, no Km 35, lado direito da estrada Manoel Urbano, a partir desse trecho o percurso é realizado por via fluvial para o qual é necessário contratar os serviços de transporte dos moradores das comunidades. Geralmente os moradores utilizam essa alternativa como última opção de

²² Pequenas embarcações motorizadas bastante utilizadas pelos ribeirinhos amazônicos para o transporte de pessoas e cargas.

²³ O alto custo do combustível e a baixa capacidade das voadeiras são fatores que encarecem esse tipo de transporte.

transporte, em virtude da urgência de compromissos em Manaus ou na sede de Iranduba, nos dias em que não é possível utilizar o recreio ou o expresso.

A dificuldade de locomoção representa um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores das comunidades pesquisadas, o custo é alto e há forte dependência dos serviços médico-hospitalares, ensino em nível superior, aquisição de mercadorias para abastecimento do comércio, todos providos por Manaus, o que torna obrigatório os frequentes deslocamentos dos moradores até a capital por via fluvial, especialmente para ter acesso aos programas sociais como o Bolsa Família. No Amazonas, o transporte fluvial possui grande relevância para os ribeirinhos por ser o principal meio para o deslocamento de cargas e passageiros, tal fato gera uma forte dependência desse modal, em alguns casos, essa é a única opção disponível para deslocamento intermunicipal ou até dentro do próprio município, ou ainda, entre as comunidades não conectadas por estradas.

Cabe destacar a questão fundiária na área da RDS do Rio Negro, e seu entorno pode apresentar situações de conflito em virtude da grilagem de terras, queimadas e cercamentos ilegais a partir da rodovia AM-352 (Manaus-Novo Airão) e a AM-070 (Manaus-Manacapuru), até a área do igarapé do Tumbira, a ocupação dessa área, conhecida como “Manairão” (Figura 7), envolve mais de 800 famílias (ALMEIDA, 2010) e expandiu após a criação da Ponte do Rio Negro, em 2011.

Figura 7 – Mapa da área do Manairão no Baixo Rio Negro



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2013).

Para os moradores da comunidade Tumbira, o avanço da fronteira do assentamento é uma grande ameaça ao ambiente e à manutenção do modo de vida local. Em conversas informais com os moradores da comunidade Saracá, percebeu-se a preocupação com o risco da perda do domínio do território que aos poucos vem sendo ocupado por “gente de fora” (grileiros e posseiros), essa situação gerou tensão nos moradores que pensam em criar mecanismos para garantir os seus territórios de uso, como o loteamento e até a instalação de cercas. Contudo, cabe destacar que a ocupação de famílias na área do Manairão que adentra a RDS do Rio Negro se deu por ramais já existentes antes da criação da reserva sem que as comunidades tivessem ciência disso. Segundo o gestor da RDS do Rio Negro, nesses ramais existem comunidades anteriormente constituídas e parte do território destas, pertenciam à Apa da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões e foi inserida na RDS, a partir daí, os moradores perceberam a existência delas e passaram a reivindicar a dominialidade daquele território.

Os moradores da RDS do Rio Negro sentem-se desprotegidos em meio às tensões fundiárias existentes naquela área. Se por um lado os conflitos advindos dessas ocupações podem representar uma concorrência pelo dominialidade territorial, por outro apresentam caráter positivo porque constituem uma forma de interação e associação (SIMMEL, 1983) enquanto força mobilizadora dos grupos sociais em busca da defesa dos seus interesses, conforme será abordado no capítulo IV.

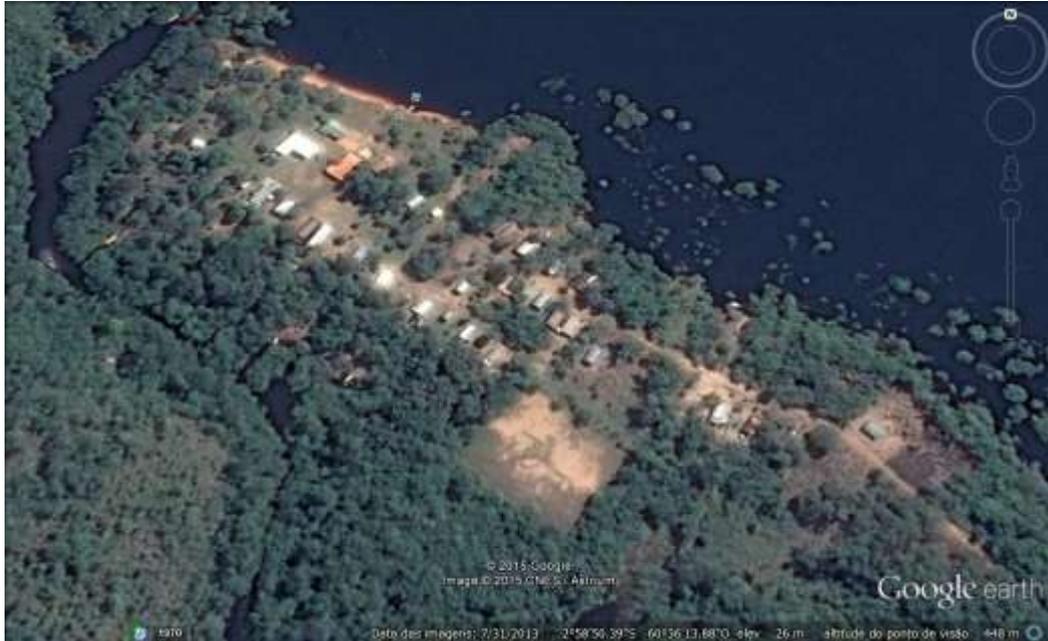
1.4.1 Comunidade São Sebastião do Saracá

A Comunidade São Sebastião do Saracá (Figura 8) localiza-se na RDS do Rio Negro, no município de Iranduba, a duas horas de Manaus, coordenadas geográficas 60°36'15.01" S 2°58'45.44" W. A comunidade fica às margens do Rio Negro é constituída por 23 famílias, sendo que 10 famílias estão envolvidas com o turismo, a população total é de 87 pessoas, é a mais populosa dentre as comunidades pesquisadas. O nome da comunidade originou-se em virtude da existência de uma espécie de formiga, abundante naquela região, denominada Saracá, que significa formiga braba.

A comunidade localiza-se em área de terra firme, cujo regime hidrológico do Rio Negro é responsável pelo surgimento de igapós e lagos no período da cheia, sem, no entanto, atingir as áreas construídas. As moradias são dispersas ao longo da margem do Rio Negro, dispostas de forma razoavelmente regular, muito próximas umas das outras, nessa configuração o campo

de futebol não se localiza no centro da comunidade, como observado nas demais comunidades pesquisadas.

Figura 8 – Vista aérea da Comunidade São Sebastião do Saracá



Fonte: Google Earth (2015).

As construções são na maioria feitas em madeira (Figura 9), mas é possível identificar novas residências construídas em alvenaria. Apenas uma família informou trabalhar com a produção da farinha cuja área do roçado localiza-se um pouco mais distante do núcleo da comunidade.

Figura 9 – Distribuição espacial das residências na Comunidade Saracá



Autora: Silva, G.T. (2015).

A criação da comunidade São Sebastião do Saracá se deu em 1983, por iniciativa da Sra. Raimunda das Graças Ribeiro, conhecida como Raimunda Saracá, professora, parteira, foi rezadeira quando era católica e agora é pastora evangélica, responsável pela construção da primeira escola e pela fundação da comunidade. No entanto, as narrativas de outros moradores revelam por volta de 1940 e 1942 aproximadamente a primeira família a chegar em Saracá, na região denominada pelos moradores de Saracá Velho, foi a da Sra. Cassimira Nonata da Silva, que construiu o campo de futebol e as primeiras casas, também tinha a posse da terra na área onde foi construída a comunidade. A chegada dessa família se deu em virtude do extrativismo madeireiro que durante muitos anos foi a fonte de sustento das famílias locais, a família também cultivava roça.

A história da criação da comunidade iniciou na década de 1980 com a chegada da Sra. Raimunda Saracá, no Lago do Acajatuba, onde atuava como rezadeira e parteira, mesmo sem entender nada do cultivo de roça, aceitou a parceria do tipo meagem com um dos irmãos da Sra. Cassimira, que cedeu o terreno em Saracá com o roçado de mandioca em retribuição pela ajuda dada durante a gravidez da esposa dele. A partir daí, a Sra. Raimunda Saracá constituiu família e logo despertou o interesse do prefeito Luiz Jorge da Silva Ferrari, de Novo Airão, para o qual deu apoio na eleição sob a promessa de criar uma escola e designar uma professora para a comunidade, o que ocorreu em 1983. Inicialmente, a escola funcionou em uma casa alugada, posteriormente foi construída com recursos da prefeitura de Novo Airão, sob a coordenação da Sra. Raimunda Saracá, e o apoio dos pais, a escola foi construída e as aulas iniciaram em 14 de março de 1983, a primeira turma tinha 64 alunos, em virtude do espaço limitado, as aulas aconteciam, em parte, dentro e outra fora da escola. A Sra. Raimunda Saracá foi a primeira professora da comunidade, mesmo possuindo apenas a 5ª série na época. Além da escola, foram construídas dez casas na comunidade para dar suporte às famílias do entorno que desejassem matricular os filhos, logo outras famílias foram chegando e construindo suas casas dando início à comunidade. O trabalho gratuito para a construção de escolas, casas comunitárias e campos de futebol é a expressão mais visível de organização social e política herdadas do MEB e reproduzidas pelas comunidades católicas no Amazonas (NEVES, 2006), embora as narrativas dos moradores do Saracá não mencionem a influência da igreja no processo de construção da comunidade, os costumes e tradições cristãs dos antigos moradores se manifestaram na configuração espacial da comunidade.

A origem dos moradores entrevistados é da própria comunidade Saracá, somando 33%, outros 33% são provenientes de Acajatuba, os demais nasceram em Açutuba, Novo Airão, Lábrea e Fortaleza, representando 11% cada. A maioria dos moradores declarou ter residido em

outros locais antes de estabelecer residência na comunidade do Saracá, foram citadas as cidades de Manaus, Búzios no Rio de Janeiro, a sede de Iranduba e a comunidade Inglês. O tempo médio de residência das famílias na comunidade é de 30 anos.

As unidades familiares participantes da pesquisa somaram 9, a identificação dos moradores foi realizada segundo o gênero, a faixa-etária, estado civil, distribuídas conforme o Quadro 3. Ao todo foram entrevistados 9 moradores, a maioria é constituída por mulheres identificadas como membros dos grupos envolvidos com o turismo e o artesanato.

Quadro 3 – Moradores da comunidade Saracá conforme o gênero, idade e estado civil

Nº Famílias	Gênero		Idade				Estado Civil			
	Feminino	Masculino	20-30	31-40	41-50	+50	Casado(a)	Solteiro(a)	União Estável	Viúva
9	8	1	0	4	4	1	4	1	3	1

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Todos os entrevistados são adultos, a maioria está na faixa-etária entre 31 e 50 anos, 04 moradores são casados e 03 declararam viver em união estável. Com referência ao grau de instrução dos entrevistados, a maioria possui Ensino Fundamental incompleto, o que representa 55,67%. Os moradores que possuem o Ensino Fundamental completo somam 33,33% e, Ensino Médio incompleto somam 11%. Segundo o Portal ODM (2010), em 2010, o município de Iranduba apresentou distorções nos índices de educação básica, 17,4% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental. A taxa de conclusão entre jovens de 15 a 17 anos era de 29,9%, esse indicador pouco avançou desde 2003. Os moradores entrevistados reivindicam a oferta de curso de nível superior na comunidade ou em local próximo, visto que somente é possível cursar uma faculdade fora, ou seja, em Manaus, em Novo Airão ou na sede de Iranduba.

Desde novembro de 2013, a energia elétrica é fornecida por meio do Programa Luz para Todos, antes o fornecimento era mantido pelas famílias que mensalmente abasteciam o gerador de energia mediante a cobrança de 30 litros de óleo diesel por família, o funcionamento limitava-se ao horário das 18h às 22h. Mesmo após a implantação da rede de distribuição de energia, são constantes as interrupções no fornecimento, que chegam a durar cerca de cinco dias consecutivos, algumas vezes os próprios moradores se dispõem a resolver o problema e reerguer os postes quando estes são derrubados por temporais.

O sistema de comunicação conta com os serviços de telefonia celular prestados pelas operadoras Vivo e Tim, os moradores necessitam adquirir uma antena rural para se comunicarem, porém, o sinal oscila frequentemente, além disso não há sinal de internet, e os

moradores reivindicam uma torre de transmissão do sinal que atenderia às comunidades Saracá e Inglês.

A água consumida é proveniente do poço artesiano que abastece toda a comunidade, o armazenamento é feito em caixas d'água (Figura 10) cujo tratamento é feito com hipoclorito distribuído periodicamente por agente de saúde da comunidade. Todas as residências possuem algum tipo de sanitário com fossa, construído próximo às casas ou dentro delas. O lixo produzido é queimado, mas é possível verificar resíduos de plásticos em pouca quantidade nos quintais e áreas próximas aos comércios.

Figura 10 – Abastecimento de água



Autora: Silva, G. T. (2014).

As condições de acesso à saúde é um ponto a ser destacado, a comunidade não dispõe de posto de saúde, apenas uma agente comunitária de saúde que atende às famílias com serviços básicos de distribuição de cloro, quando necessário, agenda consultas no hospital que fica na sede do município de Iranduba. Os moradores buscam os serviços de saúde na Unidade Básica de Saúde de Acajatuba ou no posto de saúde da comunidade Tumbira, nos casos graves dirigem-se a Iranduba ou Manaus. As dificuldades apontadas pelos moradores referem-se à falta de medicamentos e de médicos cardiologista, ginecologista, clínico geral são algumas especialidades mencionadas e que não estão disponíveis nas comunidades.

A comunidade possui três igrejas, sendo uma Adventista, outra Presbiteriana – ambas disponibilizam uma equipe médica duas vezes ao ano para dar assistência na RDS do Rio Negro – e a igreja católica de São Sebastião (Figura 11), padroeiro da comunidade, onde acontecem

os cultos aos domingos organizados por moradores da própria comunidade, a frequência dos padres ocorre duas vezes ao ano, na ocasião, são realizados os batizados.

Figura 11 – Igreja São Sebastião



Autora: Silva, G. T. (2014).

A religião predominante na comunidade é a católica, 06 dos entrevistados declararam ser católicos, 01 evangélico e 02 adventistas. O mais importante evento da comunidade é o festejo de São Sebastião, padroeiro da comunidade, que acontece em 20 de janeiro, durante o qual é realizado o novenário, além de bingos e rifas, configura-se na oportunidade de congregação e manifestação da fé dos moradores, por meio da religião, os laços comunitários são fortalecidos. A novena em homenagem ao padroeiro da comunidade é organizada por iniciativa das mulheres, assim como o preparo dos alimentos comercializados no quiosque (Figura 12) após os encontros até o dia do festejo. As reuniões durante a novena, os bingos, a festa do padroeiro e os torneios de futebol são momentos de fortalecimento das relações sociais entre os moradores da comunidade que sedia os eventos e entre os moradores de Inglês e Tumbira, que também participam e confraternizam juntos. A intersubjetividade dos moradores dada em função da religião, dos eventos sociais, da prática do futebol ou das entidades associativas representa o microcosmo (LITTLE, 2002), no qual se constroem as redes de socialização cujos pontos de conexão são predominantemente locais.

Figura 12 – Quiosque de apoio aos eventos da comunidade



Autora: Silva, G. T. (2014).

O acesso à educação se dá em virtude da existência da Escola Municipal São Sebastião (Figura 13), na qual os alunos são matriculados no sistema educacional seriado de nível Fundamental. A escola foi construída por esforço e iniciativa de alguns moradores, como a Sra. Raimunda Saracá, com o apoio do prefeito de Novo Airão que disponibilizou o material para a construção e, posteriormente, contratou-a como professora e forneceu material escolar, porém a ajuda da prefeitura de Novo Airão cessou em virtude da comunidade estar situada na jurisdição do município de Iranduba e, portanto, não poderia receber o auxílio de outra prefeitura.

Figura 13 – Escola Municipal São Sebastião



Autora: Silva, G. T. (2014).

As narrativas dos moradores ressaltam que a construção das estruturas destinadas à prestação do serviço público de educação obteve maior progresso enquanto perdurou o apoio da prefeitura de Novo Airão, até o início da década de 1990, e após a mudança da jurisdição para Iranduba, houve uma perda no nível de investimentos públicos.

A escola possui uma Unidade Demonstrativa de Produção Integrada de Plasticultura e Orgânico (Figura 14) cujas atividades são desenvolvidas pelos alunos como componente curricular. O projeto da horta escolar tem o apoio da Prefeitura de Iranduba, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) e Programa Amazonas Rural do Governo do Estado.

Figura 14 – Unidade Demonstrativa de Produção Integrada de Plasticultura e Orgânico



Autora: Silva, G. T. (2015).

O Projeto Horta em Casa (Figura 15), outro projeto implantado pelo Idam, está em desenvolvimento em 08 residências, todas as hortas são mantidas por mulheres cujo objetivo é propiciar uma alimentação mais adequada e rica em nutrientes por meio do estímulo ao plantio de hortaliças (couve, alface, cebolinha, coentro) para o consumo familiar, tendo em vista a baixa produção verificada junto às famílias da RDS do Rio Negro.

Figura 15 – Projeto Horta em Casa na Comunidade Saracá



Fonte: Silva, G. T. (2015).

Os moradores entrevistados são economicamente ativos, embora exista uma pessoa aposentada, todos praticam alguma atividade laboral. Dentre as ocupações declaradas, estão: artesãos, pescadores, agricultores, auxiliar de cozinha, comerciante, lavadeira. Em todas as famílias há a predominância da pesca como ocupação, contudo é percebida a prática da policultura em virtude da sazonalidade das atividades, como o turismo, a pesca e a agricultura, exercidas complementarmente. Os ribeirinhos são policultores, porque operam em ambientes que sofrem mutações periódicas em virtude da cheia e da seca do rio, e circunscrevem o aproveitamento dos recursos conforme a disponibilidade destes na natureza (NEVES, 2009). “Por essa relação com os recursos naturais, são portadores de saberes, técnicas, estratégias e alternativas peculiares à convivência com tal forma de sazonalidade.” (NEVES, 2009. p. 68). Fatores como as doenças tropicais, as dificuldades econômicas, o transporte difícil, as condições sanitárias inadequadas e as elevadas temperaturas da região ou o solo relativamente pobre, não se constituíram em fatores limitantes ao desenvolvimento da região ou à adaptação dos indivíduos nos ecossistemas amazônicos (WAGLEY, 1988).

A base econômica da comunidade Saracá é composta principalmente pelas atividades relacionadas à pesca (Figura 16). Em todas as unidades familiares pesquisadas, a pesca foi identificada como prática cotidiana, o uso da força de trabalho manual dos membros da família na pesca artesanal é uma tradição vivenciada desde a infância quando os filhos acompanham os pais na atividade, na fase adulta essa se torna meio de sustento. O peixe é uma das fontes de proteínas mais importantes e principal na dieta alimentar dos ribeirinhos. A pesca é fonte

principal da renda das famílias, em alguns casos, as famílias também comercializam os pescados nas comunidades do entorno e em Manaus. As espécies de peixes mais pescadas são: jaraqui, tambaqui, tucunaré, matrinxã, pacu, e o principal instrumento utilizado na pescaria é a malhadeira de malha grossa (Figura 17).

Figura 16 – Pesca artesanal às margens do Rio Negro



Autora: Silva, G. T. (2014).

Figura 17 – Utilização de malhadeira na pesca



Autora: Silva, G. T. (2014).

Além da pesca, uma família planta roçado de mandioca e banana, na área pré-definida pelo plano de manejo²⁴ da RDS do Rio Negro, tal como ocorre com a extração de madeira, também em pequena escala, a madeira é utilizada para a construção civil e a movelaria, os produtos beneficiados são para o consumo ou a comercialização entre os moradores locais e das comunidades do entorno. O comércio é formado por pequenos empreendimentos que comercializam principalmente gêneros alimentícios, bebidas, materiais de higiene e limpeza. Os moradores possuem habilidades com o artesanato feitos com sementes, fibras, plástico

²⁴ Planos de manejo de UCs são documentos que estabelecem o zoneamento físico da área e as diretrizes básicas de planejamento de uso de cada zona, de acordo com o SNUC, todas as UCs devem ter um plano de manejo.

reciclado, trabalho de entalhe em madeira e pintura (Figura 18). Os servidores públicos que trabalham na comunidade são funcionários da escola: 1 gestor, 2 professores, 1 condutor (piloteiro) do transporte escolar e 1 cozinheira que também presta serviços gerais.

Figura 18 – Artesanato em madeira



Autora: Silva, G. T.(2015).

O artesanato é uma atividade econômica bastante desenvolvida, e o grupo de artesãos é formado por 10 moradores – dentre estes apenas um homem – pertencentes a 07 famílias, que produzem diversificados tipos de produtos: bolsas, colares, pulseiras, brincos, pinturas em tela (Figura 19), objetos de decoração entalhados em madeira. A matéria-prima utilizada na produção do artesanato é composta de sementes de açaí, morotó, jarina, e fibras de tucum.

Figura 19 – Pintura em tela



Autora: Silva, G. T. (2015).

O projeto “O Coletivo Artes”²⁵, do Instituto Coca-Cola, voltado exclusivamente para mulheres, é desenvolvido em parceria com a FAS, promove cursos de aperfeiçoamento de produtos naturais (Figuras 20 a e b) e embalagens reaproveitáveis dos quais são produzidos objetos com o “morotolata” – peças feitas de recortes de lata que imitam o morotó – a Rede Asta é uma instituição parceira na realização das oficinas de crochê com fios de tucum. A atividade artesanal é um complemento à renda desses artistas (renda entre R\$500,00 e R\$700,00) e a maior dificuldade para o seu desenvolvimento é a falta de um espaço adequado para a comercialização dos produtos. Segundo os moradores, em outras localidades próximas ao Lago do Acajatuba, os artesãos possuem espaços próprios para a recepção dos grupos de turistas e o comércio de artesanato, inclusive já estão inseridos nos roteiros das agências e hotéis.

Figuras 20 a e b – Artesanatos produzidos com sementes e fibras



Autora: Silva, G. T. (2015).

O futebol faz parte do cotidiano dos moradores da comunidade, são momentos de interação entre as pessoas independentemente da idade ou sexo. Os jogos de futebol (Figura 21) conformam espaços de relacionamentos e de desenvolvimento das identidades individuais e coletivas, de significado simbólico no âmbito sociocultural. Diariamente, os grupos reúnem-se em times para disputar as partidas de futebol com caráter recreativo, ou como os moradores dizem, para “brincar de bola”. Os momentos de recreação são compartilhados entre muitos

²⁵ O projeto Coletivo Artes realiza oficinas de design e reuniões sobre gestão e empreendedorismo com os grupos de artesãos de baixa renda das comunidades da RDS do Rio Negro. O artesanato produzido é ofertado em canais de comercialização mais amplos como a internet e o catálogo da Rede Asta.

moradores, os que preferem assistir acompanham na pequena arquibancada improvisada ao lado do campo.

Figura 21 – Partida de futebol



Autora: Silva, G. T. (2014).

A comunidade possui um restaurante comunitário, Encanto do Saracá (Figura 22), inaugurado em 08 de fevereiro de 2012, com o objetivo de gerar renda por meio do turismo. A construção do restaurante foi viabilizada com recursos de três fontes: do PBF, no seu componente, Renda com o aporte de R\$ 42.000,00, da prefeitura de Iranduba cujos R\$ 20.000,00 foram destinados ao pagamento dos moradores que contribuíram com a mão de obra para a construção. O gerenciamento do restaurante fica sob a responsabilidade de uma das artesãs e anteriormente foi administrado pela atual vice-presidente da associação dos moradores. O restaurante tem capacidade para receber até 50 pessoas e funciona mediante agendamento. O empreendimento é comunitário e administrado por uma moradora responsável por organizar o grupo de moradores que mantém o funcionamento do restaurante.

Figura 22 – Restaurante comunitário Encanto do Saracá



Autora: Silva, G. T. (2014)

O envolvimento das famílias da comunidade na operacionalização do restaurante ocorre mediante a existência de demanda de turistas e funciona em sistema de rodízio para que haja o maior número de famílias envolvidas, cerca de 10 famílias ao todo. Dentre as funções desempenhadas pelos moradores no restaurante, pode-se destacar: chefe de cozinha, auxiliares de cozinha, garçons, copeiras, chapeiro e recepcionista.

Algumas das atividades propostas para serem desenvolvidas na comunidade incluem a pesca esportiva, passeios de canoas pelos lagos e igapós, banho de rio na praia do Iluminado, visita à casa de farinha ou simplesmente “farinhada”, como é denominada pelos moradores, caminhada na trilha, convivência com os moradores. A comunidade não possui pousada, mas, eventualmente, os turistas e visitantes hospedam-se nas casas dos moradores.

1.4.2 Comunidade Santa Helena do Inglês

A comunidade Santa Helena do Inglês (Figura 23) localiza-se no município de Iranduba, coordenadas geográficas 60°37'2,82” S 2°58'17.69” W, é constituída por 20 famílias, com 78 pessoas que anteriormente residiam na comunidade São Sebastião do Saracá. Foi criada em 1988, com o apoio do prefeito de Novo Airão. A denominação se deu em virtude do time de futebol – o Santa Helena – que existe desde a década de 1950 naquela região, também pelo fato de um casal de ingleses ter morado no igarapé que corta a comunidade, a partir daí o local ficou conhecido como Igarapé do Inglês.

Figura 23 – Vista aérea da Comunidade Santa Helena do Inglês



Fonte: Google Earth (2015).

A maioria das casas é construída de madeira, localizam-se relativamente próximas umas das outras, distribuição espacial em formato circular, tendo os campos de futebol ao centro, e algumas casas mais próximas ao igarapé do Inglês (Figura 24) e também na margem oposta.

Figura 24 – Igarapé do Inglês



Autora: Silva, G. T (2014).

A origem dos moradores entrevistados é majoritariamente de Manaus, somando cerca de 44%, outros 22% nasceram na própria comunidade, e outros são provenientes do lago de Acajatuba, Tumbira e Manacapuru, representando 11% cada. A maioria dos moradores declarou ter residido em outros locais antes de estabelecer residência na comunidade do Inglês, foram citadas a cidade de Manaus, e as comunidades Tumbira, Marajá, Saracá, Acajatuba e Cacau Pirera, em Iranduba. O tempo médio de residência das famílias na comunidade é de 18 anos, sendo que o morador mais antigo vive há 44 anos na comunidade.

As unidades familiares participantes da pesquisa somaram 9, cuja identificação dos moradores foi realizada segundo o gênero, a faixa-etária, estado civil, distribuídas conforme o Quadro 4. Ao todo, foram entrevistados 9 moradores, a maioria é constituída por mulheres identificadas como membros dos grupos envolvidos com o turismo.

Quadro 4 – Moradores da comunidade Inglês conforme o gênero, idade e estado civil

Nº Famílias	Gênero		Idade				Estado Civil		
	Feminino	Masculino	20-30	31-40	41-50	+50	Casado(a)	Solteiro(a)	União Estável
9	8	1	3	3	2	1	2	3	4

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Os moradores entrevistados são adultos, a faixa-etária de maior representatividade foi entre 20 até os 40 anos, 02 moradores são casados e 03 são solteiros, 04 declararam viver em união estável. Com referência ao grau de instrução dos entrevistados, a maioria possui ensino Fundamental incompleto, o que representa 44,44%. Os moradores que possuem o Ensino Médio incompleto somam 22,22%, o mesmo percentual de não-alfabetizados, e 11% possui o Ensino Superior. A estrutura da comunidade dispõe da Escola Municipal Santa Helena (Figura 25), com a oferta do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, as demais séries são oferecidas na escola da comunidade Tumbira ou na escola no Lago do Acajatuba, na qual os alunos podem concluir o Ensino Médio.

Figura 25 – Escola Municipal Santa Helena



Autora: Silva, G. T. (2014).

O transporte escolar (Figura 26) é fornecido pela prefeitura de Iranduba ou pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), mas o deslocamento pode ser feito também por “voadeiras” próprias. O nível de escolaridade na comunidade ainda apresenta um grande percentual de moradores sem nenhum grau de escolaridade (33%), outros 33% somente concluíram o Ensino Fundamental, 17% possuem Ensino Médio incompleto, e 17% possuem nível Superior completo (FAS, 2011).

Figura 26 – Transporte escolar



Autora: Silva, G. T. (2015).

A baixa escolaridade ou o analfabetismo percebido entre os grupos de moradores mais velhos é um reflexo do descaso do poder público na criação de estruturas básicas nas comunidades ribeirinhas na região amazônica, esse fato se reproduz nas comunidades da RDS do Rio Negro, ainda que as escolas tenham melhorado na sua capacidade de atendimento às crianças e adolescente o acesso à educação de qualidade ainda é um desejo dos moradores. As maiores dificuldades enfrentadas no início da existência da comunidade do Inglês relacionavam-se à construção da escola e à logística de transporte para os estudantes, os esforços dos moradores para ter acesso à educação incluíram um trabalho coletivo e colaborativo para o soerguimento da primeira escola na comunidade na qual o patriarca da família Vidal – um dos fundadores da comunidade – mesmo com poucos estudos, mas com um forte desejo de dar um futuro melhor para os seus filhos, voluntariou-se como professor e depois foi contratado pela prefeitura de Novo Airão. O Sr. Vidal trabalhava em casa e durante 6 anos recebeu salário como professor.

não tinha escola na época, em lugar nenhum, e o papai resolveu ensinar, mas não tinha livro não tinha nada ai resolveram comprar o material em Manaus. Apareceu o padre José de Novo Airão, prometeu conseguir um material para ajudar a comunidade na parte da educação. O padre conseguiu o material do Mobral. [...] O papai ensinou a maioria dos morador daqui porque naquele tempo os pais proibiam os filhos de estudar só podia trabalhar, só ensinava a trabalhar, quando pedia para ir pra Manaus, ficava era brabo[...] então, foram crescendo e mal sabia assinar o nome. (Morador 5, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014).

A escola representa uma estrutura pioneira e significativa de desenvolvimento da comunidade, faz parte da memória coletiva do lugar, além disso, é motivo de orgulho para os moradores, porque é fruto de um esforço coletivo, também resulta na posição dos mesmos diante dos respectivos grupos aos quais pertencem no espaço social (BOURDIEU, 2011), visto

que os moradores participantes desse momento histórico assumem papel de destaque na estrutura hierárquica das comunidades e são figuras respeitadas pelos demais.

O abastecimento de energia elétrica é feito por meio do Programa Luz Para Todos do governo federal, implantado na comunidade em 2012, e possui ainda o Projeto Villa Smart, desenvolvido por meio do PBF cuja parceria com a Schneider Eletric implantou sistema de geração de energia fotovoltaica (solar), como uma fonte limpa. A instalação do Villa Smart foi feita pelos próprios moradores que receberam capacitação para realizarem esse tipo de serviço. Antes da implantação dessa fonte de energia, a comunidade dependia de um gerador movido a diesel cujo horário de funcionamento era restrito, das 18 às 21 horas. O abastecimento do gerador era mantido por meio da cobrança mensal de 20 litros de óleo diesel ou gasolina pagos por família.

A comunicação é feita por meio de telefone celular com a utilização de uma antena rural localizada na casa do presidente da comunidade e disponível aos demais moradores. A antena foi adquirida com recursos do PBF na modalidade Social, destinada à melhoria da educação, saúde, comunicação entre outros. Os serviços de telefonia celular são fornecidos pelas operadoras Vivo e Tim, sendo esta última a mais utilizada em virtude da melhor qualidade do sinal.

Hoje em dia o mundo que nós tamos, a tecnologia ela avançou muito e qualquer pessoa tem que tá conectado. Já pedimos para instalar antena de internet só que como é coisa que é muito caro depende de muitas parcerias, fica difícil. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

A conectividade, com o mundo por meio da internet, foi apontada como essencial em vários aspectos, particularmente na comercialização dos serviços turísticos e o contato com os parceiros e órgãos públicos. O problema da falta de conexão via internet pode ser agravado em virtude da necessidade de melhorias no sinal da frequência do celular, que não raro, apresenta falhas e deixa a comunidade praticamente incomunicável.

A água consumida é proveniente de poço artesiano ou do rio cujo tratamento é feito com hipoclorito distribuído periodicamente pela agente de saúde da comunidade. Todas as residências possuem algum tipo de sanitário com fossa, construída muito próxima das casas ou dentro delas. O lixo gerado na comunidade é coletado pelos moradores e jogado em um buraco destinado para esse fim, eventualmente os estudantes recolhem materiais recicláveis para atividades de educação ambiental na escola.

Os serviços de saúde utilizados pelos moradores são prestados pela Unidade Básica de Saúde (UBS) da Comunidade do Acajatuba, por ser mais acessível, embora possam contar com alguns serviços do posto de saúde da Comunidade Tumbira. A falta de medicamento é uma das dificuldades enfrentadas, além da ausência de médicos e de “ambulancha”²⁶, disponível apenas na comunidade Terra Preta e, frequentemente, não atende às demandas das demais comunidades em tempo hábil. A comunidade recebe duas visitas anuais de ONGs, das igrejas Presbiteriana e Adventista que prestam serviços médicos aos moradores e realizam exames, também incrementam o turismo, pois demandam os serviços de alimentação e hospedagem. A Ação Social Voluntária Amazônia (ASVAM) da igreja Adventista atende às comunidades Saracá, Tumbira e Inglês com atividades realizadas por profissionais voluntários da área de saúde, todos são membros da Igreja Adventista.

A capacitação de agentes comunitários de saúde da RDS do Rio Negro é feita pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), segundo o modelo de visitação elaborado pelo Projeto Primeira Infância Ribeirinha (PIR)²⁷ da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM), em parceria com as Prefeituras Municipais. O projeto realiza o acompanhamento da evolução das crianças desde a gestação até os seis anos de idade (FAS, 2015).

A comunidade possui uma igreja católica (Figura 27) e tem como padroeiro São Francisco de Assis cuja festa é realizada no dia 4 de outubro. Não há liderança religiosa no local, apenas um padre de Novo Airão realiza duas visitas ao ano e, segundo os moradores, “ele não tem influência na comunidade, porque não é a área dele”. As atividades religiosas são organizadas e realizadas pelos moradores, seja no período dos festejos do padroeiro, seja aos domingos. Durante as festividades, as mulheres são as responsáveis pela organização das novenas, procissões e o preparo de alimentos comercializados nas barracas, tal como ocorre nos eventos de comemoração do aniversário da comunidade, no terceiro sábado de julho.

²⁶ Embarcações, tipo lanchas, adaptadas para funcionarem como ambulâncias no atendimento aos ribeirinhos no Amazonas.

²⁷ Em maio de 2014, o PIR realizou intercâmbio entre países latino-americanos nos eventos de criação da Rede Panamericana da Investigação de Visitação Domiciliar, em Santiago, no Chile – rede que reúne vários programas de saúde infantil da América Latina – e no XI Encontro Internacional sobre Educação Pré-Escolar, realizado em Cuba, além de outros eventos nacionais.

Figura 27 – Igreja de São Francisco na Comunidade Santa Helena



Autora: Silva, G. T. (2014).

Durante o festejo em homenagem a São Francisco de Assis, padroeiro, são realizadas diversas atividades: novenário, “levantação” e derrubação²⁸ dos mastros, missa, jantar, leilões, bingos, brincadeiras com premiações, conforme apresentado no cartaz de divulgação (Figura 28) é prestigiado pelos moradores de Tumbira e Saracá.

Os festejos religiosos constituem momentos de manifestação de fé por meio das crenças e rituais dos moradores e na relação desses com o sagrado. A tradição da comunidade, mantida há décadas, além de expressão de fé, é um momento de integração social com a tradicional “levantação” e “derrubação” dos mastros que são enfeitados com fitas e brindes, depois plantados no local da festa para serem visualizados de longe e anunciarem a realização da festa do padroeiro. Essas tradições representam um importante papel na manutenção da memória coletiva dos moradores e também na preservação da identidade local.

²⁸ Os mastros representam as promessas realizadas pelos fiéis ao longo do ano, essa tradição religiosa inclui o processo de retirada dos mastros da floresta e hasteamento do mesmo com os brindes fixados, essa tarefa é realizada pelos homens da comunidade, na noite do padroeiro ele é derrubado e todos compartilham dos brindes. A tradição da puxada do mastro de São Sebastião constitui uma das poucas festas populares do país em que a cultura indígena é ressaltada. O sincretismo religioso está presente devido à prática católica na região de Olivença, na Bahia, no início do séc. XVII, quando padres jesuítas fundaram o Aldeamento de Nossa Senhora das Neves. Eles tornaram o ato de derrubada de árvores um ato justificado embasado em uma prática catequizadora. No entanto, os índios da região já puxavam, desde antes, toras de madeira em uma competição entre tribos na demonstração de vigor físico e coragem. O ato, a partir desse novo momento, teve seu sentido recriado, na indução de um ritual em homenagem ao santo católico. A escolha do mártir católico pelos jesuítas foi para argumentar com os nativos o culto como um “pedido de perdão”, visto que São Sebastião morrera flechado. (SANCHES FILHO; MESQUITA FILHO, 2009, p. 2-3).

Figura 28 – Cartaz de divulgação da Festa de São Francisco



Autora: Silva, G. T. (2015).

As demais estruturas da comunidade constituem-se do centro comunitário Santa Helena (Figura 29) – no qual são realizados os eventos e as reuniões da associação dos moradores; 01 poço artesiano e 02 campos de futebol os quais são utilizados diariamente para o lazer dos moradores e para a realização do torneio de futebol.

Figura 29 – Centro Social Santa Helena



Autora: Silva, G. T. (2014).

O campo de futebol (Figura 30) é um espaço importante para os moradores no entorno do qual as construções foram edificadas, é o local onde ocorrem as atividades esportivas e de lazer.

Figura 30 – Campos de futebol na Comunidade Inglês



Autora: Silva, G. T. (2015).

O torneio de futebol da RDS do Rio Negro (Figura 31) acontece entre os meses de março a dezembro nas categorias: masculino, feminino, *master* e infantil. Os jogos de futebol são a principal atividade de lazer na comunidade, e congrega os jovens, as crianças e os adultos, homens e mulheres, assumindo um importante papel de socialização entre os moradores locais, e entre estes e os moradores das demais comunidades da RDS do Rio Negro, tal como observado na comunidade Saracá.

Figura 31 – Torneio de futebol da RDS do Rio Negro



Autora: Silva, G. T. (2015).

As atividades econômicas desenvolvidas na comunidade estão relacionadas ao extrativismo madeireiro, pesca, produção de farinha (Figuras 32 a e b) ou farinhada, a qual é destinada em parte ao consumo dos moradores e outra parte ao comércio na própria comunidade e nas comunidades do entorno, e ao turismo em menor escala.

Figura 32 a e b – Casa de farinha na Comunidade Santa Helena do Inglês



Autora: Silva, G.T. (2015).

A roça (plantação de mandioca e banana) é pouco desenvolvida pelos moradores em virtude das restrições para essa prática, pois o plano de manejo da UC estabelece os locais destinados para a atividade agrícola, isso desestimulou muitos moradores após a criação da RDS, apenas uma família tem roçado. O extrativismo madeireiro é tradicional na comunidade, os principais ofícios relacionados são a marcenaria civil e naval. A extração da madeira ocorre entre os meses de março a julho e é destinada à construção civil, movelaria e construção naval. A área destinada ao extrativismo madeireiro deveria obedecer ao plano de manejo da comunidade, segundo os moradores já está vencido desde 2013, o limite permitido de corte é de 120 árvores ou 403,37 m³ (SILVA, 2014).

A pesca é a principal atividade praticada pelos moradores, embora a maior parte da produção seja para o consumo interno, o excedente é comercializado em Manaus, as espécies de peixes encontradas são: jaraqui e matrinxã (durante a cheia de março até junho) e, cará e tucunaré (durante a seca), o alto custo da logística de transporte é o principal empecilho para a ampliação do comércio do pescado. A captura dos peixes é feita por meio da utilização de redes de pesca de malha grossa. As famílias têm um hábito alimentar pouco diversificado, destacando-se, porém, o maior consumo de peixes devido à grande variedade de espécies encontradas na região. A caça é uma prática realizada por 50% das famílias e destina-se ao consumo interno, as principais espécies são: tatu, paca, cutia, veado, porco do mato.

Outras fontes de renda dos moradores estão no comércio de gêneros alimentícios e bebidas (estabelecimentos denominados tabernas), no serviço público – 6 pessoas trabalham para a prefeitura de Iranduba e atuam como agente comunitário, canoeiro, serviços gerais, professora e agente de endemias.

A estrutura turística da comunidade conta com a pousada comunitária Vista Rio Negro, (Figura 33) inaugurada em 25 de maio de 2014, possui 08 Unidades Habitacionais (quartos), com capacidade para 04 pessoas cada, cuja gestão e operacionalização é realizada pelos próprios moradores da comunidade, de forma colaborativa e em sistema de rodízio, na medida em que chegam os grupos, uma equipe é designada para trabalhar. O valor da diária é de R\$ 50, com café da manhã incluso.

Figura 33 – Pousada Vista Rio Negro



Autora: Silva, G. T. (2014).

De acordo com o presidente da comunidade, o investimento na construção da pousada foi de R\$110.000,00, cerca de R\$ 90.000,00²⁹ oriundo do PBF na modalidade Renda, a prefeitura de Iranduba investiu R\$ 20.000,00 em materiais e no pagamento da mão de obra. A gerência da pousada é de responsabilidade da esposa do presidente da comunidade, bem como, a organização dos grupos de trabalho para a recepção dos grupos de hóspedes. A maioria dos envolvidos é constituída de mulheres que revezam-se na preparação das refeições e na limpeza e organização da pousada. Segundo o presidente da associação, “todos da comunidade têm

²⁹ Segundo informações da FAS (2015) o valor do investimento foi de R\$60.000,00

oportunidade de participar desde que tenham interesse” (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Santa Helena do Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014).

Os moradores entraram com a mão de obra, 70% paga pela prefeitura. O investimento da pousada foi de R\$110.000,00, uma faixa de 90.000,00 do bolsa renda e a prefeitura com 20.000,00 fora o pagamento da mão de obra em torno de R\$20.000,00. De acordo com informações de uma ONG que trabalha com este tipo de empreendimento se fosse contratar uma empresa especializada para construir a pousada sairia em torno de R\$250.000,00. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

Ainda segundo o presidente da comunidade, o PBF contribui com as comunidades em termos de saúde, educação entre outras atividades. Entretanto, há críticas quanto aos aspectos políticos e ao envolvimento comunitário na propositura de projetos e ações que favoreçam a materialização do protagonismo social no desenvolvimento do turismo, como será analisado no capítulo IV. O Sr. Nelson afirma que “falta mais envolvimento dos comunitários em relação ao turismo, o número de famílias envolvidas é muito pouco”, o mesmo ressalta que talvez seja pelo fato de não verem um retorno financeiro imediato, isso justificaria o desinteresse por ampliar o nível de participação.

1.4.3 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, localiza-se no município de Iranduba, coordenadas geográficas 60°40'25.32" S 02°56'47.87" W, abriga 39 famílias, sendo 20 na sede da comunidade e 19 espalhadas ao longo do igarapé do Tumbira, a população local é de 119 pessoas. Os dados socioeconômicos da Análise Diagnóstica Turística (FAS, 2011) mostram que 63% dos moradores são nativos, 25% moram na comunidade há mais de quarenta anos e 13% são aposentados.

Esta localiza-se em área de terra firme, cujo regime hidrológico do Rio Negro é responsável pelo surgimento de igapós e lagos no período da cheia, sem no entanto atingir as áreas construídas. As moradias localizadas no núcleo da comunidade estão dispostas de forma razoavelmente regular, muito próximas umas das outras (Figura 34). Nessa configuração, o campo de futebol localiza-se próximo à margem do rio, além dessas, existem outras casas que estão dispostas ao longo do igarapé do Tumbira em ambas às margens, porém localizam-se distantes umas das outras.

Figura 34 – Vista aérea da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira



Fonte: Google Earth (2016).

As construções são na maioria feitas em madeira, mas é possível identificar novas residências sendo construídas em alvenaria, segundo o vice-presidente da Associação Comunitária, nos últimos dois anos foram construídas 12 novas casas em virtude de alguns antigos moradores terem retornado à comunidade.

Figura 35 – Mapa cognitivo representativo da Comunidade Tumbira



Autora: Garrido, L. (2014)

O Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da FAS é uma construção imponente e ocupa grande parte da margem da sede da comunidade, nos desenhos (Figura 35) produzidos na Escola Estadual Thomas Lovejoy, os jovens estudantes geralmente dão grande destaque ao Núcleo, as casas e outros elementos como a oficina de carpintaria e a estufa são reproduzidos em escala

menor, a imagem foi registrada por uma professora da escola como prática pedagógica de reconhecimento do local de moradia e fortalecimento dos aspectos identitários.

A criação da comunidade ocorreu em 08 de agosto de 1986, pelo Sr José Garrido, inicialmente foi formada por cinco famílias: Garrido, Macedo, Salim, Alves Antério e Olinda, que chegaram àquela região motivadas pela extração da madeira. Em virtude das dificuldades de acesso aos serviços básicos, especialmente de educação, muitos moradores foram obrigados a manterem residência em outros municípios. Tal como ocorreu em Saracá e Inglês, as primeiras estruturas construídas foram a escola, a igreja, o campo de futebol e o centro social implantadas por meio dos esforços coletivos dos moradores entre os anos de 1999 e 2002.

As narrativas dos moradores destacam as dificuldades para a construção da comunidade, as condições precárias de educação, saúde e trabalho decorrentes da omissão do poder público na provisão desses serviços básicos, o que motivou os constantes deslocamentos para outros municípios em busca de melhores condições de educação para os filhos.

naquela época, ou o casal ia pra roça e continuava o modo de vida na extração de madeira ou migrava pra uma cidade. E ele (pai da entrevistada) migrou com a família para Novo Airão para dar continuidade aos estudos dos filhos. Já tinha esse problema de trabalho, não era RDS era terra de governo, não era APA, não era RDS, o povo vivia no interior, mas não tinha esse suporte. (Presidente da Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

De 1995 a 2008, a comunidade enfrentou muitos desafios para manter o sustento das famílias que dependiam quase exclusivamente da extração da madeira, a inserção do território das comunidades do Rio Negro nos limites das áreas protegidas motivou inúmeras mudanças no cotidiano dos moradores.

Então nesse período de 95 foram os anos que mais o Ibama na época pressionou as pessoas, até 2008 foi um momento bem difícil, porque ainda não tinha nenhum amparo constituído, não tinha nenhum projeto que desse amparo a essas pessoas, pelo menos desse um horizonte que dissesse olha tá assim mas vai modificar para isso daqui. (Presidente da Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

A comunidade sofreu forte impacto da migração a partir de 1998, das 40 famílias existentes cerca de 15 permaneceram no local. Segundo as narrativas dos moradores, após a sua fundação, a comunidade passou 10 anos sem receber nenhum tipo de estrutura básica, como escola e igreja. Na concepção dos moradores, uma comunidade desenvolvida tem que ter 5 estruturas essenciais: escola, igreja, campo de futebol, casa de festa e centro social (Figura 36).

Figura 36 – Centro Social da Comunidade Tumbira



Autora: Silva, G. T. (2014).

A maioria dos moradores entrevistados nasceu em Tumbira, somando 60%, outros 40% são provenientes de Novo Airão e Santa Helena do Inglês. A maioria dos moradores declarou não ter residido em outros locais antes de estabelecer residência em Saracá, apenas 02 moradores informaram ter morado em Manaus e Acajatuba. O tempo médio de residência das famílias na comunidade é de 32 anos. As unidades familiares participantes da pesquisa somaram 5, cuja identificação dos moradores foi realizada segundo o gênero, a faixa-etária, estado civil, distribuídas conforme o Quadro 5. Ao todo, foram entrevistados 5 moradores, a maioria é constituída por mulheres identificadas como membros dos grupos envolvidos com o turismo e artesanato, duas das entrevistadas são artesãs.

Quadro 5 – Moradores da comunidade Tumbira conforme o gênero, idade e estado civil

Nº Famílias	Gênero		Idade				Estado Civil		
	Feminino	Masculino	20-30	31-40	41-50	+50	Separado	Solteiro(a)	União Estável
5	4	1	1	1	2	1	1	1	3

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Todos os entrevistados são adultos, na faixa-etária entre 41 e 50 anos, sendo 04 mulheres e 01 homem, 03 moradores declararam viver em união estável, 01 solteira e 01 separada, ninguém se declarou casado. Os dados referentes ao grau de instrução dos entrevistados, não diferem muito das outras comunidades observadas, embora o número de família seja bem inferior, 40% possuem Ensino Fundamental incompleto, e os que possuem Ensino Médio completo, Ensino Superior completo, e os não-alfabetizados representam 20% cada, conforme observado nas comunidades Inglês e Saracá, quanto maior a idade menor é o nível de escolaridade.

O sistema de abastecimento de energia elétrica foi implantado pelo Programa Luz para Todos em julho de 2013, mas, devido às constantes interrupções, a comunidade conta com o Projeto Villa Smart, o mesmo implantado na comunidade Santa Helena do Inglês, que consiste em um sistema de conversão da energia por meio de painéis que captam a luz solar e transformam em energia elétrica.

O sistema de comunicação conta com os serviços da operadora Vivo, que funciona a partir da antena de transmissão, o sinal da telefonia celular oscila frequentemente, até mesmo os telefones rurais, e funciona melhor na área do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS). Em virtude da existência da escola, a comunidade conta ainda com sinal de internet (*wi-fi*) e antena parabólica, tendo em vista as aulas do Núcleo serem transmitidas pelo sistema mediado de TV.

A água consumida é proveniente do poço artesiano que abastece o núcleo da comunidade onde se concentra a maior parte das casas, o tratamento da água é feito com hipoclorito distribuído periodicamente pela agente de saúde da comunidade. Todas as residências possuem algum tipo de sanitário com fossa, construída muito próxima das casas ou dentro delas.

Os resíduos não-orgânicos, gerados na comunidade, são queimados, as latas, sacos plásticos, pilhas e baterias são recolhidas em depósito próprio para serem enviadas a Manaus. Parte dos resíduos orgânicos é utilizada no Núcleo para compostagem e manutenção da horta (Figura 37) da Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy, como atividade integrante do Programa de Sistemas Agroflorestais.

Figura 37 – Horta da Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy



Autora: Garrido, L. (2014)

O posto de saúde Dorothea Braga (Figura 38) é a principal estrutura de assistência à saúde da comunidade, cuja responsável é uma técnica em enfermagem que atende os moradores do Tumbira e demais comunidades do entorno, atua em casos simples como curativos, distribuição de medicamentos e encaminhamentos para as unidades de saúde próximas. A presença de médicos é rara, apesar do cronograma fixado na porta do posto informar as especialidades de clínico geral e dentista. Na prática, os moradores não contam com esses serviços, essa situação os obriga a deslocarem-se para a sede de Iranduba ou Manaus em busca de atendimento.

Figura 38 – Posto de Saúde Dorothea Braga



Autora: Silva, G. T. (2014).

Além da assistência do posto de saúde, as igrejas presbiteriana e batista realizam a cada semestre atendimento médico com várias especialidades, face a dificuldade de acesso e carência dos serviços de saúde, essa tem sido a alternativa para os moradores de Tumbira, Inglês, Saracá e de outras comunidades do entorno. Concomitante ao atendimento, as comunidades, os grupos de médicos e enfermeiros participantes dos projetos estimulam a oferta de serviços turísticos locais.

A religião predominante dos moradores é católica, e todos os anos são realizados os festejos de São José, no dia 19 de março, e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, (Figura 39) padroeira da comunidade, comemorado no segundo sábado de junho.

Figura 39 – Festejos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Autora: Garrido, L. (2014).

Durante a festa da padroeira, várias comunidades da RDS, inclusive as comunidades do Inglês e Saracá, reúnem-se para homenagear a santa. São realizadas nove noites de novena, e no último dia é realizada a procissão. No dia seguinte, acontece um torneio de futebol entre as comunidades da RDS, e a derrubada do mastro da padroeira, seguida das festas cujas atrações são os artistas de Novo Airão ou Manaus, além da realização de bingos e leilões. O centro comunitário é o espaço que atende às demandas dos pequenos eventos realizados pelos moradores como reuniões dos grupos de moradores.

Em Tumbira, existe uma escola de Ensino Infantil, a Escola Municipal Santa Rita (Figura 40) e de Ensino Fundamental e Médio - no sistema multisseriada – que atende aos jovens e crianças das comunidades Santa Helena do Inglês, Tumbira e Saracá, além de outras comunidades do entorno, as quais dispõem de transporte escolar mantido pela prefeitura de Iranduba para atender aos estudantes, bem como o material escolar, uniforme e merenda escolar que também são fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC).

Figura 40 – Escola Municipal Santa Rita



Autora: Silva, G. T. (2014).

A Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy (Figura 41) tem capacidade para 70 alunos do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Projovem Campo, programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece, em parceria com as secretarias municipais de educação, qualificação profissional e escolarização aos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. O currículo escolar inclui, ainda, atividades complementares como: cultivos na horta pelo sistema de permacultura, cursos variados e palestras, aliadas às atividades de pesca e de roça.

Figura 41 – Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy



Autora: Silva, G. T. (2014).

Um dos problemas destacados pelos moradores é a falta de professores, segundo as narrativas a situação se agravou-se a partir da criação da RDS, quando vieram as restrições de extração da madeira, a principal fonte de renda dos moradores, tendo como resultado uma

grande evasão escolar ocorrida após a migração das famílias para os municípios de Novo Airão, Manaus e o distrito de Cacaú Pirera, em Iranduba.

O medo bateu na porta de todo mundo. Vi muitas pessoas se desesperando mesmo, e isso afetou na escolinha porque a secretaria me cobrava números, dos meus 23 alunos fiquei com 7 porque cada família tinha 4 a 5 meninos na escola. [...] E aí vinha aquela cobrança, você não pode continuar trabalhando com esse número, tem que ter aluno, mas como ter aluno se só tinha essas crianças aqui? Corria o risco da escola fechar. Eu cheguei a trabalhar em 98 com 5 alunos, de 46 que eu tinha, isso desmotivava. (Presidente da Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

Embora haja limitação no número de professores, são 04 professores no total – sendo 03 residentes da comunidade e 01 da sede de Iranduba –, a escola da comunidade recebe estudantes das comunidades dos polos 1 e 2 da RDS do Rio Negro, Tumbira possui boa estrutura educacional, ainda que não atinja a totalidade de estudantes da UC, como será abordado adiante, em virtude da existência do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) Agnello Uchôa Bittencourt (Figura 42).

Figura 42 – Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Agnello Uchôa Bittencourt



Fonte: FAZ (2013).

O NCS foi criado em março de 2010, e a estrutura básica conta com as seguintes construções: escola, posto de saúde, laboratório multiuso, laboratório digital, alojamento dos

alunos, casa do professor, laboratório de pesquisa e inovação. A administração do NCS é realizada pela FAS, e a estrutura educacional funciona em corresponsabilidade com a Seduc.

Os alojamentos atendem aos professores não-residentes e alunos do Ensino Fundamental das comunidades mais distantes, localizadas no Polo 1 da RDS, que permanecem no NCS durante a semana, tendo em vista os deslocamentos penalizarem o tempo de descanso dos alunos e, conseqüentemente, o rendimento dos mesmos. No final de semana, todos retornam às comunidades de origem, assim os cursos são oferecidos em sistema de alternância – intercalando tempo-escola e tempo-comunidade – adaptado ao modo de vida local. Para chegar à escola, os alunos utilizam o transporte escolar provido pela prefeitura de Iranduba ou canoas próprias. Durante a vazante, há uma grande dificuldade de acesso à escola e, nos períodos mais críticos da seca, alguns trechos ficam comprometidos ou inacessíveis (Figura 43), nesse caso o período letivo sofre adaptações.

Figura 43 – Dificuldade de locomoção durante a seca do Rio Negro



Autora: Garrido, L. (2015).

O NCS foi projetado para atender às comunidades da RDS do Rio Negro, mas “há lacunas na abrangência dessa política social direcionada aos habitantes dessa RDS do Amazonas” (SILVA, 2013, p. 178), há deficiência no transporte dos estudantes das comunidades localizadas no Polo 1, o que compromete o acesso de jovens e crianças aos cursos ofertados no NCS, bem como há carência de serviços médicos. O fato da RDS encontrar-se nos territórios jurisdicionais de Iranduba e Novo Airão, acaba por incorrer omissão de um ou outro, e as comunidades ficarem desamparadas (SILVA, 2013).

Além das reivindicações quanto ao transporte escolar, outras demandas no âmbito da educação referem-se ao número insuficiente de professores, aliado ao fato de serem poucos os professores residentes na própria comunidade, e à ausência da oferta de cursos de graduação,

diante dessa dificuldade. Muitos jovens, após a conclusão do Ensino Médio, vão para Manaus em busca de trabalho e formação acadêmica. As narrativas dos moradores destacam que a possibilidade de ingresso na graduação na própria comunidade proporcionaria novas oportunidades de trabalho em distintas áreas de atuação, como a Pedagogia, a Gestão Ambiental e a Agronomia, atendendo assim essa demanda. Nesse sentido, está em andamento a proposta de instalação de um Núcleo de Ensino Superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) na comunidade, essa possibilidade foi cogitada pelo fato da construção da cidade universitária da UEA encontrar em curso no município de Iranduba. Em maio de 2016, a UEA divulgou a previsão de realização dos cursos de graduação em Pedagogia e Gestão Ambiental na RDS do Rio Negro.

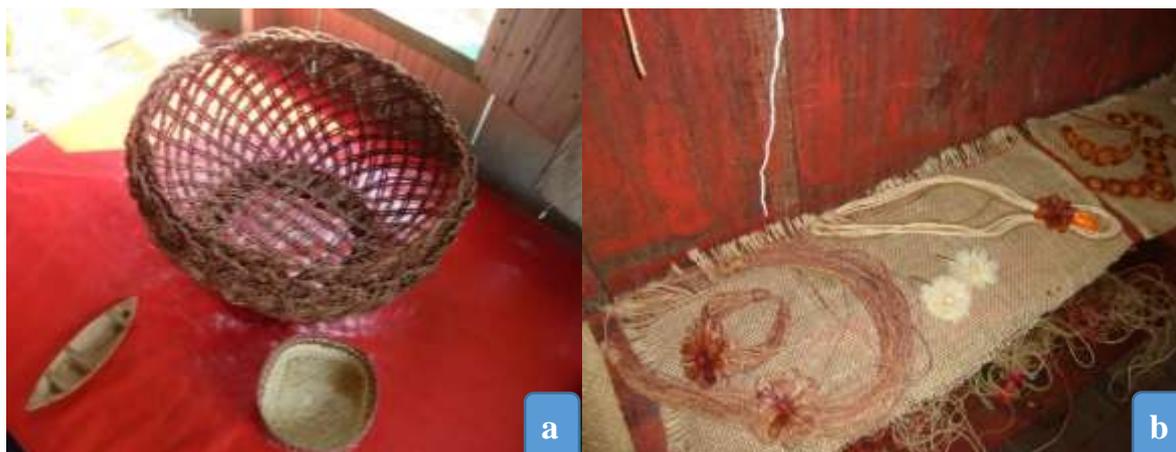
As atividades econômicas se concentram na pesca – as espécies encontradas são jaraqui e matrinxã, destinadas ao consumo e venda em Manaus e nas comunidades do entorno – na marcenaria (Figura 44), no artesanato, no extrativismo madeireiro – as principais espécies de madeiras incluem o louro inhamuí, louro-preto, jacareúba, itaúba, copaíba, andiroba, macacaúba, utilizadas na construção civil e naval, destinadas ao consumo local e demais comunidades do entorno – no extrativismo não-madeireiro – coleta de frutas para produção de polpas, extração de sementes, cipós e fibras para a produção do artesanato (Figura 45), o turismo entra como fonte de renda alternativa.

Figura 44 – Movelaria produzida na Comunidade Tumbira



Autora: Garrido, L. (2015).

Figuras 45 a e b – Artesanato produzido com cipós, fibras e madeira



Autora: Silva, G. T. (2014).

Outras ocupações dos moradores estão assim distribuídas: 25% dos moradores trabalham como cozinheiros(as) e os outros 75% se dividem, proporcionalmente, nas atividades de professor, agricultor, costureira, cabeleireira, manicure, estudante, comerciante e pedreiro/marceneiro (FAS (2011)). Cerca de 38% dos residentes recebem menos de um salário mínimo o que caracteriza um baixo nível de renda. De acordo com as informações da presidente da comunidade, a roça de mandioca para a produção da farinha (Figura 46) e derivados é praticada por 13 famílias e destina-se ao consumo próprio, além disso, desenvolvem as hortas caseiras. O comércio de estivas e materiais de limpeza e a fabricação de pães são também fontes de renda para a comunidade. A caça de animais como paca, cutia, veado e macaco é praticada pelos moradores para o consumo interno, embora proibida, a captura de quelônios e a pesca também ocorre na área do Parna de Anavilhanas.

Figura 46 – Produção de farinha na comunidade Tumbira



Autora: Garrido, I. (2015).

A Casa de Artesanato e Museu José Garrido foi construída por meio do PBF³⁰ para a produção e comercialização de artesanato, e funciona mediante a demanda de grupos de visitantes. Outras estruturas existentes são o poço artesiano e píer para embarque e desembarque de passageiros. O caixa do Bradesco Expresso existente na comunidade permite a realização de saques, transferências e depósitos. Estes serviços são usufruídos pelos moradores locais e das comunidades do entorno para o recebimento de benefícios. Em virtude das dificuldades logísticas, o abastecimento do caixa é feito pelo proprietário da Pousada do Garrido para posterior reembolso pelo banco.

A principal estrutura voltada para o turismo na comunidade é a Pousada do Garrido (Figura 47) inaugurada em 2009, possui 6 unidades habitacionais (UH) com capacidade para 24 pessoas, cada UH possui uma cama de casal, banheiro, ventiladores e armadores de rede, o custo de hospedagem na pousada é de R\$ 100, incluindo as refeições. A pousada gera 06 postos de trabalho nas funções de chefe de cozinha, condutor de trilhas, cozinheira, auxiliar de cozinha e piloto de voadeira, 04 pessoas são membros da mesma família, incluindo o gestor da pousada, o empreendimento é privado e funciona sob gestão familiar, metade das funções mencionadas é exercida por mulheres.

Figura 47 – Pousada do Garrido



Autora: Silva, G.T. (2014).

³⁰ O projeto da casa de artesanato foi idealizado por um arquiteto português convidado pela FAS, cuja estrutura acabada não agradou muito os moradores, embora tenha sido aprovada pela comunidade na época da construção, atualmente está com o telhado praticamente destruído e sem cumprir sua finalidade.

Os principais serviços oferecidos aos turistas, além da hospedagem e alimentação, são as caminhadas nas trilhas, passeio de canoa, observação noturna de pássaros, focagem de jacaré, observação de botos, banho de rio na praia do Iluminado (Figura 48) e visita ao Parna de Anavilhanas.

Figura 48 – Praia do Iluminado



Autora: Garrido, L. (2014).

A oferta dos serviços disponíveis aos turistas está condicionada às mudanças ocorridas na paisagem em cada época do ano, o regime hidrológico define a região a ser visitada, pois as paisagens tornam-se bastante diferenciadas: na cheia grande, parte da floresta é inundada pelo rio, fazendo surgir os igapós e lagos que possibilitam as práticas de atividades, como passeios de canoa nos seus cursos. Na vazante, surge a cachoeira do Tumbira (Figura 49), e no período da seca, os ambientes, antes alagados, secam, o que possibilita a relação de caminhadas pelas trilhas dentro da floresta.

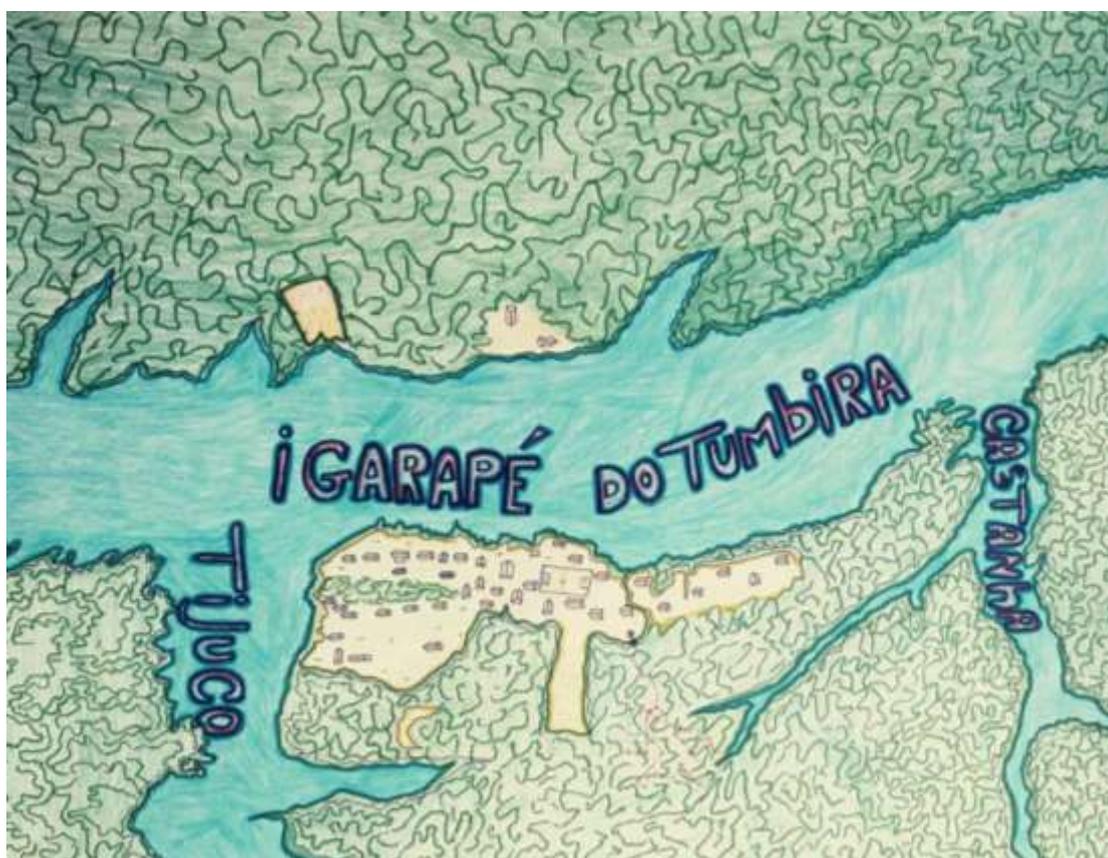
Figura 49 – Cachoeira do Tumbira



Autora: Garrido, L. (2015).

As principais estruturas comunitárias (Figura 50) destacadas nas narrativas dos moradores das comunidades Saracá, Tumbira e Inglês carregam significado simbólico para além da utilidade, o campo de futebol, a sede social, a escola e a igreja, além de espaços físicos obrigatórios na composição da comunidade são, para os moradores, instrumentos de mobilização política e de reafirmação identitária enquanto membros da comunidade. O centro social possui relevância, como espaço de discussões e de reivindicações dos moradores, ainda que, recentemente, outros espaços tenham assumido esse papel, como é caso do NCS em Tumbira, a Pousada Vista Rio Negro em Inglês e o restaurante Encanto do Saracá, na comunidade Saracá.

Figura 50 – Mapa cognitivo das estruturas comunitárias



Autora: Garrido, L. (2015).

A figura 50 foi elaborado pelos jovens da comunidade como parte da atividade de elaboração das trilhas integradas envolvendo os igarapés do Tumbira, Tijuco e Castanha. A imagem permite captar distribuição espacial dos locais de uso da comunidade para diversas finalidades como o lazer, o trabalho, o aprendizado e a contemplação.

Neste capítulo, descreveu-se o contexto sócio-político das UCs no Amazonas, com destaque à categoria de RDS compatibilizar a conservação ambiental e a valorização das formas de uso dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais. Abordou-se o surgimento do ecoturismo nas políticas governamentais brasileiras como aliado dos territórios protegidos no Amazonas, evidenciou-se o princípio da participação social na gestão territorial das UCs, sobretudo com a implementação dos princípios do TBC, como instrumento viabilizador da inclusão social nos projetos de turismo.

Os dados apresentados sobre as comunidades Saracá, Inglês e Tumbira permitiram a descrição das formas de uso e ocupação humana dos territórios e evidenciaram as estratégias de adaptação desenvolvidas pelos moradores na simbiótica relação homem-natureza. Destacaram-se as mudanças ocorridas ao longo da existência das comunidades em virtude da transformação dos seus territórios em áreas protegidas e da implementação de estruturas para o estímulo às atividades econômicas do artesanato e do turismo.

A importância econômica do Rio Negro, as características físico-químicas, paisagísticas e da ocupação humana que motivaram diversas formas de exploração do Baixo Rio Negro, desde o período colonial até a implementação de políticas ambientais e de gestão territorial, bem como os estímulos ao ecoturismo naquela região serão assuntos abordados no próximo capítulo.

2 RIO NEGRO, O RIO CÊNICO E DAS EXPÊRIÊNCIAS CIENTÍFICAS

2.1 PAISAGENS DO RIO NEGRO: as águas escuras e a beleza cênica

O Rio Negro nasce na região pré-andina na Colômbia, onde é chamado de Guiana, mas não possui material andino. Drena uma área correspondente a 10% dos 7 milhões de quilômetros quadrados da Bacia Amazônica, por cerca de 1.700 km de extensão (INPA, 2012). É o maior afluente da margem esquerda do Rio Amazonas, responsável por 15% da água que ele despeja no Atlântico. Os afluentes que alimentam o Rio Negro na região do Parque Nacional de Anavilhanas são os rios Baependi, Apuaú e Cuieras, e os igarapés Tarumã-mirim e Tarumã-açu – todos tributários da margem esquerda. Os tributários mais destacados da margem direita neste trecho são os igarapés da Freguesia, Açu e Tumbira, apresentam foz configurada por lagos alongados e pouco recortados (MMA, 1999).

A bacia do Rio Negro é “a maior bacia de águas pretas do mundo, [...]”, situada na porção noroeste da Amazônia, região de ocupação histórica e tradicional de dezenas de povos indígenas e compartilhada por quatro países: Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela” (ISA, 2015, s.p). Quando as águas barrentas do Rio Solimões e as águas escuras do Rio Negro se encontram, formam o Encontro das Águas – fenômeno natural que ocorre próximo à cidade de Manaus – e não se misturam por cerca de 10 km, até se unirem formando o Rio Amazonas.

O Rio Negro possui este nome por ter uma coloração escura, variando do marrom-café até o marrom-oliva, originada pela grande quantidade de ácido húmico dissolvido, com uma transparência de 1,30 a 2,30m. São águas quimicamente uniformes, com o pH bastante ácido, variando entre 3,8 a 4,9. “A elevada acidez deve-se à presença de grandes quantidades de substâncias orgânicas dissolvidas, provenientes da drenagem de solos arenosos cobertos por vegetação conhecida como campina, campinarana ou caatingas³¹ amazônicas” (ZEIDEMANN, 2001, p. 67).

O primeiro naturalista a dividir sistematicamente a limnologia amazônica em três tipos principais de água foi Alfred Russel Wallace³², em 1853. Segundo esse autor, as razões para as

³¹ A caatinga do rio Negro é constituída de bosques abertos, com árvores de pequeno diâmetro e uma altura flutuante entre 15 a 25 metros; os solos são geralmente arenosos, com elevada acidez. O soto-bosque são densos em virtude da abundância de luz. As espécies arbóreas mais abundantes na bacia do rio Negro são o *cunuri* (*Micrandra spruceana*), yaguácana (*Eperua leucanta*) e yévaro (*Eperua purpúrea*). (JIMENEZ, 2004, p. 223)

³² Em expedição realizada com Henry Walter Bates ao Amazonas, Wallace encarregou-se de explorar a região do rio Negro até o alto Orenoco com a finalidade de estudar a fauna e a flora local, juntos fizeram coleções de tudo

cores dos rios de águas brancas e de águas claras poderiam ser deduzidas diretamente da natureza das geologias de suas bacias de drenagens. Sobre a cor dos rios de águas pretas, Wallace (1979) especulou que era resultante da decomposição de material orgânico de origem vegetal e devido à característica dos solos sobre os quais corriam.

Outro importante viajante a destacar os aspectos físico-químicos do Rio Negro foi Alexandre Rodrigues Ferreira, durante a sua viagem no período de 1783 e 1792, pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Com base nas suas observações e nas crenças dos moradores da região, Ferreira especulou sobre a origem da cor da água do Rio Negro que seria âmbar – ou alambre – e não preta, proveniente da dissolução de betume, originado dos rochedos existentes em quase todo o leito do rio, depois atribuiu a cor das águas aos fragmentos de xisto mineralizado e à vegetação rica em ferro (FERREIRA, 1983) presente nos solos arenosos – podzóis – do alto Rio Negro. Posteriormente, os estudos realizados por Leenheer (1980) comprovaram que a coloração da água do Rio Negro era originária das substâncias húmicas dissolvidas – substâncias orgânicas ácidas e coloridas, provenientes de decomposição.

Além dos fatores físico-químicos, outro aspecto relevante a ser considerado para o melhor entendimento da dinâmica do Rio Negro é o das paisagens que, em virtude do ciclo hidrológico e da ação humana, são transformadas no tempo-espaço. A compreensão acerca da paisagem é um fator primordial para o ordenamento e a gestão territorial, nesse sentido a Antropologia Ecológica faz uma importante contribuição para a compreensão da complexidade que envolve a paisagem, partindo da noção de ecossistemas nos quais os elementos bióticos e abióticos estão em constante interação. Para Ingold (2000), a paisagem é concebida como o horizonte de convergência dos corpos e organismos humanos e não-humanos com o ambiente que os engloba, distinguindo-se de uma concepção de paisagem como “vista” ou cenário para a ação humana. A paisagem apresenta-se como a própria condição de estar no mundo, onde se entrelaçam a cultura, a natureza e o sujeito (HIRSCH e O’HALON, 2003; LOW e LAWRENCE-ZÚÑIGA, 2006), é portanto, um processo cultural localizado entre lugar e espaço, realidade em primeiro plano e potencialidade de fundo, imagem e representação (HIRSCH e O’HALON, 2003). Para além do reducionismo, a paisagem é aqui entendida para além do pano de fundo das ações humanas e se mostra como o todo e as partes de um complexo sistema cujas fronteiras são tênues, no qual os moradores das comunidades tradicionais e o

quanto interessasse à história natural, pudessem também reunir fatos com o intuito de “resolver o problema da origem das espécies” (WALLACE, 2004).

ambiente estão em permanente interação, “engajados no mundo e na cultura” como afirma Ingold (2000).

A paisagem faz parte da cultura e expressa as formas de vida no espaço, muitas vezes fica restrita ao campo de visão do observador que distorce sua imagem por captar apenas aquilo que lhe chama a atenção ou que deseja destacar. Sob esta ótica, o conjunto paisagístico da região do Baixo Rio Negro tornou-se um importante recurso turístico que, aliado às experiências/vivências dos moradores, é uma fonte de informação, porque realiza um resgate sócio-histórico e é testemunha das transformações ocorridas nas comunidades daquela região, particularmente após a criação das UCs de proteção integral.

No período da seca (Figura 51), as margens do Rio Negro e as ilhas de Anavilhanas apresentam as praias de areia branca muito apreciadas por moradores das comunidades do entorno e pelos turistas. Alexandre Rodrigues Ferreira (1983), ao subir o Rio Negro no final do século XVIII, deu destaque ao arquipélago de Anavilhanas, referindo-se às ilhas como inumeráveis por todo o curso do rio.

Figura 51 – Arquipélago de Anavilhanas na seca



Fonte: ICMBio (2015).

Ferreira (1983) relatou a dificuldade de navegação no labirinto de ilhas chamado de Anavilhena³³, observou a necessidade de um práctico para auxiliar os navegantes no percurso dentro do conjunto de ilhas inundáveis durante a cheia (Figura 52) e chamou a atenção para a formação de lagos nos quais a cor da água é mais escura que a do rio nas suas porções mais volumosas. De fato, o curso do Rio Negro, visto no seu conjunto, “é uma longa sucessão de

³³ Anavilhena foi o nome anteriormente atribuído ao arquipélago de Anavilhanas.

arquipélagos com paranás ou canais entre suas ilhas, onde é fácil perder-se” (JIMENEZ, 2004, p. 223). No período antecedente ao da vazante, Ferreira (1983) registrou a ocorrência de muitas espécies de peixes-boi, pirarucus, piraíbas e os mais variados tipos de pescados.

Figura 52 – Arquipélago de Anavilhanas na cheia



Fonte: ICMBio (2015).

O caráter visual da paisagem constitui um atributo cênico ou estético não apenas como o cenário das atividades humanas, mas um importante recurso ambiental representativo da cultura de um povo. Nesse sentido, a paisagem assume um valor fundamental a ser considerado pelas políticas de turismo. O processo de ocupação humana dos espaços, as paisagens, a biodiversidade e as características socioantropológicas dos primeiros povos a habitarem o Baixo Rio Negro foram alvo do interesse dos viajantes-exploradores os quais chamaram a atenção para os potenciais econômicos e sociais ali presentes. Nesse sentido, recorre-se ao conceito de territorialização em Haesbaert enquanto “uma hibridação entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre a materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação espaço--tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 79) para elucidar a complexa teia de relações, práticas e ações que envolvem as formas de apropriação (material e simbólica) do espaço, nas suas dimensões políticas, econômicas e culturais (TEISSERENC, 2010).

2.2 RIO NEGRO DOS VIAJANTES E CIENTISTAS

Os relatos dos viajantes que realizaram expedições até o final do século XIX, por este e outros rios amazônicos, constataram a importância econômica do Rio Negro, a exuberância e a

fragilidade da natureza (PINTO, 2006), e a sociodiversidade existente na calha do rio. Francisco de Orellana foi o primeiro europeu a navegar pelo Rio Negro, em 1542, dentro do percurso realizado da costa equatoriana do Oceano Pacífico ao litoral do Atlântico, numa longa e perigosa viagem de 3.400 quilômetros. Essa foi a “primeira vez que os europeus veem um rio de águas negras, as quais ademais, são limpas e transparentes” (JIMÉNEZ, 2004, p. 31).

Posteriormente, o jovem filósofo e pesquisador brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (2008) realizou um inventário antropológico e físico sobre os rios Negro e o Amazonas, no período de 1783 até o final de 1792. A principal tarefa desse naturalista foi descrever aspectos da agricultura, dos minerais, da fauna, flora e dos hábitos e costumes dos habitantes locais e, na medida do possível, recolher amostras de elementos representativos desses para remetê-los à Coroa Portuguesa, tendo em vista a referida viagem ter sido incumbida e financiada pela mesma.

Alexandre Rodrigues Ferreira (1983) foi um dos primeiros viajantes a descrever detalhadamente as características antropológicas e físicas da região amazônica, incluindo sua passagem pelo Rio Negro. Ferreira (1983) preocupou-se em descrever as atividades tradicionais dos indígenas que habitavam as margens do Rio Negro no que tange às habilidades para a pesca, especialmente do pirarucu cuja abundância era muito grande no início do século XX, bem como as técnicas desenvolvidas pelos indígenas que sabiam aproveitar o peixe na sua totalidade. Os registros de Ferreira (2008) revelam uma preocupação com a pesca predatória da tartaruga em Barcelos, chamando a atenção para a necessidade de “cuidados e providências” e, assim, evitar a sua “raridade no decorrer do tempo” (FERREIRA, 2008, p. 96), da mesma forma, alerta para a extinção do peixe-boi, espécie abundante na região no final do século XIX, e, atualmente, ameaçada de extinção, tais registros expõem o espírito conservacionista deste viajante.

As características das florestas descritas por Ferreira são reveladoras do fascínio e do espanto típicos do estrangeiro que se depara com a imensidão da floresta amazônica, imaginário estereotipado oscilante entre o exótico e o selvagem:

Por quaisquer destas províncias onde se lance a vista, o calor do sol, a umidade do clima e a fertilidade do solo cooperam para uma abundância vegetal. A maior parte das terras estão reduzidas a matas impenetráveis cobertas de arvoredos altos e grossos. O que se vê é um país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma;[...] (FERREIRA, 2008, p.98)

A floresta foi percebida por Ferreira (2008) como exuberante, e sua permanência um fenômeno impressionante, ainda que fascinante, o território foi considerado “selvagem” e “abandonado”, em muitos relatos as visões dos viajantes como Alfred Russel Wallace, Euclides

da Cunha e Eduardo Galvão, levam a uma interpretação do território amazônico como carente de estruturas e de cuidados, essa forma de conceber a Amazônia constituiu-se no cerne das estratégias político-econômicas de desenvolvimento da região desde o período colonial.

Os registros feitos por Alexandre Rodrigues Ferreira podem ser destacados por dois aspectos: pela necessidade de conhecimento sobre a Amazônia, para inseri-la numa política de integração nacional com o objetivo de salvaguardar o sustento da Coroa Portuguesa; e pelo pioneirismo da visão antropológico-social que contribuiu para a difusão da etnografia e a história natural do Brasil, embora criticado por seus contemporâneos, como Emílio Goeldi, em virtude dos interesses oficiais que impingia o caráter tendencioso das pesquisas realizadas por Ferreira (1983; 2008).

Alfred Russel Wallace (1979) empreendeu viagem pelo Rio Negro em 1849, iniciando pela cidade da Barra do Rio Negro até São Gabriel da Cachoeira, o principal objetivo desse viajante foi coletar o maior número de espécies possíveis de animais, a partir desses dados, descrever a fauna, flora, paisagem, aspectos físico-geográficos, hábitos e costumes das pessoas, características das construções e ocupação espacial das vilas e povoados por onde passou. Caracterizou o modo de vida nos povoados próximos às ilhas de Anavilhanas como de extrema pobreza, segundo a descrição de Wallace (1979), várias famílias habitavam a mesma casa, “os homens geralmente vestiam apenas um par de calças; as mulheres, só uma saia; e as crianças, nada. [...] sua comida consiste quase que exclusivamente nas diversas preparações a base de mandioca e água!” (WALLACE, 1979, p. 113). Destacou ainda que as pessoas trabalham durante quase todo o tempo, mas não acumulam riquezas e têm o costume de dividir tudo entre todos, tais práticas são fundadas no sentimento de solidariedade e coletivismo ainda presente em muitas comunidades ribeirinhas (SANTOS e SCHERER, 2012).

Dentre os aspectos físicos, Wallace destacou os efeitos das enchentes no Rio Negro e o surgimento dos igapós como uma das paisagens mais típicas do Amazonas, cujas árvores ficam submersas durante seis meses, além de favorecer os deslocamentos, pois encurtam as distâncias no período das enchentes, revelam a incrível capacidade de adaptação da flora ao ambiente aquático. Também destacou as espécies endêmicas de aves como surucuás, uiramembis e uirapurus de cauda cerdosa, e observou a presença de primatas que migram para os igapós durante a estação chuvosa, periquitos, anambés-azuis e anambés-roxos, e a diversidade de *Oncidium*, espécie de orquídea cuja beleza chama a atenção tanto dos viajantes quanto dos nativos. Além dos igapós, registrou a presença de “furos, igarapés, lagos e alagadiços que formam uma extensão líquida contínua, coberta pelas copas das gigantescas árvores da floresta

virgem” (WALLACE, 1979, p. 115) a partir das quais surgem variadas paisagens. Sobre o modo de vida dos habitantes dos igapós no Rio Negro, Wallace descreveu,

Durante o estio, constroem nas praias arenosas suas pequenas cabanas provisórias. Chegando a enchente, passam a viver em balsas. Levam a maior parte de sua vida sobre as águas, quer em suas canoas, quer nas redes que prendem nos galhos das árvores emersas. Esses índios nada cultivam, alimentando-se apenas daquilo que o rio lhes fornece: peixes, tartarugas, peixes-boi. etc. (WALLACE, 1970, p. 116).

O modo de vida dos indígenas descrito por Wallace está intrinsecamente relacionado ao ciclo hidrológico do Rio Negro, sobretudo no provimento de alimentos, como espaço de lazer e meio de deslocamento. Destaca-se a ausência de registro da prática da agricultura pelos povos habitantes da região, o que viria influenciar nas práticas produtivas tradicionais futuras.

Euclides da Cunha (1986), na obra “Um paraíso perdido”, descreve a região Amazônica como despreparada para receber a civilização, pois encontrava-se em um estágio primitivo de evolução e carecia de domesticação. O autor destaca a condição de inferioridade do território amazônico e seus povos em relação aos Estados Unidos e à Europa, essa percepção polarizada cria uma “escala de civilização” (TAYLOR apud LARAIA, 2001) e reforça a ideia da necessidade de ações governamentais para acelerar o processo evolutivo da Amazônia, nessa perspectiva, o desenvolvimento regional estava atrelado à permanente dependência da ação estatal. Essa narrativa contradiz a historicidade das mobilizações dos povos indígenas, quilombolas e extrativistas que habitam a região do Rio Negro, conforme registrado nos estudos contemporâneos de Almeida (2010) e Farias Junior (2013) sobre os movimentos de resistência dos indígenas e quilombolas no Rio Negro contra a dominação dos forasteiros. Hardman (2009) critica a visão etnocêntrica de Euclides da Cunha cujo discurso incorporou o “lastro de lugar-comum” (HARDMAN, 2009, p. 25) no qual a Amazônia foi descrita como um território violento e bárbaro decorrente da imposição da racionalidade capitalista ao modo de vida dos povos amazônicos, destarte não conseguiu apreender a dimensão dos fenômenos concernentes ao homem e a sua relação com a natureza.

Cabe destacar a importância dos estudos dos cientistas do século XXI, para a compreensão das territorialidades humanas no Baixo Rio Negro, os quais revelam a diversidade social e a forte organização e mobilização social das identidades coletivas (indígenas, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas) relevantes no processo de ocupação do Baixo Rio Negro, marcado pela atuação da igreja católica e por distintos processos econômicos que moldaram as territorialidades dos habitantes daquela região. Haesbaert (2004, p. 41), afirma

que a ocupação “incorpora uma dimensão simbólica, identitária e afetiva” que resulta em vínculos de pessoas, empresas, instituições e governos ao território.

O histórico de ocupação do Baixo Rio Negro teve início com os primeiros grupos de indígenas a se estabelecerem ao longo deste trecho do rio. A “ocupação humana na região do Médio e Baixo Rio Negro antecede em pelo menos 1000 anos a chegada dos primeiros europeus” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 234). Alguns “fatores limitantes” como a baixa biomassa e a acidez das águas contribuíram para criar um ambiente pouco favorável à proliferação de mosquitos, piuns e insetos vetores de doenças, o que em parte ameniza as condições de adaptação seja de moradores ou visitantes.

Pesquisas antropológicas ligadas ao Projeto Amazônia Central³⁴ registraram indícios de populações numericamente expressivas e estruturas sociais hierarquizadas que possivelmente promoveram alterações e influências no meio ambiente. “Ademais, considerando o quadro de pressões ambientais verificado nos ecossistemas de água preta é de se supor que esses grupos grandes e hierarquizados não teriam apenas se acomodado às limitações, mas manejado ativamente o meio ambiente” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 235).

Barretto Filho (2001) destaca a situação de tensão racial, exclusão econômica e animosidade contra o domínio dos portugueses que conduziu ao movimento da Cabanagem, inicialmente em Belém, no ano de 1835. Os cabanos tomaram Manaus em março de 1836, de onde se espalharam pelo Solimões, até Tabatinga, e pelo Rio Negro. Os povoados da região de Airão, rio acima, praticamente desapareceram. As impressões do naturalista Alfred Russel Wallace durante a sua viagem de subida do Rio Negro, entre 1849 e 1950, revelam que, em geral, todas as povoações da região de Airão até Barcelos estavam desoladas e semidesertas (WALLACE, 1979).

No século XIX, a repressão à cabanagem e o recrutamento forçado para o serviço militar foram fatores de despovoamento adicionados à guerra de extermínio dos Manao e fuga dos Tarumã que subiram o rio Branco, no século XVIII. No final do século XIX o ciclo da borracha trouxe muitos imigrantes nordestinos e indígenas do Alto Rio Negro, deu um novo impulso na sociedade local e fez emergir o “caboclo sertanejo”. Os descendentes dos Tapuios, índios aldeados e “aculturados”, ou “caboclo amazônico”, desapareceram ao se fundirem com os “arigós” ou “brabos”. Foi proclamado o completo branqueamento no Baixo Rio Negro, apesar do reconhecimento difuso de traços ou vestígios de vida indígena nas habitações, nas comidas, nos artesanatos, nas técnicas agrícolas, de pesca, de caça, etc, daqueles “caboclos” nascidos da miscigenação. (PERES, 2003, p. 21)

³⁴ Criado em 1995 pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com o objetivo de realizar um estudo antropológico pioneiro nesta parte da Amazônia. O projeto foi desenvolvido em uma área de aproximadamente 900 km², delimitada ao sul pelo rio Solimões, a oeste pelo rio Ariáú e a nordeste pelo rio Negro.

De acordo com Peres (2003), a ocupação recente do Baixo Rio Negro deu-se em virtude da formação dos núcleos missionários – nos quais foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) um referencial ideológico-religioso de mobilização de trabalhadores rurais, conforme visto no capítulo I – e o provimento de mão de obra para a criação dos povoados. Inicialmente essa população era formada pelos índios descidos do Alto Rio Negro. Os povoados se formaram em virtude das constantes viagens realizadas pelos indígenas e seus patrões para as empreitadas extrativistas de borracha, piaçava, castanha, sorva e balata. A maioria das pessoas pertencia aos grupos indígenas do Alto Rio Negro, formados por jovens solteiros e casados cuja necessidade de estarem próximos aos locais de trabalho contribuiu para que se estabelecessem permanentemente tanto no médio quanto no Baixo Rio Negro. Posteriormente, novos grupos constituídos de comerciantes de origem nordestina também se estabeleceram próximo à Manaus (PERES, 2003).

Quadros (2003) destaca que as políticas empreendidas na Amazônia estão, ao longo da sua história, eivadas dos ideais civilizatórios intrinsecamente relacionadas à conquista territorial. As viagens patrocinadas pelas monarquias portuguesas tiveram o intuito de “retirar algum proveito dessas viagens tão longas e caras”, essa prática “retoma o sentido antigo da palavra “explorador” (QUADROS, 2003, p. 40).

Os saberes e fazeres, os processos sociais, a historicidade dos diversos grupos sociais que habitam a região amazônica foram frequentemente ignorados pelas políticas governamentais nas várias esferas de gestão, desde o período colonial até os dias atuais, enquanto inúmeros estudos socioantropológicos sobre a Amazônia (ALMEIDA, 2010; 2004; PERES, 2003; SANTOS, 2007; CASTRO, 2012) nos revelam que a forma mais perversa de dominação que se pode imprimir sobre um território é negar-lhe a identidade e o valor da sua gente no sentido de negligenciar as questões alterativas nas relações entre os nativos e os viajantes, forasteiros, governantes e, recentemente, as OSCIPs e outras organizações do terceiro setor.

O reconhecimento das identidades culturais é um princípio a ser observado em qualquer ação com vistas ao desenvolvimento local. Nesse sentido, recorre-se a Castells (1999) para compreender as distintas tipologias referentes às formas como as identidades se manifestam: a identidade legitimadora “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999, p. 24) dessa forma dá origem à sociedade civil que reproduz o formato de dominação estrutural; a identidade de resistência “criada por atores que se encontram em posições/condições

desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” construindo assim mecanismos de resistência e sobrevivência coletiva contrários ao estado de dominação ou alienação, para Castells (1999), essa resistência “leva à formação de comunas ou comunidades” que tanto podem significar a busca por saídas da situação originando “formas de resistência coletiva” quanto a “construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições dominantes” (CASTELLS, 2009, p. 25); e a identidade de projeto “quando os atores sociais utilizam-se dos meios disponíveis para construir uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade” (ibid., p. 24) a partir das suas cosmovisões, reorganizam suas ações no espaço de modo a transformarem as estruturas sociais dominantes.

O saber-fazer dos habitantes do Rio Negro é resultante de um intenso processo de resiliência desenvolvido a partir da convivência com o rio e a floresta, dessa forma a pesca, a caça, a agricultura de subsistência e o extrativismo tornaram-se as principais atividades produtivas daquela região. A presença de comunidades extrativistas de seringa e de madeira na região do Baixo Rio Negro foi descrita por Farias Junior (2010; 2013) e Silva (2014), respectivamente. Em 1909, a economia do Rio Negro baseava-se principalmente na extração da borracha, sob um modelo diferenciado de seringal e de diferentes formas de atuação dos seringalistas. A “organização da empresa extrativista no Baixo Rio Negro, implantada pela família Bezerra, [...] o “barracão” estava situado na vila de Airão assim como a sede comercial da firma” (FARIAS JUNIOR, 2010, p. 238), não haviam residências e nem comércios nos seringais, apenas as “colocações e seringueiros”. Segundo Farias Junior (2010, p. 239),

“No médio e baixo rio Negro, os patrões estavam estabelecidos nas vilas e povoados de Moura, Airão e Tauapessassú. A exploração da borracha e outros produtos extrativistas foi consolidada pelas chamadas “firmas comerciais” que estabeleceram, assim, relações de patronagem, imobilizando forças de trabalho através de adiantamentos aos trabalhadores extrativistas e do controle de crédito. Esses “patrões” atraíam trabalhadores e os distribuía pelos rios nas chamadas colocações”

As atividades extrativistas também se estenderam pelos rios Paduari, Carabinani, Jaú, Unini, Jauaperi, Jufari, Cheruini e Branco para a exploração de castanha, borracha, piaçava, breu e couro de animais. Durante a primeira metade do século XX, o rio Jaú esteve sob domínio da família Bezerra, que além dos seringais e castanhais, também controlava os “fregueses” distribuídos ao longo do rio (FARIAS JUNIOR, 2010, p. 245), assim, o rio esteve fechado para a ação dos comerciantes externos, os denominados “regatões”. Essas regras de “exploração e direito de posse” não se estendiam às terras reivindicadas pelas famílias dos “pretos” (FARIAS

JUNIOR, 2010, p. 241) que chegaram ao rio Jaú no início do século XX para trabalhar na produção da borracha.

Os remanescentes de quilombolas presentes no Baixo Rio Negro são significativos na história de ocupação daquela região. A comunidade quilombola do Tambor, localizada em sobreposição ao Parque Nacional do Jaú, é a mais representativa dessa presença, composta por unidades familiares que, desde 1900, distribuem-se pelo rio Jaú e o “Rio dos Pretos” (FARIAS JUNIOR, 2013). Desde 1985, cerca de 100 famílias extrativistas foram compelidas a deixar a região do rio Jaú. Atualmente, essas famílias residem na cidade de Novo Airão, compreendendo mais de 300 pessoas. “Em 2006, a comunidade remanescente de quilombo do Tambor, localizada no Rio Jaú, foi reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares, sob o Registro nº 563, Fl. 73, de 19 de maio de 2006, através da Portaria nº 11, de julho de 2006” (ALMEIDA e MARIN, 2007, p. 4).

A empresa extrativista da borracha teve seu período de decadência iniciado no ano de 1910 e, posteriormente, a sua desagregação e o enfraquecimento do controle do rio Jaú, em 1925, época em que emergiram outros agentes sociais, o “regatão”, objetivando a intermediação das relações comerciais, e assumindo a relação “patrão-freguês” (FARIAS JUNIOR, 2013, p. 98-99), mas atuando de forma oposta à empresa extrativista. O “regatão estabeleceu relações sociais como compadrio, parentesco, afinidade e rituais de coesão social como obrigações em rituais religiosos” (ibid. p. 100). Após a decadência da borracha, a região do Baixo Rio Negro passou à exploração da madeira como a principal fonte da economia local.

O extrativismo madeireiro na margem direita do Rio Negro, teve início nos anos de 1940, com intensa demanda de lenha destinada ao abastecimento de usinas em Manaus (SILVA, 2014). A exploração deste produto era “feita nas áreas de floresta das comunidades e, principalmente, nas ilhas do Arquipélago de Anavilhanas, pela facilidade no ato da exploração” (SILVA, 2014, p. 35). O extrativismo madeireiro foi responsável pelo surgimento das comunidades Saracá, Inglês e Tumbira, passando de local de extração da madeira ao de moradia permanente, na medida em que estas se estruturavam, particularmente com a construção das escolas, mais famílias passaram a fixar residência naquela região.

Com o declínio da demanda por lenha ocorrido na década de 1960, ascendeu a procura por madeira para a construção de embarcações. Na década de 1980, intensificou-se a demanda por madeira serrada para a construção civil e a fabricação de paletes³⁵ cujo principal mercado consumidor era o Polo Industrial de Manaus(PIM), um grande contrassenso, tendo em vista a

³⁵ estrado de madeira utilizado como suporte para facilitar a movimentação e armazenamento de caixas/produtos.

posição assumida pelo PIM nos discursos oficiais como o “grande defensor das florestas” na medida que estimula o desmatamento, torna-se seu algoz, essa exploração intensiva perdurou até 2005 (SILVA, 2014, p. 36). A partir de 2007, “entrou em ascensão na região a atividade de produção de espeto”, além da extração de varas e madeira serrada, constitui uma importante fonte de renda para as famílias no Baixo Rio Negro e, na maioria dos casos, envolve trabalho infantil. (IPÊ, 2010).

A criação de UCs exige a elaboração de plano de manejo para a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade, nesse caso o extrativismo florestal madeireiro. A RDS do Rio Negro foi a primeira UC estadual a contar com atividade de Plano de Manejo florestal madeireiro. Os planos de manejo elaborados em 2009 contemplaram as comunidades Carão, Saracá, Camará e Terra Preta, sendo esta última beneficiada com dois projetos (SILVA, 2014). O manejo florestal foi algo novo para os moradores, e a inabilidade para conduzi-lo levou à paralisação da atividade entre 2007 e 2009, parte da exploração da madeira passou então a ser feita de forma ilegal e, frequentemente, esbarrava na fiscalização. As restrições de acesso ao uso dos recursos florestais madeireiros também ocorreu em Tumbira e Santa Helena do Inglês, resultando severas restrições financeiras e, conseqüentemente, à migração de muitas famílias para outras localidades em Manaus e Novo Airão.

Os estudos contemporâneos realizados por Silva (2013), Almeida (2010), Pinto (2006) e Peres (2004) corroboram a visão pioneira dos viajantes desbravadores do Rio Negro, colocando-o na condição de rio estratégico e de elevada importância para o desenvolvimento do Estado. Nas palavras de Pinto (2006) a região do Rio Negro é

um dos espaços especialmente importantes da Amazônia, sobretudo no que tange aos aspectos das relações entre as sociedades indígenas e a comunidade nacional e, ainda, a história política da região . O rio Negro aparece na História da Amazônia como o território onde se desenrolaram momentos decisivos de seu processo de ocupação[...] aparece carregado de significação histórica desde o período colonial até o presente. Igualmente destacada é a situação do rio Negro quando considerarmos a Amazônia sob a perspectiva das mudanças culturais, dos processos de degradação e assimilação tribais, de tensões interétnicas e de urbanização. (PINTO, 2006, p. 177-178)

Pinto (2006) destaca a necessidade de um projeto antropológico para o conhecimento, a valorização e a defesa da diversidade étnica e cultural. Há uma forte pressão especulativa sobre as terras e desestruturação da economia e das identidades culturais das comunidades do Rio Negro, na concepção de Haesbaert (2006) trata-se de um processo de desterritorialização ou de exclusão socioespacial.

[...] Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades [...] (HAESBAERT, 2006, p. 35).

A desterritorialização assume distintas dimensões políticas, econômicas e simbólico-culturais, pode significar a desmaterialização das relações sociais, a dissolução das distâncias e debilitação dos controles fronteiriços (HAESBAERT, 2006). O “processo de exclusão ou [...] de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização” (HAESBAERT, 2007, p. 68), por esse motivo, torna-se também espaços de tensões.

Os estudos de Menezes (2010) realizados no Rio Negro citam as questões fundiárias, as terras da Marinha e a sobreposição das UCs, as terras tradicionalmente ocupadas como algumas das causas de conflitos socioambientais no Baixo Rio Negro que levam a uma mobilização das associações locais contra os apossamentos ilegais e os desencontros na ação dos órgãos governamentais (ALMEIDA, 2010).

A ocupação da Amazônia foi a justificativa para a criação de vários instrumentos de intervenção pública na gestão territorial e a colocou na posição estratégica no cenário político e econômico nacional. O Plano de Integração Nacional (PIN) foi um mecanismo financeiro utilizado para viabilizar a ocupação e integração da região amazônica ao país e gerou inúmeras alterações nas paisagens resultantes dos fluxos de ocupação das populações, pelas novas atividades e pelo desmatamento. De acordo com Becker (2006, p. 26), o Estado tomou “para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacional” constituindo-se em uma forma de reterritorialização³⁶ imposta pelo Estado por meio dos instrumentos das políticas governamentais.

As políticas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia basearam-se, inicialmente, na expansão da agricultura tradicional e no movimento migratório especialmente oriundo do Sul do país e, a partir dos anos 2000, a nova frente pioneira esteve vinculada aos grupos industriais nacionais estrangeiros e multinacionais nas áreas de petróleo, minerais,

³⁶ A reterritorialização apresentada por Haesbaert (2004) consiste no “enraizamento territorial” que vincula as pessoas e instituições públicas e privadas ao território, esse processo de enraizamento se dá a partir da constituição de referenciais simbólicos e identitários – materiais e imateriais – junto a um recorte espacial definido, dando-lhe unidade.

siderurgia, hidrelétricas e turismo, cujos investimentos foram respaldados pelos incentivos fiscais estabelecendo, assim as contradições entre os discursos e a realidade prática (MELLO, 2006).

Os aspectos ambientais foram considerados mais pela relevância econômica e o território estatal foi o cerne das políticas governamentais no século XX. De forma controversa, as áreas protegidas foram concebidas concomitantemente às políticas de desenvolvimento e integração voltadas à região amazônica, sendo que os maiores investimentos concentraram-se naqueles segmentos economicamente mais rentáveis.

A criação da Política Nacional de Mudanças do Clima e, posteriormente, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi um contraponto à política nacional brasileira cujos instrumentos de viabilização da integração da Amazônia incluíam o alargamento das fronteiras econômicas internas, a integração física e a ocupação humana na região erroneamente considerada como vazio demográfico.

As políticas conservacionistas na Amazônia se intensificaram entre 2000 e 2010, em virtude da disponibilidade de recursos financeiros provenientes de instituições de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Gordon and Betty Moore Foundation – Fundação Moore – por meio das quais a criação de uma agenda política para as UCs no Amazonas foi viabilizada.

2.3 AMBIENTALIZAÇÃO DO RIO NEGRO: o Corredor Ecológico Central, as áreas protegidas e o Ecoturismo

O Estado do Amazonas é detentor de recursos naturais e beleza cênica amplamente utilizados para fins de desenvolvimento do turismo, sobremaneira o ecoturismo, devido à conservação da biodiversidade e sociodiversidade. A biodiversidade da Amazônia ocupa um lugar especial no imaginário do brasileiro e de muitos estrangeiros, desde o período colonial é vista como um recurso estratégico que pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento nacional (GEEA, 2008; BECKER, 2006; ALMEIDA, 2004).

Partindo da premissa da relevância do bioma Amazônia para o equilíbrio dos demais biomas brasileiros, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou o Projeto Corredores

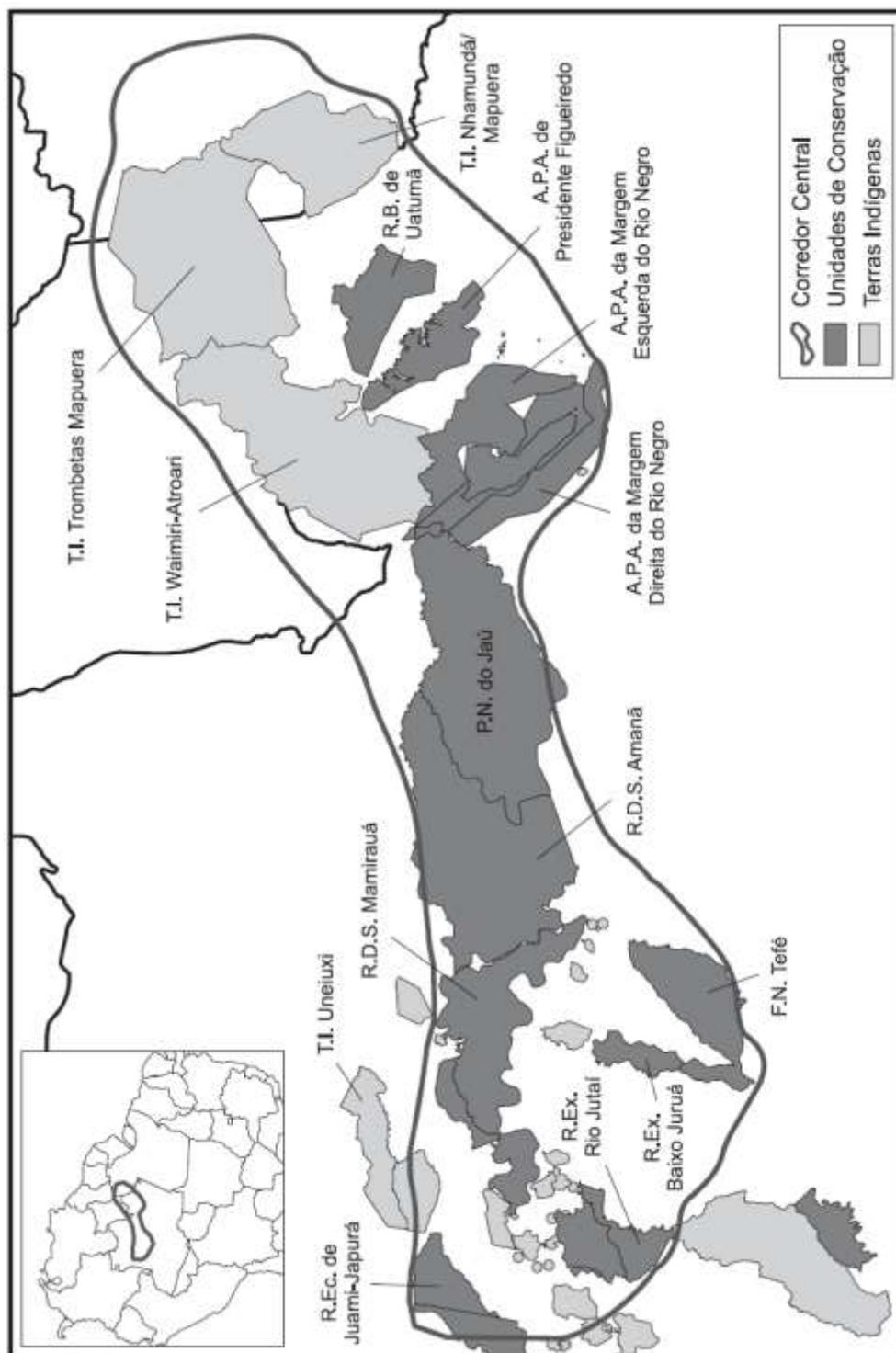
Ecológicos³⁷, cuja versão original foi apresentada em 1997, como parte do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil conhecido como PPG-7, o objetivo desse programa é contribuir para a conservação efetiva da biodiversidade do Brasil por meio da criação de corredores de floresta tropical nos dois maiores biomas brasileiros: Floresta Amazônica e Mata Atlântica (AYRES et al, 2005). O Projeto Corredores Ecológicos foi implementado em duas fases: a primeira fase, desenvolvida entre 2002 a 2006, na qual foi estabelecida a infraestrutura institucional e o plano de gestão de cada corredor; a segunda fase, com duração entre 2006 a 2015, teve o enfoque na consolidação do monitoramento dos corredores, no fortalecimento dos sistemas de vigilância, na implementação dos Planos de Gestão e seus respectivos projetos.

O Corredor Central da Amazônia (CCA) é a maior área de proteção ambiental contínua do mundo, ocupa pouco mais de 52 milhões de hectares integralmente situados no estado do Amazonas, correspondendo a cerca de um terço de seu território – neste corredor ecológico, situa-se a região do Baixo Rio Negro. Trata-se de uma área com reduzidas taxas de desmatamento anuais onde existem 53 unidades de conservação, tanto de proteção integral como de uso sustentável, e 65 terras indígenas. Juntas, essas áreas protegidas abarcam 70% do CCA (Figura 53).

No período de 2007 a 2008, o MMA repassou R\$ 251.760,82 mais a contrapartida de R\$ 28.387,00 da Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), o montante foi destinado ao planejamento e à estruturação do ecoturismo nas comunidades de Paricatuba, Acajatuba e January, no município de Iranduba a título do Projeto Corredores Ecológicos (TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2016).

³⁷ Corredores Ecológicos são áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstícios.

Figura 53 – Mapa do Corredor Central da Amazônia



Fonte: AYRES et al (2005).

A proposta de implantação dos Corredores Ecológicos³⁸ apoia-se em estratégias de planejamento participativo, descentralização das decisões e da execução, orientação aos investimentos produtivos e estrutura institucional em rede a partir das entidades atuantes no território abrangido. O objetivo dos corredores é a proteção efetiva da natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação das florestas existentes por meio da interligação entre diferentes modalidades de áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo.

O território do CCA abriga em seu interior a Reserva da Biosfera da Amazônia Central (RBAC) com cerca de 20 milhões de hectares, e o Sítio Natural do Patrimônio da Humanidade, Complexo de Conservação da Amazônia Central, com cerca de 6 milhões de hectares, reconhecido pela UNESCO em 2003 com a incorporação do PARNA de Anavilhanas, RDS Amanã e parte da RDS Mamirauá ao Sítio Natural do PARNA do Jaú, reconhecido desde 2000. (FVA³⁹, 2014, s.p.)

A conectividade entre áreas protegidas é de fundamental importância no sentido de assegurar o mínimo de perdas de espécies, a manutenção dos processos ecológicos e evolutivos existentes no bioma Amazônia. Observando-se o histórico da criação de estratégias de proteção ambiental implementadas na região amazônica, percebe-se que o Amazonas tornou-se privilegiado por grande parte do seu território ser contemplado pelas políticas ambientais, embora o ideário de participação envolvesse muito mais os gestores públicos e as OSCIPs, como representantes da sociedade civil organizada. Ao analisar os pontos críticos das políticas ambientais brasileiras, corrobora-se as afirmativas de Santos et. al. (2003) quando ressaltam que a participação alardeada nessas políticas é posta mais como uma necessidade de adesão a *posteriori* aos projetos do que como interlocução na formulação e na escolha das prioridades.

A gestão das áreas protegidas é resultante da ação conjunta entre diferentes instituições governamentais em parceria com instituições conservacionistas do terceiro setor. Para o financiamento das ações estratégicas o estado do Amazonas, conta com os recursos do programa internacional de áreas protegidas, denominado Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

O Arpa é um programa do governo federal para a conservação e o uso sustentável das florestas tropicais brasileiras, criado pelo Decreto 4.326/2002 para consolidar o Snuc. O

³⁸ O Projeto Corredores Ecológicos conta com recursos provenientes de doações externas do *Rain Forest Trust Fund* (RFT) e da Comunidade Europeia, por meio da Banco Mundial; da República Federal da Alemanha, do banco alemão KFW, e de contrapartidas do Governo Federal e dos executores (BRASIL, 2008).

³⁹ Termo de Referência da Fundação Vitória Amazônica (FVA) com o objetivo de contratação de consultoria para realizar um estudo de governança e sustentabilidade financeira do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN).

programa objetiva proteger cerca de 50 milhões de hectares da Amazônia brasileira, por meio da criação, expansão e consolidação de UCs – 95 no total – para esse fim foram investidos, até 2015, recursos financeiros⁴⁰ com o custo total de US\$ 246,6 milhões⁴¹, juntamente aos recursos internacionais da Fundação Moore, cuja gestão é realizada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O Programa financia parte das ações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e está estruturado em três fases. A primeira fase contou com US\$ 115 milhões e durou sete anos (2003 a 2010). A segunda fase (2010 a 2015), foi orçada em US\$ 121 milhões, incluindo contrapartida dos governos estaduais e federal, e tem como metas a criação de novas áreas, a consolidação de áreas protegidas e a capitalização do Fundo de Áreas Protegidas (FAP). A última fase (2016 – 2018) enfatizará a consolidação das áreas protegidas criadas na fase anterior e sua sustentabilidade financeira. O Arpa foi considerado bem sucedido tanto por parte dos órgãos estaduais quanto das organizações do terceiro setor em relação ao alcance dos objetivos de conservação do bioma Amazônia e das metas de capitalização, esta última superada em 77% além do previsto (MMA, 2015).

Dentre as ações do governo federal voltadas para a proteção da Amazônia, encontra-se o Plano Amazônia Sustentável (PAS), cujo processo de formulação iniciou em 2003, e seu lançamento foi realizado em 2008. Esse Plano é resultante do documento “Amazônia Sustentável – Diretrizes e Prioridades do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira”, apresentado em 2003, na cidade do Rio Branco, no Acre, para representantes dos diversos segmentos: poder público, ONGs, movimentos sociais e entidades empresariais. Os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima assinaram um Termo de Cooperação com o governo federal. Posteriormente, foram inseridos os estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (MMA, 2008). A iniciativa do MMA se deu em virtude do crescente índice de desmatamento na Amazônia que atingiu, em 1980, 300 mil km², equivalente a 6% da área total (MMA, 2008), no entanto, o PAS mostra-se controverso ao tratar os territórios plurais como homogêneo, a criação de áreas protegidas engloba tanto as áreas pressionadas pelo desmatamento quanto os

⁴⁰ As unidades de conservação apoiadas pelo programa Arpa são beneficiadas com bens (imóveis, materiais, veículos), obras e contratação de serviços necessários para as atividades como integração com as comunidades de entorno, formação de conselhos, planos de manejo, levantamentos fundiários e fiscalização. Além desses, entre 2004 e 2010 o *World Wildlife Fund* (WWF-Brasil) e o Ipê realizaram a capacitação de mais de 400 gestores das UCs dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins.

⁴¹ Até 2015, período previsto para o encerramento da 2ª etapa do Arpa, os investimentos somavam R\$ 255 milhões (US\$ 121 milhões) incluindo contrapartidas dos governos federal e estaduais, e aportes dos parceiros BNDES (R\$ 20 milhões), KfW (20 milhões de euros) e Banco Mundial (US\$ 15,9 milhões).

territórios das populações tradicionais, transformados em UCs de proteção integral ou de outras categorias menos restritivas.

O aspecto teórico do PAS apresenta semelhanças aos planos anteriores, fundamentados em concepções positivistas e neopositivistas, e marcadamente reivindica um pretense modelo de desenvolvimento sustentável fundamentado nas transformações da economia mundial na década de 1970 (MADEIRA, 2014). No aspecto estratégico, o PAS aporta um conjunto de orientações para formulação articulada das políticas dos governos federal, estaduais e municipais nos setores da infraestrutura (transportes, energia e comunicações), agropecuária, extração florestal, ecomércio e serviços ambientais, produção aquícola, extração mineral, indústria e setor terciário, incluindo o turismo. Complementarmente, o Decreto 7.378 de 2010, estabeleceu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE) de modo a acelerar a transição do modelo anterior (desenvolvimentista) para um modelo de desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma harmonia entre atividades produtivas e políticas de conservação ambiental (BRASIL, 2010b). O MacroZEE deveria orientar as políticas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente para consolidar os territórios-rede⁴² – priorizando a parte ecológica do zoneamento –, territórios-fronteiras⁴³ e territórios-zona⁴⁴, os dois últimos são considerados continuação dos projetos iniciados na década de 1980 (MADEIRA, 2014).

A versão preliminar do documento apresentado em 2003 norteou a elaboração e implementação de boa parte das políticas governamentais, notadamente as federais, nas áreas protegidas da Amazônia Legal, como forma de promover o desenvolvimento. As diretrizes estratégicas propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira abordou a pluralidade territorial amazônica, no sentido de apontar um conjunto de orientações estratégicas para as políticas dos governos federal, estaduais e municipais, sinalizando aos setores produtivos e à sociedade em geral os caminhos para o desenvolvimento sustentável reduzir as desigualdades regionais e aumentar as oportunidades, no entanto, o PAS e o MacroZEE não romperam a concentração de empreendimentos produtivos, favoreceram a mercantilização da natureza e consolidaram novas desigualdades, como as relacionadas às possibilidades de explorar a natureza e os chamados serviços ambientais (MADEIRA, 2014).

⁴² corredor de integração Amazônia-Caribe, as capitais costeiras, a mineração e outras cadeias produtivas, o entroncamento Pará – Tocantins – Maranhão, o eixo Araguaia – Tocantins, o complexo agroindustrial e o polo logístico de integração com o Pacífico (BRASIL, 2010b).

⁴³ fronteira agroflorestal e pecuária e as frentes de expansão (BRASIL, 2010b).

⁴⁴ Coração florestal e o Pantanal de Mato Grosso (BRASIL, 2010b).

Dentre as várias estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, vale destacar a formação de redes de articulação interinstitucional (públicas e privadas, nacionais, multinacionais e transnacionais) na gestão de áreas protegidas no Amazonas. Um dos exemplos em vigor é o Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN), reconhecido pelo MMA por meio da Portaria nº 483, de 14 dezembro de 2010 (MMA 2010), cujo território de mais de 8 milhões de hectares é formado por um conjunto de UCs de proteção integral e de uso sustentável criado nas esferas municipal, estadual e federal em diferentes momentos e contextos (Quadro 06).

Quadro 6 – Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro.

ESFERA FEDERAL	ESFERA ESTADUAL	ESFERA MUNICIPAL
Parque Nacional de Anavilhanas Parque Nacional do Jaú Reserva Extrativista do Rio Unini	Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro setor Puduari-Solimões Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro setor Aturiá-Apuauzinho Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro setor Tarumã-Açu-Tarumã-Mirim Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

Fonte: Adaptado da Portaria do Ministério do Meio Ambiente Nº 483 de 14 de dezembro de 2010.

A presença de UCs de jurisdição distintas, por vezes, gera sobreposição de ações e conflitos em função da existência de categorias muito restritivas, como os parques, até as menos restritivas, como as APAs. Os limites territoriais dessas UCs são de difícil assimilação por parte dos moradores das comunidades tradicionais da região do Baixo Rio Negro, tendo em vista, as áreas de uso (pesca, roça, extrativismo, caça) e ocupação destes não necessariamente obedecerem aos limites oficiais.

O Baixo Rio Negro é uma região de importância estratégica em virtude da presença de grande diversidade biológica, cultural e social, esses atributos conferiram-lhe a classe de área de extrema relevância para conservação, dessa forma, a criação de UCs tornou-se prioritária. Segundo os estudos realizados pelo ISA (2015), a Bacia do Rio Negro apresenta baixos níveis de desmatamento, cerca de 1% acumulado entre 2000 e 2013. A região do Rio Negro é considerada estratégica para o uso sustentável dos territórios, cerca de 62% da Bacia encontra-

se sob alguma forma de proteção ambiental. Parte dos domínios territoriais coletivos ao longo da extensão de toda a Bacia do Rio Negro está constituída por Terras Indígenas (TI), UCs de uso sustentável em sobreposição às de proteção integral (ISA, 2015).

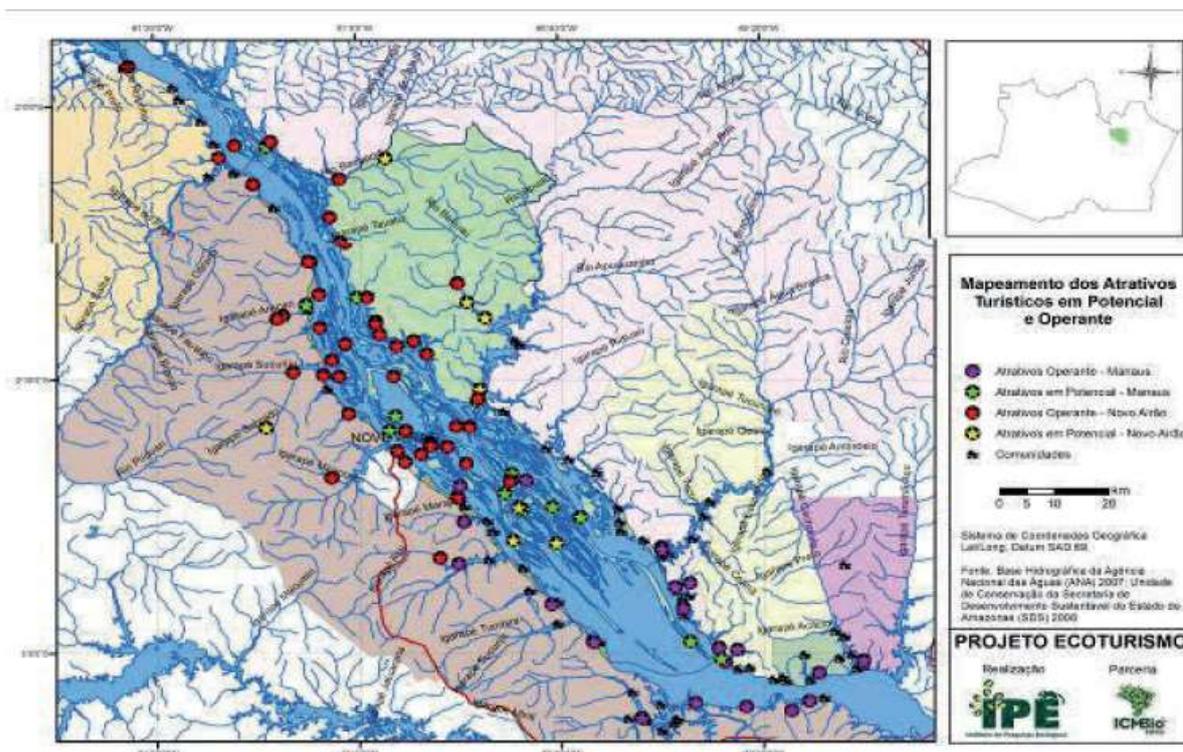
As UCs, no Estado do Amazonas, se apresentam de forma clara como mecanismo de ordenamento e controle do território, constitui-se na forma legítima de exercício do poder do Estado por meio do qual impõe a ordem no campo do poder político (BOURDIEU, 2011) com possibilidades de luta pelo monopólio. Embora os arranjos institucionais representem uma alternativa à estrutura burocrática do Estado e sejam importantes no apoio à gestão territorial, não estão evidentes os impactos que tais parcerias podem ocasionar no âmbito econômico e social. Destaca-se que a região do Baixo Rio Negro tornou-se um campo de disputa de poder entre os organismos do terceiro setor, o Estado e as comunidades tradicionais, nesse sentido, o ecoturismo gerido pelos princípios do TBC, tem sido o instrumento para a concretização dos ideais de conservação, bem como dominação das organizações do terceiro setor conforme será mostrado no capítulo III.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (AMAZONAS, 2007) do Amazonas contempla, nos seus objetivos, o favorecimento das condições e a promoção do turismo sustentável, tendo como diretriz o desenvolvimento de estudos, pesquisas e práticas de atividades de lazer e de turismo sustentável.

A promoção de atividades sustentáveis, como a agricultura ecológica, os sistemas agroflorestais e o turismo sustentável, está entre as estratégias propostas pelo Projeto Corredores Ecológicos desde a sua concepção. Coerente com essas posições, os segmentos do ecoturismo e do turismo de pesca imbuídos da premissa da sustentabilidade foram estimulados no estado do Amazonas⁴⁵, particularmente no Rio Negro, pois trata-se de área de relevante interesse para o turismo, como mostra o mapa elaborado pelo ICMBio (Figura 54) sobre a concentração das atividades turísticas na região de Novo Airão e Manaus.

⁴⁵ Estudo realizado pela Gerência Setorial de Turismo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2000, destacou a inserção das praias fluviais das ilhas de Mariuá em Barcelos, no Amazonas, entre os principais destinos de ecoturismo do país. Na ocasião, foram identificados cerca de 15 hotéis de selva⁴⁵, quase todos localizados em terras banhadas pelo Rio Negro – principal hidrovia de exploração turística local – entre Silves (203 km a leste de Manaus) e Novo Airão (115 km a oeste de Manaus).

Figura 54 – Mapeamento dos atrativos turísticos do Parna de Anavilhanas entre Novo Airão e Manaus



Fonte: ICMBIO (2009).

O mapa faz parte do Plano de Uso Público Emergencial (PEUP) do Parna de Anavilhanas elaborado em 2009 pelo ICMBio, os pontos destacados em vermelho indicam os locais operantes do *trade* turístico⁴⁶ de Novo Airão; os pontos amarelos, os locais potenciais para uso do *trade* turístico de Novo Airão; os pontos roxos, os locais operantes do *trade* de Manaus e, por fim, os pontos verdes, os locais potenciais para uso do *trade* turístico de Manaus, ao todo, 19 empresas atuam na região do Baixo Rio Negro (CODA, DITT e UEZU, 2011).

De maneira contumaz, os ecossistemas amazônicos são expostos como atributos dos roteiros turísticos com o apelo da exuberância da beleza cênica, inclusive de UCs de proteção integral no Amazonas a exemplo do Parna de Anavilhanas, enquanto ainda era uma Estação Ecológica “foi utilizada pela propaganda do órgão de turismo estadual na capa de seus folhetos” de divulgação (NELSON, 2012, p. 233).

A ampla divulgação de Anavilhanas, enquanto atrativo turístico realizada pelos órgãos oficiais, hotéis e agências de turismo, imprimiu um caráter controverso nas estratégias de proteção ambiental implementadas naquela região, tendo em vista que, além das restrições

⁴⁶ Trade turístico é a expressão utilizada para denominar o conjunto de empresas dos diversos segmentos que compõem o mercado turístico.

legais já mencionadas, a visitação turística⁴⁷ também não era permitida. Diante dessa impossibilidade, a “recategorização” de Estação Ecológica para Parna de Anavilhanas⁴⁸ tomou caráter imperativo e legitimou a prática do turismo levando em consideração os interesses dos empreendimentos turísticos atuantes naquela região. Em geral, fatores como a vocação turística da região, a localização geoestratégica próxima a Manaus e, a existência de demandas populares – visto que parte da economia de Novo Airão depende do Parque (SILVA, 2013) – levaram à mudança de categoria da UC.

A oferta de destinos de ecoturismo depende, essencialmente, da existência de áreas de elevado valor ecológico e cultural, da maneira como essas áreas são geridas, da existência de infraestruturas adequadas e da disponibilidade de recursos capacitados.

A partir de uma perspectiva de desenvolvimento, os empreendimentos de ecoturismo só devem ser considerados "bem sucedidos" se as comunidades locais têm alguma medida de controle sobre eles e se elas dividem equitativamente os benefícios emergentes das atividades de ecoturismo. (SCHEYVENS, 1999, p. 245) tradução livre

De acordo com Coriolano (2006), os países tropicais pobres, no geral, deram início à exploração da atividade turística com o chamado turismo de sol e praia, com a finalidade de atender aos países ricos e ao capital financeiro proveniente das corporações internacionais. Assim, foram oferecidas condições favoráveis à instalação das redes hoteleiras e resorts internacionais. No Amazonas, o início dos anos de 1980, foi marcado pela construção do primeiro trecho da AM 254, partindo da BR 319, no município de Autazes, as melhorias nas condições de acesso propiciaram a construção do primeiro hotel de selva do Estado, o Amazon Lodge, instalado em 1982, nas margens do rio Juma. A facilidade de acesso proporcionada pela conclusão das obras de abertura da AM 010 até a cidade de Itacoatiara em 1981, coincidiu com o período de instalação da Pousada Guanavenas, às margens do lago Canaçari.

O apelo da beleza cênica do Rio Negro ganhou relevância econômica nos anos de 1980, e atraiu investimentos dos empreendimentos hoteleiros, especialmente no Baixo Rio Negro onde se realiza a maioria dos roteiros turísticos do Estado.

⁴⁷ Na Estação Ecológica é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, segundo as regras do Plano de Manejo da UC ou regulamento específico. A pesquisa científica é permitida, mas, depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.

⁴⁸ A Estação Ecológica de Anavilhanas foi criada em 1981 pelo Decreto nº 86.061, de 02 de junho, tendo sido recategorizada a Parque Nacional em 2008 (Lei nº 11.799, de 29 de outubro).

No baixo rio Negro os primeiros alojamentos de selva foram construídos na década de 80 e, atualmente, existem mais do que oito com preços e níveis de conforto variados, além de outros sendo construídos. O número de barcos de turismo tem aumentado a cada ano, popularizando e despertando uma forma diferente de conhecer a Amazônia. Ao longo das margens do rio Negro, populações tradicionais mantêm relação direta no uso dos recursos naturais da região, baseadas em um profundo conhecimento do ambiente, em que se denota uma forte dependência para suas atividades cotidianas, tais como agricultura, extrativismo, caça e pesca. (SOUZA et al, 2010, p. 175)

A exploração do turismo na margem direita do Rio Negro, como principal rota de turismo no Amazonas, deu-se em virtude da construção dos hotéis de selva instalados naquela região na década de 1980. Os mais antigos são o Ariaú Amazon Tower, localizado no rio Ariaú, e o Acajatuba Jungle Lodge, localizado no rio Acajatuba, ambos no município de Iranduba, além desses, outros empreendimentos hoteleiros instalaram-se entre a margem direita do Rio Negro e a rodovia Manoel Urbano, a AM- 070, atraídos pela expectativa de abertura do trecho da estrada que liga Manacapuru ao município de Novo Airão, no início dos anos de 1990, a exemplo do Hotel Anavilhanas Creek, em frente ao Arquipélago das Anavilhanas (ANDRADE e TAVARES, 2012), destaca-se que grande parte dos hotéis de selva localizados nesse trecho estão inseridos em UCs.

As condições favoráveis do mercado turístico propiciadas pela criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, estimulou a demanda para o turismo de compras – nessa época, Manaus era a única cidade brasileira cujo o comércio de mercadorias estrangeiras podia ser praticado livremente. Houve um crescimento do fluxo de pessoas, mercadorias e companhias aéreas no aeroporto da capital, abrindo a necessidade de inserção de novas companhias aéreas, inclusive internacionais e também de meios de hospedagem no Estado, os municípios do entorno foram afetados pelo crescimento do turismo em Manaus.

A expansão da ZFM e o aumento do fluxo de turistas para o Amazonas foi o principal motivo para a criação dos primeiros hotéis de selva (CAVALCANTE, 2001), além do crescente interesse pela Amazônia em virtude do dilema entre a conservação *versus* a destruição da natureza. Embora os hotéis de selva se utilizem do “rótulo verde” na divulgação dos seus serviços, muitos adotam condutas lesivas às comunidades tradicionais e ao ambiente. As pressões advindas da maior intensidade das atividades turísticas aumentam a geração de resíduos, sobrecarregam a capacidade de suporte do ambiente e, aliadas à insuficiência dos mecanismos de monitoramento e mitigação dos impactos socioambientais, reforçam a necessidade de planejamento do turismo.

Vale lembrar o que destaca Cater e Lowman (1994) sobre o “oportunismo ambiental” promovido a partir do interesse generalizado pelas questões ambientais ao longo dos anos 1980

e 1990, o termo ecoturismo passou a ser usado como uma tática de marketing para dar às empresas uma aparente vantagem competitiva “verde”. O ecoturismo é muito mais que uma atividade realizada em áreas naturais, envolve uma relação simbiótica entre as populações locais, o ambiente e o turismo (ROSS e WALL, 1999). Pode-se destacar, ainda, o alto custo dos serviços, fator este que o torna incompatível e inviabilizador dos fluxos turísticos de massa.

No plano ideal, o turismo deveria proporcionar melhorias nas condições econômicas, promover os aspectos social e cultural e proteger os recursos ambientais nos destinos turísticos (THEOBALD, 2002), quando isso não ocorre, as comunidades anfitriãs acabam tendo cada vez mais a impressão de que são invadidas pelo desenvolvimento do turismo e, ao mesmo tempo, dele excluídas (KRIPPENDORF, 2001). O Diagnóstico da Oferta Turística do Parque Nacional de Anavilhanas e Entorno (MTUR, 2011) foi o mais recente documento produzido pelo MTur, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e ICMBio, no sentido de avaliar o turismo na região do Baixo Rio Negro, no entanto, a questão social foi pouco aprofundada e o fator identidade e valores culturais foram apresentados como elementos para fortalecer a competitividade dos destinos Manaus e Novo Airão e os impactos socioeconômicos do turismo nas comunidades do entorno do Parna de Anavilhanas não foram mensurados.

O uso dos espaços turísticos e da paisagem como recursos turísticos no Amazonas, especialmente em UCs, suscita discussões sobre o processo de mercantilização da natureza e a necessidade de adequação da política de turismo e dos seus instrumentos à realidade das comunidades amazônicas, sobretudo no que tange aos aspectos de gestão das áreas protegidas e o reconhecimento da alteridade dos moradores da RDS do Rio Negro.

Nas últimas décadas, o turismo na região do Baixo Rio Negro tomou grandes proporções, isso se justifica pelo conjunto de fatores presentes nos ecossistemas das águas pretas que favorecem esta atividade, prova disso são os inúmeros roteiros criados com apelo exótico e ecológico da região. A beleza cênica das paisagens constituídas de igarapés, praias, arquipélagos⁴⁹, o encontro das águas dos rios Negro e Solimões, os ecossistemas de terra firme e toda a sociobiodiversidade são componentes de produtos que atendem aos diversos segmentos turísticos. Ademais, as políticas governamentais do Amazonas vislumbrando o potencial de conservação ambiental, aliado ao bem-estar das populações residentes em áreas protegidas, inseriu na sua agenda os incentivos à prática do ecoturismo como atividade capaz de manter a

⁴⁹ Anavilhanas é um dos maiores arquipélagos do mundo, localizado no trecho entre Manaus e Barcelos constitui uma das mais belas paisagens da região do Baixo Rio Negro (ISA, 2008).

integridade dos ecossistemas existentes sem, no entanto, criar mecanismos de planejamento para efetivação das ações, ficando o próprio mercado responsável por definir os espaços e as formas de atuação.

Outros fatores contribuintes para o crescimento do turismo nesta área estão relacionados à maior adaptabilidade dos roteiros turísticos em função dos ciclos hidrológicos (regime de enchentes, vazantes e secas do Rio Negro que tornam a paisagem singular), a grande extensão de áreas protegidas, o interesse das comunidades locais pelo turismo aliado à atuação dos organismos do terceiro setor. Os estudos de Peres (2004) revelam que o Baixo Rio Negro está ligado ao comércio regional, nacional e mundial predominantemente por meio dos seguintes setores: a extração da piaçava, a captura e exportação de peixes ornamentais, a pesca de peixes comestíveis em grande escala dirigida para o mercado de Manaus, o “turismo de selva” e a pesca esportiva. O turismo no Rio Negro se apresenta como parte de uma política oficial de turismo que beneficia as empresas estrangeiras que impõem e confrontam um tipo de uso e ocupação capitalista da paisagem e do ambiente aquático amazônico, contrapondo-se às modalidades indígenas e ribeirinhas de ocupação e uso dos recursos naturais. As atividades rotuladas de ecoturismo praticadas no Médio e Baixo Rio Negro provocam sérios conflitos fundiários e socioambientais (PERES, 2004).

O ecoturismo incorpora princípios como sustentabilidade, responsabilidade social, integração com o meio natural e valorização da sociodiversidade, nesse caso, as evidências apresentadas por Peres (2004) sobre a prática do turismo no Baixo Rio Negro contradizem todos os princípios mencionados.

O desenvolvimento da atividade turística requer um conhecimento profundo sobre a dinâmica social existente nos locais turísticos, sobre os seus recursos naturais e culturais, e a identificação dos benefícios ou prejuízos decorrentes das práticas turísticas. Entender a historicidade das pessoas e grupos, das políticas governamentais e as transformações ocorridas em virtude das intervenções nas comunidades do Baixo Rio Negro é imperativo para se compreender como as consciências se formaram no processo dialógico da história das ideias e das ideologias, especialmente, no que tange às dinâmicas socioambientais. Nas palavras de Leff (2000, p. 161),

As crenças religiosas, as normas morais e os valores éticos dos povos, assim como os processos históricos de exploração econômica e dominação cultural a que estão submetidos, não só determinam a sua atual organização produtiva, mas condicionam a sua disposição e capacidade para incorporar novos conhecimentos tecnológicos às suas práticas tradicionais.

A historicidade dos processos econômicos, bem como as normas e valores aos quais os indivíduos estão submetidos, são responsáveis pela forma de organização dos processos produtivos, também são determinantes para a incorporação de novas práticas produtivas e novas tecnologias, o que influencia no processo de desenvolvimento de um destino turístico. Quando as comunidades tradicionais do interior do Amazonas estão sob forte controle governamental, o Estado toma para si, ou para as instituições que o representam, a responsabilidade pelo estímulo ao desenvolvimento.

A questão territorial na Amazônia reúne características que a tornaram foco dos interesses do Estado – por meio de projetos de desenvolvimento e integração – mas também atraiu a atenção do mercado para o potencial de exploração de novos segmentos e das organizações do terceiro setor para pôr em prática seus ideais ambientalistas, em particular pelas vias do turismo, dito sustentável.

As políticas governamentais para a Amazônia propõem o turismo e seus vários segmentos, com destaque ao ecoturismo, como meio para o alcance do desenvolvimento, no entanto apresentam aspectos controversos entre a teoria e a prática. Em muitos casos, os discursos oficiais são utilizados como instrumentos da retórica ambientalista dissimulada em uma linguagem ideologizada que utiliza expressões como “inclusão social”, “redução das desigualdades” “responsabilidade social”, “responsabilidade socioambiental”, “delegação de poderes”, “empreendedorismo”, “desenvolvimento sustentável ou de base”, “empoderamento”, “participação democrática” dentre outras, no mais amplo contexto político e econômico, como será apresentado no capítulo III.

3 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O DITO E O NÃO DITO

3.1 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE TURISMO: novos discursos e velhas práticas

O turismo sustentável tem sido amplamente difundido pelas políticas governamentais nas UCs brasileiras, sob as premissas de valorização do ambiente e o respeito às populações residentes nestas áreas. O discurso oficial frequentemente tem apresentado o turismo como meio legítimo de promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades em situações de vulnerabilidade econômica e social. Entretanto, a eficácia das estratégias e projetos governamentais tem sido questionável por compactuarem com o terceiro setor no desvirtuamento do sentido de sociedade civil⁵⁰ relegando a esta a uma identidade legitimadora (CASTELLS, 1999) das ações das OSCIPs, por sua vez, estas tornaram-se a extensão do Estado por meio das parcerias público-privadas (PPP). Sem a pretensão de abordar a trajetória das políticas governamentais federais e estaduais de turismo, buscamos neste capítulo tentar desvendar o que não está explícito nos documentos oficiais cuja atenção esteja voltada às questões socioambientais.

O estudo das políticas de turismo⁵¹, em geral, está associado às construções históricas e ao modo de vida de cada sociedade. A análise do turismo e do desenvolvimento decorrente exige a avaliação dos discursos presentes nas leis e planos governamentais, nas esferas nacional e estadual, bem como a identificação do nível de desenvolvimento ao qual os instrumentos das políticas se referem. Frequentemente observa-se que, a partir do discurso dominante (FOUCAULT, 1987) do desenvolvimento econômico, as políticas governamentais mitificam o turismo sustentável como panaceia ou solução dos problemas da comunidade. Nesse sentido, torna-se imprescindível avaliar os mecanismos de formulação e de participação social na gestão pública do turismo, investigar seu conteúdo simbólico e entender as intenções dissimuladas na implementação das políticas e turismo.

⁵⁰ sociedade civil é conceito complexo e sofisticado, “não é mero terreno de iniciativas privadas”, mas possui uma “função estatal”, na mesma proporção em que se põe como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225), sem sobrepor-se a este.

⁵¹ Política de turismo aqui é entendida como “um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território” (CRUZ, 2002, p. 45).

A ideia de desenvolvimento econômico surgiu com o capitalismo, está intrinsecamente relacionada à consolidação do sistema de produção capitalista e ao processo de industrialização, associada à noção de progresso tecnológico que, conseqüentemente, estimula e é estimulado pelo aumento do consumo de bens tangíveis e intangíveis. Desde meados do século XVII, grandes mudanças tanto do ponto de vista tecnológico quanto do econômico, social e cultural introduziram alterações significativas na forma de viajar e na produção do turismo. A Revolução Industrial, no século XVIII, notadamente na Inglaterra, estimulou o turismo fomentado pelas facilidades tecnológicas das telecomunicações, dos meios de transporte e da livre troca no comércio internacional (BARRETTO, 1997; CUNHA, 2006) o que possibilitou verdadeira massificação dessa atividade. As conquistas trabalhistas como as férias remuneradas, a redução da jornada de trabalho, o repouso semanal, aliadas às melhorias na educação e nas condições de salubridade nas cidades também contribuíram para aumento das viagens, inicialmente na Europa – Inglaterra, França, Itália – e, posteriormente, com as melhorias nos meios de transporte marítimo e aéreo, atingiu a escala mundial.

O turismo beneficiou-se diretamente da nova ordem surgida nas sociedades pós-modernas, fruto de uma nova conjuntura internacional, das mudanças socioculturais e do crescimento econômico em alguns setores do mundo, tornou-se um produtor e veiculador de atitudes, estilos de vida e novos padrões comportamentais (TRIGO, 1993). O turismo passou a ter relevância econômica na Europa, no início do século XX, quando “o conjunto dos pagamentos internacionais efetuados por força do turismo ultrapassava, em 1929, os 1.700 milhões de dólares-ouro dos quais França, Itália, Suíça e Alemanha eram os principais beneficiários” (CUNHA, 2006, p. 43).

O século XX marcou a ascensão do turismo como atividade econômica relevante e fenômeno social complexo em quase todos os países da Europa, sendo a Áustria, a França e Portugal os primeiros a criarem instituições governamentais com o fim de promover e organizar o turismo. Os esforços governamentais voltaram-se para as iniciativas de priorização dessa atividade de modo a concretizar o potencial de desenvolvimento vislumbrado no século anterior.

A intensificação do turismo trouxe percalços na medida que os destinos turísticos, sobremaneira aqueles localizados em áreas naturais, passaram a sofrer pressões da especulação imobiliária. O aumento do fluxo de turistas ocasionou impactos negativos de várias ordens e, conseqüentemente, a necessidade de pensar um turismo menos impactante. Salvati (2001, p. 1) observa que

[...] com a ausência de um planejamento integrado, a exploração comercial do turismo mundial vem contribuindo, desde os anos 50, para o desequilíbrio ecológico, para a desagregação social e para a perda de valores culturais das comunidades anfitriãs, além de danos ao patrimônio histórico. (SALVATI, 2001, p. 1)

Na década de 1970, a ideia do turismo sustentável passou a compor a pauta das agendas políticas no mundo afora, face ao paradoxo de ser considerado “uma das atividades que mais preserva o meio ambiente” (BARRETTO, 1997, p. 56) e também ser vetor de impactos negativos em virtude da falta de planejamento. Nesse mesmo período, surgiram as instituições de turismo encarregadas pela estrutura organizacional, legislativa e administrativa para normatizar e ordenar a atividade de maneira mais condizente às demandas dos movimentos ambientalistas.

No Brasil, o turismo somente passou a ter destaque no cenário político no final da década de 1930, tal atenção se deu muito mais pela importância econômica resultante do desempenho mundial da atividade do que por suas implicações socioambientais. A gestão do turismo brasileiro, por meio das políticas governamentais, passou por uma série de mudanças nas formas de intervenção desde a década de 1930 até a década atual. Para efeito da análise das políticas nacionais de turismo, optou-se por destacar os aspectos relevantes das intervenções estatais e seus respectivos objetivos, planos e programas cujas estratégias estivessem relacionadas, ou cujos efeitos refletiram no turismo na Amazônia, particularmente em UCs do Amazonas.

Os primeiros anos de gestão do turismo nacional podem ser entendidos como um momento de regulamentação do setor, sendo poucas ou nulas as intervenções do Estado no território. O segundo momento ocorreu a partir do Decreto Lei Nº 55 de 18 de dezembro de 1966, que definiu a Política Nacional de Turismo a qual criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Esse momento significou o início de uma nova fase da gestão pública, pois o turismo se tornou efetivamente política estatal, ainda que não tivesse intervenções contundentes no espaço. Até meados de 1990, a forma de intervenção governamental caracterizou-se pela gestão centralizada. O planejamento e a coordenação da política de turismo estavam “centralizados numa cúpula do setor, reservando-se aos Estados e municípios a execução de planos e programas” (BENI, 2006, p. 18). Essa escala restrita de participação dos estados e municípios traduziu-se na visão de poucos representantes na esfera federal e ressentiu-se da “não participação de representantes regionais e locais, bem como da iniciativa privada e da sociedade civil no processo de definição elaboração de diretrizes políticas para a adoção de novos paradigmas” (ibid., p.19).

Na década de 1950, o turismo assumiu o papel decisivo de promotor do desenvolvimento econômico em vários níveis da sociedade. A fiscalização e o controle da atividade turística feitas por meio da criação de órgãos públicos para a estruturação administrativa no nível nacional estiveram presentes até o final da década de 1970, bem como os estímulos ao aumento do fluxo de visitantes. Entre 1970 e 1985, intensificou-se o foco no turismo como agente de desenvolvimento econômico, a participação governamental na dotação de infraestrutura nos principais destinos turísticos do Brasil marcou o início das intervenções estatais no território, esse processo foi denominado turistificação (CRUZ e SANSOLO, 2003).

Uma das primeiras manifestações do poder público federal de interesse no desenvolvimento do turismo na Amazônia foi por meio do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de 3 de julho de 1978, assinado por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento da Bacia amazônica (SANSOLO, 2013). A preocupação da política territorial com o desenvolvimento da região apresentou-se essencial à conjugação do desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, com a premissa da proteção da natureza e das culturas indígenas.

A turistificação da Amazônia se manifestou por meio dos interesses do poder público em promover o desenvolvimento desta região durante o governo militar, entre 1964 e 1985. Nesse período, a intervenção estatal, a formação de redes e a indução da mobilidade representavam as estratégias geopolíticas de ocupação e integração da Amazônia (ANDRADE e TAVARES, 2012) propiciadas pelo Programa de Integração Nacional (PIN) dentro do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) aprovado em 1970, tais políticas geraram inúmeras alterações na paisagem (MELLO, 2006). As principais ações estratégicas do governo federal estavam voltadas para a abertura de estradas, a modernização das infraestruturas aeroportuárias e os incentivos fiscais, de modo a possibilitar a mobilidade de pessoas e capitais, prioritariamente nas cidades de Belém, Manaus e Santarém. Face à necessidade de reduzir os impactos ambientais advindos dessas ações, foi criado, em 1988, o Programa Nossa Natureza, por meio do qual foi determinado o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) para gerenciar duas dimensões opostas, a ecologia e a economia, de modo a orientar as políticas públicas, embora tenha sido criticado por considerar minimamente os interesses e a participação dos povos tradicionais (LITTLE, 2002). O referido programa também criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente, primeiro fundo destinado ao meio ambiente, experiências comunitárias gerenciadas por organismos do terceiro setor, prefeituras e instituições de pesquisa (MELLO, 2006), a participação dos povos tradicionais foi considerado mínimo ou inexistente.

As políticas governamentais federais no âmbito do turismo na Amazônia podem ser percebidas em duas fases distintas. A primeira fase compreende o período entre 1975 e 1979, com a criação do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) – o primeiro plano nacional a contemplar o turismo – implementado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) por meio de projetos prioritários para o fomento nas áreas de comunicações, transportes, energia, habitação, educação, saúde e saneamento, indústrias de transformação, desenvolvimento de comunidades, planejamento urbano, organização administrativa municipal e turismo – os projetos nessa área correspondiam aos hotéis de luxo Tropical, de Santarém e Selton, em Belém – na visão de Andrade e Tavares (2012), o fomento à criação de infraestrutura turística representou um estímulo à ocupação territorial e seguiu a mesma lógica adotada nas políticas federais. A política de turismo para a Amazônia obteve maior abrangência a partir da criação do I Plano de Turismo da Amazônia (I PTA), lançado em 1977 e implementado entre 1980 e 1985, as ações concentram-se na construção de complexos turísticos em áreas urbanas e na criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico⁵² – em Manaus, o plano contemplou a proposta de criação do complexo Turístico da Ponta Negra e em Anavilhanas, a construção de equipamentos turísticos.

O governo brasileiro passou a apostar na vocação turística da Amazônia como meio de desenvolvimento econômico e social, com a vantagem do baixo custo de investimento comparativamente às outras atividades produtivas. A política de turistificação amazônica incorporou o discurso da redução das desigualdades regionais e incentivo ao crescimento do produto regional, contudo sem ter promovido mudanças nesse sentido. Assim, somente em 1987, ocorreu a inserção das questões ambientais nas políticas nacionais de turismo, por meio do Projeto de Turismo Ecológico, tornou-se parte das estratégias governamentais de valorização das áreas naturais.

A segunda fase teve início em 1992, com a criação do II Plano de Turismo da Amazônia (II PTA) cujo marco diferencial foi a proposta de criação de medidas que conciliassem o desenvolvimento econômico às questões ambientais e sociais, essa mudança de postura na proposição de políticas governamentais para a Amazônia foi uma resposta às pressões dos movimentos ambientalistas e da Convenção da Biodiversidade, cujo documento principal foi a Agenda 21, consolidada na Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, no mesmo ano. As discussões

⁵² A Lei federal Nº 6. 513 de 20 de dezembro de 1977 dispunha sobre a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico na Amazônia Legal. Os investimentos do I PTA previstos para Anavilhanas somavam CR\$ 39.000.000,00 e contemplava a construção de terminal fluvial hidroviário, sede administrativa e meios de hospedagem.

geradas a partir desse evento mundial deram origem aos princípios norteadores das políticas governamentais em busca de conduzir as atividades humanas, inclusive o turismo, aos caminhos da sustentabilidade, tendo em vista a proteção ambiental, a justiça social e a eficiência econômica. Os preceitos da Agenda 21 da Amazônia⁵³ identificam a necessidade iminente de reorientar o desenvolvimento econômico da Amazônia para formas alternativas pautadas na exploração racional da biodiversidade, incluindo os aspectos estéticos e paisagísticos.

Ainda que as questões regionais tenham sido abordadas na década de 1950, somente com a Constituição Federal de 1988, a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras tornou-se princípio fundamental, e criou o “federalismo cooperativo”⁵⁴ como instrumento para auxiliar o Estado nessa missão. A Constituição Federal (art. 180) destacou o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico a ser promovido e incentivado pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A Lei nº 8.181/91 e o Decreto nº. 448/1992 estabeleceram as diretrizes para a implantação do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) e preconizaram o processo de descentralização da gestão do turismo (DIAS, 2003), seguindo a tendência neoliberal – observada tanto nos governos de Fernando Collor de Melo quanto de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – fundamentada na menor intervenção Estatal no âmbito político e econômico, em contraposição aos estados centralizadores, dentro da perspectiva keynesiana. O discurso da descentralização da gestão pública no Brasil seguiu tendências mundiais, cujos conceitos de autonomia, liberdade e independência foram utilizados de forma associada à redução do comando centralizado, outorga/delegação de poder, ruptura com a burocracia e a hierarquia que traduziram-se em soluções-chave para a administração pública na década de 1990 (SMULLEN, 2003). O Plantur previa a criação de polos de turismo integrados, associados à expansão de infraestrutura (estradas, aeroportos entre outras estruturas), no entanto, o plano não se concretizou em virtude da instabilidade política e econômica, culminando com o *impeachment* do presidente Collor, tal fato refletiu negativamente sobre os setores produtivos brasileiros, inclusive o turismo (CRUZ, 2002).

Em 1996, durante o governo de FHC, o turismo voltou a figurar nas políticas nacionais como atividade prioritária para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Nessa época, foi

⁵³ Documento que trata da implantação das convenções internacionais assinadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada em Rio de Janeiro em 1992.

⁵⁴ Dispositivo legal fundamentado na cooperação entre as unidades federadas para o desenvolvimento equilibrado de ambas, por meio dos mecanismos de transferências intergovernamentais da receita tributária (partilha de parcelas das receitas arrecadadas pela União e Estados), Fundos de Participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal, isenções, reduções ou diferimentos temporários de tributos federais entre outros.

criado o Plano Nacional de Turismo (PNT 1996-1999) que se tornou o principal instrumento da política de turismo no âmbito federal, pelo qual foram estabelecidas as diretrizes nacionais: implantação de infraestrutura básica e turística; qualificação profissional; modernização da legislação turística; descentralização da gestão do turismo; e a promoção turística. A mudança substancial do PNT (1996-1999), em relação aos planos anteriores, é o destaque dado ao desenvolvimento integrado do turismo e da realização das parcerias público-privadas (PPP) entre diversos setores, nesse contexto, percebe-se o aspecto contraditório e assimétrico entre o maior estímulo ao capital e a menor participação da sociedade civil na repartição dos benefícios e distribuição do poder político. Os produtos turísticos prioritários ainda se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, e o interior da região amazônica continuava dependente de atividades econômicas cíclicas que não conferiram sustentabilidade ao modelo econômico em vigor.

O contexto da política neoliberal brasileira na década de 1990, foi resultante das pressões dos movimentos ambientalistas e das articulações entre o capital financeiro nacional e os interesses dos setores econômicos nacionais para solucionar a crise econômica naquele período. A necessidade de criação de alternativas para a saída da crise, culminou com o surgimento de políticas governamentais nas quais o turismo assumiu um papel de destaque na solução dos problemas econômicos. A Política Nacional de Ecoturismo (PNE)⁵⁵ criada em 1994 foi coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Embratur, posteriormente com o Ministério do Turismo (MTur)⁵⁶, e outras instituições representativas do setor (BRASIL, 2006). A PNE estabeleceu diretrizes básicas para o desenvolvimento do turismo realizado em áreas protegidas. A justificativa para a implantação do ecoturismo na Amazônia concentrou-se na questão da sustentabilidade, do aumento no fluxo turístico e na demanda potencial a ser explorada (PINTO, 2007).

O ecoturismo entrou na agenda política nacional como panaceia para a proteção ambiental e geração de benefícios às comunidades tradicionais, particularmente aquelas localizadas em áreas protegidas. O fator motivador das mudanças na política de turismo se deu em virtude da crescente discussão sobre a questão ambiental na década de 1980. O surgimento

⁵⁵ O Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, do Ibama e da Embratur propôs a criação de dispositivos legais pertinentes ao funcionamento dos meios de hospedagem, operação e agenciamento turístico, guiamento, transporte, eventos, cadastramento e fiscalização de modo a possibilitar o ordenamento turístico.

⁵⁶ Com a criação do Ministério do Turismo em 2003 a Embratur tornou-se um órgão especializado responsável pela promoção, marketing e apoio à comercialização turística nacional.

das entidades ambientalistas fomentou o debate no âmbito do turismo, haja vista o interesse do mercado capitalista em ampliar os segmentos potenciais de exploração, dentre os quais o turismo viria a constituir um novo produto com apelo ecológico.

Face ao exposto, em 1997, a Sudam, o MMA e a Organização dos Estados Americanos (OEA) firmaram acordo de cooperação técnica e criaram as Estratégias para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal, por meio do Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM) cujo objetivo era subsidiar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR), principal programa da PNE, concebido em 2000 como política de meio ambiente, a fim de implantar infraestruturas básica e turística de modo a possibilitar a implementação de polos ecoturísticos em todos os nove estados da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Programa Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil foi realizado, em 1997, pela Embratur e o Instituto de Ecoturismo no Brasil (IEB) que selecionaram os polos na Amazônia no mesmo ano (TODESCO, 2013).

O Proecotur foi uma iniciativa pioneira na organização e planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal por meio do “Turismo Verde”, previsto no Plano Plurianual 2000-2003, no período de transição entre o final do governo de FHC e o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) disponibilizou US\$ 200 milhões para financiamento das infraestruturas propostas nos 15 polos de ecoturismo (MMA, 2015). Contudo, o impasse na liberação dos recursos disponíveis causado por conflitos interinstitucionais⁵⁷ entre MTur e MMA – divergências dos enfoques adotados nas políticas de turismo dos dois ministérios, o primeiro notadamente econômico e o segundo ambientalista – no processo de implantação do programa comprometeu a sua continuidade (TODESCO, 2013). Além disso, as pressões do mercado e a ausência de controle do poder público sobre o turismo na Amazônia favoreceu os impactos das mais diversas ordens (PINTO, 2007). Em 2008, o BID encerrou o contrato com o MMA e, em nove anos, foram investidos apenas US\$ 5,69 milhões. sem que a fase de planejamento tivesse sido concluída em todos os Estados. Outros recursos complementaram os investimentos no programa, R\$ 12.906.336,23 do Tesouro Nacional, R\$ 10.607.300,33 de emendas parlamentares e R\$ 1.538.103,56 do governo holandês (TODESCO, 2013). Dentre os resultados gerais, destaca-se o planejamento e implantação de projetos de

⁵⁷ Em 2010, a responsabilidade pelo Proecotur foi transferida do MMA ao MTur, contudo, após tumultuado processo de transição o MTur absteve-se da responsabilidade pelo empréstimo junto ao BID e transferiu essa competência aos governos estaduais.

ecoturismo em UCs. Os resultados do Proecotur no Amazonas serão apresentados na seção seguinte.

A criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva representou um avanço nas políticas governamentais de incentivo ao turismo, notadamente pela proposta de mudança na estrutura de gestão, ainda que a descentralização já houvesse integrado as diretrizes do PNT (1996-1999), por meio do PNMT. A mudança na forma de gestão do turismo foi apresentada no PNT (2003-2007) cujos objetivos gerais estavam voltados ao desenvolvimento do produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais; e estímulo e facilitação do consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional (MTUR, 2003). Contudo, as questões relacionadas à Amazônia ficaram praticamente fora da agenda política do MTur, apenas 3,78% – R\$491.640.187,86 – do orçamento federal foi destinado ao desenvolvimento do turismo na região Norte do país, entre 2003 e 2011 (TODESCO, 2013).

Apesar da baixa relevância da região amazônica nas políticas federais, a proposta da gestão descentralizada, apresentada no PNT (2003-2007), buscou ampliar os canais de interlocução entre as variadas esferas da gestão do turismo, inclusive em escala local, teve o objetivo de permitir a atuação dos organismos nos estados e municípios, auxiliados por instituições representativas dos segmentos da sociedade civil e da iniciativa privada (MTUR, 2003), tais como os fóruns e conselhos de turismo. Em tese, a ideia inicial seria dar autonomia à gestão dos estados e municípios, entretanto as instâncias de governança funcionam de forma deficitária, com pouca representatividade das organizações de base e das municipalidades. As políticas regionais seguem estritamente as diretrizes nacionais nos vários níveis de gestão, por esse motivo, torna-se um processo concomitante de globalização e fragmentação que se concentra nos modelos implantados no eixo Sul-Sudeste-Nordeste. O turismo é sem dúvida uma das áreas que mais estimula a diversidade territorial, através da valorização e/ou recriação da diferença, quando não do exótico (HAESBAERT, 1999), contudo, a política da regionalização⁵⁸ não se atém às questões da diversidade territorial e social.

As intervenções das políticas de turismo do Amazonas, na última década, seguiram as diretrizes nacionais de criação de regiões turísticas, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, criado em 2004. A implementação do Programa

⁵⁸ A regionalização em Haesbaert (2009) assume significados distintos, tanto como instrumento de análise para facilitar o recorte mais coerente frente as diferenciações espaciais quanto conceito envolvendo um rigor teórico que restringe seu significado e ao mesmo tempo, aprofunda seu poder explicativo, considerando-se problemáticas como escalas e fenômenos sociais específicos (regionalismos, políticos e as identidades regionais).

demandou o mapeamento de 200 regiões turísticas em 3.819 municípios e, até 2007, haviam sido escolhidos 87 destinos prioritários para qualificação como destinos internacionais. Destes, 65 foram definidos como destinos indutores do desenvolvimento turístico. A implementação do PRT integrou-se às ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a execução de obras de infraestrutura (criação, recuperação e duplicação de rodovias, ampliação das ferrovias, portos, aeroportos, metrô, abastecimento de água e coleta de esgoto, entre outros) esse aspecto marcou o caráter pontual das políticas governamentais reproduzidas ao longo do tempo.

A principal estratégia do PRT consiste em identificar potencialidades nos municípios brasileiros e eleger três destinos indutores de turismo nos estados, de modo a estimular a criação de roteiros integrados. A formação da região turística obrigatoriamente requer a existência de um destino indutor dotado de toda infraestrutura turística necessária para dar suporte aos demais municípios integrantes do roteiro. No Amazonas, as cidades de Barcelos, Parintins e Manaus foram eleitas pelo MTur como destinos indutores de turismo para as cidades do entorno. Segundo o referido Ministério, destinos indutores são

“aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos” (MMA, 2008, p. 18)

A regionalização do turismo é um “modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (MTUR, 2007, p. 82). Mello (2006) alerta para a dificuldade de gestão conjunta das ações propostas nos programas governamentais, mas destaca a experiência positiva do programa Turismo Verde cuja gestão esteve sob a responsabilidade do MMA e do Ministério de Desenvolvimento na aplicação de recursos de cerca de R\$ 14,2 bilhões. As dificuldades de articulação entre as políticas setoriais e as políticas globais, com a tendência a desconsiderar os valores socioculturais importantes das sociedades locais, constituem algumas das fragilidades da política de regionalização turística.

O PRT adotou a região turística como espaço geográfico base, “composto por municípios com características e potencialidades similares e complementares, capazes de ser articuladas e que definem um território delimitado para fins de planejamento e gestão” (MTUR, 2007, p. 65). Nesse sentido, pressupõe-se que as distintas regiões turísticas situadas nos mais

variados ecossistemas brasileiros poderiam seguir um padrão de configuração espacial semelhante. Os municípios integrantes destas regiões necessariamente deveriam articular suas políticas para compor um Arranjo Produtivo Local (APL)⁵⁹. O território foi concebido como espaço de interação humana com o ambiente, pressupondo a integração entre as organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, dessa maneira vindo ao encontro dos pressupostos do turismo sustentável (PINTO, 2007). No entanto, observa-se que o entendimento de região turística nas políticas governamentais se dá pelo viés da desigualdade, quando se toma como padrão de referência aqueles municípios dotados da melhor infraestrutura para subsidiar outros estrutural e/ou economicamente desprovidos, mas com atrativos de qualidade, de modo a complementarem-se nos aspectos que lhes são insuficientes ou inexistentes, dessa forma assumem caráter de região funcional, hierarquizada em função da área de influência do capital e “negligenciam a dimensão específica do vivido” (HAESBAERT, 1999, p. 22) e as identidades territoriais.

O PRT elegeu a “participação social” como elemento-chave da sua concepção, planejamento e implementação, no entanto o processo participativo que deveria propiciar os meios e as condições para o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade de forma propositiva no processo decisório das políticas de turismo distanciou-se do propósito de inclusão social a julgar pela pouca representatividade das municipalidades e da sociedade civil nas instâncias de governança no Estado do Amazonas.

Algumas regiões turísticas no Brasil apresentaram relativo sucesso do modelo de gestão com base na regionalização, como a Costa dos Corais, em Alagoas, e o Rota do Vinho, no Rio Grande do Sul. Cabe destacar que as experiências bem sucedidas da política de regionalização do turismo no Brasil ocorreram em regiões cujos municípios possuíam características bastantes distintas daqueles localizados na região amazônica. Observando-se os aspectos geográficos e demográficos das regiões turísticas no Amazonas, percebe-se um alto nível de complexidade na formatação de roteiros integrados comparativamente às demais regiões brasileiras, favorecidas pelas curtas distâncias e a facilidade de deslocamento por rodovias como um fator determinante para a articulação e mobilidade entre os municípios envolvidos nos roteiros. Outro aspecto relevante diz respeito ao desenvolvimento econômico dos municípios do Sul e Sudeste brasileiros cujas estruturas político-administrativas são bastantes distintas daquelas existentes

⁵⁹ O APL de Turismo no Estado do Amazonas é coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), a Câmara do Turismo, o Núcleo de Arranjos Produtivos Locais (NAPL) e outras instituições parceiras.

na região Norte, a começar por dois grandes entraves: a falta de articulação política inter e intra municipalidades e a insuficiência de recursos para a pasta do turismo.

O PNT 2007-2010, intitulado “Turismo: uma viagem de inclusão”, diferenciou-se dos demais em virtude de tratar o tema inclusão social, entendida tanto no âmbito das viagens, por meio dos incentivos da política ao acesso das camadas sociais mais pobres ao consumo das viagens turísticas, quanto da estratégia de estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos a partir de estímulos ao turismo doméstico, pelo qual os municípios brasileiros distantes do litoral ganhariam destaque no cenário nacional. O referido plano adotou o ecoturismo como um dos segmentos prioritários da oferta turística nacional.

Do ponto de vista estratégico, os programas estabelecidos nos planos nacionais são criados no âmbito federal para serem implementados nos estados e municípios, por meio das políticas governamentais locais, no entanto os objetivos são pensados no âmbito nacional, e a concepção das metodologias tem como base as experiências de outras regiões brasileiras, o que revela a dificuldade de regionalização dos instrumentos de aplicação da política nacional à realidade amazônica, principalmente quando consideradas as questões territoriais.

O modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá a revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares. (CRUZ, 2002, p. 9)

O principal objeto de consumo do turismo é o espaço, entretanto as políticas de turismo têm negligenciado os conceitos de espaço e territorialidades, como observado nos PNTs, os espaços são reduzidos à condição de mercadoria e conta com a decisiva participação do Estado nessa tarefa (CRUZ, 2005). O turismo é uma prática social fortemente territorializada e igualmente territorializante, pois introduz nos destinos sua lógica de organização espacial. O uso do território pelo turismo, e a vulnerabilização dos recursos naturais e socioculturais implicam na formulação de políticas governamentais cujo suporte esteja no planejamento com enfoque no território, na dinâmica espacial e na gestão participativa como premissas para minimizar os impactos negativos do turismo e efetivar a regionalização. Na prática, o desenvolvimento do turismo no plano regional ainda é considerado incipiente, tendo em vista o baixo nível de envolvimento dos moradores das comunidades tradicionais na repartição dos benefícios e na gestão do turismo. Em geral, as atividades realizadas no âmbito das comunidades concentram-se no nível operacional, cujas funções exigem menor nível de especialização.

[...] é necessário destacar que, em regiões periféricas, a introdução da atividade turística tem, inicialmente, um efeito desestabilizador, de desestruturação da economia pré-existente. São inúmeros os relatos de processos de decadência e mesmo de desaparecimento das atividades econômicas tradicionais a partir do advento do turismo. (OURIQUES, 2005, p. 4)

Pragmaticamente, é impossível que o turismo ocorra sem causar o mínimo de impacto negativo, principalmente na economia local, tendo em vista que o mercado controla as formas de comercialização dos destinos, deixando em desvantagem as comunidades economicamente vulneráveis e, politicamente, pouco organizadas para atuarem com o turismo.

A valorização dos recursos ambientais e dos saberes e fazeres das populações envolvidas direta ou indiretamente com o turismo é imprescindível às políticas governamentais de turismo que se almejam sustentáveis, visto que a ação estatal ainda perdura como a principal via de intervenção no sentido de promover o desenvolvimento das áreas periféricas na Amazônia. A complexidade envolvida na conservação da biodiversidade, no planejamento e gestão do turismo exige uma análise inter, trans e multidisciplinar, cuja interação e integração entre ambos constitui ainda um desafio sem precedentes em políticas governamentais (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001).

Apesar das discussões sobre o turismo sustentável ter entrado na agenda política na década de 1990, sobretudo em virtude das demandas sociais surgidas na ocasião da Eco-92, percebe-se a incoerência dos PNTs, visto que as políticas governamentais de turismo, em nível federal, não estão ordenadas de modo a dar continuidade às ações, a exemplo do Proecotur, que foi incorporado ao Prodetur Nacional e perdeu força enquanto programa de incentivo ao turismo sustentável.

Diante da necessidade de mostrar efetividade das ações governamentais, novos programas são implantados como propostas inovadoras, mas acabam reproduzindo modelos anteriores. A descontinuidade dos programas está evidenciada no PNT 2012-2015 cujas ações estão voltadas, quase na totalidade, para a preparação de grandes eventos internacionais, como a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016. O incentivo às viagens internas (viagens de brasileiros no país) e o aprimoramento da gestão do turismo, com destaque às iniciativas de TBC, foram alguns dos objetivos do PNT 2012-2015, no entanto o texto do referido plano não traz diretrizes relativas às questões ambientais e/ou à sustentabilidade, tampouco amadureceu as estratégias para a redução das desigualdades regionais, aspectos destacados nos planos anteriores.

3.2 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE TURISMO NO AMAZONAS

Ao longo das últimas décadas, as políticas governamentais de turismo no Amazonas seguiram algumas tendências nacionais no que tange aos estímulos para o aumento do fluxo turístico, especificamente na cidade de Manaus que durante anos concentrou a maior parte dos recursos estaduais e federais destinados aos investimentos em turismo no Amazonas. Desde a segunda metade do século XX, o turismo passou a figurar nas políticas estaduais, inicialmente, sob a égide do crescimento econômico, funcionou Como instrumento de propaganda política e aliou-se aos programas desenvolvimentistas dos governos militares.

Na era Vargas, foi criado, por meio da Lei Ordinária Nº 06 de 29/01/1959, o primeiro órgão estadual cuja atuação envolveu a temática do turismo no Estado do Amazonas, o Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda do Estado do Amazonas (DITPEA). Esse órgão tornou-se uma via de promoção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP⁶⁰) como instrumento utilizado pela ditadura militar para centralizar e direcionar a ideologia do “Estado Novo” junto à população em geral e às instituições internacionais por meio da manipulação das informações sobre o país nas propagandas turísticas, assim como a Embratur serviu para transmitir uma imagem positiva do Brasil.

O Departamento de Promoção Turística (DEPRO) substituiu o DITPEA e foi criado pela Lei Nº 223 de 7 de julho de 1965, sem ainda contar com uma estrutura que possibilitasse maiores investimentos no turismo no Amazonas (AMAZONAS, 1972). De acordo com Antonaccio (1998), até o final dos anos de 1980, as políticas de turismo eram deficitárias em virtude da falta de infraestrutura, qualificação profissional, investimentos, planejamento e pelo desinteresse do poder público.

A criação da Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR), por meio da lei Nº 935 de 06 de julho de 1970, marcou o surgimento do primeiro órgão oficial estritamente turístico do estado do Amazonas, em substituição ao Depro. A Lei Nº 1.062 de 14 de dezembro 1972 atribuiu nova definição à Emamtur que adquiriu autonomia administrativa e financeira (AMAZONAS, 1974). Por meio da referida lei, foi definida a Política Estadual de Turismo que assinalou a inserção do turismo na economia do Estado. Nesse período, foi criado o primeiro Plano de Turismo no Amazonas, com a proposta de interiorização do turismo de natureza como forma de aproveitamento das potencialidades naturais.

⁶⁰ O DIP tinha a função de organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos [...] De acordo com o regimento do DIP, a divisão deveria organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder-se com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país. (GOULART, 1990, p. 72)

A lei 1.062 também criou o primeiro Conselho Estadual de Turismo (CONTUR), constituído por representantes dos órgãos federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada a saber: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), Prefeitura Municipal de Manaus e representantes dos agentes de viagens, importadores e hoteleiros. O Contur ficou responsável por estabelecer as diretrizes da política estadual de turismo a qual continha um macroprojeto denominado “Criação de Condições para o Desenvolvimento do Turismo”, cujas principais estratégias de atuação consistiam na promoção do Amazonas como destino turístico, realização de parcerias entre a Emamtur e o setor privado para a qualificação profissional em hospedagem, agenciamento, transporte e comunicações, e a elaboração do plano diretor de turismo⁶¹, embora o plano contemplasse a realização do diagnóstico turístico, esse não se concretizou (AMAZONAS, 1974). Notadamente, as ações governamentais apresentaram viés mercadológico, sem necessariamente expor metas ousadas para colocar o turismo como atividade econômica prioritária do Estado, percebeu-se ainda que a presença do IBDF não significou maior atenção às questões ambientais.

Para Antonaccio (1998, p.189), durante muitos anos, o turismo no Amazonas “jamais despertou o interesse de nossos governantes, no sentido de ser encarado como fonte prioritária de desenvolvimento econômico”. No final do século XIX e início do século XX, a economia do Estado esteve ligada ao extrativismo da borracha, após a decadência deste produto, o Estado passou a concentrar seus investimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM). A criação e desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM), na década de 1970, esteve atrelada às circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais e objetivou criar “condições de meios de vida” e infraestrutura para atrair força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, e instaurar na região condições de rentabilidade econômica global tornando-se o meio de “regionalização do desenvolvimento capitalista” e “espaço de relações globais” (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p. 100), sem considerar as potencialidades regionais, portanto, a ZFM foi um artifício geopolítico para acelerar a interiorização do território (MELLO, 2006, p. 50). A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) relegou o turismo ao plano

⁶¹ Os subprojetos deste plano apresentaram ações referentes ao levantamento de dados sobre patrimônio turístico, infraestrutura de serviços turísticos e estudo da demanda turística, cujo controle, acompanhamento e avaliação foi apresentado no documento intitulado “Estado do Amazonas Avaliação do Plano de Governo 1971 a 1974” elaborado pelo Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Informação do Estado do Amazonas (CODEAMA) e a Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

secundário, tendo em vista o principal órgão de desenvolvimento do Amazonas não possuir, na época, proposta de incentivo ao turismo (ANTONACCIO, 1998).

Embora a Suframa não previsse orçamento para o turismo, o período próspero da ZFM na década de 1980, aliado à chegada dos cruzeiros internacionais, estimulou o segmento do turismo de negócios. Apesar dos poucos recursos destinados ao turismo, o Amazonas passou a participar intensamente dos trades turísticos nacionais e internacionais. A proximidade da ação do governo de empresas como a extinta Viação Aérea Rio Grandense (VARIG), a cadeia local de agências, hotéis e a Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV) também foi um marco deste período na inserção do Amazonas nos roteiros nacionais (ANTONACCIO, 1998).

Segundo o relatório “Ação Governamental e Desenvolvimento do Amazonas 1964-1981” (AMAZONAS, 1982, p. 133), no início da década de 1980, o programa estadual de turismo estava voltado para as seguintes diretrizes: interiorização dos investimentos na formação de infraestrutura de turismo; divulgação de produtos típicos do Amazonas; e apoio e fomento às atividades turísticas. As ações concentraram-se nos estímulos às festas populares nos municípios, ao artesanato e ao “programa de conscientização turística da comunidade” voltado ao desenvolvimento de uma postura de hospitalidade junto aos profissionais que lidam diretamente com os turistas – motoristas, funcionários de hotéis, restaurantes e lojas. O supracitado documento destaca o turismo como potencial inexplorado das possibilidades econômicas do Estado e alerta para a necessidade de aumentar os esforços governamentais nos períodos futuros.

Em meados dos anos de 1980, o governo do Amazonas captou a ascensão das discussões e o início de uma tendência de turismo voltado à contemplação e usufruto da natureza, denominado turismo de natureza ou turismo ecológico, nesse período o desenvolvimento sustentável ainda não estava inserido nas políticas estaduais de turismo. Durante os governos de Gilberto Mestrinho (1983-1987 e 1991-1995), o meio ambiente foi apresentado nas políticas governamentais como a base material colocada a serviço do crescimento econômico, as preocupações com a floresta foram entendidas como pretexto dos grupos internacionais interessados em barrar o desenvolvimento econômico da região (VILLARROEL, 2012).

Os incentivos das políticas federais, até o início da década de 1990, haviam estimulado fortemente os empreendimentos em áreas naturais, e isso resultou em grande especulação imobiliária e degradação ambiental, mais intensivamente no litoral brasileiro. No Amazonas, esta pressão ocorreu nos municípios em torno de Manaus, atualmente pertencentes à Região Metropolitana da cidade, em decorrência do crescimento do número de hotéis de selva e a exploração de ambientes naturais até então desconhecidos.

As “paisagens autênticas” (RIBEIRO e BARROS, 1994) – com destaque às praias, os rios e às florestas – compunham os produtos turísticos ofertados pelas empresas e promovidos por institutos governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal. A maioria dos hotéis de selva oferecia atividades de contemplação da natureza, no entanto raros eram os que propunham algum tipo de intercâmbio cultural com as comunidades locais (SANSOLO, 2003). Por outro lado, a política governamental de incentivo ao turismo resgatou o imaginário historicamente construído sobre a Amazônia – a ideia de um lugar selvagem, o eldorado (GONDIM, 1994), reproduzida nas tipologias turísticas conhecidas como turismo ecológico ou turismo de natureza e etnoturismo.

A riqueza gerada pela entrada de divisas provenientes do turismo no Amazonas concentrou-se nos empreendimentos hoteleiros urbanos e agências de turismo, algumas de capital estrangeiro. Os investimentos públicos em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, saneamento, energia elétrica) e de assistência ao interior, por meio da criação do Fundo de Fomento ao Turismo e Interiorização do Amazonas (FTI)⁶² se intensificaram a partir de 1996, e motivaram outros investimentos privados, paradoxalmente isso não significou uma melhoria na economia dos municípios do entorno em virtude das políticas de turismo estarem quase que integralmente voltadas ao município de Manaus.

No sentido de criar condições para o aproveitamento do potencial do turismo na natureza, a EMAMTUR lançou no fim de 1997, a política de ecoturismo para o Amazonas, visando dar a essa atividade uma base adequada e estruturada com linhas de conduta definidas por meio da implantação da cartilha de turismo nas escolas da “Área de Influência” da então Estação Ecológica de Anavilhanas – atual Parna de Anavilhanas – que, de acordo com o Plano de Manejo elaborado em 1991, foi considerada uma das “Áreas Especiais de Interesse Turístico” do Estado do Amazonas inserida no roteiro turístico de diversas operadoras, no entanto, a UC não possuía naquele momento infraestrutura para receber turistas, isso permitiu a prática do turismo de forma desordenada e sem controle sobre os impactos dela advindos.

Em 1999, a criação da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto (SEC) representou significativa mudança na gestão pública do turismo no Amazonas pelos seguintes fatores: a articulação das ações estratégicas nas dimensões do turismo e da cultura possibilitou a otimização de ações e reciprocidade de benefícios; a interlocução entre o órgão oficial e outras

⁶² Lei Estadual Nº 2.390 de 8 de maio de 1996, chamada Lei Hanan, instituiu regimes especiais de tributação como mecanismos para interiorizar o desenvolvimento, incrementar as atividades industriais e revitalizar o comércio (ANTONACCIO, 1998, p. 193-194).

instituições públicas e privadas, por meio da Comissão de Turismo Integrada (CTI); a interiorização das ações permitiu o desenvolvimento dos programas nos municípios do interior do estado até então negligenciados, foi o início da descentralização das políticas governamentais de turismo, embora os programas não tivessem alcançado plenamente os objetivos propostos, conforme será visto adiante.

A Sec deu continuidade às ações dos programas federais PNMT e Programa dos Clubes da Melhor Idade, e implantou o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) e o Proecotur. Para melhor entendimento do processo em que o Estado do Amazonas passou a focar o turismo em áreas protegidas, particularmente o ecoturismo, destacam-se as contribuições dos dois maiores programas implementados a partir da inserção da temática no cenário político amazonense, o PNMT e o Proecotur.

O processo de inclusão dos municípios na distribuição dos recursos e na implementação das ações estratégicas das políticas nacionais foi proposto pelo PNMT, criado em 1994, pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), com o objetivo de conciliar o crescimento econômico, a conservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, além de incentivar a participação e a gestão da comunidade nos planos municipais com foco no turismo sustentável. Os objetivos específicos do PNMT estabeleceram cinco princípios propostos como norteadores das ações do plano: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação.

O PNMT foi emblemático no processo de descentralização da gestão do turismo com a proposta de atribuir aos municípios maior autonomia na formulação e implementação das políticas governamentais de turismo, no entanto essa prerrogativa já havia sido garantida na Constituição Federal de 1988. O PNMT representou um marco na mudança de paradigmas na gestão do Estado (SANSOLO, 2013), pois ambicionou constituir-se em amplo fórum de debates sobre o turismo com base local, cujas estratégias destacavam a criação de conselhos e fundos municipais de turismo e, ainda, a formulação do plano de desenvolvimento turístico municipal pautado na elaboração de inventários da oferta turística.

Para o alcance dos objetivos propostos, o PNMT organizou-se em torno de cinco ações estratégicas: I) definir e difundir por todos os meios que estivessem ao seu alcance, os princípios básicos norteadores do processo de municipalização do turismo; II) elaborar e aplicar metodologia, apropriada à realidade brasileira para o desenvolvimento do turismo sustentável; III) estabelecer uma rede de agentes multiplicadores e instituições parceiras para a operacionalização do programa; IV) envolver as comunidades locais por meio da realização de oficinas e encontros, com aplicação de técnicas de enfoque participativo; e V) apoiar os

municípios nas iniciativas que tinham por finalidade o fortalecimento institucional e na elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo sustentável. A partir da criação das UCs, o município de Iranduba passou a fazer parte das estratégias para o desenvolvimento do turismo, por meio da realização de oficinas de sensibilização do PNMT, promovidas pelo governo federal em parceria com a SEC e a prefeitura de Iranduba. A iniciativa teve como objetivo o desenvolvimento da atividade turística de forma participativa, na qual a população fosse a principal beneficiária.

Contrapondo-se aos objetivos locais, a estratégia do governo federal consistiu em transferir aos governos municipais a responsabilidade de estimular e investir no turismo, cabendo à esfera federal somente oferecer suporte técnico, de informação e capacitação na execução do programa. Ademais, a dotação de recursos para infraestrutura e fomento da atividade também ficou sob responsabilidade dos municípios, em tese isso poderia representar um aspecto positivo, no entanto, na prática, foi bastante contraditório, enquanto grande parte dos municípios brasileiros apresentava dificuldade para manter suas estruturas básicas sociais nas áreas da saúde, educação e moradia, por exemplo. Do mesmo modo, a conjuntura neoliberal ampliou as desigualdades sociais no âmbito do turismo, haja vista a participação social não ter se efetivado e os municípios não terem alcançado os objetivos de desenvolvimento.

Os municípios amazonenses, nos quais o PNMT foi implantado concluíram apenas a primeira fase do programa, em virtude de dois fatores limitantes: os poucos recursos orçamentários e financeiros dos municípios para a implementação das fases finais do Programa; e das mudanças nas diretrizes nacionais ocasionadas pela criação e implantação de novos programas, tais mudanças refletiram nos estados e municípios e o programa foi interrompido dando lugar ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Outro fator contribuinte foi a alteração na estrutura administrativa do órgão gestor do turismo estadual ocasionada pela substituição da SEC pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), órgão criado pela Lei Nº 2.797 de 9 de maio de 2003, vinculada à secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), com a finalidade de planejamento, execução, coordenação e controle das ações relativas à Política Estadual de Turismo.

O outro plano a destacar é o Proecotur, o mais relevante programa federal para o desenvolvimento do turismo na região amazônica, com características essencialmente estruturantes, as diretrizes estabelecidas pelo programa estavam voltadas para a maximização dos benefícios econômicos, sociais e ambientais do ecoturismo e objetivou gerar alternativas às atividades degradadoras do meio ambiente, criar empregos, renda e oportunidades de negócios de natureza sustentável.

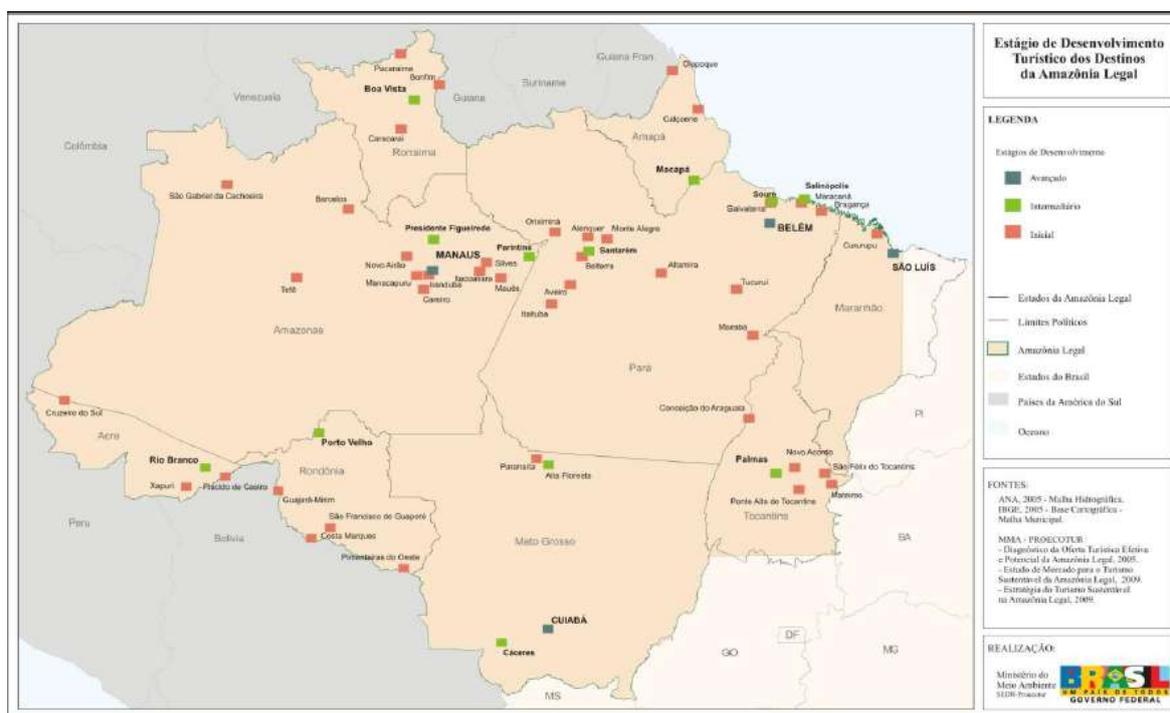
A principal estratégia do Proecotur foi a definição de dois polos de atuação: a) Polo Amazonas, formado pelos municípios de Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Izabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Silves; e b) Polo Saterê, formado pelos municípios de Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins (MMA, 2015). Os critérios estabelecidos pela Amazonastur para a escolha dos municípios dos polos foram: a) proximidade de Manaus; b) a existência de UCs ou Reservas Ambientais e Áreas Indígenas; c) a presença de potencial para o ecoturismo, além de produtos turísticos em operação; d) a existência de infraestrutura mínima de acesso terrestre, fluvial ou aérea; e) a existência de órgão municipal de turismo ou participação do município em algum programa federal (MONTEIRO e ALBUQUERQUE, 2007; RIBEIRO et al, 2012) – Projeto Corredores Ecológicos ou PNMT, por exemplo.

[...]cada estado ficou responsável pela elaboração dos respectivos planos de desenvolvimento dos polos de ecoturismo, enquanto o governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, incumbiu-se dos estudos de demanda, diagnóstico da oferta turística da região e por fim da Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal. (TODESCO, 2013, p. 24)

As estratégias de ação do Proecotur estavam, notadamente, voltadas para os estudos de mercado e de viabilidade do turismo, para atender aos objetivos propostos, o programa foi dividido em duas fases, a de pré-investimentos (Fase I) e a de investimentos (Fase II). A Fase I iniciou em 2002, cujo prazo de implantação estava prevista para 18 meses, ao custo de R\$ 10 milhões, e teve como objetivo suprir os pré-requisitos – planejamento cuidadoso nas áreas de ecoturismo selecionadas, avaliação da demanda do mercado, estabelecimento de uma base normativa, treinamentos básicos necessários, assistência técnica e investimentos necessários nos locais priorizados – essenciais para a implantação com sucesso da segunda fase. A execução da primeira fase foi coordenada pelo MMA, e todas as ações previstas foram realizadas. A participação dos moradores das comunidades tradicionais em UCs na formulação do Proecotur ficou restrita à capacitação em cursos e oficinas, o planejamento efetivo das propostas do programa esteve longe de ser uma prática comunitária.

Na avaliação dos resultados (Figura 55) apenas Manaus foi considerada como destino em estágio de desenvolvimento turístico avançado, os municípios de Parintins e Presidente Figueiredo em estágio intermediário e os demais – Manacapuru, Iranduba, Novo Airão, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Careiro da Várzea, Maués, Tefé, Itacoatiara e Silves – foram classificados em estágio inicial de desenvolvimento.

Figura 55 – Estágio de desenvolvimento turístico dos destinos da Amazônia Legal.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2009).

A principal dificuldade do Proecotur no Amazonas foi de natureza orçamentária ocorrida no ano de 2005, o programa buscou articulações com o MTur, de forma a alavancar ações importantes que se achavam pendentes como a elaboração da Estratégia de Ecoturismo do Polo Saterê, realizada com os recursos do referido ministério. Estratégia semelhante foi adotada nas UCs, para o qual o programa buscou articulações com instituições do terceiro setor de modo a viabilizar algumas ações relativamente pontuais, conforme será visto na seção 3.3. A segunda fase do Proecotur foi coordenada pelo MTur, com previsão de início em 2005, e deveria dispor de R\$200 milhões. Segundo a Amazonastur, o Estado do Amazonas foi o único da região Amazônica a cumprir as metas das duas fases, contudo o órgão não disponibilizou os dados do montante dos investimentos na segunda fase e os impactos do programa no desenvolvimento dos municípios envolvidos, apenas descreveu as ações. Conforme visto na seção anterior, o maior entrave na gestão do Proecotur estava relacionado aos conflitos interinstitucionais que levaram o MMA a sair da coordenação do mesmo e o MTur a incluir o programa ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL), em 2010.

Os recursos do Prodetur Nacional são oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF), o financiamento para

estados e municípios exige cartas-consulta e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para a implementação do programa. No Amazonas, apenas Manaus possui uma proposta inacabada do PDITS, restrito aos corredores ecológicos da capital (envolvendo os parques urbanos) e a RDS do Tupé, na zona rural. A fragilidade do Prodetur Nacional no Estado do Amazonas reside no fato de apenas Manaus ter se candidatado para fazer parte do programa, os demais municípios da Região Metropolitana de Manaus não estão envolvidos na proposta. Embora a minuta do plano indique os segmentos prioritários – ecoturismo e turismo de negócios e eventos – percebe-se o desinteresse dos gestores públicos tanto no âmbito estadual quanto municipal, com o desenvolvimento do turismo sustentável. Após a inserção da cidade no Prodetur Nacional em 2010, o PDITS de Manaus, cuja execução estava prevista para o período de 2012-2014, ainda encontra-se em elaboração (MANAUS, 2015).

A Sec articulou ações, recursos financeiros e técnicos das pastas de cultura e esporte aos segmentos de turismo de natureza, ecoturismo e eventos, inclusive o religioso (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO E DESPORTO, 2004). O ecoturismo passou a integrar as políticas estaduais de turismo por meio do Proecotur, no entanto as premissas sustentáveis desse segmento turístico – a valorização do ambiente, o estímulo à economia local e o respeito às populações residentes nas UCs – às quais deveriam nortear tais políticas, continuaram ausentes nas ações do Estado. As limitações podem ser confirmadas nas estratégias adotadas pela Sec: identificação dos municípios com potencial turístico; aumento do tempo de permanência e do gasto médio por turista; formatação de novos produtos turísticos e diversificação da oferta; e aumento do fluxo turístico, os objetivos das políticas são notadamente mercadológicos.

A atuação da Sec na condução do turismo foi marcada por ações relacionadas à interiorização da cultura e do turismo, qualificação profissional, formação de parcerias com outros setores, aumento dos investimentos privados, maior promoção e diversificação dos produtos turísticos. A mensagem do governador do ano de 2000 cita as ações da SEC como primordiais para estabelecer políticas governamentais que transformassem positivamente as potencialidades culturais e naturais do Amazonas, elevando-o à categoria de destino turístico consolidado, contudo muitos percalços impediram a consolidação do ecoturismo nas áreas protegidas por meio do Proecotur, como será apresentado adiante.

A promoção turística realizada no âmbito governamental destacava o Amazonas como região exótica enaltecendo a exuberância da floresta e sua biodiversidade e as populações tradicionais existentes. Segundo Silva (2013, p. 321), “essa ideologia do exotismo foi elaborada

nos anos 1980 do século passado e se configurou como uma representação dominante nos discursos elaborados nas décadas seguintes”. No âmbito do mercado, o exotismo tornou-se vantagem competitiva, as agências e hotéis de selva aproveitaram-se da biodiversidade amazônica e do apelo à conservação ambiental proposta pelas políticas de incentivo ao ecoturismo para ampliarem seus negócios.

Em 2003, a Amazonastur propôs a criação do Plano Estadual de Turismo, cujas discussões tiveram prosseguimento em 2004, durante as reuniões do Fórum Estadual de Turismo. As ações previstas no Plano envolviam a realização de inventário turístico nos municípios, modernização dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT), participação em eventos, captação de turistas e a promoção dos festivais folclóricos e de ópera (AMAZONASTUR, 2005), as ações pontuais marcaram as políticas governamentais nesse período, as estratégias eram voltadas ao aperfeiçoamento da oferta turística do Estado e da promoção do destino Amazonas.

A Amazonastur instituiu, em 2004, o Fórum Estadual de Turismo, com 68 representantes, sendo 16 municípios, 7 Instituições de Ensino Superior, 45 instituições do setor público, associações de classe, instituições de fomento e financiamento, pesquisa e organismos do terceiro setor, dentre estes a FAS (AMAZONASTUR, 2005). O Fórum é uma instância de governança estadual cujas funções consistem em promover o diálogo entre os diferentes atores a fim de identificar os pontos críticos dos variados segmentos do turismo e propor soluções conjuntas, contudo, nos últimos anos, observou-se a baixa representatividade das municipalidades nesse fórum, tal fragilidade aponta a deficiência na articulação dos gestores públicos com os demais atores do turismo nos níveis municipais e local. O modelo de gestão compartilhada adotado pelo órgão oficial de turismo buscou incorporar em certo grau a participação do setor privado e terceiro setor na gestão do turismo estadual, com o objetivo de reduzir custos das ações, verifica-se o caráter substitutivo das organizações do terceiro setor com representantes da sociedade civil na gestão.

A análise do relatório de 2004 permitiu identificar algumas ações envolvendo as áreas protegidas: a realização do inventário socioeconômico e ecoturístico de Iranduba e Barcelos; Oficinas de Pesca Esportiva em São Sebastião do Uatumã; a identificação da vocação do Amazonas para o Turismo Científico, especialmente nas UCs, no início não havia propostas de ações a serem viabilizadas nestas áreas; as comunidades de Janauari, Paricatuba e Acajatuba – essa última localizada na RDS do Rio Negro – foram eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária e a realização de 23 cursos de capacitação para as áreas de turismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ministrados nos

municípios de Manaus, Manacapuru, Novo Airão, Barcelos, Presidente Figueiredo e Iranduba, parte os recursos foram provenientes do Programa de Compensação do Gasoduto Coari-Manaus (AMAZONAS, 2004).

Notadamente, as ações propostas no Plano Estadual estavam voltadas à estruturação do produto turístico, enquanto a interiorização do turismo reduziu-se à identificação do potencial turístico dos municípios para posterior dotação de infraestrutura de receptivo (Centros de Atendimento ao Turista e Terminais Fluviais Turísticos), estímulos aos eventos e realização de cursos de capacitação profissional cujos resultados efetivos no âmbito econômico, ambiental e social não foram oficialmente mensurados, enquanto isso as questões territoriais permaneceram pouco compreendidas e absorvidas pelas políticas governamentais tanto quanto as experiências existentes desde a década de 1980, na maioria das comunidades, às margens, do rio Negro.

Desde 2003, o Estado do Amazonas tem buscado alinhar setores econômicos como a bioindústria, agroindústria, turismo e energia com o propósito de explorar atividades ligadas à floresta e produtos florestais, madeireiros e não-madeireiros (VILLARROEL, 2012). Contudo, o elo entre as políticas estaduais ambientais e de turismo no Amazonas somente ocorreu com a criação do PBF, em 2007, como um desdobramento do Programa Zona Franca Verde, sob o argumento da necessidade de criação de estratégias pautadas no conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se o principal programa da Política de Estadual de Mudanças Climáticas.

O Plano Estadual de Turismo do Amazonas (2008-2011) – denominado Plano Victória Régia – criado no governo de Eduardo Braga, consistiu no instrumento da política governamental cuja estrutura resultou de estudos realizados pela empresa de consultoria Indústrias Criativas, constituída de corpo técnico oriundo de outros estados brasileiros sem o conhecimento sobre as particularidades do turismo no Estado, especialmente dos municípios turísticos ou com potencial para a atividade, nesse aspecto, o plano apresentou propostas generalistas e notadamente voltadas para o desenvolvimento do turismo a partir das necessidades de ordem logística e de capacitação profissional (AMAZONASTUR, 2008). Embora as ações estratégicas dos órgãos antecedentes – a Emamtur e a SEC – tivessem desenvolvido ações para impulsionar o turismo amazonense nos cenários nacional e internacional, o referido plano apresentou metas, objetivos e ações estratégicas estabelecidas a partir dos estudos de mercado e projeções de cenários, realizados em 2007, contudo a metodologia utilizada não consta no plano, tampouco há registro da participação do Conselho Estadual de Turismo ou de representantes da sociedade civil na construção do mesmo.

Teoricamente, o Plano Victória Régia abordou os princípios da sustentabilidade nos âmbitos econômico, social e ambiental como norteadores das ações estratégicas, as quais foram

distribuídas em 4 macroprogramas: gestão, infraestrutura, marketing e produto (Quadro 7). Os programas específicos das políticas governamentais do turismo estadual estão balizados e alinhados aos objetivos gerais do Plano Nacional de Turismo, com destaque para a regionalização.

Quadro 7 – Macroprogramas do Plano Victória Régia

MACROPROGRAMA: GESTÃO		
Programas	Objetivo	Ações implantadas/programadas até 2008
Programa de atração de investimentos	Atrair investimentos para maximizar benefícios sociais e econômicos do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Captação de investimentos; • Documentação e informação turística; • Planejamento de Bolsas de Negócios do Turismo; • Microcrédito para o turismo.
Programa de Interação entre os atores do Turismo	Aumentar a interação entre setores público, privado e terceiro setor para atingir a sustentabilidade do turismo	-
Programa de Gestão Estratégica para o turismo	Gerir estrategicamente o turismo no Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e pesquisas estatísticas; • Projeto de capacitação dos Municípios; • Programa de Apoio ao Turismo no Interior do Amazonas (PROINTUR).
MACROPROGRAMA: PRODUTO		
Programa de capacitação da mão de obra	Capacitar mão de obra do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mão de obra. • Apoio aos Municípios e à iniciativa privada para formação e capacitação de mão de obra.
Programa de sensibilização para o turismo	Sensibilizar a população amazonense para o turismo	-
Programa de estruturação de produtos	Estruturar produtos turísticos temáticos, inusitados, competitivos e qualificados	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA); • Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR); • Estruturação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT); • Programa dos Clubes da Melhor Idade; • Cadastro, classificação, controle de qualidade e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos; • Sinalização turística; • Desenvolvimento e formatação de novos produtos turísticos; • Implantação do selo de qualidade para o artesanato; • Rotas turísticas; • Inventário da oferta turística; • Campanhas de combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo; • Campanhas de educação ambiental; • Planos de manejo; • Qualificação profissional nos Municípios com potencial turístico;

		<ul style="list-style-type: none"> • Polos de Ecoturismo; • Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT).
MACROPROGRAMA: MARKETING		
Programa de criação da marca turística	Criar a imagem de um destino turístico singular	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Marca Amazonas.
Programa de promoção turística	Promover os diversos produtos turísticos do destino em seus principais mercados emissores e em diferentes nichos de mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção e divulgação do turismo. • Participação em eventos.
MACROPROGRAMA: INFRAESTRUTURA		
Programa de infraestrutura turística	Desenvolver parcerias e ser ator participante na adequação da infraestrutura básica do destino	-

Fonte: Adaptado de Plano Victória Régia (AMAZONASTUR, 2008)

A análise das principais estratégias do Plano Victoria Régia (AMAZONASTUR, 2008) permite identificar a ausência de ações implementadas referentes ao Programa de Interação entre os Atores do Turismo, Programa de Sensibilização para o Turismo e Programa de Infraestrutura Turística, esses programas têm caráter estruturante para a construção de políticas de forma participativa, notadamente, não obtiveram o merecido destaque por parte dos gestores. Paradoxalmente, as ações implantadas pelo Programa de Estruturação de Produtos destacam-se entre as demais evidenciando um processo de turistificação dos espaços com a justificativa de atrair cada vez mais divisas e gerar empregos para isso, o governo aumentou os investimentos em ações de *marketing* norteado apenas pelas dimensões econômicas e mercadológicas do setor, tal posicionamento esmorece as tentativas de condução do turismo pelas vias da sustentabilidade e fortalece as antigas práticas de favorecimento às grandes corporações (hotéis, agências, operadoras, transportadoras turísticas entre outros) em detrimento às iniciativas de base local.

Dentre os resultados apresentados pela Amazonastur em 2016, destaca-se a formação de parcerias institucionais entre a Amazonastur e entidades de fomento e desenvolvimento como Sudam, Basa, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e Suframa, no entanto não foram firmadas parcerias junto às Secretarias de Turismo de Estados vizinhos. As ações voltadas à questão ambiental restringiram-se aos cursos de capacitação em gestão ambiental destinados aos empresários e empregados no turismo, estudos de capacidade de carga turística e incentivo à elaboração dos planos de manejo das UCs – os resultados apresentados pela Amazonastur estão relacionados àqueles obtidos com a implantação do Proecotur, após

esse período não foram constatadas novas iniciativas de intervenção cujos objetivos estivessem alinhados ao turismo sustentável nas UCs.

O termo sustentabilidade frequentemente aparece nos discursos dos governos, dos partidos políticos e no teor das políticas governamentais com a conotação do oportunismo verde, distanciando-se do conceito e dos princípios originários (sustentabilidade econômica, social e ambiental). As políticas governamentais de turismo do Amazonas seguiram, desde a sua gênese, as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Turismo por meio do PNT⁶³ e outras políticas de desenvolvimento da Amazônia. O reflexo dessa sujeição é a ausência de originalidade dos programas estaduais em andamento cujo rol constitui-se do Programa Viaja mais Melhor Idade, Promoção e Divulgação do Turismo e Participação em Eventos. Além destes, a Amazonastur implementa os programas federais: Programa de Regionalização do Turismo, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Copa na Empresa e Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) por meio da Rede TRAF⁶⁴ cujo município de Rio Preto da Eva foi o primeiro a receber as ações do programa.

Em geral, o ecoturismo introduzido na Amazônia por meio do Proecotur em 2002, apresentou experiências fracassadas nas primeiras décadas de implantação, segundo Cruz (2006), isso resultou da forma como os Planos de Desenvolvimento do Turismo foram formatados, particularmente no âmbito da Sudam, o planejamento das estratégias para a região foi desenvolvido exclusivamente por equipes técnicas, enquanto a participação comunitária ficou restrita à operacionalização de projetos, careceu da articulação com outros órgãos de planejamento da região e da observância à dimensão socioespacial do fenômeno turístico. De forma análoga, as estratégias da Emamtur e dos órgãos que a sucederam padeceram do mesmo mal. Grande parte dos programas nacionais e práticas administrativas das instituições públicas desprezou os interesses das populações tradicionais, conforme será apresentado no capítulo IV, ou agrediram a sustentabilidade da natureza amazônica e reproduziram “modelos alienígenas inadaptados à região” (LOUREIRO, 2009, p. 237).

No município de Iranduba, a principal atividade econômica é a produção oleira, embora cause impactos socioambientais negativos, é posta no Plano Diretor da RMM (2010) como a

⁶³ O PNT é elaborado a cada 4 anos, estabelece diretrizes para o turismo nacional, com objetivos e metas, e estratégias que são elaboradas com a participação dos representantes dos governos federal, estaduais e municipais e o Conselho Nacional de Turismo com representantes de vários segmentos da sociedade.

⁶⁴ A Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) é uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores que visam o desenvolvimento do TRAF no país, objetivando o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares.

única atividade que apresenta viabilidade econômica para o desenvolvimento do município em detrimento do ecoturismo ou turismo sustentável, Sousa (2015) destaca a relevância estratégica de Iranduba e Manacapuru, além do polo cerâmico, são importantes produtores de frutas e verduras, lazer e turismo, constituem ainda espaços de exploração imobiliária de comércio e descentralização industrial da RMM. Face ao cenário de contínuo incentivo por parte das políticas governamentais às atividades impactantes, acredita-se ser possível propor nova forma de desenvolvimento que privilegie o social, o local, o regional e os valores éticos, particularmente, a solidariedade e a integração, em oposição à forma hegemônica de desenvolvimento, centrada na forma individualizada e maximizada no consumo e no mercado (LOUREIRO, 2009; ZAOUAL, 2010).

A sustentabilidade preconizada nas políticas governamentais brasileiras de ecoturismo fracassou em virtude da ausência de empenho e de comprometimento político dos governos para a mobilização de recursos – humanos, financeiros, culturais e morais – que garantissem a “integração dos princípios ecológicos com o desenvolvimento econômico” (BRANDON, 2005, p. 255). Destaca-se, ainda, a prevalência de interesses externos na estruturação de um turismo destoante dos interesses e necessidades locais e a falta de integração dos atores locais ao processo de planejamento turístico, cabe destacar a carência da realização de audiências públicas para a definição das políticas governamentais do Amazonas.

A insustentabilidade das políticas governamentais pode se asseverar tanto em virtude das trocas de gestores quanto das decisões verticalizadas no âmbito dos órgãos oficiais, desconsiderando a contribuição valiosa das demais instâncias de governança, esse é um problema recorrente, mas não exclusivo da gestão do turismo no Amazonas, tampouco é recente, pois desde o período colonial no Brasil, a prática participativa da sociedade civil nos processos decisórios das políticas públicas foi dificultada ou usurpada, por conseguinte, a dicotomia dominação e submissão/resignação marcou a relação do Estado e sociedade civil.

A verticalização no processo de tomada de decisão nas políticas de turismo é percebida como uma estratégia de dominação na qual a intervenção estatal, por meio das suas funções políticas, utiliza-se das estruturas implantadas como forma de apropriação dos espaços– seja por meio da dotação de infraestruturas básicas, turísticas ou dos instrumentos de capacitação profissional – para criar uma relação de dependência junto às comunidades cuja capacidade de autogestão não foi plenamente desenvolvida, conforme constatado nos estudos de Silva (2008), ao analisar as percepções socioespaciais do turismo na comunidade de Paricatuba, em Iranduba, e de Costa Novo (2011) sobre as iniciativas comunitárias de desenvolvimento do turismo na Região Metropolitana de Manaus, ambos no Amazonas.

O ecoturismo proposto para Iranduba não beneficiou as comunidades tradicionais e gerou impactos negativos de várias ordens – degradação ambiental, subemprego da mão de obra local, políticas governamentais alheias às necessidades locais, oportunismo ambiental – a criação de UCs ainda não foi suficiente para garantir a conservação ambiental e minimizar os impactos provocados pelo turismo de lazer (RIBEIRO et al, 2012), particularmente aqueles relacionados à exploração dos hotéis de selva sobre as comunidades.

Persistem, ainda, dificuldades de acesso aos dados detalhados das políticas de turismo no estado do Amazonas. Durante a pesquisa, foram sete meses de tentativas para conseguir a entrevista junto à Amazonastur e, ao final, os dados fornecidos foram pouco consistentes. Essa limitação se estende a outros meios de consulta pública como os relatórios oficiais e o portal da transparência do Estado. O último plano estadual de turismo iniciado em 2008 encerrou em 2011, a partir daí não houve a divulgação de novo plano estratégico para o turismo amazonense, embora a Amazonastur afirme que o órgão segue as diretrizes do Plano Victória Régia (2008-2011) com adaptações. Quanto às metas, somente em 2015 os resultados foram divulgados, porém em forma de ata da reunião do Fórum Estadual de Turismo. A morosidade na avaliação do Plano confirma a fragilidade da política estadual de turismo quanto aos mecanismos de monitoramento dos resultados, pouco eficientes ou transparentes, e revela a baixa relevância das questões sociais face o processo político não incorporar os princípios democráticos e éticos da participação social, dessa forma a eficácia do ponto de vista da geração de benefícios para as populações residentes em áreas turísticas de maior vulnerabilidade econômica e social também fica comprometida e diminuem as possibilidades da atividade tornar-se sustentável no longo prazo.

Diante da presença dos temas de inclusão social e redução das desigualdades regionais nas políticas de turismo, buscou-se evidenciar os contrastes existentes entre o que as políticas propõem e a realidade dos municípios envolvidos nessas políticas. Para esta análise, buscou-se fazer o recorte dos dados sobre o desenvolvimento dos municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru dentro da RMM, por constituírem a área de abrangência da RDS do Rio Negro. Face as comunidades pesquisadas localizarem-se integralmente no território de Iranduba, deu-se destaque a alguns indicadores importantes.

Para a análise dos contrastes entre o discurso e a prática das políticas governamentais, tomou-se como ponto de partida o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, indica um aumento comparativamente ao IDHM do ano de 2000, mas, ainda, aquém dos níveis ideais. Manaus é o único município classificado no nível alto de desenvolvimento da RMM em

virtude de ter o 6º maior PIB do Brasil (BRASIL, 2014), os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão apresentaram variações nos índices de educação e renda classificados entre os níveis de desenvolvimento médio e baixo (Quadro 8). Iranduba ocupa o 12º lugar no ranking estadual.

Quadro 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Baixo Rio Negro

Posição	Município	IDHM 2010	Mudança (comparado à 2000)	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda
Desenvolvimento humano alto (de 0,700 a 0,799)						
1ª	Manaus	0,737	↑0,136	0,658	0,826	0,738
Desenvolvimento humano médio (de 0,600 a 0,699)						
11ª	Manacapuru	0,614	↑0,177	0,481	0,795	0,604
12ª	Irاندuba	0,613	↑0,176	0,476	0,799	0,607
Desenvolvimento humano baixo (de 0,500 a 0,599)						
28ª	Novo Airão	0,570	↑0,142	0,434	0,776	0,551

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (PNUD, 2013) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Embora estejam inseridos na Região Metropolitana de Manaus (RMM), os municípios Iranduba e Novo Airão apresentaram índices de geração de riqueza abaixo de 1% (BRASIL, 2014). Corroborando esta afirmativa, os índices de pobreza de Novo Airão e Iranduba são os mais altos, comparativamente aos demais municípios da RMM (Quadro 9)

Quadro 9 – Incidência de pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Manaus

Município	%
Novo Airão	63,84
Irاندuba	63,52
Rio Preto da Eva	61,72
Manacapuru	59,49
Itacoatiara	56,78
Presidente Figueiredo	48,68
Manaus	40,98
Careiro da Várzea	19,02

Fonte: IBGE (2015), Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002/2003. Elaborado por Glaubécia T. da Silva (2015).

De acordo com o Relatório Dinâmico de Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PORTAL ODM, 2013), com base no Censo Demográfico de 2010 do município de Irاندuba⁶⁵, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita

⁶⁵ Optamos por detalhar os índices do município de Irاندuba em virtude das comunidades pesquisadas localizarem-se integralmente nos seus limites.

inferior a R\$ 140,00⁶⁶ reduziu em 29,3%, no período entre 2000 e 2010, porém o município ainda não atingiu a meta de redução de 50%, para isso, deveria alcançar em 2015, no máximo 28,1% da população entre as linhas abaixo da pobreza e de indigência. Os dados de 2010 indicam que 60,2% dos moradores de Iranduba estavam acima da linha da pobreza, 17,4% entre a linha de indigência e pobreza e 22,4% abaixo da linha da indigência, tais dados são reveladores do baixo desenvolvimento humano nos municípios.

O IDHM é um norteador das políticas governamentais, mas carece de detalhamento dos indicadores quanto ao dimensionamento do território e da questão social. Nesse sentido, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) deve ser utilizado complementarmente ao IDHM por dar informações específicas e detalhadas que apontam as áreas e os públicos que deverão ser priorizados nas agendas das políticas governamentais⁶⁷. O IVS reúne 16 indicadores organizados em três dimensões: capital humano, infraestrutura e, renda e trabalho. Tais indicadores expressam a situação de exclusão e vulnerabilidade social e a multidimensionalidade da pobreza. Essas dimensões agrupam indicadores que buscam caracterizar o acesso da população aos serviços públicos e retratam a trajetória educacional das famílias agregando indicadores ao capital familiar e a dimensão renda e trabalho para além da renda per capita. A região Norte possui, proporcionalmente, os maiores índices de vulnerabilidade social e a região Sul os mais baixos índices, isso mostra o agravamento das desigualdades regionais reproduzidas, inclusive no âmbito municipal quando o IVS-Rural do município de Iranduba é 16,26% maior que o IVS-Urbano. A dimensão renda é a que mais contribuiu para o aumento da vulnerabilidade social de Iranduba, 42,91% dos responsáveis por domicílios possuem rendimento de até 1 salário mínimo ou não possuem rendimento (AMAZONAS, 2016), a zona rural, em grande parte constituída por UCs, encontra-se mais vulnerável em todas as dimensões verificadas.

A vulnerabilidade possui estreita relação com o princípio da autonomia e tem implicações para a vida em comunidade ou em sociedade, Face a condição vulnerável identificada nos municípios percebe-se que as políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas foram pouco contundentes no sentido de

⁶⁶ As pessoas que estão abaixo da linha da pobreza são as que possuem renda per capita até R\$ 140,00. No caso da indigência, esse valor será inferior a R\$ 70,00 (PORTAL ODM, 2013).

⁶⁷ Destaca-se a diferença existente entre agenda governamental e agenda de decisões, a primeira consiste no rol dos assuntos ou questões a serem avaliados por governantes e seus assessores, e a segunda, compreende os assuntos ou questões integrantes da agenda de governo conduzidos para deliberação pelos participantes ativos do processo de elaboração da política (KINDON, 2007).

promover mudanças nesse cenário. Os percalços que dificultaram a consolidação do ecoturismo nas UCs não impediram o crescimento de práticas turísticas surgidas espontaneamente, por meio de empreendimentos privados dos moradores, como ocorrido nas comunidades do lago do Acajatuba (SIMONETTI, 2015).

Não obstante, ainda que o PNT 2012-2015 tenha o objetivo de apoiar o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos nas regiões brasileiras, constatou-se a baixa relevância dada ao turismo sustentável nas políticas federais e estaduais, seja por meio do ecoturismo ou do TBC. A ausência de especificidade na ação governamental coloca o ecoturismo na condição de incipiência no Amazonas e representa um retrocesso face ao relativo avanço proporcionado pelo Proecotur na década anterior. Atualmente, os programas e projetos que envolvem a implantação de alguma forma de turismo sustentável no Estado são conduzidos por organizações do terceiro setor com o apoio dos órgãos ambientais gestores das áreas protegidas, como será visto na seção seguinte.

A forma como o turismo convencional tem sido implantado no Brasil, em geral, é denominada por Sansolo (2003) como um processo de turistificação dos espaços, tendo como atores os turistas, agentes de mercado e planejadores representantes do Estado, vale destacar no âmbito das políticas nacionais e estaduais dois aspectos importantes: a carência de uma sólida estrutura de planejamento municipal, com o agravante de os municípios amazonenses não possuírem planos municipais de turismo, e a ausência de representatividade dos moradores das comunidades tradicionais no processo político e de planejamento turístico nas instâncias de governança.

3.3 PRODUÇÃO TERCEIRIZADA DO TURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS: a territorialização multifacetada do terceiro setor

A criação e implementação de políticas governamentais de turismo depende da ação do Estado e de diversas instituições, cujos documentos oficiais denominam de “atores”. A autonomia relativa do Estado faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (EVANS, RUESCHMEYER e SKOCPOL, 1985). A estrutura do funcionamento do Estado é entremeada por instituições, governamentais ou não, que definem práticas e delineiam os caminhos para a ação política a partir das respectivas capacidades que determinam as condições para o alcance dos objetivos das políticas governamentais. Dias (2003) destaca o papel do Estado na gestão do turismo por meio das

áreas de envolvimento do setor público, quais sejam: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimento, incentivos financeiros, estímulo à inclusão social e promoção do turismo.

Os desafios da governança pública do turismo perpassam pela necessidade de mudança de paradigmas, da competição entre grupos de interesse à intersectorialidade, por meio da articulação das instâncias de governança, participação e colaboração dos vários atores, visto que o turismo é um fenômeno socioeconômico complexo requer uma estrutura de gestão igualmente complexa e adaptada à realidade local.

Desde a década de 1990, as políticas neoliberais disseminaram-se pelo Brasil com o intuito de promover o desenvolvimento regional, a maior parte dessas visava a redução da participação do Estado por meio da descentralização da gestão pública, de modo a aproximar o governo e a sociedade civil. A busca pela eficiência das políticas governamentais influenciou o novo gerencialismo público mediante a delegação da articulação e implementação das ações para órgãos independentes nacionais e internacionais, inclusive os não-governamentais, em virtude da credibilidade conquistada por estes organismos, mas também pela tendência mundial das políticas governamentais tornarem-se mais participativas (SOUZA, 2006). O documento *Human Development Report*⁶⁸ (UNDP, 1993) deu ênfase à participação da sociedade civil no debate sobre práticas de desenvolvimento em nível mundial. Nesta tese, considera-se a participação social como princípio democrático que implica a atuação dos moradores das UCs do Baixo Rio Negro nos processos decisórios sobre a criação e implantação das políticas de turismo.

Embora existam mobilizações de vários setores da sociedade civil no sentido de ampliar a participação social no processo político, é imprescindível expandir os instrumentos da cidadania e aprofundar a democracia direta. Destarte, Dagnino (2004) e Montañó (2008) ressaltam a necessidade de compreensão sobre o deslocamento dos significados de sociedade civil e do terceiro setor, no qual a expressão “sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de “Terceiro Setor” (DAGNINO, 2004, p. 100).

O processo democrático é essencial no sentido de reconhecer os direitos, valores e ideias, segundo Morin e Kern (2002, p. 112), “a democracia supõe e alimenta a diversidade de

⁶⁸ documento publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o objetivo de analisar como e de quais formas as pessoas participam de eventos e processos que têm implicações sobre suas vidas, sob a perspectiva de três grandes olhares: os mercados solidários, a governança descentralizada e as organizações comunitárias.

interesses e grupos sociais assim como a diversidade de idéias”, é o espaço simbólico que conjuga consenso e conflitualidade para além da soberania do povo. Ademais, quando se estabelece e se exerce a cidadania, a cultura política e cívica em condições efêmeras, a democracia se fragiliza criando condições favoráveis à geopolítica do capital.

Nesse sentido, o terceiro setor exerce papel ideológico na implementação das políticas neoliberais, e a sua sintonia com o processo de reestruturação do capital ocorreu na década de 1970, pós-crise do petróleo. O termo “terceiro setor” foi cunhado nos EUA por John D. Rockefeller III, e chegou ao Brasil por intermédio da Fundação Roberto Marinho, tais fatos revelam claramente a relação intrínseca desse setor com as instituições ligadas ao grande capital. No início, as organizações do terceiro setor se articulavam junto aos movimentos sociais, na década de 1990 passaram a ocupar o lugar dos movimentos sociais (MONTAÑO, 2008) visando preencher as lacunas deixadas pelo setor privado e o Estado.

A ocupação de um espaço cada vez maior das organizações do terceiro setor no cenário político e econômico ocorreu não somente pela pretensa eficiência ou o aporte financeiro desses organismos, mas por motivação estritamente político-ideológica – tem aceitação nos meios de comunicação, meio científico e opinião pública (LENÁ, 1999). O processo de descentralização da ação do Estado tem ocorrido sob duas perspectivas ideológicas distintas (SANSOLO, 2013): a primeira sob o viés do neoliberalismo econômico, como meio de diminuir os gastos públicos e transferir à iniciativa privada competências tidas como oportunidades de negócio e, dessa forma, reduzir a intervenção estatal no mercado; e a segunda sob o viés democrático, da descentralização da gestão por meio da participação dos segmentos da sociedade civil.

Aliados aos argumentos acima mencionados, destacam-se outros motivos relacionados à tentativa do Estado de compensar suas deficiências e as mazelas causadas à sociedade por meio da criação de uma cultura de autculpa, de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento, relaciona-se, ainda, à desoneração do capital de tais responsabilidades que cria uma imagem de transferência de reponsabilidades de intervenção estatal – pela precarização e focalização da ação social estatal e do terceiro setor – e uma nova demanda abundantemente lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2008).

O estudo de Todesco (2013) sobre as políticas de turismo na Amazônia constatou que os órgãos estaduais de turismo delegam responsabilidades às empresas de consultoria, a tarefa de elaborar os planos e ações estratégias, constituem-se no que a autora denomina de “produção terceirizada da política de turismo”. A terceirização da gestão das políticas também foi verificada por Coelho (2012) nos estudos sobre a atuação do terceiro setor na gestão de UCs do Amazonas, o autor constatou a transferência das responsabilidades do Estado no âmbito das

políticas ambientais para a FAS, Ipê, Nymuendaju, Idesam e FVA, todas atuantes no Baixo Rio Negro.

Pragmaticamente, observa-se a confluência da gestão das políticas ambientais e de turismo nas UCs no Amazonas, na qual as organizações do terceiro setor atuam como administradoras no processo de cogestão territorial e ambiental. A gestão das UCs se consolida por meio dos Conselhos Gestores⁶⁹ cujo objetivo é a implementação de programas e ações no intuito de disciplinar a participação organizada e responsável dos moradores das UCs, mediante a adesão destes aos projetos.

Percebe-se que as organizações do terceiro setor estão atuando, cada vez mais, como pretensos substitutos da sociedade civil entendida, com base no conceito de Gramsci (2000), a partir da ação política dos moradores das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais de base que estruturam o Estado. Contudo, a participação social, ainda que esteja prevista nas políticas governamentais, é de difícil concretização, face a necessidade dos moradores das áreas protegidas obterem maiores informações sobre a relevância e o funcionamento dos conselhos e as implicações destes para a coletividade. Os conselhos são arranjos institucionais formados por representantes do sistema político-econômico e organizações do terceiro setor que exercem um papel político para além da gestão territorial e da assessoria técnica, representam mecanismos de controle junto às comunidades, dessa forma estão mais voltados a atribuir-lhes identidade legitimadora na implementação das políticas governamentais do que efetivar a participação social.

Evidencia-se a relação assimétrica do poder na estrutura dos conselhos gestores das UCs nos quais as organizações do terceiro setor, particularmente as OSCIPs, ocupam posição de destaque nessa rede social, influenciam na formulação e implantação das políticas governamentais e no gerenciamento dos recursos financeiros públicos e privados mantenedores dos seus projetos, enquanto a sociedade civil é subordinada a essa estrutura, com base na teoria de Rousseau, (1995) infere-se que tais aspectos comprometem a construção de políticas genuinamente de Estado e contrariam os preceitos da democracia participativa de igualdade perante o poder e da liberdade para fazer escolhas.

Enquanto mediadoras do Estado, as OSCIPs exercem influência sobre a eficácia das políticas de turismo nas comunidades tradicionais do Amazonas desde a década de 1990. As

⁶⁹ O Conselho Gestor é uma exigência legal e pode ser constituído de duas formas: Deliberativo quando possui o poder de decisão sobre as questões envolvendo a gestão da UC (Reservas Extrativistas e RDS); e Consultivo quando tem poder de voz, de orientação, pode fazer valer suas decisões, mesmo quando não consultado pelos técnicos e pelo chefe da UC.

primeiras iniciativas de TBC no Amazonas são exemplos dessa influência no incentivo ao turismo em áreas protegidas: o Projeto de Ecoturismo Comunitário na Amazônia Brasileira, executado em 1994 pela WWF-Brasil e Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), na região dos lagos, em Silves; o Programa de Turismo de Base Comunitária criado em 2001, pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na RDS de Mamirauá, em Tefé; ordenamento do turismo de pesca esportiva do Programa Nacional de Desenvolvimento de Pesca Amadora (PNDPA), realizado em 2004 pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), na RDS do Uatumã; implementação do projeto “Fortalecendo o Turismo de Base Comunitário no Rio Unini”, criado em 2010 pela Fundação Vitória Amazônica (FVA), na Resex do Rio Unini, em Barcelos.

Na década de 2000, a política de turismo no Amazonas passou a incluir em suas ações estímulos ao Turismo de Base Comunitária que é uma forma de gestão para o desenvolvimento do turismo adotado pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2008) cujas ações são contingenciadas pela participação social na governança do turismo e a valorização do saber-fazer dos “atores”⁷⁰ do turismo. Os dados disponibilizados no site oficial da Amazonastur e nos relatórios da FAS apresentam o TBC como segmento turístico, o que demonstra a imprecisão conceitual sobre o termo. A necessidade de clareza conceitual também é constatada nas ações de ecoturismo, segmento posto de forma dissociada dos princípios do TBC e do turismo sustentável. A exploração dos variados segmentos de turismo pode ser realizada sob os princípios da autogestão comunitária, daí é possível identificar os termos ecoturismo, turismo de pesca, turismo rural, etnoturismo seguidos da expressão “de base comunitária”, pois refere-se à forma de gestão dos mesmos.

O estudo realizado pelo Ipê no Baixo Rio Negro apresentou um panorama das iniciativas de TBC nas comunidades daquele rio. Em 2003 e 2004, os executores dos projetos vinculados ao Ipê fizeram excursões para a sensibilização dos moradores do rio Cuieiras, afluente da margem esquerda do Rio Negro, no intuito de trabalhar a educação ambiental, principalmente nas comunidades localizadas nas UCs. Mas, foi a partir de 2005 que os projetos de turismo realmente começaram a ser implementados. Iniciou-se a articulação entre o *trade* turístico e os órgãos governamentais de meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal, o tipo de turismo promovido nas UCs possui características que se assemelham ao ecoturismo, contudo há prevalência da utilização da sigla TBC para designar qualquer atividade de turismo

⁷⁰ Atores é a terminologia utilizada nas publicações oficiais para designar os agentes sociais e o *trade* turístico, bem como, as instituições representativas desses segmentos.

desenvolvida por ou nas comunidades, preferencialmente, naquelas onde haja um empreendimento turístico de gestão comunitária. Dependendo da instituição originária do projeto, pode-se identificar o uso do termo ecoturismo ou TBC como equivalentes, no entanto tratam-se de conceitos distintos⁷¹, conforme visto na seção 1.2 do capítulo I.

A implantação do turismo em algumas comunidades localizadas em UCs originou-se da iniciativa de organizações externas, como ocorre no Baixo Rio Negro, onde as organizações do terceiro setor, tais como o Ipê, a Nymuendaju, FVA, FAS e Idesam são responsáveis pela maior parte dos projetos que estimulam as comunidades a estruturarem seus produtos e serviços turísticos denominados de TBC. Os projetos dessas instituições são mantidos por meio de recursos públicos e privados, o que pode comprometer a isenção dos interesses. A atuação das organizações do terceiro setor, particularmente as OSCIPs, na implantação e na criação de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo nas UCs do Baixo Rio Negro pode ser verificada no Quadro 10.

Quadro 10 – Organismos do terceiro setor atuantes com o turismo no Baixo Rio Negro

Organização	Atuação
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Realiza ações de sensibilização para o TBC em Unidades de Conservação, articula importantes projetos de turismo na região do Baixo rio Negro. Participou da elaboração do Plano Estratégico para TBC no Parque Nacional de Anavilhanas, em 2010, em parceria com o Ministério do Turismo, e contribuiu para a criação, em 2011, do Fórum de Turismo de Base Comunitária do Baixo Rio Negro e atuou na implantação do Roteiro Tucorin na RDS Puranga Conquista, margem esquerda do rio Negro. As linhas de ação incluem, ainda a criação e o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, educação ambiental, capacitação, conservação de espécies ameaçadas, gestão de UCs e implementação do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro.
NYMUENDAJU	Promove ações de responsabilidade social na área de educação ambiental, pesquisa e TBC, visando o desenvolvimento local sustentável das comunidades do Baixo Rio Negro com foco na auto-gestão comunitária e a capacitação em turismo e artesanato. Responsável pela implantação do Roteiro Tucorin na RDS do Tupé, margem esquerda do rio Negro, na área rural de Manaus.
Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Município de Manaus, Rio Negro, Rio Amazonas, AM 010 e BR 174 (FOPEC)	Órgão colegiado que tem como principais objetivos: discutir, analisar e propor soluções aos diversos problemas relativos às comunidades rurais e ribeirinhas envolvidas. Atua junto ao poder público (nas esferas do executivo, legislativo e judiciário), organismos do terceiro setor e universidades.
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Atua em 16 UCs no Amazonas em parceria com a SEMA por meio do Demuc. Possui programas para diversificar as atividades econômicas e criar alternativas de geração de renda e trabalho para as comunidades residentes em UCs no Amazonas. Desde 2010, passou a incentivar o Turismo de Base Comunitária (TBC), especialmente, na RDS do Rio Negro, por meio do Programa Bolsa Floresta estimula a criação de infraestrutura básica e turística (pousada e restaurante).

⁷¹ para fins de identificação do turismo implementado nas UCs do Baixo Rio Negro, particularmente na RDS do Rio Negro, doravante utilizar-se-á a sigla TBC quando tratar-se dos projetos de turismo desenvolvidos em ou por comunidades, conforme constam nos documentos e relatórios oficiais dos governos e das organizações do terceiro setor.

Fundação Vitória Amazônica (FVA)	Atua na região do Baixo Rio Negro na viabilização de alternativas econômicas, educação, pesquisa científica, políticas governamentais e no processo de organização social, criação e gestão de associações e cooperativas representativas de seus interesses. Atuou na criação da Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA).
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)	Atua junto ao Demuc na gestão compartilhada para a implementação dos programas de gestão na RDS do Uatumã, com foco na gestão com apoio ao fortalecimento comunitário, organização social e manejo dos recursos naturais sustentáveis é responsável pela criação do Plano de Uso Público da RDS do Uatumã e foi pioneira na implantação do TBC com a criação de 04 pousadas familiares – sendo uma comunitária – e o estímulo ao turismo de pesca esportiva. Integra o Fórum de TBC do Baixo Rio Negro.
Instituto de Cooperação Econômica Internacional (ICEI/Brasil)	Atua em Manaus desde 2003 desenvolvendo ações de fortalecimento institucional, conservação ambiental, produções sustentáveis e ecoturismo nas comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas no rio Negro e seus afluentes.
Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)⁷²	Promove o comércio justo e solidário dos roteiros de turismo comunitário da região amazônica. Disponibiliza informações e facilita a comunicação entre os visitantes e os empreendimentos turísticos comunitários tais como: Roteiro Tucorin (Manaus-AM); Pousada Uacari (Tefé-AM); Pousada Aldeia Vintequilos (Parintins-AM); Comunidade Xixuaú (Roraima); Roteiro Arapiuns (Santarém- PA).

Fonte: Elaborado por Glaubécia T. da Silva (2015).

A partir da consulta aos projetos de turismo realizados pelas organizações supracitadas e da experiência da autora desta tese junto às comunidades do Baixo Rio Negro que desenvolvem turismo, foi possível identificar um sistema de ordenamento territorial dessas instituições. No que tange ao espaço de atuação sobre turismo nas UCs, a condução dos projetos é claramente territorializada, ainda que haja parcerias interinstitucionais, determinadas organizações assumem o protagonismo na condução das políticas de turismo nas áreas protegidas. Nesse contexto, a FAS elabora políticas, capta e gerencia os recursos financeiros e projetos na RDS do Rio Negro por meio do PBF, o Ipê conduz os projetos na RDS Puranga Conquista e a Nymuendaju na RDS do Tupé, onde originou-se o Roteiro Tucorin, ambas UCs localizam-se na margem esquerda do Rio Negro. As relações estabelecidas entre essas organizações e os moradores das comunidades nas quais atuam são permeadas por tecnologias próprias de poder (vigilância, sanção normalizadora e exame – investimento nas individualidades e singularidades), denominado por Foucault (1981) como poder disciplinar, pois, constitui-se em formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz.

A territorialização promovida pelas organizações do terceiro setor está intrinsecamente ligada à ideia de ambientalização, denominada por Santos (2014, p. 48) como “o processo levado a cabo por uma proliferação discursiva – técnico-científica articulada em todos os âmbitos da vida econômica, política e cultural moderna – que transforma a natureza em

⁷² No início de 2015, essa instituição estava desativada devido à ausência de formalização que lhes definisse uma personalidade jurídica, enquanto esteve atuante funcionou como voluntária na divulgação dos produtos turísticos das comunidades tradicionais, sem no entanto, comercializá-los.

ambiente”. Essa ambientalização sugere “um processo que envolve atores, ações nas quais eles se engajam em relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de alianças ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes” (TEISSERENC, 2010, p. 163). A natureza foi transformada em ambiente que constitui-se como meio pelo qual o biopoder passa a regular a vida por meio de procedimentos disciplinares, os territórios são reconfigurados em função do equilíbrio ecológico da Terra e os grupos sociais diversos foram transformadas em sociedades ecologizadas, biologizadas e ambientalizadas (SANTOS, 2014).

O novo ambientalismo social manifestado a partir das lutas engajadas das comunidades tradicionais é marcado pelas “reivindicações pelo direito de propriedade da terra, de novas práticas econômicas e sociais e de operação de um novo processo de produção ao lado de uma demanda de democratização dos poderes locais e das instituições e, ao mesmo tempo, uma descentralização econômica e administrativa” (LEFF, 2006, p. 455). O efeito da territorialização “é ainda mais forte quando o território em questão é o objeto de reivindicações complexas como aquelas [...] provenientes da ambientalização dos conflitos sociais em referência a um território” (ibid, p.164).

A influência do terceiro setor no âmbito das políticas de turismo no Amazonas pode ser analisada sob a ótica da legitimidade e da institucionalização das OSCIPs, bem como o caráter multifacetado da sua personalidade dividida na tríade Estado, mercado e sociedade civil, como visto anteriormente. A amplitude da participação das OSCIPs na estrutura do Estado se dá por meio das conexões internas com os órgãos governamentais na gestão de áreas protegidas, tais organizações determinam os critérios de criação dessas áreas, elaboram políticas de turismo e gerenciam os recursos financeiros provenientes de instituições públicas de fomento como o Fundo Amazônia do BNDES e o capital privado (Bradesco, Samsung, Coca-Cola, BID entre outros). A inserção das OSCIPs, como o braço do Estado, constitui-se uma forma de territorialização do poder e de descentralização das ações estatais por meio da transferência das responsabilidades para o terceiro setor no âmbito das políticas de turismo.

A parceria entre o Estado e as organizações do terceiro setor vai além do estímulo estatal à ação cidadã, a verdadeira motivação é a “publicização” (MONTAÑO, 2008) com vistas a diminuir os custos da atividade social “não pela maior eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não contratualidade e de direito do cidadão – desonerando o capital” (ibid., p. 47), dessa forma, o terceiro setor se responsabiliza pela execução dos serviços subsidiados pelo Estado.

A observação do *modus operandi* das OSCIPs na RDS do Rio Negro permitiu elencar algumas justificativas para a crescente participação do terceiro setor junto ao Estado: a incorporação do discurso ambientalista do desenvolvimento sustentável das comunidades localizadas em UCs; o domínio da base de dados resultantes das pesquisas sobre a biodiversidade e a sociodiversidade amazônicas realizadas por essas organizações; o desenvolvimento de projetos em áreas cujas ações do Estado são insuficientes ou inexistentes; a existência das políticas neoliberais cujos incentivos legais permitiram a maior descentralização das ações do Estado; e o controle dos recursos financeiros de origem pública ou provenientes de organizações multi/transnacionais que financiam as OSCIPs.

Face a territorialização do terceiro setor no Baixo Rio Negro, destaca-se a atuação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), instituição certificada como OSCIP, criada em 20 de dezembro de 2007, e instituída em janeiro de 2008 por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco. A criação da FAS surgiu a partir da demanda do governo do Amazonas para dar celeridade ao Programa Bolsa Floresta (PBF), política governamental instituída pela Lei 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e da Lei Complementar 53, sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), ambas de 2007.

A ações da FAS consistem em administrar projetos de redução de desmatamentos e conservação da biodiversidade por meio do PBF. Ao longo dos anos, a instituição adquiriu influência junto aos órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais), às instituições privadas provedoras dos recursos financeiros empregados nos projetos do PBF⁷³, e junto aos moradores das 16 UCs nas quais atua sob a égide do “empoderamento social” e da cogestão, ainda que a participação social se configure em grande parte como identidade legitimadora (CASTELLS, 1999) das ações das instituições que as promovem e, a efetividade da democracia participativa na gestão territorial e dos recursos seja baixa (COELHO, 2012).

O termo “*empowerment*” é expressão inventada nos Estados Unidos, equivalente a “empoderamento” e “implica conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação (dependência econômica, física etc.) por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência.” (ROSO e

⁷³ O PBF foi instituído em 2007 pelo Governo do Estado do Amazonas por meio SDS como subprograma do Zona Franca Verde, cuja a institucionalização se deu por intermédio da Lei 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, apresenta quatro modalidades: renda, social, associação e família. Em 13 de novembro do mesmo ano a Lei 3.184 alterou a lei anterior e deu exclusividade à FAS na administração da política de mudanças climáticas no Estado, conforme disposto nos artigos 6º, 8º e 9º (AMAZONAS b, 2007).

ROMANINI 1985, p. 86), requer certo nível de independência e autonomia, não necessariamente tornar os indivíduos aptos a realizarem transformações políticas radicais, mas, possibilitar acesso à informações e recursos que lhes permitam fazer escolhas e tomar decisões. A origem do termo está na esquerda, nos setores populares, e foi incorporada por movimentos sociais, intelectuais e partidos políticos como um termo ou prática progressista (MONTAÑO, 2015), em certas circunstâncias, pretende suprir a carência da efetiva cidadania, democracia e valorização das identidades coletivas nas políticas governamentais, enquanto, na realidade, dissimula interesses hegemônicos do grande capital e legitima seus projetos, como ocorre com o PBF.

As iniciativas da FAS de incentivo ao turismo iniciaram em 2010, a partir da parceria com o Idesam na RDS do Uatumã (IDESAM, 2011), localizada entre os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga. O Grupo de Trabalho de Turismo em Unidades de Conservação⁷⁴, coordenado pela SDS, atual Sema, teve o objetivo de identificar o potencial das UCs para o TBC, um dos eixos elegíveis do Bolsa Floresta Renda. Partindo dessa experiência, foram implementados projetos de TBC na RDS do Rio Negro nas comunidades: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Santo Antônio, São Tomé, Tiririca, Saracá, Tumbira e Santa Helena do Inglês. Os efeitos do projeto nas três últimas serão analisados no capítulo IV.

A atuação da FAS no ordenamento territorial e na condução das políticas de turismo na RDS do Rio Negro é concretizada por meio do Conselho de Administração composto por instituições governamentais, setor empresarial, acadêmico e socioambiental, escolhidos pela direção da FAS (SANTOS, 2012), esse formato organizacional não contempla integralmente o “empoderamento social” e a “cogestão” propostos no PBF. A cogestão é o modelo empregado pelo Estado que forja nos esquemas representativos dos moradores os termos e valores passados através dos discursos ambientalistas entendidos por Silva (2013) como retórica do envolvimento dos “guardiões da floresta” na corresponsabilidade da gestão territorial e ambiental na RDS do Rio Negro, a qual se constitui na esfera do poder simbólico (BOURDIEU, 2011).

A Fundação nessa parte é uma parceira com as comunidades, porque hoje você vê um restaurante aqui no Saracá, a nossa comunidade se fosse se reunir, a gente ia construir, mas ia ser difícil. Então essa parceria aqui no Saracá, pra mim, veio a melhoria do restaurante, porque também foi uma parceria da Fundação com a comunidade, então já é um passo dado. (Moradora 17, Comunidade Saracá, entrevista concedida em janeiro de 2015)

⁷⁴ O Grupo de Trabalho iniciou a discussão para a estruturação de editais para concessão de atividades e empreendimentos turísticos nas UCs do Amazonas, a partir do qual surgiu o Decreto de n. 30.873 de 28 de dezembro de 2010.

A FAS exerce, junto às comunidades, uma forma de controle na medida em que provém as estruturas para a interação humana e, gradualmente, vai se apoderado de algumas funções típicas do Estado. Diante da necessidade das políticas tornarem-se mais participativas, as comunidades, antes negligenciadas pelas políticas governamentais, vislumbram no PBF uma forma de obtenção de ganhos coletivos como aqueles relacionados à criação ou melhorias das infraestruturas básica e turística – a construção da pousada e do restaurante comunitário nas comunidades Inglês e Saracá, respectivamente, são exemplos dessas melhorias. Embora haja o reconhecimento de relativa aproximação das entidades governamentais, antes desconhecidas das comunidades, tais posicionamentos reforçam a existência da dualidade de poder entre o Estado/Demuc e a FAS, nesse jogo de forças a FAS apresenta relativa vantagem.

Face a necessidade de superar as deficiências do Estado, as organizações do terceiro setor têm assumido o papel de articuladoras e coordenadoras das políticas de turismo e de outros setores. O olhar antropológico dos estudos de Stronza (2001) destaca o surgimento de novas práticas de turismo, a partir de 1990, o denominado turismo alternativo surge como forma de criar oportunidade de envolvimento comunitário e a formação de redes de colaboração para a implantação do turismo em pequenas comunidades.

Cada vez mais, as comunidades locais estão se unindo em parcerias com órgãos governamentais, organizações não-governamentais e empresas de turismo privadas para planejar estratégias de turismo e desenvolver novas atrações para os visitantes. (STRONZA, 2001, p. 274) tradução livre.

As redes de colaboração ou arranjos institucionais são a principal estratégia de implementação do PBF e sustentam a maior parte dos recursos – materiais e humanos – na operacionalização dos projetos, além dessas, também são formadas parcerias entre moradores e instituições atuantes nos segmentos afins aos projetos em andamento nas comunidades, como é o caso do artesanato e do turismo, dessa forma a malha dessas redes tende a se expandir. A formação de redes de colaboração pode produzir resultados distintos: possibilitar maior controle dos moradores das comunidades sobre como o turismo os afeta ou disfarçar o baixo nível de participação social quando as organizações do terceiro setor passam a intervir como intermediárias das demandas comunitárias.

A democracia representativa e participativa é o alicerce do reconhecimento da alteridade das comunidades localizadas nas UCs e áreas protegidas em geral. A existência de esforços do Estado e das organizações do terceiro setor para promover a inclusão dos demais segmentos da

sociedade civil na gênese das políticas públicas (*policy maker*) é um processo recente na democracia brasileira.

[...] é evidente que o único governo capaz de satisfazer completamente todas as exigências do estado social é aquele em que o povo todo possa participar; onde qualquer participação, mesmo na função pública mais modesta, é útil; um governo no qual a participação deverá ser, em toda parte, tão grande quanto permita o grau geral de aprimoramento da comunidade; e no qual, nada menos possa ser desejado do que a admissão de todos a uma parte do poder soberano do estado. Porém, uma vez que é impossível, em uma comunidade maior do que uma única cidade, que todos participem pessoalmente de todos os negócios públicos, a não ser de muito poucos, conclui-se que o tipo ideal de governo perfeito deve ser o representativo. (MILL, 2006, p. 65).

O acesso à informação e à capacidade de organização e mobilização social são importantes meios que possibilitam reduzir a limitação da racionalidade dos tomadores de decisão e podem ocasionar mudanças no modo de fazer política, embora, pragmaticamente os formuladores das políticas de turismo continuem seguindo modelos excludentes que não incorporam o verdadeiro sentido da democracia participativa, no sentido concebido por Rousseau (1995), a participação social é fundamental no processo político e traduz a soberania popular – exercício da vontade geral – que não pode ser alienada ou transferida. Na configuração atual, as instituições representativas dos moradores das áreas protegidas não possuem liberdade para intervir na forma de gestão dos projetos e dos orçamentos disponíveis para investimentos no PBF, dos quais são beneficiários, os limites da participação das organizações de base são determinados pelo Conselho Administrativo da FAS.

A baixa representatividade dos grupos de interesse locais nas estruturas de poder no âmbito da gestão do PBF, representam o movimento de isolamento das organizações de base que desenha um cenário no qual se confirma a “mistificação da sociedade civil” homogênea e sem contradições de classe (MONTAÑO, 2008) que perpetuam mecanismos de dominação. As organizações de base, enquanto sociedade civil, são representadas por instituições alienígenas (*outsider*) que reduzem seu papel ao de legitimadoras das ações concebidas fora do âmbito comunitário. Nesse contexto, observa-se a construção de um discurso contraditório que reforça o protagonismo daqueles atores cuja influência política e econômica se destaca, concomitante ao processo de despolitização dos grupos de moradores das UCs.

O PBF foi idealizado pelo governo do Amazonas no intuito de incentivar os beneficiários do programa a abandonarem as suas práticas produtivas ambientalmente impactantes que resultassem em desmatamento, incumbindo-lhes a responsabilidade pela manutenção da floresta em pé, pela conservação ambiental e busca de alternativas de ganhos

compatíveis com as regras da UC. Na perspectiva da racionalidade capitalista apresentada no PBF, a lógica da prevalência do domínio do homem sobre a natureza leva à generalização do saber-fazer dos moradores das UCs, classificando-os como predadores da natureza e, que, mediante a tácita adesão ao Programa, se converteriam em “guardiões da floresta” – modelo copiado da Costa Rica, tal prática conduz à autorresponsabilização dos indivíduos – pelas suas condições de vida, solução dos seus problemas e satisfação das suas necessidades – e a desresponsabilização do Estado (MONTAÑO, 2015).

Cabe destacar outra faceta assumida pela FAS enquanto representante do capital privado, embora tenha sido concebido como programa governamental, a maior parte dos recursos do PBF é proveniente de instituições cujos interesses vão além do aporte financeiro em forma de doação, como destaca Fernandez (2015), o capital financeiro atua no sentido de ditar as bases de uma nova (des)agregação social, como será abordado no capítulo IV.

O processo de concepção e implementação do PBF, do Programa de Desenvolvimento Sustentável “Zona Franca Verde” e a Lei de Mudanças Climáticas foi coordenado por Virgílio Viana⁷⁵, então secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do governo de Eduardo Braga. A implementação do PBF foi iniciada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), atual SEMA, em setembro de 2007, e passou a ser administrada pela FAS a partir de março de 2008, até aquele ano o Programa era composto por apenas uma modalidade de bolsa, o componente Familiar, e foi implementado em 5 UCs estaduais: Resex Catuá-Ipixuna, e RDSs Cujubim, Mamirauá, Piagaçu-Purus, Uatumã e Uacari.

O aporte financeiro inicial empregado no PBF, no ano de 2008, somou R\$40 milhões, sendo R\$20 milhões de cada um dos seus dois instituidores, o Governo do Estado do Amazonas⁷⁶, como mantenedor e Banco Bradesco S.A., instituidor e mantenedor máster, posteriormente, a Coca-Cola contribuiu com R\$20 milhões (FAS, 2009) – anualmente é feita uma contribuição adicional exclusiva para a RDS do Rio Negro para projetos de educação e geração de renda. Outros recursos públicos são provenientes do Fundo Amazônia do BNDES para o apoio às modalidades do Bolsa Renda e Associação que passou a integrar o PBF em 2010. Ao todo, o PBF envolve 111 instituições governamentais e não-governamentais, isso significa que a maior parte dos recursos destinados ao PBF trata-se de capital (financeiro e técnico) originário de grandes corporações. Até o ano de 2014, a soma das contribuições de

⁷⁵ Exerceu o cargo de secretário entre 2002 e início de 2008, logo em seguida passou a atuar como Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) até o presente.

⁷⁶ A doação do Governo do Amazonas está prevista na Lei de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Lei Estadual 3.135/07 (AMAZONAS, 2007a).

origem privada era de cerca de 93% do total das fontes de recursos do PBF (FAS, 2015). A implementação do PBF ocorre em 16 UCs, isso representa 38% das 42 existentes no Amazonas, é um número relativamente baixo, considerando-se os nove anos de existência do programa e o volume de recursos arrecadados desde a criação do programa, até o início de 2016, não houve aumento no valor do benefício das modalidades de bolsas.

A restrita abrangência do PBF sobre as UCS estaduais e outras questões relacionadas à ausência de revisão dos valores das bolsas levou o governo do Estado a realizar mudanças na lei 3.184/2007, que trata sobre serviços ambientais, por meio da lei 337 de 1º de dezembro de 2015. Dentre as mudanças propostas na nova lei, destaca-se a retirada da exclusividade da FAS na gestão dos produtos e serviços ambientais que passará a ser objeto de licitação, no entanto, a gestão do PBF permanece sob a responsabilidade da FAS até 2020 (AMAZONAS, 2015). Diante da perda parcial da autonomia administrativa, o superintendente geral da FAS declarou, em reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, em 20 de outubro de 2015, que os R\$ 20 milhões doados pelo Estado foram integralmente utilizados no pagamento do Bolsa Floresta Familiar, e que a instituição atualmente se mantém apenas das doações (LIMA, 2015), em suma, o governo do Estado continua sem ter qualquer ingerência⁷⁷ sobre a aplicação dos recursos do PBF, até mesmo sobre a prestação de contas realizada junto à auditoria independente.

A amplitude da atuação da FAS nas UCs criou junto aos beneficiários do PBF uma relação de credibilidade, conforme observou-se durante o I Seminário de Avaliação dos Resultados do Programa Bolsa Floresta, realizado em 19 de novembro de 2013, no auditório da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus. Durante o evento, constatou-se, nas falas das lideranças das comunidades das UCs, a importância conquistada por esta instituição junto aos beneficiários do PBF, tal relevância se justifica pela atuação em vários setores, notadamente, aqueles cuja ação do poder público é deficitária. A participação da FAS na “recategorização” da UC de APA para RDS do Rio Negro, por exemplo, representou para os moradores das comunidades uma significativa melhoria, materializada em ganhos coletivos.

A realização de projetos turísticos com o foco na geração de renda acentuou-se a partir de 2011, desde então foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 312 mil nas áreas de infraestrutura, de atendimento ao turismo, incluindo aquisição de barcos e construção de pousadas e restaurantes comunitários (FAS, 2015). Além dos investimentos em infraestrutura,

⁷⁷ A participação de pessoas vinculadas aos órgãos públicos (Semma, Superintendência da Zona Franca de Manaus e Secretaria de Estado de Planejamento Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia) como membros do Conselho de Administração da FAS se dá de forma pessoal e não como representantes de suas respectivas instituições.

até 2012, foram realizadas 143 capacitações em culinária regional, empreendedorismo, boas práticas de turismo e artesanato (Quadro 11).

Quadro 11 – Principais investimentos em capacitações voltados ao turismo

Temas	Número de capacitações	Investimentos realizados (R\$) ¹	
		2010-2012	2012
Culinária Regional (3)	39	4.500,00	1.500,00
Empreendedorismo (2)	35	3.800,00	0,00
Boas Práticas do Turismo	33	6.000,00	6.000,00
Artesanato (2)	36	3.000,00	1.600,00
Total	143	28.412,00	

¹Valores estimados. Alguns custos equivalem a contrapartidas dos moradores e de parceiros
Fonte: FAZ (2013).

Em outubro de 2009, a FAS e outras instituições passaram a integrar o Grupo de Trabalho criado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e a Amazonastur, com o objetivo de formular diretrizes e regulamentações sobre as atividades de turismo em UCs, identificadas como prioritárias para o desenvolvimento de turismo e visitação no Amazonas. Em fevereiro de 2011, houve o anúncio do lançamento do edital de concessão de uso público para empresas turísticas atuarem em UCs no estado do Amazonas, contudo, até o início de 2016, o processo estava estagnado em virtude da ausência de um consenso entre as instituições envolvidas na proposta, a respeito da aplicabilidade dos critérios para a concessão.

A intensificação da atuação dos organismos do terceiro setor no Baixo Rio Negro ratifica de forma análoga a produção terceirizada do turismo (TODESCO, 2013), ainda que haja a participação dos representantes das comunidades em determinadas etapas do processo de planejamento e gestão do turismo, tais práticas não contemplam plenamente os princípios do TBC propostos por Maldonado (2009), Irving (2009), Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009). Nessa perspectiva, o TBC torna-se potencial meio de turistificação dos territórios disponível aos planejadores do turismo, aos agentes de mercado e às organizações do terceiro setor.

o papel do poder público nesse processo de turistificação vem se aprofundando por meio de política públicas, muitas vezes contraditórias, visto que convivem no cenário das políticas públicas, ações lideradas e centralizadas no poder público federal, e, ações provocadas, lideradas pelo poder público federal, mas voltadas a mobilização regional e local. (SANSOLO, 2013, p. 107)

As organizações do terceiro setor, enquanto executoras das políticas governamentais, apresentam caráter controverso, ao tornarem-se dependentes do capital de grandes corporações contribuem para o avanço nas reflexões e ações sobre temáticas emergentes, mas “podem

representar um terreno perigoso” (MELLO, 2006, p. 237) ao desviarem seus objetivos para tornarem-se elegíveis a fontes diversas de recursos e servirem de instrumento para difundir e interesses especulativos corporativos dos segmentos políticos e empresariais que as financiam.

Nesse capítulo, observou-se que os gestores públicos no âmbito do turismo e do ambiente atuam de forma distinta na implementação de políticas de turismo dentro de um território comum, as UCs. Embora adotem o sistema de cogestão, as estratégias e ações seguem enfoque diferenciado. As políticas governamentais administradas pelo MMA e órgãos estaduais do meio ambiente dão ênfase às questões ambientais, o uso sustentável, a conservação dos recursos naturais, a responsabilidade social e o turismo sustentável, conforme observado nos programas apresentados no capítulo II – enquanto o enfoque das políticas de turismo implementadas pelo MTur e a Amazonastur é estritamente mercadológico – visa a diversificação dos produtos turísticos, ampliação da oferta, aumento da demanda, aumento da receita, promoção turística. Independente dos objetivos das políticas e de quem as administra, constatou-se a polarização das dimensões ecologia e economia, as políticas são pensadas por e para as instituições, com pouco ou nenhum espaço para a questão social, face a permanência das desigualdades regionais e da vulnerabilidade social.

As políticas governamentais de turismo implementadas na Amazônia, a partir da década de 1990, apropriaram-se da ideologia ambientalista – inicialmente forjada pelos movimentos sociais, posteriormente apropriada pelo terceiro setor – e do discurso do desenvolvimento sustentável para dissimular objetivos desvirtuados dos princípios da sustentabilidade. A multiplicidade de atores – gestores públicos, agentes de mercado, terceiro setor e sociedade civil – e a amplitude dos interesses envolvidos remetem à reflexão sobre os reais objetivos dessas políticas, seus beneficiários e a forma como impactam as comunidades tradicionais residentes em áreas protegidas. As OSCIPs atuam como representantes do Estado e dos agentes de mercado, dessa forma, corre-se o risco das bandeiras conservacionistas, disfarçarem o marketing verde das instituições mantenedoras dos seus projetos configurando-se em “oportunismo ambiental” (CATER e LOWMAN, 1994).

O modismo verde, a ambição empresarial e o oportunismo político estão presentes, ainda que de forma velada, junto ao movimento ambientalista. Organizações e indivíduos estão empenhados em colocar as questões ambientais no topo da agenda política, enquanto isso, as instituições, por trás das OSCIPs e outras organizações do terceiro setor, mostram que o maior objetivo não é salvar o mundo, mas assumir o controle social (DELINGOPOLE, 2012).

O caráter da ação multifacetada das organizações do terceiro setor é identificado em função das várias personalidades assumidas por essas organizações “dóceis e dependentes”

(MONTAÑO, 2008), ora absorvendo progressivamente as responsabilidades do Estado ou mesmo atuando como seu substituto, ora incorporando os interesses do mercado e das instituições financiadoras dos seus projetos e, também, funcionando como representantes da sociedade civil junto ao Estado e ao mercado.

Diante da importância atribuída ao turismo nos campos econômico, cultural e nas trocas sociais, torna-se fundamental compreender alteridades e as formas de participação social no processo político, as percepções e atitudes dos moradores das comunidades tradicionais a partir da implementação dos projetos de ecoturismo e de TBC, postos tanto pelo Estado quanto por organizações do terceiro setor atuantes no Baixo Rio Negro, bem como as consequências da inserção dessas comunidades no mercado turístico.

4 TURISMO E TERRITORIALIDADES HUMANAS NO BAIXO RIO NEGRO

4.1 O MERCADO TURÍSTICO E A INSERÇÃO DAS COMUNIDADES DO BAIXO RIO NEGRO NOS ROTEIROS OFICIAIS

A compreensão do turismo nas comunidades tradicionais e as novas territorialidades originadas a partir das práticas turísticas perpassa pela identificação de como essas comunidades estão inseridas no mercado turístico e as formas de interações com os demais atores públicos e privados. O conceito de mercado remete a ideia de troca de produtos ou valores, considerando a oferta e a demanda de bens serviços e capitais que determinam o surgimento organizado e as condições dessa troca (BENI, 2007). O mercado consiste em sistema de informação que permite aos agentes econômicos, produtores e consumidores, tomarem as decisões necessárias para definir o quê, como e para quem produzir (BENI, 2007).

A existência do mercado não exige um espaço físico para a realização das trocas comerciais, e o uso da tecnologia da informação e comunicação, aliada à disseminação da internet nas relações comerciais tornou o mercado acessível aos consumidores de várias partes do mundo e ampliou a competitividade entre os produtores. Fernandes e Coelho (2002) definem o mercado turístico com base nas relações entre a demanda formada pelos turistas e a oferta de serviços turísticos.

[...] o mercado turístico se baseia no eterno confronto entre a demanda, os consumidores, no caso os turistas, os produtores ou vendedores de produtos e serviços turísticos no caso, as empresas turísticas hoteleiras, as agências de viagem, as empresas organizadoras de eventos, as empresas que atuam na área de entretenimento, de transportes, gastronomia etc. (FERNANDES e COELHO, 2002, p. 69)

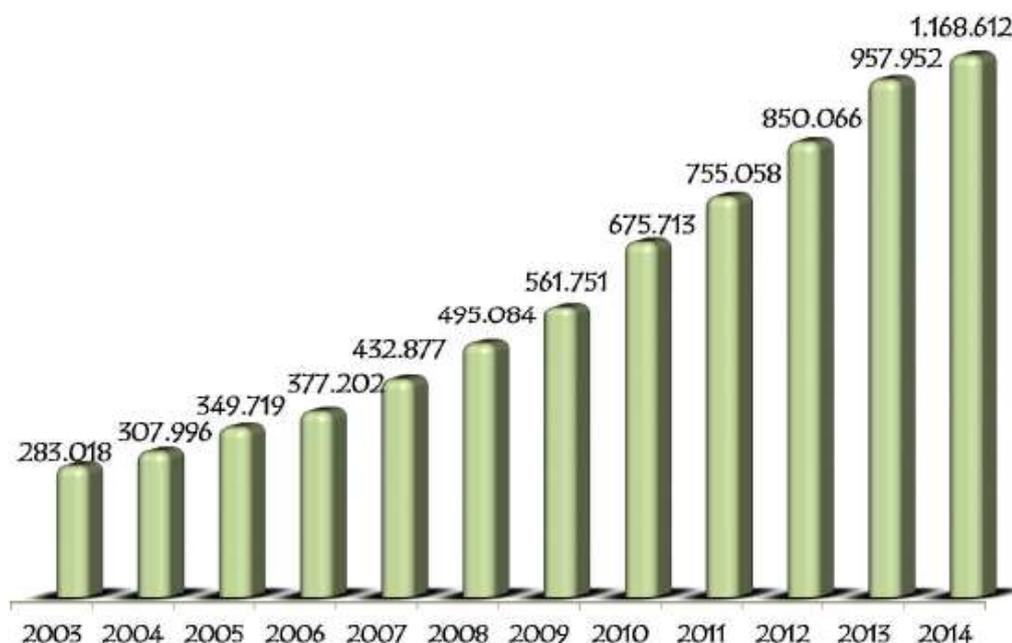
O mercado turístico pode ser classificado em direto e indireto, de acordo com a natureza dos bens e serviços (LAGE e MILONE, 2001). No mercado turístico direto, estão os produtos utilizados exclusivamente pelos turistas – pacotes, roteiros turísticos, visitas guiadas por exemplo – e no mercado turístico indireto são produzidos e ofertados bens e serviços – restaurantes, transportes urbanos, táxi entre outros – utilizados por diversos consumidores, incluindo a comunidade local.

No mercado turístico existem diversos segmentos com inúmeras potencialidades de exploração, os quais são identificados a partir de variáveis baseadas nas características geográficas, demográficas, psicográficas, econômicas e sociais dos elementos que compõem a

demanda e a oferta turística (LAGE, 1992). Para o poder público e o setor privado a segmentação do mercado apresenta vantagens particularmente de cunho mercadológico tais como: orienta com maior eficiência as ações de marketing, qualifica e quantifica a demanda, avalia a viabilidade financeira das ações de marketing, amplia a competitividade (BENI, 2007; DIAS, 2003).

Segundo os dados da Amazonastur (2015), o histórico da evolução do turismo do Amazonas mostra que o crescimento do fluxo turístico praticamente quadruplicou (Gráfico 1). O valor acumulado da demanda turística registrada no período de 2003 a 2014 foi de 7.215.048 turistas. No ano de 2014, o número de turistas foi de 1.168.612, o volume acrescido no ano de 2014 em relação a 2013 foi de 22% tal aumento é atribuído à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, na qual Manaus sediou quatro jogos.

Gráfico 1 – Quantidade anual de turistas que visitaram o Amazonas (2003-2014)



Fonte: Indicadores de Turismo no Amazonas (2015).

A origem dos turistas que visitaram o Estado do Amazonas no período de 2003 a 2014 é majoritariamente proveniente do mercado doméstico, constituído por turistas brasileiros. A maioria dos turistas nacionais que visitou o Amazonas é proveniente da região Sudeste, dentre os dez estados que mais emitiram turistas estão São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O número de turistas estrangeiros deste período totalizou 133.432, o país que mais emitiu turistas para o Amazonas foram os Estados Unidos da América. Os indicadores dos principais segmentos constantes nos dados estatísticos da Amazonastur (2015) são: hotelaria urbana,

“alojamentos de floresta” – denominação oficialmente dada aos hotéis de selva e somente utilizada no Amazonas –, cruzeiros e pesca esportiva, nesse aspecto, apenas o turismo de pesca está entre os segmentos eleitos como prioritários para os municípios amazonenses integrantes dos polos turísticos, conforme será apresentado mais adiante, essa inconsistência dificulta o acompanhamento dos resultados dos investimentos públicos visto que, os demais segmentos não possuem indicadores de avaliação oficial.

Os “alojamentos de floresta” registraram um fluxo de 464.786 turistas, no período de 2003 a 2014, sendo 146.171 turistas nacionais, 244.807 turistas internacionais e 73.808 não informaram a procedência, o crescimento médio anual foi de 16%. Somente em 2014, os alojamentos de floresta receberam 72.148 turistas, sendo 26.503 de procedência nacional e 43.266 de estrangeiros, 11.157 turistas não informaram a procedência. (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantidade de turistas brasileiros e estrangeiros nos alojamentos de floresta



Fonte: Indicadores de Turismo no Amazonas (2015).

Os eventos da Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol, realizados em 2013 e 2014, respectivamente, foram priorizados pelas políticas governamentais nos últimos anos e considerados pelos órgãos públicos do turismo como de significativo impacto para a economia nacional, especialmente, para as cidades sedes dos jogos e seu entorno, como é o caso de Manaus. Passada a euforia dos eventos, a crise econômica causou impacto negativo no turismo, percebeu-se o aumento dos preços dos transportes, a redução do fluxo de turistas domésticos e a oferta excedente de serviços hoteleiros. Em Manaus, a retração da taxa de

ocupação hoteleira foi 4,6%, no acumulado do ano de 2015 em relação ao mesmo período em 2014 (FOHB, 2015).

No âmbito dos documentos produzidos pela Amazonastur, foi possível identificar a defesa de determinados segmentos do turismo como propulsores de desenvolvimento dos municípios, aludidos como promotores de benefícios como a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida, diversificação da oferta, valorização do patrimônio natural e cultural e estímulo às novas alternativas de negócios, no entanto, inexistem indicadores sobre os resultados dos programas e projetos de turismo referentes aos benefícios supracitados de modo a comprovar a efetiva melhoria nas condições de vida dos moradores das comunidades tradicionais do Amazonas.

A Amazonastur apresentou, em 2008, os segmentos prioritários para os investimentos públicos nos polos turísticos do Amazonas, estratégia herdada do Proecotur, os municípios eleitos estão inseridos no Programa de Regionalização do Turismo, conforme apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 – Segmentos prioritários nos polos turísticos do Amazonas

POLOS	MUNICÍPIOS	SEGMENTOS
Polo Alto Rio Negro	São Gabriel da Cachoeira Santa Isabel do Rio Negro	Turismo Cultural; Turismo Étnico; Ecoturismo; Turismo de Aventura, Turismo Náutico; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF); Turismo Arqueológico; Turismo de Festas Populares.
Polo Médio Rio Negro	Barcelos	Turismo de Pesca; Turismo Arqueológico; Turismo de Festas Populares; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF); Turismo Náutico; Observação de Peixe Ornamental.
Polo Amazônico	Manaus Iranduba Manacapuru Novo Airão Rio Preto da Eva Presidente Figueiredo Careiro da Várzea Careiro Itacoatiara Autazes Manaquiri	Turismo de Natureza; Ecoturismo; Turismo Náutico; Turismo Arqueológico; Turismo de Aventura; Observação de Pássaros; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF); Pesca Esportiva; Turismo Religioso; Turismo de Eventos; Turismo de Festas Populares; Turismo Cultural; Gastronômico
Polo Alto Solimões	Fonte Boa Tonantins Jutaí Santo Antônio do Iça Amaturá São Paulo de Olivença Tabatinga Benjamin Constant Atalaia do Norte	Turismo Cultural e Étnico; Gastronômico, Turismo de Festas Populares; Ecoturismo; Turismo Arqueológico; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF); Turismo de Natureza; Observação de Pássaros, botos, jacarés.

Polo Médio Solimões	Coari Tefé Uarini Codajás Alvarães	Turismo Étnico; Turismo Náutico; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF).
Polo Rio Madeira	Nova Olinda do Norte Borba Novo Aripuanã Apuí Manicoré Humaitá	Turismo Religioso; Turismo Étnico; Turismo Náutico; Turismo de Festas Populares; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF).
Polo Sateré	Parintins Nhamundá Barreirinha Boa Vista do Ramos Maués	Turismo Cultural; Turismo de Eventos; Turismo Histórico; Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF).
Polo Uatumã	Itapiranga São Sebastião do Uatumã Silves Urucará Urucurituba	Pesca Esportiva, Turismo Náutico, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Natureza.

Fonte: Elaborado por Glaubécia T. da Silva a partir dos dados do turismo de 2009 fornecidos pela Amazonastur.

A partir dos dados apresentados no Quadro 17 é possível verificar que o ecoturismo foi definido como prioritário em apenas quatro dos oito polos (Alto Rio Negro, Alto Solimões, Amazônico e Uatumã) o contrassenso entre o discurso e a prática é percebida quando se verifica o *slogan*⁷⁸ utilizado pela Amazonastur na divulgação do Amazonas nos mercados nacional e internacional, “Amazonas, o destino verde do Brasil”, muitos dos territórios de implementação da regionalização estão inseridos em UCs, segundo a presidente do órgão, “com as políticas públicas do governo atual, a sustentabilidade ambiental é prioridade” (BRAGA, 2010), ao verificarmos que 55,98% do território do Amazonas é constituído de áreas protegidas constatamos a existência de uma grande lacuna nas políticas de turismo nesse sentido.

As ações desenvolvidas nos municípios concentram-se na adequação da oferta turística local às exigências do mercado – a inserção da questão ambiental nas estratégias governamentais restringiu-se aos cursos de capacitação em gestão ambiental destinados aos empresários e empregados no turismo, estudos de capacidade de carga turística e incentivo à elaboração dos planos de manejo das UCs, conforme visto no capítulo III – portanto, a maioria dos municípios continua desenvolvendo tipos de turismo sem compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental local. Ainda, foi possível identificar a

⁷⁸ expressão curta, de fácil memorização e persuasiva, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para divulgar um produto ou marca.

inconsistências na formatação dos polos turísticos do Amazonas, quando confrontados os mapas das regiões turísticas brasileiras, disponibilizados pelo MTur dos anos de 2004, 2006, 2009, 2013 e 2016, verificou-se configurações espaciais diferenciadas, pragmaticamente isso demonstra que as regiões turísticas do Amazonas são constantemente reconfiguradas – os Mapas do Turismo Brasileiro⁷⁹ de 2004 e 2006, contavam com 41 municípios divididos em 4 e 7 polos, respectivamente, o de 2009 contou com 44 municípios e 8 polos, em 2013 houve drástica redução para 27 municípios distribuídos em 7 polos, e em 2016 o mapa foi reduzido para 14 municípios em 7 polos, como segue: a) **Polo Alto Solimões** (Atalaia do Norte e Tabatinga); b) **Polo Amazônico** (Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva); c) **Polo Médio Amazonas** (São Sebastião do Uatumã e Silves); d) **Polo Médio Solimões** (Tefé); e) **Polo Rio Médio Solimões** (Manaquiri); f) **Polo Rio Negro** (Barcelos e São Gabriel da Cachoeira); g) **Polo Sateré** (Maués e Parintins). Os municípios de Iranduba, Manacapuru, Benjamin Constant, Fonte Boa, Borba, Humaitá, Coari, Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Santa Isabel do Rio Negro, Barreirinha, Itacoatiara, Itapiranga e Urucará foram excluídos do novo mapa sob a justificativa da otimização dos resultados do PRT (MTUR, 2016).

As constantes reconfigurações dos polos revelam a fragilidade das estratégias políticas, cujos critérios intermitentes de inclusão e exclusão dos municípios tem o foco no aumento da competitividade destes nos mercados nacional e internacional em detrimento do desenvolvimento social. A ausência de indicadores socioeconômicos (IDHM e IVS) e de sustentabilidade impossibilita o monitoramento e avaliação dos resultados dos programas governamentais como o PRT. O turismo na região do Baixo Rio Negro, como visto, apresenta grande concentração de roteiros turísticos, particularmente aqueles realizados por agentes do mercado – agências e hotéis – nos limites do município de Iranduba atualmente excluído do mapa de regionalização. O PRT no Amazonas apresenta limitações na sua forma de concepção cujo resultado é uma estrutura pouco regionalizada.

O mercado turístico apresenta-se como uma rede de estruturas, pessoas e produtos constituída por: oferta, formada pelos atrativos naturais (fauna, flora, minerais, relevo, clima, hidrografia) e culturais (gastronomia, modo de vida, arquitetura, sítios arqueológicos, manifestações artísticas entre outras); infraestrutura turística (hospedagem, agenciamento, transporte turístico, guias de turismo); e infraestrutura básica (comunicações, abastecimento de

⁷⁹ O Mapa do Turismo Brasileiro define a área – o recorte territorial – a ser trabalhada prioritariamente pelo MTur e é atualizado periodicamente, as versões existentes são de 2004, 2006, 2009 e 2013. Os municípios que compõem o mapa turístico foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo, em conjunto com as instâncias de governança regional, a partir de critérios definidos com o Ministério do Turismo.

água e gás, transporte coletivo, energia elétrica), esses elementos são interdependentes e constituintes da base da formação do produto turístico, ou seja, isoladamente não representam necessariamente uma oferta turística (DIAS, 2003).

No âmbito geral, a oferta turística do Estado do Amazonas tem apresentado maiores perspectivas de crescimento junto aos espaços rurais, nos quais se encontram as comunidades tradicionais e onde é possível identificar os atrativos mais representativos da cultura e das paisagens amazônicas. Os principais atrativos da oferta turística no Baixo Rio Negro são as belezas cênicas (MTUR, 2011), aliadas à possibilidade de apreciação do modo de vida dos ribeirinhos, esses são os fatores de atratividade de grupos de turistas regionais (de municípios e localidades do entorno do rio Negro), nacionais e internacionais – captados por agências de viagens e hotéis, também são identificados os pequenos grupos de turistas que chegam às comunidades ribeirinhas para desfrutarem das paisagens locais, particularmente nos períodos da vazante e seca.

As características físicas e a complexidade das estruturas socioculturais são *per se* elementos suficientes para exigirem um maior nível de planejamento das políticas governamentais de turismo no Baixo Rio Negro. Ademais, o mercado turístico apresenta singularidades que não podem ser negligenciadas, conforme apresentam Dias e Cassar (2005): a heterogeneidade da demanda caracterizada pelos diferentes perfis de visitantes e diversificados fatores motivacionais das viagens; a sazonalidade que define a variação da demanda e determina as altas e baixas estações dos fluxos de viajantes, definidos de acordo com períodos específicos do ano como férias escolares e variações do clima (inverno, verão, seca ou cheia dos rios); e, a subjetividade do consumo de bens e serviços turísticos determinada a partir da percepção dos turistas em relação às suas experiências durante as viagens.

Outra característica do mercado a ser destacada relaciona-se à grande competitividade existente entre os agentes do *trade* turístico. Observa-se que a rede de relações (CASTELLS, 2009) existentes entre esses agentes e as comunidades do Baixo Rio Negro é assimétrica, enquanto o *trade* detém maior capital e mais acesso às tecnologias de comunicação e marketing, conseguem deter o domínio da cadeia produtiva do turismo, as comunidades pesquisadas apresentam dificuldades de acesso aos meios de comunicação e carecem de habilidades para utilizar as ferramentas do marketing tal fato os deixa em desvantagem no momento da comercialização dos seus produtos e serviços. Cabe ressaltar a excepcionalidade da comunidade Tumbira, pois, a estrutura do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade aparentemente a coloca em condição privilegiada em relação as demais comunidades em virtude do acesso às tecnologias de comunicação, no entanto, destaca-se que o controle da gestão das estruturas

implantadas pelo PBF está sob o domínio da FAS. Na perspectiva das classes dominantes de Bourdieu (2011a) percebe-se que essa assimetria das relações fortalece as estruturas dominantes beneficiárias de diversificadas formas de poder seja econômico, tecnológico, social ou simbólico, sobrepostas nas instituições e nas práticas sociais, e são por estas reproduzidas de modo a possibilitar-lhes o exercício do poder.

Figura 56 – Esquema de comercialização dos roteiros turísticos no Baixo Rio Negro



Fonte: Elaborado por Glaubécia T. da Silva a partir dos conceitos de Beni (2007) e pesquisa de campo.

A Figura 56 apresenta o esquema básico da comercialização dos roteiros turísticos do Baixo Rio Negro cujos os elementos centrais são a oferta, a demanda e os intermediários, estes últimos atuam tanto na composição da oferta quanto na distribuição dos produtos turísticos (roteiros) de modo a proporcionar o consumo dos turistas utilizando-se, para isso, as ferramentas do marketing. O marketing turístico é entendido não somente como a arte de vender o que é produzido e ofertado, mas, também um “conjunto de atividades que facilitam a realização de trocas entre os diversos agentes que atuam, direta ou indiretamente, no mercado de produtos turísticos” (VAZ, 2002, p.18). O marketing turístico possibilita a utilização de informações e estratégias capazes de decidir o produto a ser produzido, escolher as ferramentas de promoção e os canais de distribuição ou comercialização a serem utilizados, realizar pesquisas sobre os comportamentos de consumo e definir estratégias de preço. O Estado atua, por meio dos órgãos oficiais na coordenação, regulamentação, fiscalização e classificação dos

equipamentos e na promoção dos destinos turísticos, mas, não comercializa os produtos turísticos, pois, essa é finalidade do *trade* turístico.

Ao pesquisar as ocorrências sobre a comercialização dos roteiros turísticos no Baixo Rio Negro e Anavilhanas nos diretórios de buscas na internet, foram encontrados 60 ocorrências nas quais 20 empreendimentos comercializam roteiros próprios ou de hotéis de selva localizados em Novo Airão e Iranduba, destes, 11 são agências e operadoras turísticas, sendo 02 agências localizadas em Manaus, as demais sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro, 07 transportadoras turísticas (fretamento de barcos regionais) e cruzeiros fluviais, todos sediados em Manaus, sendo o navio Iberostar pertencente ao grupo espanhol *Iberostar Hotels & Resorts*, os dados indicam a predominância de empresas de outros estados. O ecoturismo foi identificado como principal segmento de 04 empreendimentos, mas não houve menção ao TBC nos sites visitados e as atividades ofertadas não se diferenciam do turismo convencional.

Os principais roteiros oferecidos por agências, hotéis de selva, operadoras de cruzeiros e transportadoras turísticas incluem a visitação ao Parna de Anavilhanas e às comunidades tradicionais do entorno, além de atividades como caminhadas em trilhas, pesca recreativa de piranha, escalada em árvore, visita em gruta, sobrevoo em hidroavião, passeio de canoa pelos igarapés e igapós do norte de Anavilhanas, focagem noturna, interação com os botos em Acajatuba-Iranduba ou Novo Airão e aos núcleos de artesanato em Novo Airão. Os roteiros têm duração média de 3 a 6 dias e todos oferecem hospedagem e alimentação nos próprios hotéis ou embarcações. A oferta de tais serviços é determinada a partir dos interesses das empresas que organizam e comercializam os pacotes dos quais os roteiros fazem parte. Verificou-se, ainda, que nesses roteiros o envolvimento das comunidades está restrito à comercialização de artesanatos, prestação de serviços de condutores e pilotos⁸⁰ ou como funcionários dos hotéis (MTUR, 2011). As funções exercidas pelos moradores de comunidades tradicionais nos hotéis de selva são tipicamente operacionais – auxiliar de cozinha, de limpeza e manutenção, conforme denuncia Faria (2001). As comunidades Tumbira, Inglês e Saracá não estão inseridas nos roteiros destacados, embora seus territórios de uso estejam localizados na rota de passagem das embarcações que se destinam ao Parna de Anavilhanas e ao município de Novo Airão.

O *modus operandi* das agências, hotéis e empreendimentos turísticos no Baixo Rio Negro é uma reprodução do “confinamento territorial do turismo” (YÁZIGI, 1999) praticado no Amazonas, particularmente, pelos hotéis de selva que limitam os turistas a “observarem superficialmente os recursos tanto naturais quanto culturais do seu entorno” (FARIA, 2001, p.

⁸⁰ Condutores de pequenas embarcações regionais e lanchas rápidas, denominadas voadeiras.

121) tal prática restringe os movimentos dos turistas e impede-os de interagirem efetivamente com as comunidades tradicionais, dessa forma, os meios de hospedagem tornam-se a finalidade da viagem e não uma estrutura de apoio ao turismo, e leva à criação de novas territorialidades humanas forjadas a partir dos interesses do *trade* turístico, as quais, frequentemente negligenciam a identidade territorial e cultural das comunidades anfitriãs.

Os impactos desse confinamento territorial do turismo foram observados por Silva (2008) na comunidade de Paricatuba, em Iranduba, no Baixo Rio Negro, enquanto as forças externas controlam a oferta dos serviços, a cadeia produtiva⁸¹ do turismo torna-se excludente e negligencia os princípios da sustentabilidade, pois não há a inserção significativa dos moradores nos processos de planejamento e gestão do turismo tampouco estes usufruem dos benefícios provenientes do turismo. Outrossim, muitos operadores acabam por utilizar o termo ecoturismo como apelo nas suas campanhas publicitárias caracterizando um “oportunismo ambiental” (CARTER e LOWMAN, 1994) em virtude do peso ideológico que o termo carrega. De forma análoga, identifica-se nas políticas governamentais nacionais e estaduais de turismo condições que acabam beneficiando os projetos de interesse dos grupos internacionais como Iberostar (espanhol), Marriot (norte americano), Accor (francês) atuantes na região do Baixo Rio Negro. O modelo econômico observado revela que as práticas produtivas do turismo estão localizadas no território das comunidades tradicionais, contudo, não integram o mercado local, dessa forma, emerge o conceito da indústria de enclaves (LEFF, 2010) que reforça a condição de dependência de forças externas, relacionadas as ações das corporações estrangeiras.

Diante do cenário exposto, o TBC, enquanto forma de gestão participativa, autônoma e incluyente, é posto nas políticas de turismo como via alternativa para as novas territorialidades humanas nas comunidades tradicionais a partir da implementação de práticas de operacionalização turística nas quais as pessoas – moradores das comunidades tradicionais – venham a assumir significativo papel no planejamento e gestão do turismo, a fim de romper o ciclo vicioso de exploração e dependência em relação aos agentes do mercado, aos organismos do terceiro setor e ao Estado. No plano ideal, o TBC propõe retirar os moradores das comunidades da condição de objeto (atrativo turístico) para a de sujeito (protagonista) seja no âmbito da cadeia produtiva do turismo, da política e da governança do seu respectivo território. Na contramão do senso comum, da mercantilização dos espaços e da exotização da cultura das comunidades tradicionais do Baixo Rio Negro, o TBC é posto nas políticas governamentais e projetos das organizações do terceiro setor como uma nova perspectiva de desenvolvimento

⁸¹ A cadeia produtiva é entendida como um processo constituído por distintas etapas nas quais os bens, serviços e insumos são transformados, produzidos, distribuídos e comercializados.

local preocupado com a inserção do capital humano e social fundamentais à sustentabilidade, com a promessa de valorização da cultura e das alteridades locais.

As iniciativas de TBC na gestão do ecoturismo ou outro tipo (etnoturismo ou turismo de pesca) em áreas protegidas na região do Baixo Rio Negro oficialmente registradas encontram-se tanto em UCs de jurisdição estadual – RDS do Rio Negro e APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões – e na jurisdição do município de Iranduba – APA Encontro das Águas – ambas na margem direita do rio Negro (SIMONETTI, 2015). Na margem esquerda, o TBC é estimulado por organizações do terceiro setor junto às comunidades localizadas na RDS Puranga Conquista e a APA do Rio Negro – jurisdição estadual – e na RDS do Tupé de jurisdição do município de Manaus. A implantação do TBC na região do Baixo Rio Negro ocorreu em virtude da ação das empresas turísticas não buscarem a conservação da biodiversidade local e não promoverem o envolvimento de forma justa e satisfatória das comunidades tradicionais existentes nas UCs (LIMA e PORTO, 2014), assim, as organizações do terceiro setor passaram a agir como interlocutoras entre o Estado, as entidades representativas do capital financeiro que investem naquela região e as comunidades.

Os projetos denominados de TBC identificados na RDS do Rio Negro foram desenvolvidos por meio do PBF, na modalidade Renda, em sete comunidades (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Santo Antônio, São Tomé, Saracá, Tumbira, Santa Helena do Inglês e Tiririca). O valor dos investimentos realizados em 2013, referente aos programas de Turismo Comunitário e Renda somou R\$ 534 mil (FAS, 2014).

No total, as ações do PBF voltadas ao desenvolvimento do TBC na RDS do Rio Negro envolvem diretamente 42 famílias e aproximadamente 102 famílias de maneira indireta (FAS, 2015). Os investimentos em infraestrutura turística voltadas ao TBC concentraram-se entre os anos de 2010 e 2012⁸², não foram identificados investimentos dessa natureza nos anos seguintes, conforme demonstrado no Quadro 13.

Quadro 13 – Investimentos em infraestrutura turística na RDS do Rio Negro

Empreendimentos turísticos	Investimentos realizados (R\$) ¹		
	2010-2012	2012	2013
Pousadas	61.727,04	61.727,04	60.000,00 ³
Restaurantes	66.390,04	48.000,00	
Centros de artesanato	29.046,78	29.046,78	
Passeios/atrações turísticas ²	8.000,00	0,00	
Total	165.163,86	140.785,82	60.000,00

⁸² Os dados apresentados no último relatório da FAS publicado no ano de 2014 não descrevem investimentos específicos em infraestrutura turística para a RDS do Rio Negro.

¹Investimentos realizados entre 2010 e 2012. Equivalente a 4 comunidades da RDS do Rio Negro

²Valores estimados. Alguns custos não são mensuráveis (contrapartidas comunitárias, por exemplo)

³Valor estimado pelo presidente da comunidade Santa Helena do Inglês, onde a pousada foi construída.

Fonte: Adaptado de FAS (2013) com base na pesquisa de campo realizada em 2015.

Os incentivos ao TBC no Polo 2, da RDS do Rio Negro, iniciaram com os investimentos na construção do restaurante comunitário Encanto do Saracá, em 2009. A princípio, as atividades do restaurante foram amplamente divulgadas pela FAS e o Ceuc (órgão gestor estadual, atualmente denominado Demuc). Após o primeiro ano as visitas dos grupos tornaram-se cada vez menos regulares, no ano de 2014 foi registrada a ida de apenas dois grupos e visitas esporádicas de pesquisadores e outros visitantes que ocasionalmente chegam à comunidade, o mesmo ocorreu em 2015. Os ganhos com as atividades do restaurante são variáveis de acordo com a quantidade de turistas, em geral, o valor do faturamento cobre os custos e o restante é dividido entre as famílias participantes do projeto, mesmo aquelas que não tenham prestado algum tipo de serviço. A falta de regularidade da demanda turística aliada à ausência de um plano de gerenciamento financeiro no longo prazo dificulta a manutenção do funcionamento do restaurante durante o ano. Nesse aspecto, pode-se inferir, a partir das narrativas dos moradores e da observação *in loco*, que há dependência das demandas de grupos de visitantes em atividades realizadas pela FAS nas comunidades.

Em 2009, iniciaram as atividades da Pousada do Garrido, empreendimento privado gerenciado por um morador, atual vice-presidente da comunidade Tumbira, que também já assumiu por vários anos o cargo de presidente. A pousada foi construída em 2004 e, ficou fechada por cinco anos devido à falta de divulgação e oportunidade de atrair grupos de turistas, somente começou a funcionar em 2009, e gerou trabalho para três famílias nas funções de gestores e funcionários. A pousada registra demanda regular de 40 turistas mensais que permite maiores ganhos, cabe destacar o espírito empreendedor e a capacidade de articulação do proprietário da Pousada do Garrido com o *trade* turístico, os gestores públicos e demais atores do turismo como fator relevante para a regularidade dos fluxos de turistas, todavia, percebe-se relativa dependência dos grupos de visitantes em função dos projetos do PBF.

A primeira iniciativa de criação de um roteiro integrado na RDS do Rio Negro se deu em 2010, por intermédio da FAS em parceria com a agência Turismo Consciente, de São Paulo, o objetivo principal foi a elaboração de um roteiro turístico envolvendo as comunidades Tumbira, Inglês e Saracá de modo a incentivar o desenvolvimento sustentável da atividade turística e gerar renda às famílias envolvidas. Segundo o gestor da Pousada do Garrido, em 2010, a proprietária da agência Turismo Consciente visitou a comunidade Tumbira com a finalidade de identificar o potencial turístico das comunidades, em seguida foi realizada uma

reunião com os respectivos presidentes das associações dos moradores no intuito de elaborar o roteiro integrando as três comunidades. A agência propôs a criação de um roteiro a partir dos saberes e fazeres locais, esse aspecto foi considerado positivo pelos representantes comunitários que aceitaram a proposta, diante da possibilidade de crescimento do fluxo de visitantes e da inserção da comunidade Inglês no roteiro. A comunidade Tumbira recebeu dois grupos por intermédio da agência Turismo Consciente, mas, segundo o gestor da pousada, a interferência do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), gestor da RDS, prejudicou o processo porque precisaria elaborar o Plano de Gestão para regulamentar a atividade, a partir de então a parceria não teve continuidade e a agência retirou do site a divulgação da comunidade, tal fato frustrou as expectativas das comunidades de atraírem novos grupos de turistas e comercializarem seus produtos.

Os investimentos no TBC no Polo 2 tiveram continuidade em 2014, com a inauguração da pousada Vista Rio Negro, na comunidade Inglês, o empreendimento é eminentemente comunitário e foi implantado pelo PBF como parte do projeto de TBC. O discurso oficial considera que a inserção do turismo nas comunidades das UCs atendidas pelo PBF surgiu como uma proposta de diversificação da economia local e complementação das atividades da pesca e do extrativismo, os dados oficiais registram o incremento na renda per capita de R\$ 252,00 por mês, por família (FAS, 2014), contudo, há controvérsias sobre os ganhos com o turismo nas comunidades. O retorno dos ganhos depende de variáveis que fogem ao controle dos gestores dos empreendimentos comunitários e a falta de regularidade dos fluxos de turistas dificulta mensurar os ganhos mensais.

Para o presidente da comunidade Inglês, a ideia de construir a pousada partiu dos próprios moradores tendo como motivação a experiência da Pousada do Garrido, a disponibilidade dos recursos do PBF, na modalidade Renda, o apoio da Prefeitura de Iranduba e a perspectiva de incremento da renda das famílias.

A nossa ideia de trabalhar com o turismo foi assim meio na marra mesmo, uma coisa se encaixou com a outra, na realidade quem começou o turismo aqui foi o Roberto do Tumbira que hoje tá trabalhando mais com o turismo porque o Tumbira sempre vai manter o turismo por causa do Núcleo e a Fundação ela traz muitas pessoas que vem visitar o Núcleo, são parceiros, então quando vem pro Núcleo, aonde vai ficar? Fica na pousada do Roberto, compra um artesanato, já as outras comunidades não. Eu sempre costumo dizer que é natural que sempre as outras comunidades vai ter mais dificuldade para receber turismo por causa disso porque nós não temos umas pessoas assim que traga os turistas. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

O exemplo da pousada em Tumbira motivou as comunidades Saracá e Inglês a vislumbrarem e acreditarem no desenvolvimento por meio do TBC, no entanto, os moradores reconhecem as dificuldades de planejamento das atividades. Cabe destacar as distintas realidades das UCs nas quais os projetos turísticos em caráter privado e comunitário são desenvolvidos. As comunidades Saracá e Inglês possuem 9 famílias envolvidas na atividade turística cada, a participação ocorre mediante a disponibilidade de tempo em função das outras atividades que lhes provém a maior parte da renda. Foram percebidas alguma fragilidades relativas à gestão dos empreendimentos, não há um planejamento financeiro no longo prazo e estudo do retorno do investimento que permita projetar o acréscimo na renda mensal das famílias, em algumas situações os rendimentos só cobrem os custos de operação, isso ocorre em virtude de dois fatores: a pouca frequência dos turistas e a baixa capitalização dos investimentos – os empreendimentos (restaurante e pousada) existentes nas referidas comunidades são recentes, iniciaram suas atividades em 2012 e 2014, respectivamente.

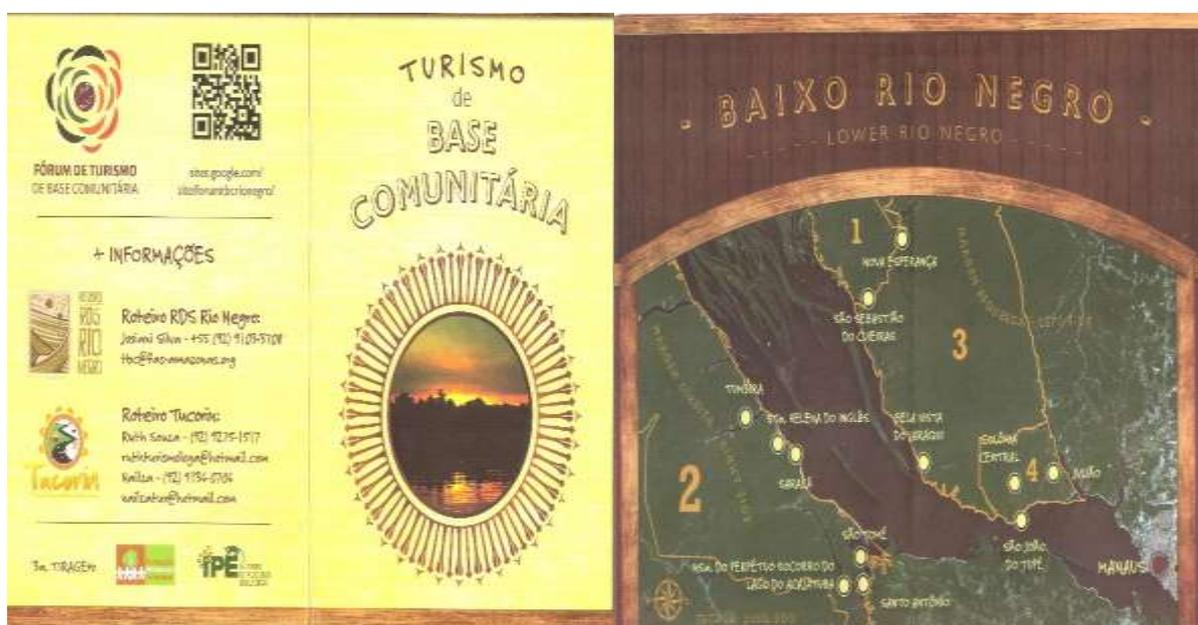
Em maio de 2014, foram lançados oficialmente dois roteiros turísticos com o apoio do Programa Passaporte Verde⁸³, uma iniciativa da Parceria Global para o Turismo Sustentável, coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fórum de TBC. O Roteiro Tucorin – iniciado em 2010 pela Nymuendaju na RDS do Tupé e pelo Ipê no rio Cuieiras, ambos localizados na RDS Puranga Conquista, na margem esquerda do rio Negro – e o Roteiro RDS Rio Negro, na margem direita do mesmo rio, sob a coordenação da FAS, ambos apoiados pelo Demuc. Os roteiros reúnem 12 comunidades sendo 6 em cada margem do rio Negro. Estes roteiros foram implantados por organismos do terceiro setor com o apoio de instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal e participação da iniciativa privada (agências de turismo, proprietários de hotéis e embarcações).

O Roteiro Tucorin foi criado com o objetivo de promover a integração das comunidades ribeirinhas, rurais e indígenas aos roteiros de visitação da cidade de Manaus. O Tucorin inclui duas UCs: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, envolvendo as comunidades do São João do Tupé, Julião e Colônia Central; e a RDS Puranga Conquista, com as comunidades Nova Esperança, Bela Vista do Jaraqui e São Sebastião do Rio Cuieiras, todas inseridas no Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro.

⁸³ O Programa Passaporte Verde teve o objetivo de apoiar a qualificação da cadeia produtiva do turismo e a implantação de infraestrutura básica e turística nas localidades receptoras, bem como, as ações de educação ambiental apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também visou incentivar os visitantes a consumirem de forma consciente e reduzir os impactos das atividades no ambiente.

O roteiro RDS Rio Negro abrange as comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, São Tomé e Santo Antônio, conforme apresentado no folheto de divulgação (Figura 57). As comunidades enquanto objetos integrantes dos roteiros oficiais foram inseridas nessas políticas por iniciativa das organizações do terceiro setor responsáveis por projetos turísticos em ambas as margens do Rio Negro. Os moradores das comunidades do Inglês, Saracá e Tumbira afirmam terem obtido as informações sobre o roteiro por meio da reunião promovida pela FAS em 2014, na qual foi apresentada a experiência do Roteiro Tucorin na RDS do Tupé e a intenção de implementação de um roteiro semelhante envolvendo as comunidades na margem esquerda do Rio Negro, dessa forma, “o projeto já chegou pronto”, os moradores afirmaram terem sido consultados sobre a implementação do roteiro, mas, não participaram da sua construção.

Figura 57 – Folheto de divulgação dos roteiros RDS Rio Negro e Tucorin



Fonte: Fórum de Turismo de Base Comunitária (2015).

Na visão de Blackstock (2005, p. 41), “a comunidade é cooptada para apoiar o turismo através de uma ilusão de partilha de poder, mas ela não tem capacidade para rejeitar o turismo como uma opção de desenvolvimento”. Nesse sentido, as políticas de turismo para as áreas protegidas trazem no seu bojo a promessa das vantagens a serem proporcionadas pelo TBC nos âmbitos econômico, social e ambiental, utilizam-se para isso de uma linguagem ideologizada na qual os termos “empoderamento”, “participação”, “desenvolvimento de base comunitária”

permeiam os discursos no sentido de convencer os moradores das comunidades tradicionais a aceitarem os programas e projetos com baixa resistência, conforme apresentado na narrativa,

como a gente agora mora numa reserva tem muitas coisas que, por exemplo, a gente poderia ganhar dinheiro, mas só que agora não pode, sobra poucas coisas que pode fazer legal e uma ao nosso ver foi o turismo, muita gente disse: porque vocês não tentam o turismo? Mas, nós vamos começar do zero? Não temos estrutura, não temos conhecimento, o turista pra cá não vem, não tem muita coisa a oferecer, muita concorrência, e nós através de reunião dissemos, mas, vumbora fazer, a gente tinha esse recurso (do PBF) e um dos maiores gargalos era a construção da pousada, mas, digamos que a gente tinha o recurso pra metade, de três anos acumulado dentro dos quatro então vumbora, mas as instituições ajudaram muito através de oficinas. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

O poder das instituições gestoras da RDS do Rio Negro transcende a noção de repressão, como nos diz Foucault (1981, p. 8) “não pesa só como uma força que diz ‘não’, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” A capacidade de persuasão à aceitação dos projetos turísticos nas UCs incorporou a ideologia ambientalista, dessa forma, a questão ambiental passou a fazer parte das pautas de reivindicações e interesses de diversos segmentos da sociedade civil, inclusive das comunidades tradicionais que passaram a ver o turismo como oportunidade de aliar ganhos financeiros à conservação ambiental, mesmo sem uma clara noção dos seus reais efeitos no longo prazo, pois, não há garantias da continuidade do projeto tal como observado em outros momentos das políticas governamentais no Amazonas.

Os critérios de escolha das comunidades para a implantação dos projetos turísticos são definidos pela FAS. Originalmente, a proximidade com a cidade de Manaus norteou a implantação do TBC na RDS do Rio Negro para constituir-se no projeto piloto e servir de modelo para os projetos futuros em outras UCs mais distantes, dessa forma, os riscos seriam minimizados com a possibilidade de correção antes da replicação do modelo. Nota-se claramente o caráter estratégico na definição dos critérios para a escolha dos locais de implantação dos projetos turísticos em que pese a vantagens logísticas, a redução de custos em detrimento da vocação turística das comunidades.

O lançamento oficial dos roteiros no Baixo Rio Negro ocorreu em 24 de maio de 2014, por meio da realização de uma *fam trip*⁸⁴ (Figura 58) com jornalistas, agentes de viagens, representantes da Amazonastur e das Instituições de Ensino Superior que possuem curso de Turismo em Manaus – UEA e Uninorte – o secretário de Turismo do município de Iranduba,

⁸⁴ termo técnico que define uma viagem para agentes de viagens, consultores e jornalistas fornecidos por um operador de viagens ou empreendimento turístico como um meio de promover o seu serviço.

representantes da Fas, Ipê, Nymuendaju, Fopec, e Fórum de TBC. Na oportunidade, foram oferecidos serviços de café da manhã na Pousada do Garrido, em Tumbira e almoço na pousada comunitária Vista Rio Negro, na comunidade Inglês, dada oficialmente como inaugurada naquele momento. O grupo seguiu o roteiro passando em frente à comunidade Saracá, mas, não houve desembarque, apenas uma parada próxima à margem do rio para que os fotógrafos pudessem registrar as imagens. O movimento de inserção das comunidades no mercado turístico reforça a visão do *homo oeconomicus* de Zoual porque os efeitos esperados repousam mais na geração de renda e de oportunidade de negócios, do que na humanização das políticas governamentais, no envolvimento social enquanto sujeitos críticos, partícipes do processo político cujo resultado se refletem nas ações estratégicas dos programas e projetos públicos.

Figura 58 – Lançamento do Roteiro RDS Rio Negro



Autora: Silva, G. T. (2014).

O turismo é uma atividade recente para os moradores das comunidades inseridas no roteiro oficial. A organização dos moradores em torno do turismo é espontânea, não foram identificadas medidas para fortalecer a integração das comunidades e sistematização do roteiro.

Não tem essa organização, de fazer um roteiro com as três comunidades, dificilmente acontece do Tumbira mandar turista pra cá (Moradora 17, Comunidade Saracá, entrevistada em 17 de janeiro de 2015)

Quando tem necessidade, se lota lá na pousada no Tumbira aí vem turista pra cá, mas quase não vem. (Moradora 6, Comunidade Inglês, entrevistada em 18 de janeiro de 2015)

Os entrevistados, exceto os presidentes das comunidades e o proprietário da Pousada do Garrido, afirmam desconhecer a existência do Roteiro RDS Rio Negro. A narrativa da

moradora mostra desconhecimento sobre o funcionamento do roteiro integrado “não sei bem dizer como eles estão fazendo isso (roteiro integrado), por enquanto ainda não tem uma organização” (Moradora 2, comunidade Tumbira entrevistada em 05 de novembro de 2015).

A maior dificuldade de desenvolvimento do turismo apresentada pelos moradores das comunidades Inglês e Saracá é a de comercialização dos pacotes turísticos. Até o ano de 2015, as comunidades não possuíam parcerias com agências ou outras instituições para a comercialização dos seus roteiros turísticos, o que se configura em fator de exclusão. Excepcionalmente, a comunidade Tumbira, possui uma estrutura diferenciada das demais em virtude da existência do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade, como visto anteriormente.

Diante da necessidade do maior envolvimento dos moradores tanto na operacionalização dos empreendimentos turísticos quanto na formulação de políticas governamentais mais condizentes com a realidade das comunidades, buscou-se analisar as formas de organização e o processo de construção dos interesses coletivos no âmbito das políticas governamentais locais, bem como, as redes que se configuram a partir das relações sociais intra e extra-comunitárias nas quais a participação social não esteja relacionada apenas às atividades secundárias e menos valorizadas, mas à democratização do processo político na qual prevaleça o efetivo protagonismo social na condução das ações potencialmente impactantes nos seus territórios de modo a dar visibilidade à alteridade comunitária.

O caráter interdisciplinar da abordagem proposta neste estudo desenha um percurso sinuoso entre as correntes teóricas das Ciências Sociais Aplicadas, sob as quais buscou-se desvendar a complexidade e abrangência do fenômeno turismo junto às comunidades tradicionais, e diversos outros enfoques que contribuíram para a análise crítica dos aspectos éticos das relações entre o Estado, as organizações do terceiro setor e os moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, no que tange às reflexões sobre a questão alterativa e as identidades locais, as articulações do grupos sociais e o sentimento de pertencimento, para tal análise foram necessárias incursões no campo da Filosofia.

4.2 ALTERIDADE E PROTAGONISMO NAS REDES DE ARTICULAÇÃO INTRA E EXTRA-COMUNITÁRIA

O turismo é um fenômeno universal, por meio do qual milhões de pessoas de culturas diversas viajam para várias partes do mundo, intensificando as relações humanas e permitindo um intercâmbio cultural entre os viajantes e os residentes dos locais receptores. Dessa forma, aumenta a compreensão das diferenças culturais dos povos, ao mesmo tempo em que torna mais

homogênea a cultura humana. A percepção das diversidades culturais torna-se melhor na medida em que se vivencia e se conhece as características dos destinos visitados, os modos de vida, os costumes, as línguas, as crenças e os valores diferenciados, a forma de perceber a si próprio e o seu meio, portanto, quando as ações de implantação do turismo são pautadas no reconhecimento da alteridade dos povos e comunidades – do latim *alteritas*, significa “ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro” (ABBAGNANO, 1998 p. 34-35) – este pode tornar-se um importante aliado na preservação da cultura de uma sociedade e gerar benefícios perceptíveis e duradouros a toda a coletividade.

As relações sociais implicam um reconhecimento da singularidade dos indivíduos do grupo constituído e a existência do respeito mútuo e a liberdade de expressar seus desejos e ideias que não se esgotam na individualidade de cada morador das comunidades tradicionais. As relações sociais são dinâmicas, mutáveis e, portanto, estão em constante processo de construção ou transformação. É da natureza dos seres humanos buscarem esta convivência, pois, dependem biológica e psicologicamente uns dos outros para sobreviverem, entretanto, os conflitos são inevitáveis, pois, “as atitudes ambientais variam de acordo com a fisiologia humana e a diversidade do temperamento das pessoas” (TUAN, 1980, p. 53), fazem parte do *modus vivendi*. As pessoas tendem a organizar mentalmente os fenômenos em polos opostos (TUAN, 1980), como o bem e o mal, por exemplo, e isso afeta a forma como os moradores das comunidades tradicionais organizam suas estruturas sociais. O antagonismo, como será visto adiante, assume papel positivo e integrador que enriquece a vida social (SIMMEL, 1983).

A dialética do bem e do mal remete às questões da alteridade discutidas por Lévinas (2009) e Dussel (2002), o sintagma “o outro” revela, em si, tensões políticas e ideológicas, trazendo implícita uma noção vaga, transmitida por senso comum, do que seja “o mesmo”: o homem “branco”, “ocidental”, letrado, heterossexual e, em geral, de classe média ou alta. Cabe destacar os aspectos distintos das análises da questão alterativa em Lévinas e Dussel, para o primeiro a responsabilidade para com o “outro” está centrada na sensibilidade não no sentido do compadecer-se de, mas, perceber o rosto do “outro” que suplica, reivindica e provoca de forma expressiva, porém, indefinida, enquanto Dussel identifica o rosto levinasiano a partir do contexto latino americano, no qual essa face se materializa na figura do excluído, do oprimido, do índio, da mulher, do pobre que clama por justiça. Nesse contexto, a Filosofia da Libertação de Dussel analisa o processo opressivo da dominação em que “sujeitos se constituem ‘senhores’ de outros sujeitos” (DUSSEL, 1995, p.18).

A exclusão ou a participação manipulada dos moradores das comunidades tradicionais das UCs no processo político reforça a “racionalidade controladora de negação do outro e a

capacidade deste de escolher, criar e modificar seus quadros de vida, a partir da posição que ocupam no território, e das posições de conservação ou mudanças resultantes dos seus embates” (BALASTRERI RODRIGUES, 2006, p. 303).

Conhecer as implicações das políticas de turismo nas comunidades requer identificar as distintas alteridades existentes a partir da complexa trama de relações sociais envolvendo os turistas – motivados pela busca do algo novo, por necessidades às vezes fetichistas e pela expectativa de usufruir ao máximo das suas viagens – os governos e organizações que propõem o turismo como via de desenvolvimento e as comunidades anfitriãs sobre as quais são exercidos mecanismo culturais e simbólicos que lhe impingem o cosmopolitismo de fora para dentro. No contexto das transformações socioespaciais promovidas pelas práticas turísticas, “quanto mais fortes forem as territorialidades estabelecidas sobre vínculos identitários historicamente determinados, mais complexos vão ser os embates e ajustes” (BALASTRERI RODRIGUES, 2006, p. 302), por isso, se impõe a necessidade de um conhecimento cada vez mais crítico (FREIRE, 2011) como forma de ruptura dos processos globalizantes e excludentes.

Do ponto de vista da convivialidade intracomunitária, os moradores de Saracá, Inglês e Tumbira afirmam que os conflitos existentes entre os moradores são comuns a qualquer relação social e caracterizam-se como “comunidade unida”, isso não significa a inexistência de antagonismos. Ao contrário, existem grupos mais propensos a aceitarem as políticas governamentais quando percebem as vantagens da adesão, enquanto outros posicionam-se de forma crítica, conforme pode-se perceber na narrativa da moradora, “a comunidade cedeu muito rápido na época da criação da RDS, poderia barganhar, muita gente nem sabia o que era uma reserva e mesmo assim concordou” (Moradora 9, Comunidade Inglês, entrevista em 17 de janeiro de 2015). Na ocasião, houve mobilização para discutir as perdas e tentar reverter o processo junto ao governador, conforme a narrativa do morador.

Quando criou o negócio da RDS, nós fizemos uma revolução em Manaus, fomos atrás do governador que na época era o Eduardo Braga, foram mais de 100 moradores desde a Terra Preta até o Acajatuba, chegando lá no Palácio do Governo ele não tava e quem recebeu a gente foi o José Melo que era secretário dele, mas ele não deixou todo mundo entrar para conversar só chamou os líderes, o presidente da comunidade Tumbira ele não deixou entrar, por isso ele tem essa revolta com o Melo até hoje. O secretário disse que ia ajudar pediu o nome e documento de todo mundo para dar ajuda pras comunidades, a ajuda foi o pagamento da viagem, cesta básica e o motor de luz. Depois de dois, três meses vieram com o projeto, a gente não queria, nós e a Comunidade do Carão, porque a gente achava que ia ser prejudicado, como a maioria tinha aceitado, disseram que quem não aceitasse não ia ter o benefício aí a gente aceitou. (Morador 5, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

A conflitualidade traz em si uma positividade (SIMMEL, 1983) pois, delimita os grupos sociais presentes nas comunidades, reforça a consciência e a autonomia a partir das experiências dos moradores no gerenciamento dos seus conflitos (internos ou externos), pelos quais expõem e negociam suas reivindicações, seja dentro dos grupos aos quais pertencem ou junto aos gestores das políticas governamentais, as relações conflituosas são importantes na reafirmação das alteridades, na construção dos laços de integração e coesão social, conforme se constata na narrativa.

quem conhece a realidade nossa é nós, é o povo daqui, eu posso até dizer que conheço porque já vivo aqui há 40 anos, mas eu não sou do rio Negro, sou do rio Purus, de Lábrea. O secretário de turismo eu não sei nem quem é, teve aqui dizendo que tal dia vai trazer o fulano. Não, não é assim, tem que sentar e conversar com a gente, tem que fazer alguma coisa que dure por mais tempo. (Moradora 22, Comunidade Saracá, entrevistada em 14 de outubro de 2015)

A narrativa destaca a positividade dos conflitos porque fortalecem a democracia e a cidadania no processo político e favorecem o surgimento de elementos integradores como a pré-disposição para a colaboração, o desejo de ver a comunidade fortalecida e de criar oportunidades principalmente para os jovens e as famílias que antes dependiam da extração da madeira e tiveram que se adaptar às novas regras impostas pelas sucessivas reconfigurações espaciais motivadas pela criação das áreas protegidas. Contrapondo-se a esse fato, observou-se a existência de dificuldades de integração entre os moradores na gestão dos empreendimentos comunitários, tal comportamento ficou mais evidente em Saracá. Na comunidade Inglês, a falta de regularidade de visitação de grupos foi apontada como o principal fator de diminuição do interesse das famílias para se envolverem na gestão do empreendimento comunitário, até mesmo na participação das atividades.

Já as relações extracomunitárias, entre os moradores das três comunidades e gestores da RDS do Rio Negro – os de fora (*outsiders*) – apresentam tensões na medida que 07 entrevistados afirmaram que os gestores não ouvem as demandas das comunidades e que os interesses são distintos, em certa medida, percebem relações privilegiadas entre os gestores e algumas famílias das comunidades.

os gestores não ouvem as demandas dos moradores, eu acho que as demandas dos moradores são diferentes daquilo que os gestores querem para a comunidade. (Moradora 1, Comunidade Tumbira, entrevista em 05 de novembro de 2014)

A narrativa destaca um aspecto importante da questão alterativa percebida em Dussel (2002), a opressão econômico-política, expressa a partir da análise da exterioridade do “outro”

(os moradores) em relação ao sistema – político, econômico, geográfico, mercadológico – justamente por encontrar-se dele excluído. Observa-se, nesse contexto de sujeição às soluções incompatíveis com o modo de ser-estar dos moradores, a condição de dependência e dominação do “outro” submetido ao projeto de vida globalizante (ZAOUAL, 2010), viabilizado pelas políticas governamentais que gera a percepção de injustiça na distribuição dos benefícios.

alguns moradores são mais beneficiados pelas políticas públicas e nem sempre a gente confia nas promessas que os gestores fazem pra gente, promessa tem é demais, agora cumprir tá difícil. (Morador 5, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

A assimetria na distribuição dos benefícios gera, até certo ponto, a competitividade entre as famílias e a percepção de exclusão social. Os discursos repletos de uma linguagem sedutora na qual o “empoderamento” e a “participação” adjetivado de social são frequentemente reverberados nas políticas governamentais, inclusive nos projetos turísticos, geram reações hostis e sentimento de desconfiança e insegurança entre os moradores.

Embora os moradores percebam algum nível de competição entre as famílias participantes e não-participantes dos projetos turísticos, os laços de parentesco estão bastante presentes nas relações comerciais, seja aqueles envolvidos com a gestão dos empreendimentos turísticos como é o caso da Pousada do Garrido em Tumbira, da Pousada Vista Rio Negro em Inglês e do Restaurante Encanto do Saracá na comunidade homônima, ou aquelas envolvidas com o artesanato. As relações de consanguinidade identificadas nas comunidades pesquisadas se estendem até as comunidades do Lago do Acajatuba, onde a prática do turismo existe desde a década de 1980.

As narrativas dos entrevistados apontam a influência das experiências dos parentes como fator motivador para o próprio envolvimento com o turismo. Algumas narrativas relatam experiências em hotéis de selva e urbanos, uma moradora de Saracá mencionou a experiência de trabalho em navios de cruzeiros e o fato de ter residido em outro estado para trabalhar com o turismo, “a mamãe trabalhou no Ariaú e desde os 9 anos eu comecei ajudar ela e depois com a construção da pousada fiz o curso de colares no Saracá” (Moradora 10, comunidade Inglês, entrevistada em 06 de novembro de 2014). Na comunidade Tumbira, os laços de consanguinidade definiram o envolvimento de algumas famílias com o turismo, “quando o Núcleo veio pra comunidade, o Roberto, meu cunhado, me convidou, isso tem uns 5 anos, isso foi bom porque aumentaram a minhas vendas de artesanato e nós já estamos preparando nossa

casa para receber turistas também” (Moradora 2, Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014).

As redes sociais (família, escola, associação, grupos profissionais) constituem elemento fundamental na construção do capital social tanto na questão da educação, em que a participação da família é elementar (BOURDIEU, 1998), quanto na transmissão de valores, na reivindicação e conquista de benefícios coletivos, dessa forma, tais relações intra e interfamiliares fortalecem e incentivam o envolvimento dos moradores no desenvolvimento dos projetos turísticos, além disso, assumem um caráter simbólico na medida que dão aos moradores o sentimento de pertencimento a determinado grupo social.

A interação entre os grupos é dada em certo território que se põe como lócus simbólico, lugar onde a alteridade e a convivialidade se manifestam. O território expressa-se por meios dos usos (trabalho, moradia, trocas materiais e espirituais) dos espaços físicos delimitados de acordo com os significados que os moradores das comunidades lhes atribuem, é a identidade e o sentimento de pertencimento como afirma Santos (2014). O sentimento de pertença e a existência de objetivos comuns são alicerces para efetivar os elos entre os membros da comunidade (BAUMAN, 2003), embora se reconheça que as influências da modernidade, da globalização e do individualismo, afetem as relações sociais e transformem a orientação para os interesses coletivos como algo desafiador. Por isso, recorre-se à teoria dos sítios simbólicos de pertencimento de Zaoual (2010) a qual critica o modelo de desenvolvimento capitalista, pautado na imposição da globalização às sociedades dos países em desenvolvimento. Tal teoria “não concebe mais o homem vivo concreto como um simples *homo oeconomicus* e nem mesmo como *homo sociologicus*. Ela nos faz descobrir um homem vivo concreto, cujo comportamento enraíza-se em um território em que harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano” (ZAOUAL, 2010, p. 24, grifo do autor).

As formas de organização social presentes nas comunidades são fundamentais para a composição do capital social (BOURDIEU, 1998) e não se restringem às relações de proximidade espacial no âmbito geográfico, mas, também econômico e social por serem indissociáveis e interdependentes. O espaço social é definido a partir do conceito de campo de lutas (BOURDIEU, 2011) no qual os agentes (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que lhes possibilitam manter ou melhorar sua condição na sociedade, dessa forma, as relações estabelecidas entre os moradores constituem o capital social das comunidades, entendido por Bourdieu como

o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

As ligações às quais Bourdieu (1998) se refere são materializadas nas atuações das instituições com as quais os moradores se identificam como é o caso da Associação-Mãe que estabelece a rede de mobilização entre as 19 comunidades da RDS do Rio Negro e suas respectivas associações, e entre estas com os demais agentes externos atuantes na implementação de políticas e projetos nos seus territórios. As associações de moradores das três comunidades e as cooperativas dos segmentos do artesanato, da pesca, do extrativismo entre outros, representam oportunidade de participação social nos distintos níveis de governança seja junto ao poder público ou às instituições privadas, essa cultura democrática é indispensável na interação entre sociedade e Estado. Os moradores de Saracá, Tumbira e Inglês citaram o envolvimento em grupos diversos: Associação de moradores; Associação Comunitária Sustentável do Rio Negro ou Associação-Mãe – denominação dada pelos moradores, atualmente representada pelo presidente da comunidade do Saracá; Sindicato/Associação dos Pescadores; Grupo de Artesãs Entrelaçando Gerações (artesanato); Projeto “O Coletivo das Artes” (artesanato) em parceria com a Coca-Cola voltado exclusivamente para as mulheres; e Grupo Formiguinhas do Saracá (artesanato).

A associação comunitária é composta pelo presidente, o vice-presidente e um tesoureiro, é a instituição representativa mais próxima aos moradores das comunidades. A principal motivação para o envolvimento e participação dos moradores nos grupos organizados é por necessidade e vontade própria, em virtude do entendimento da importância de se inteirar dos assuntos da comunidade e defender seus interesses seja junto à Associação-Mãe (Figura 59) ou perante os órgãos gestores.

Figura 59 – Reunião da Associação-Mãe da RDS do Rio Negro, na Comunidade Saracá



Fonte: Silva, G. T. (2015).

A ACSRN ou Associação-Mãe é uma federação das associações comunitárias existente em cada UC, essa instituição recebe por meio do PBF investimentos estruturais (ambulância, voadeira, computador, apoio para construção ou reforma da sede) e apoio para custeio de suas ações (combustível para transporte, alimentação e logística para reuniões de diretoria e assembleias). A atuação da Associação-Mãe se amplia em virtude da maioria das associações comunitárias da RDS encontrar-se em situação de inadimplência do CNPJ, principalmente para tratar de interesses das comunidades no que tange ao acesso aos financiamentos públicos e editais de instituições de fomento e das OSCIPs.

o CNPJ da comunidade não foi criado porque a gestão passada não considerava necessário, porque já tinha o da Associação-Mãe, mas não é bem assim, tem que ser específico, por exemplo eu trabalho na secretaria de turismo de Iranduba então tem vários projetos pra serem desenvolvidos em comunidade, mas a gente não pode destinar nenhum porque a gente não tem CNPJ, principalmente aqui do Rio Negro, só dá pra vir por ela, então vai pra Associação-Mãe e ela destina pra onde quiser porque ela tem autonomia pra isso. (Presidente da Associação de Moradores de Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

A Associação-Mãe é o principal instrumento de inserção dos moradores na rede interinstitucional da qual fazem parte os órgãos públicos – prefeitura de Iranduba, governo do Estado, Demuc – e os não-governamentais – FAS, Fórum de Turismo de Base Comunitária, Ipê entre outros. A associação funciona como catalizadora das reivindicações dos moradores e legítima defensora dos interesses das comunidades, na medida em que é constituída por pessoas conhecidas e de confiança torna-se um meio de resistência ao processo de individualização e atomização (CASTELLS, 1999) que gera o sentimento de pertença, contudo, quando há o

distanciamento dessa representatividade, os moradores não se sentem contemplados nas suas demandas.

Segundo os relatos dos moradores os grupos organizados defendem os interesses coletivos e a participação nesses grupos contribuiu para a conquista de melhorias na infraestrutura e para o turismo local, com destaque para a inserção dos moradores no processo decisório sobre o turismo na comunidade – tendo em vista a construção do restaurante e da pousada comunitária, em Saracá e Inglês respectivamente, terem sido escolhas dos moradores – a realização dos cursos profissionalizantes, o aumento da infraestrutura e das oportunidades de trabalho. Por esses motivos, a criação das associações possui um caráter intencional, estabelecida por ações pragmáticas com o intuito de facilitar o acesso e a aquisição de benefícios nas esferas mais amplas, tendo em vista, que isoladamente os moradores não teriam as condições necessárias para obterem tais conquistas.

A presença dos movimentos associativos nas comunidades denota a estratégia de afirmação da alteridade dos moradores como sujeitos políticos, pela qual reafirmam seu “eu” frente aos “outros” (DUSSEL, 2002), no âmbito pragmático, tentam concretizar o caráter público do Estado quanto maior seja a participação dos grupos no processo político-administrativo das ações governamentais e na mobilização endógena. Essa estratégia de desenvolvimento local é pautada na condição dos moradores como indivíduos que redefinem suas posições na sociedade a partir das suas cosmovisões, reorganizam suas ações no espaço de modo a promoverem intervenções e transformações nas estruturas sociais dominantes, como nos diz Freire(2011), a organização das massas populares implica no testemunho crítico para uma ação revolucionária e libertadora. Entre os elementos constitutivos desse testemunho estão a coerência, a ousadia, radicalização, a valentia de amar – significa não se acomodar ao mundo injusto, mas transformá-lo – e a crença nas massas populares (FREIRE, 2011). O caráter aglutinador dos movimentos associativos aflora da capacidade de intervenção e negociação destes junto ao Estado, ou seja, mobilização e proposição estão intrinsecamente relacionadas, nesse sentido, percebe-se que os moradores apresentam esse entendimento sobre a função dos movimentos associativos, no entanto, carecem se apropriar e exercitar desse poder transformador.

A figura feminina nos campos político e social é verificada em distintos momentos da histórica das comunidades pesquisadas e corrobora a visão de Castells (1999) sobre a profunda mudança no *status quo* da sociedade historicamente alicerçada no patriarcalismo no sentido de destacar a figura feminina, a exemplo do feminismo cujo movimento de resistência da identidade e dos direitos da mulher fez “frente ao patriarcalismo e à família patriarcal e toda

forma de estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre as quais as sociedades historicamente se estabeleceram” (CASTELLS, 1999, p. 24).

No campo político, a alteridade feminina é percebida na atuação das mulheres entrevistadas junto às associações de moradores, aos grupos organizados na operacionalização do turismo e na cadeia produtiva do artesanato. As mulheres estão ampliando o campo de atuação em vários segmentos: economia (artesanato, turismo, pesca, agricultura, produção de farinha), educação e religião. Percebeu-se que a participação feminina nas questões políticas e no papel de lideranças não é um fato recente, a memória coletiva revela que desde a fundação das comunidades Saracá, Inglês e Tumbira, as mulheres tiveram algum destaque.

Do ponto de vista da participação de grupos femininos nas comunidades, destaca-se o Formiguinhas do Saracá, formado por artesãs da comunidade Saracá, embora ainda não formalmente institucionalizado⁸⁵ o grupo denota o aumento da contribuição feminina na provisão da renda familiar a qual não se restringe apenas aos homens. Destaca-se a atuação das mulheres na cadeia produtiva do artesanato, desde a compra da matéria-prima até a negociação junto as empresas interessadas em comercializar os produtos, também como representantes da comunidade nos eventos realizados em Manaus e em outras cidades brasileiras. Além disso, as mulheres são responsáveis pela gestão da pousada Vista Rio Negro, na comunidade Inglês e pela gestão do restaurante Encanto do Saracá, na comunidade de mesmo nome.

Na comunidade Tumbira, destaca-se a atuação da presidente da associação comunitária em várias frentes, além de ser professora, funcionária da Prefeitura de Iranduba, formada em Pedagogia – a moradora destaca o fato de ter retornado à comunidade para dar a sua contribuição à coletividade, enquanto a maioria sai da comunidade e não retorna – é representante da RDS nas questões de turismo no município. A moradora coordena os grupos de artesãs da RDS do Rio Negro e revela a preocupação em utilizar técnicas sustentáveis na produção artesanal, o conhecimento sobre plantas nativas possibilitou o uso das mesmas para o tingimento das fibras com as quais tece seus produtos, o material é retirado de modo a não causar danos ao ambiente. Os conhecimentos sobre todo o processo produtivo da sua arte são transmitidos para os filhos que a auxiliam na confecção do artesanato.

Na comunidade Saracá destaca-se a participação da sua fundadora, protagonista de todo o processo de criação da comunidade em virtude da sua capacidade de articulação política junto

⁸⁵ A informalidade do grupo pode ser um fator impeditivo enquanto exigência burocrática das instituições públicas de fomento aos projetos que visem gerar renda, trabalho e financiamento de equipamentos e matéria prima para a produção artesanal.

as prefeituras de Novo Airão e Iranduba para a instalação da escola. É a responsável por relevantes melhorias no ensino no Polo 2 da RDS do Rio Negro, antes mesmo da implementação das políticas governamentais, com o apoio dos demais moradores, presidiu a associação dos moradores durante 12 anos, atualmente é a vice-presidente e foi a primeira gestora do restaurante comunitário. É uma liderança respeitada na comunidade Saracá e nas comunidades do entorno em virtude da sua atuação como parteira e professora, muitos dos moradores das três comunidades foram seus alunos.

Aqui esse povo é que precisa de mim, entendeu? Aqui eu saio, eu busco recursos agora mesmo tá com sete dias que cheguei de São Luís no Maranhão fui apresentar essas comunidades ribeirinhas daqui lá. Então eu busco assim ajudar, como buscamos muito esse restaurante, digo pra essas mulheres, tem que fazer alguma coisa, o marido de vocês não dá pra sustentar um montão de filho, tem que ajudar. Graças a Deus arrumaram agora esse artesanato elas trabalham com artesanato e quanto o turista vem todo mundo ganha um pouquinho, pegam encomendam de fora, com o pessoal da Coca-Cola aqui a dificuldade é que o turista vem uma vez por ano. De maio pra cá até que melhorou um pouquinho, quando nós assumimos eu e a Iolanda. (Moradora 22, Comunidade do Saracá, entrevistada em 14 de outubro de 2015)

As mulheres também são as responsáveis pela organização dos cultos religiosos cotidianos e na ocasião dos festejos dos santos padroeiros nas três comunidades, como a presença de padres é rara, essa foi a única forma de manter a tradição religiosa. Além dessas práticas, as mulheres participam das atividades na roça, na produção da farinha, na pesca, na prestação de serviços de saúde e educação – dentre os moradores entrevistados, as mulheres possuem maior nível de escolaridade, duas delas atuam como professoras nas comunidades Inglês e Tumbira, nesta última constatou-se mais duas professoras pedagogas.

Diante das potencialidades sociais e econômicas apresentadas pelas mulheres dessas comunidades, oportunamente o PBF elegeu como viés da aplicação do programa o “empoderamento feminino”⁸⁶, com o objetivo de fortalecer a organização do movimento social feminino e dar “autonomia” às mulheres, por meio de ações voltadas à saúde e à geração de renda. Cabe lembrar que o cartão do Bolsa Floresta Família é entregue diretamente às mães residentes na UC e estas tornam-se responsáveis pela gestão da verba destinada à família.

Organizações do terceiro setor atuantes nas áreas protegidas têm investido no “empoderamento feminino” tendo como pano de fundo a responsabilidade social visando

⁸⁶ Expressão utilizada, a partir de 2010, pela ONU Mulheres com base na Carta das Nações Unidas (*UN Women Brochure*), cuja agenda passou a nortear as políticas para a promoção da igualdade de gênero, tendo em vista que as mulheres continuam sub-representadas nos processos decisórios na política e na economia em muitas sociedades no mundo, nesse sentido, a igualdade de gênero seria condição *sine qua non* para economias mais competitivas e o rápido crescimento.

atender demandas e carências sociais. Nesse sentido, o Consulado da Mulher⁸⁷ e a FAS realizam projetos com o objetivo de reduzir as “desigualdades de gênero” e incentivar o empreendedorismo feminino, como ocorre desde 2007 na RDS de Mamirauá, em Tefé, e na RDS do Rio Negro. Para esse fim, desenvolveram ações de capacitação profissional na Pousada do Garrido, no restaurante Encanto do Saracá e junto à Associação-Mãe. As ações são focadas na consolidação do TBC com vistas à geração de emprego e renda para os moradores das comunidades da RDS do Rio Negro. Na primeira fase do projeto, as comunidades foram beneficiadas com 15 eletrodomésticos doados pelo Consulado da Mulher para auxiliar no aumento da capacidade produtiva e de armazenagem dos produtos e alimentos utilizados nos empreendimentos (pousada e restaurante). Posteriormente, a *Rain Forest Alliance*, ONG norte-americana, realizou oficinas de capacitação que resultou na certificação da Pousada do Garrido e do restaurante Encanto do Saracá na categoria “turismo sustentável” (WHIRLPOOL, 2015). A lógica dessa *práxis* é a configuração das comunidades em sociedades de consumo, movidas por interesses econômicos – criação de mecanismos para ampliar os lucros ou aumentar a capacidade competitiva dos empreendimentos – que distanciam cada vez mais as comunidades tradicionais daquelas estruturas sociais baseadas nas relações de solidariedade, reciprocidade, cooperação, de atenção e cuidado com outro (*homo situs*), e as integram ao mercado (*homo oeconomicus*) o que contrapõe-se à teoria dos sítios simbólicos (ZAOUAL, 2010).

em comunidade a gente tem que dançar conforme a música, quando aparece uma oportunidade a gente tem que se interessar, ninguém ainda percebeu isso, [...], antes não aparecia nem você nem outras pessoas pra saber de nós, saber o que a gente tá sentido, quem somos nós, agora é que praticamente a gente tá existindo, tá tendo esse interesse por nós, antes as únicas pessoas que apareciam aqui nesse beiradão era pra vacinar, depois que teve a RDS e esse programa, o Saracá tá sendo reconhecido. Antes ninguém tinha geladeira, freezer e televisão, não tinha luz, hoje tem duas três televisões em casa. (Moradora, 20, Comunidade Saracá entrevistada em 14 de outubro de 2015)

A necessidade de afirmação da alteridade emerge da narrativa e expõe o sentimento de exclusão e de abandono a que as comunidades foram submetidas ao longo dos anos. Cabe destacar a existência de relativa aceitação da condição opressora, segundo Freire “até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões do seu estado de opressão, ‘aceitam’ fatalisticamente sua exploração” (FREIRE, 2011, p. 71). Na visão da moradora

⁸⁷ Instituição mantida pelo grupo Consul pertencente a Whirlpool Corporation, empresa norte-americana, maior fabricante de eletrodomésticos do mundo, evidencia os interesses hegemônicos do capital financeiro transnacional visando criar imagem positiva no mercado e melhor aceitação social.

supracitada, a existência de interesse por parte de agentes externos (*outsiders*) – governos, ONGs, academias entre outros – promove o afloramento da sensação de visibilidade e de conexão com uma exterioridade que antes parecia mais distante. O elo de ligação com esse mundo exterior é concretizado a partir do momento em que os moradores passam a ter acesso aos bens de consumo (televisão, freezer, barco, luz elétrica). Contudo, a promoção dessa conectividade pode ser considerada muito mais um *mea culpa* do Estado e de seus parceiros para compensar os transtornos causados pelas políticas governamentais implementadas no passado do que propriamente o reconhecimento e o compromisso com a alteridade dos moradores.

Faces ao exposto, nota-se a manifestação da ideologia das classes dominantes orientada à contrainsurgência pela base, as OSCIPs se entranham nas “organizações de base” (MONTAÑO, 2008), no caso, os grupos constituídos pelas mulheres envolvidas com o turismo e o artesanato, para cooptá-los a partir dos projetos criados para preencher as lacunas do Estado e resolver os problemas da comunidade, dessa forma, constroem consensos e conquistam a confiança dos seus membros. Nesse contexto, o *modus operandi* das OSCIPs dissimula “fórmulas acrílicas”, despolitizadoras e “calcadas nas competências individuais” (FERNANDEZ, 2015, p. 31) que buscam reduzir as possibilidades de conflitualidade e insatisfação social, ou seja, o controle das territorialidades, do espaço e das relações sociais, torna-se dispositivo disciplinar para gerar maior aceitação e menor enfrentamento às ações do terceiro setor, do Estado e do mercado.

Na contramão das mobilizações comunitárias, o poder público rompe a teia das conexões entre o Estado e a sociedade quando ignora a valiosa contribuição das organizações locais na formulação das políticas governamentais, os moradores não percebem o envolvimento efetivo dos órgãos oficiais de turismo no nível estadual e municipal na implementação dessas políticas e destacam o caráter eleitoreiro da aproximação da Amazonastur e da Prefeitura de Iranduba junto às comunidades. De acordo com a narrativa da moradora “a Amazonastur promove a divulgação do local e o Fórum Estadual de Turismo que até agora não trouxe resultados para a comunidade (Moradora 1, Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014).

A ineficácia da atuação dos órgãos públicos de turismo junto às comunidades tradicionais é traduzida, a partir da visão dos moradores, na restrita participação da Amazonastur na promoção turística, contudo, nenhum resultado positivo lhe é atribuído. O distanciamento entre os entes públicos estaduais de turismo e as instituições na esfera local é

também perceptível em relação à gestão municipal, ambos vistos como oportunistas eleitores.

O município não participa, o Secretário de Turismo de Iranduba só veio na inauguração da pousada, prometeu cursos e não voltou mais. (Morador 5, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

A atuação da prefeitura de Iranduba nas questões do turismo é pontual, os moradores percebem apenas a contribuição financeira para a construção da pousada na comunidade Inglês, conforme relata a moradora, “a prefeitura deu uma ajuda financeira na construção da pousada pra pagar os trabalhadores da construção” (Moradora 9, Comunidade Inglês, entrevistada em 17 de janeiro de 2015). Nas demais é percebida a ausência e o esquecimento do poder público municipal, o fato das comunidades estarem distante da sede do município amplia a sensação de abandono e invisibilidade. Na perspectiva dusseliana significa a negação ou o não reconhecimento dos rostos daqueles considerados marginalizados, insignificantes ou invisíveis.

No momento não tem participação da prefeitura, só na construção da pousada, veio o secretário e disse que ia acompanhar, mas não voltou. De vez em quando chega mensagem no celular convidando pra algum curso que vai ter, mas a senhora tem noção do que a gente gasta pra se deslocar daqui pra lá. E outra coisa, eu sempre digo pra esses órgãos que na área de turismo não tem que vir um convite específico pra mim (Nelson) tem que vir específico pra comunidade, só que eu não posso participar porque tenho outras atividades (pescador e condutor em hotel de selva). Quero que venha um convite que eu possa indicar um jovem ou alguém das famílias que trabalha na pousada, aí sim, mas pra mim eu não quero, eu quero um negócio voltado para minha comunidade, não só da minha como das outras também, o que adianta eu fazer um curso se eu não vou tá lá (na pousada)? Tem que fazer pra quem tá trabalhando. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

Distintamente dos órgãos oficiais de turismo a atuação do Demuc, órgão gestor da RDS do Rio Negro, é percebida pelos moradores como positiva na medida em que atua na oferta de cursos e palestras voltados à educação ambiental, desenvolve alternativas de trabalho, fiscaliza atividades de extrativismo e pesca, cria leis e incentiva a “participação” dos moradores nas políticas governamentais, contudo, percebe-se a predominância do envolvimento dos moradores como público-alvo dos cursos de capacitação. Cabe destacar a atuação do Demuc no sentido de realizar em 2015 o curso de Agente Ambiental Voluntário⁸⁸ e de formação de jovens lideranças no Baixo Rio Negro, por meio do Programa Educacional Jovens Protagonistas, financiados pelo ARPA, com a realização de encontros para a discussão de temas sobre a questão ambiental no contexto contemporâneo. A RDS do Rio Negro participa com 40

⁸⁸ Programa federal cujos cursos foram realizados em 21 UCs do Amazonas desde 2012.

jovens das comunidades Tumbira, Inglês, Saracá, Carão, Nova Esperança, Terra Preta, 15 de Setembro e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. O Programa veio ao encontro da necessidade de despertar o interesse dos jovens para as atividades de gestão, apontada pelos moradores das comunidades como um grande entrave para o desenvolvimento, tendo em vista as mesmas lideranças permanecerem no poder por longos períodos, com a alternância entre os moradores mais velhos.

o Ceuc desenvolveu o projeto de Jovens Lideranças, como eu tava dizendo já veio de lá tudo pronto, o projeto veio até limitado para três jovens de cada comunidade, se os outros quiserem ir podem ir mas tem que custear toda a despesa, ou líder comunitário ou os pais, então tem que ver as vezes o projeto é bom, só que às vezes tem ver as coisas [...], é muito dinheiro pra pouco resultado. (Presidente da Comunidade Inglês)

Em que pese a iniciativa de capacitar novas lideranças locais, paradoxalmente, os órgãos ambientais são criticados pelos moradores no que tange à forma verticalizada como os projetos são concebidos, também questionam a forma como a RDS do Rio Negro foi criada. A inquietação dos moradores das três comunidades reside no fato do processo não ter atendido plenamente suas necessidades e por não haver consulta prévia para possíveis discussões sobre a viabilidade da mudança de categoria de APA para RDS, mais restritiva. A forma impositiva como o Estado submeteu os moradores às leis ambientais pode ser considerada um meio de vitimização e exclusão social que contraria os preceitos democráticos, segundo Rousseau (1978, p. 55), “o povo, submetido às leis, deve ser o seu autor” para que os efeitos destas concorram para o bem comum, somente pela soberania popular é possível alcançar a democracia participativa.

A criação da RDS afetou consideravelmente as atividades produtivas (extrativismo madeireiro, pesca e agricultura) dos moradores e forçou-os a adotarem outros meios de sustento e novas formas de se relacionarem com a natureza, ou seja, forjou novas territorialidades. Ressalta-se que, os espaços de uso dos moradores das três comunidades não se restringem aos limites territoriais da RDS do Rio Negro, atividades como a pesca, a caça e o lazer ocorrem dentro da área do Parna de Anavilhanas, pragmaticamente, os moradores não fazem distinção entre os limites das duas UCs. Contudo, por se tratar de uma UC de uso sustentável as atividades na RDS não são proibidas, porém, estão limitadas às normas dos planos de manejo e acordos

de pesca⁸⁹ enquanto no Parna de Anavilhanas só é permitida a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico ou ecoturismo, mediante obediência ao plano de manejo.

quando aqui virou reserva não teve incentivo pra roça só podia plantar Iha, plantar roça na capoeira, nada na mata, muitas das gente deixou de botar roça, alguns já não gostavam e com a proibição teve uma crise de farinha em 2013. Ninguém tava plantando então a comunidade passou a comprar de outros lugares, principalmente de Manacapuru, foi comprado o saco de R\$300,00 reais, com o custo de transporte a R\$300, o litro da farinha subiu muito, era R\$5,00 a R\$6,00 e subiu muito, as pessoas ficaram com medo de fazer roça porque fizeram tipo uma ameaça, porque podiam ser multado. (Morador 5, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

As limitações nas práticas produtivas causaram desequilíbrio no abastecimento de farinha e forçaram os moradores a comprarem em outros municípios pagando mais caro pelo produto, além disso, o disciplinamento das atividades tradicionais cerceou a liberdade antes vivenciada como virtude agora é fonte de temor, a criação da RDS do Rio Negro foi percebida como forma de controle e vigilância cuja confrontação das regras frequentemente resultava em punição, ou seja a perda do direito à liberdade. Restrição ou proibição são elementos muito presentes na sociedade disciplinar que estabelece tênue relação entre a proteção e o medo (FOUCAULT, 2006), nesse sentido, a liberdade é apresentada como elemento estratégico para a própria existência de relações de poder, um componente fundamental ao seu exercício.

A pesca é atualmente a principal atividade econômica dos moradores das comunidades Saracá, Inglês e Tumbira, no entanto, a transformação dos seus respectivos territórios em áreas protegidas gerou tensões porque forçou mudanças nas formas de usos dos seus espaços. O modo de vida dos moradores é inerente ao rio que possui significado simbólico como local de trabalho, de circulação, de lazer, das crenças, das relações sociais e fonte de alimento dos ribeirinhos (TOCANTINS, 2000; WAGLEY, 1988; SCHERER, 2004), dessa forma, os moradores sentem-se prejudicados pelas sanções impostas às atividades tradicionais, a partir do enclave dos limites do Parna de Anavilhanas e o território econômico das comunidades do entorno. Por outro lado, a existência do assentamento rural no entorno da comunidade representa uma oportunidade de geração de renda e uso dos recursos naturais, sem as restrições da UC, como relata a artesã.

⁸⁹ Até o início do ano de 2016, o acordo de pesca encontrava-se na fase de elaboração – o diagnóstico pesqueiro foi realizado pela Wildlife Conservation Societyd (WCS), ICMBio e Sema – dessa forma, os moradores permanecem praticando a pesca na fronteira entre a RDS do Rio Negro e o Parque Nacional de Anavilhanas.

eu trabalho com um terreno (propriedade particular no outro lado do rio), o lado de lá tudo tem título de terra, no assentamento rural, fora da comunidade, com título de terra, a gente tem casa, a gente retira tudo de lá, as palhas de tucumã, foi lá que eu encontrei uma fonte de renda. (Moradora 1, Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

Desde a criação das comunidades, o extrativismo madeireiro esteve associado ao modo de vida local. As novas territorialidades humanas forjadas pelas leis ambientais conduziram os moradores a uma situação de ilegalidade ao tentarem suprir suas necessidades básicas nos lugares considerados naturais, portanto, legais (SANTOS e SCHERER, 2012). Após a fragmentação do território em UCs, a continuidade da atividade de corte da madeira nas ilhas da então Estação Ecológica de Anavilhanas, atual Parna de Anavilhanas, tornou-se extremamente arriscada – a madeira era cortada durante o dia e embarcada à noite com destino a Manaus. Frequentemente essas remessas foram interceptadas pelo Ibama e os moradores perdiam tudo, passavam por humilhações além de ficarem com dívidas e multas para pagar.

piorou porque proibiam tudo, ainda veio esse negócio de Bolsa Floresta com R\$50,00, que não dá pra nada, não paga nem a passagem pra ir pra Manaus e voltar. Ficou ruim para quem trabalha com madeira. (Moradora 21, Comunidade do Saracá, entrevistada em 14 de outubro de 2015)

Os recursos do PBF são insuficientes para compensar a perda de outras fontes de renda das famílias como ocorreu com a extração madeireira, os benefícios como o Bolsa Floresta, Bolsa Família e Seguro Defeso não contemplam todas as famílias⁹⁰ (Tabela 4), além disso, os moradores reclamam da dificuldade para receber os benefício federais, os gastos com o deslocamento até Manaus são altos, então muitos confiam suas senhas e cartões a um morador que se responsabiliza em sacar o benefício e entregar posteriormente aos devidos beneficiários.

Tabela 4 – Benefícios e programas de transferência de renda

Benefícios	Saracá	Tumbira	Inglês
Bolsa Floresta	9	5	7
Bolsa Família	8	3	5
Seguro Defeso	6	0	3
Total	23	8	15

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

⁹⁰ Para a inclusão no PBF os candidatos a beneficiários devem atender às exigências: tempo mínimo de residência de 2 anos nas comunidades da UC; possuir documentos de identificação como RG e CPF; ter filhos em idade escolar frequentando a escola; cumprir as regras do Plano de Gestão, estar associado e adimplente com a associação dos moradores da comunidade e da Associação-mãe; e manter área de roça dentro dos limites estipulados no PBF.

A participação dos moradores nos programas de complementação de renda como o Bolsa Floresta, Bolsa Família, Seguro Defeso e também o acesso aos programas de financiamento são percebidos pelos moradores como insuficientes para gerar melhorias significativas nas condições de vida das famílias. A dificuldade de acesso a determinados programas pode ser constatada na narrativa,

aqui não tem financiamento de nenhum órgão de fomento, ainda não, mas gostaria de ter, até mesmo do Sebrae que oferece para pequenos empreendedores, o problema é que sempre tem que ter um bem para dar de garantia e quando a gente não tem fica difícil, é quase impossível, até quando o valor do financiamento é baixo. (Moradora 1, Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014).

A principal fonte de financiamento dos microempreendedores são os bancos públicos e agências de fomento, no entanto, as condições de acesso tornam-se fator impeditivo. Os moradores das comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para obterem financiamento de equipamentos e insumos para as suas atividades produtivas. Dentre os 23 entrevistados apenas um morador, o proprietário da pousada em Tumbira, possui acesso à linha de crédito ou financiamento junto à Afeam e Bradesco, o recurso foi utilizado para a compra da voadeira e o motor do barco, 03 moradores da comunidade Inglês declararam ter obtido, anteriormente, financiamento junto ao Basa para a compra de equipamentos de pesca e do motor do barco e, em Saracá, 03 moradores obtiveram financiamento junto à Afeam e Basa para a compra de motor do barco, agricultura e de sementes para o artesanato. O baixo índice de acesso ao crédito se dá em virtude das burocracias processuais e a exigência de bens como garantia, “é muito difícil conseguir financiamento, a gente não tem propriedade pra dar como garantia no banco” (Moradora 10, Comunidade Inglês, entrevistada em 07 de janeiro de 2015).

O poder disciplinar do Estado interfere no modo de vida dos moradores em virtude das restrições de uso dos recursos e do exercício das atividades tradicionais, sobretudo o plantio de roça e a pesca, por esse motivo, surgem conflitos entre os interesses do Estado e das comunidades, cujas atividades cotidianas tornaram-se incompatíveis com os objetivos das UCs, ainda que pertençam à categoria de uso sustentável, percebe-se a fragmentação da relação homem-natureza e a necessidade de proteção ambiental como resultantes do processo de ambientalização (SANTOS, 2014) vivenciado pelas comunidades tradicionais do Baixo Rio Negro nas últimas décadas.

ficou difícil porque não pode mais tirar madeira e R\$50,00 (Bolsa Floresta) não dá para sustentar, pior coisa é a proibição, a comunidade não foi consultada, foi forçada a aceitar [...], não chegam com a solução pra dar uma condição de sustentar as famílias

como era na época que trabalhavam com a madeira (Moradora 12, Comunidade Inglês, entrevistada em 06 de novembro de 2014)

A ausência de políticas públicas de apoio aos moradores das UCs que tiveram seu modo de vida alterado em virtude da redelimitação da APA do Rio Negro Setor Paduari-Solimões cuja fragmentação deu origem à RDS do Rio Negro gerou um cenário pessimista para as famílias no início da década de 1990, sem perspectivas de melhoria das condições de vida nas comunidades muitos moradores foram obrigados a irem embora em busca de emprego e renda em outros lugares.

aqui não tinha mais emprego, era proibição de extração de madeira era proibição de várias coisas apesar da criação da APA ter sido constituída em 24 de abril de 1994, só foi decretada aqui na reserva em 25 de setembro de 2005, 10 anos, quase 11 anos depois. Ai chegaram dizendo assim: – não pode pescar, não pode caçar, não pode extrair madeira, tá proibido, aí bateu aquele medo, angústia, depressão, muita gente vendeu seus terrenos, abandonaram suas casas, e foram pra cidade (Presidente da comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

As narrativas exprimem o sentimento de exclusão nos processos políticos que vitimaram os moradores nas suas práticas cotidianas, particularmente os extrativistas de madeira e pescadores, foram forçados a adaptarem-se às novas regras de uso dos recursos naturais em função de estarem vivendo em área protegida.

aqui é uma reserva, aqui nada pode, pode mas dentro dos seus limites e o povo do rio Negro é muito acostumado a fazer as coisas assim sem limites entendeu? A renda daqui de primeiro era a madeira, extraia a madeira, levava a qualquer hora, vendia a qualquer hora, não tinha impedimento. Hoje parou tudo, por causa que hoje é placa velha de manejo, a gente tem um manejo aí que já venceu faz três anos e nunca ninguém tirou. (Moradora 22, Comunidade Saracá, entrevistada em 07 de novembro de 2014)

A partir da percepção da moradora é possível inferir um processo de inversão da finalidade das normas legais que redefinem as territorialidades humanas na RDS. “O ‘bem’ inverte-se, torna-se dialeticamente o ‘mal’ por causar a dita vítima” (DUSSEL, 2002, p. 13), nesse caso, as normas legais tomam um sentido controverso da sua finalidade originária. As leis dos homens protegem a natureza e penalizam as pessoas cujos modos de vida sempre se mostraram sustentáveis.

a pescaria também só pode dentro dos limites então o povo ficou muito triste quase que pararam de vez, entendeu? Não pode ir ali na ilha (Anavilhanas) pra pescar um peixe pra comer, porque de primeiro eles iam lá pescava, pegava um peixe maior, agora não pode ir lá, poder pode mas, tenha certeza que se for pego lá...Só vai escondido e o povo do rio Negro não é muito acostumado a trabalhar escondido, antes

não tinha regra, olha, antes todo mundo trabalhava com farinha, hoje todo mundo compra farinha porque não pode botar sua roça, poder pode, só que dentro dos seus limites (manejo), como eles não são acostumados aí não querem se adaptar da maneira que pode trabalhar (Moradora 22, Comunidade Saracá, entrevistada em 07 de novembro de 2014)

O agir dos pescadores das comunidades tradicionais está constantemente no limiar entre a legalidade e a ilegalidade, essa ambiguidade resulta do fato de que qualquer comportamento dentro da regra (lei) é considerado legítimo mesmo que resulte em efeitos materialmente injustos como percebido no cerceamento da mobilidade espacial dos moradores e do usufruto dos recursos naturais.

A predominância da pesca como atividade econômica nas comunidades suscita a realização de um acordo de pesca, instrumento fundamental para a regularização das áreas de pesca dos moradores, o tema é de grande importância para os moradores visto que, atualmente a pesca encontra-se embargada pelas restrições do Parna de Anavilhanas cujo limite do território inclui as margens do rio Negro, contudo, os moradores continuam a realizá-la porque para estes o seu território de uso não tem limites fixos, são historicamente definidos e redefinidos em função das atividades econômicas e sociais, por essa razão, tal mobilidade é interpretada como fator de preservação da cultura e autonomia (VIANNA, 2008) dos moradores das comunidades tradicionais.

Embora as perdas tenham sido significativas, os moradores destacam os aspectos positivos da criação da RDS tais como a maior conservação da natureza que propiciou a diversidade da oferta dos recursos naturais e a obtenção do alimento diário, o aumento da fiscalização ainda que permaneça insuficiente, a realização de cursos de aperfeiçoamento, a participação nas políticas e projetos ambientais e de turismo – mesmo que essa participação dissimule os interesses de agentes externos, como visto anteriormente – e o aumento das oportunidades de trabalho, embora algumas narrativas destaquem não serem equânimes, pois, foram poucos os beneficiados.

A mudança comportamental em relação à natureza é claramente percebida pelos moradores, pois a criação da RDS levou as pessoas a sentirem-se responsáveis pela manutenção da limpeza do local de modo a “deixar a comunidade bonita para os turistas”, há uma supervalorização do aspecto estético da paisagem. Na percepção dos moradores, a existência da RDS foi importante para o desenvolvimento da atividade turística de certa forma, posta como compatível com a proposta de conservação ambiental. Esses aspectos positivos foram percebidos como vantagem competitiva pelo fato de morarem em uma RDS, aliados à percepção de fortalecimento das relações de solidariedade e a sensação de segurança.

as pessoas se ajudam, quando um precisa o outro pode ajudar eles ajudam (Moradora 2, comunidade do Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

agora a gente vê que aumentou a quantidade de animais que tava sumindo, onça, macaco e porco do mato (Morador 14, comunidade do Saracá, entrevistado em 07 de novembro de 2014)

As relações de solidariedade presentes nas comunidades demonstram o sentimento de responsabilidade uns pelos outros. A organização das comunidades inclui trabalhos coletivos nas roças e as trocas de serviços, produtos e objetos. Nas idas ao campo foi possível identificar situações de ajuda mútua seja no compartilhamento de alimentos, na realização de mutirões de trabalho ou ajuda financeira, nesse sentido, percebe-se a alteridade e a intersubjetividade dos moradores como processo dinâmico construído a partir da atenção e cuidado mútuos, princípio fundamental para a existência de uma comunidade (BAUMAN, 2003). Na visão de Buber (2006), a responsabilidade pelo próximo é o início da construção do que denominou a filosofia do diálogo⁹¹ baseada na responsabilidade do ser humano consigo próprio como reflexo da estima e do cuidado com o outro que converge para o sentido de solidariedade de Dussel (2002), são as relações de reciprocidade e encontro, que contrapõem-se ao individualismo e ao coletivismo, aspectos característicos do mundo globalizado, no qual se forma um outro tipo de comunidade cuja natureza é superficial e transitória denominada por Kant de “comunidade estética” (BAUMAN, 2003), uma das características centrais reside no paradoxo entre refutar a liberdade de seus membros e manter as entradas e saídas escancaradas, o que lhe confere a ausência de poder vinculante.

aqui dá pra criar os filhos porque é um ambiente que não tem drogas, assalto, violência (Moradora 11, Comunidade Inglêss, entrevistada em 06 e novembro de 2014)

Algumas qualidades emergentes da narrativa podem ser atribuídas à vida em comunidade a garantia de certeza, a sensação de segurança e de proteção (BAUMAN, 2003, p. 68), fatores como “compartilhamento fraterno”, reafirmando o direito de todos a um refúgio comunitário que emana segurança contra as incertezas, os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMAN, 2003).

⁹¹ A filosofia do diálogo de Buber surgiu a partir da análise das relações humanas sob a ótica do individualismo e do coletivismo nos quais se evidencia a incompletude do entendimento das atitudes humanas. O primeiro vê o homem em relação consigo mesmo e o segundo vê apenas a sociedade, portanto, há a necessidade do conhecimento do outro em toda a sua alteridade, assim, a existência humana emerge do encontro dialógico Eu e Tu, ou diálogo interhumano (*zwischenmenschlich* conforme denominado por Buber, em 1965). BUBER, M. “Elements of interhuman” in *The Knowledge of Man*, trans. M. Friedman and R. G. Smith, New York, Harper and Row, 1965.

a gente tem que valorizar a vida aqui, porque na cidade você tá correndo risco, tá se estressando, tudo você tem que pagar, eu não troco mais a vida daqui. Na cidade não pode criar bicho, não pode plantar, o peixe tem que comprar, já amanhece o dia gastando, não acho ruim aqui não. (Moradora 20, Comunidade Saracá, entrevistada em 14 de outubro de 2015)

As narrativas refletem outro sentido da vivência social a de “comunidade ética” que é o oposto da comunidade estética, pois, é pautada nos compromissos de longo prazo como a criação dos filhos, de “direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis” (BAUMAN, 2003, p.68) cujo teor decorre justamente da busca por segurança e proteção, de estar no mundo unido e podendo ajudar-se mutuamente, remete ao sentimento de pertencimento, do sentimento coletivo do “entre nós” (BAUMAN, 2003).

No campo político, a existência de espaços de diálogo instituídos é importante tanto como o palco das reivindicações de direitos quanto da ampliação do debate e construção de novos conhecimentos a partir dos saberes tradicionais, tornando-se também o palco das conquistas sociais. Assim o Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Município de Manaus, Rio Negro, Rio Amazonas, AM 010 e BR 174 (FOPEC), criado em 2006, foi emblemática como organismo de mobilização política importante para o fortalecimento das comunidades do Baixo Rio Negro face as reivindicações dos direitos e conquista de benefícios, de forma mais organizada. Vale destacar a luta do Fopec e as instituições parceiras pela mudança de categoria de Parque Estadual Rio Negro Setor Sul para Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista⁹² na margem esquerda do Rio Negro, visto que, a categoria de UC de proteção integral impedia a instalação de infraestruturas e políticas públicas no local, além da limitação das atividades de exploração agrícola e extrativista por parte dos moradores, ainda que estas se realizassem de forma sustentável (ISA, 2014).

A atuação colegiada na questão turística no Baixo Rio Negro é um reflexo na mudança do posicionamento dos moradores das comunidades tradicionais face a necessidade de defesa dos seus interesses e à reivindicação por maior espaço de atuação, ainda que a representatividade desses espaços colegiados seja baixa junto às instâncias de governança municipais e estaduais é o início de um processo de mudança cuja meta é a conquista da autonomia política, participação na qualidade de cidadãos nas instâncias de governança do turismo em áreas protegidas. Cabe destacar o aumento da força da mobilização política dos

⁹² Referente à criação da RDS Puranga Conquista a partir da redelimitação do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul, zona rural de Manaus, conforme Lei Estadual 4.015, de 24 de março de 2014.

ribeirinhos do Baixo Rio Negro nas questões do turismo a partir da criação do Fórum Permanente de Turismo de Base Comunitária no Rio Negro⁹³, em 2010. O Fórum de TBC é constituído atualmente por 16 instituições cujas atuações são apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Instituições participantes do Fórum Permanente de Turismo de Base Comunitária no Rio Negro.

Instituição	Tipo	Atuação
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	OSCIP	Realiza ações de sensibilização para o Turismo de Base Comunitária (TBC) em Unidades de Conservação. Atua como articuladora de importantes projetos de turismo no rio Negro. Dentre as ações realizadas encontram-se a participação na elaboração do Plano Estratégico para o TBC no Parque Nacional de Anavilhanas, em 2010, em parceria com o Ministério do Turismo, além da contribuição para a criação do Grupo de Trabalho de TBC, atual Fórum Permanente de Turismo de Base Comunitária no Baixo Rio Negro.
Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Município de Manaus, Rio Negro, Rio Amazonas, AM 010 e BR 174 (FOPEC)	Órgão Colegiado	Formado pelas lideranças das comunidades do Rio Negro, Rio Amazonas, AM 010 e BR 174, tem como principais objetivos: discutir, analisar e propor soluções aos diversos problemas relativos às comunidades rurais e ribeirinhas envolvidas. Atua junto ao poder público (nas esferas do executivo legislativo e judiciário), organismos do terceiro setor e universidades, a criação de condições favoráveis ao TBC está entre as reivindicações dos membros.
Departamento Estadual de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA)	Órgão público estadual	É responsável pela implementação e gestão das unidades de conservação do Amazonas. Atua na formulação de planos e projetos para fins de gestão e manejo de recursos naturais de forma sustentável nas UCs estaduais.
Organização Nymuendaju	OSCIP	Promove ações de responsabilidade social na área de educação ambiental e turismo, visando o desenvolvimento local sustentável, com intensa participação das populações localizadas no Baixo Rio Negro e na Amazônia. Responsável pela implantação do Roteiro Tucorin na RDS do Tupé, margem direita do rio Negro, também, realiza cursos de aperfeiçoamento profissional voltado ao turismo na RDS do Rio Negro.
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	OSCIP	Atua em 16 UCs no Amazonas em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA). Possui programas para diversificar as atividades econômicas e criar alternativas de geração de renda e trabalho para as comunidades residentes em UCs no Amazonas por meio do Programa Bolsa Floresta. A partir de 2010 passou a incentivar o Turismo de Base Comunitária (TBC) na RDS do Rio Negro.
Centro Universitário do Norte (UNINORTE/LAUREATE)	Instituição de Ensino Superior (privada)	Realiza ações de ensino, pesquisa e extensão nos municípios do Baixo Rio Negro, com destaque para o inventário da oferta turística da RDS do Rio Negro cujos resultados foram apresentados na 23ª reunião do Fórum Permanente de Turismo de Base Comunitária em 2013.

⁹³ A composição inicial do Fórum de TBC, cuja denominação original foi Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária contou com as instituições apresentadas no Quadro 1, além de representantes do trade turístico de Manaus, Universidade Federal do Amazonas, Fundação Municipal de Cultura e Turismo (Manauscult) e 15 representantes de comunidades do Rio Negro que posteriormente integrariam o Fopec.

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Instituição de Ensino Superior (pública)	Realiza ações de ensino, pesquisa e extensão nos municípios do Baixo Rio Negro, com destaque para a realização do inventário da oferta turística do município de Manaus, Novo Airão e Manacapuru em parceria com as respectivas prefeituras, a Amazonastur e o Ministério do Turismo. As ações de extensão envolvem cursos de aperfeiçoamento profissional em turismo, oficinas de boas práticas de turismo, estímulo as atividades associativas nas comunidades pertencentes ao Roteiro Tucorin. A UEA participa dos Conselhos Gestores da RDS Puranga Conquista, do Mosaico do Baixo Rio Negro e da RDS do Tupé.
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR)	Órgão oficial de Turismo do Estado do Amazonas	Planeja e coordena políticas e ações voltadas para o desenvolvimento do turismo no Amazonas segundo as diretrizes nacionais do Ministério do Turismo.
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)	Associação Civil	Tem o objetivo de defender os direitos dos povos indígenas que habitam a bacia do rio Negro e formular projetos e ações que visem a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas, reconhecimento e valorização das culturas do Rio Negro. É formada por 89 associações indígenas.
Sindicato dos Guias de Turismo do Amazonas (SINDEGTUR)	Órgão representativo de classe	Atua na capacitação profissional para condutores e guias de turismo, bem como, na organização da categoria profissional.
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Órgão público federal	Atua na proteção dos direitos indígenas no estabelecimento e a execução da política indigenista brasileira e controla as práticas turísticas em Terras Indígenas, ainda que não haja legislação pertinente.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Órgão público federal	Promove ações no que tange à Reforma Agrária (programas de assentamentos humanos), Regularização Fundiária, reconhecimento de territórios Quilombolas, em parceria com a Funai, trata do reassentamento de não-indígenas em Terras Indígenas.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus (SEMMAS)	Órgão público municipal	Atua na implementação das políticas ambientais nas Unidades de Conservação do município de Manaus, incluindo ações voltadas para o incentivo do TBC.
Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (SEIND)	Órgão público Estadual	Atua no sentido de formular e implementar a política de etnodesenvolvimento, com vistas ao fortalecimento das organizações tradicionais e das organizações das comunidades indígenas no Amazonas.
Instituto de Cooperação Econômica Internacional (ICEI/Brasil)	OSCIP de cooperação internacional	Criado por um grupo de intelectuais italianos em 1977. Atua em Manaus desde 2003 desenvolvendo ações de fortalecimento institucional, preservação ambiental, produções sustentáveis e ecoturismo nas comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas no rio Negro e seus afluentes.
Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)	Organização não-governamental	Promove o comércio justo e solidário dos roteiros de turismo comunitário da região amazônica, dando maior autonomia às populações locais no desenvolvimento do turismo sustentável. Disponibiliza informações e facilita a comunicação entre os visitantes e os empreendimentos turísticos comunitários tais como: Roteiro Tucorin (Manaus-AM); Pousada Uacari (Tefé-AM); Pousada Aldeia Vintequilos (Parintins-AM); Comunidade Xixuaú (Roraima); Roteiro Arapiuns (Santarém- PA).
Roteiro Turismo Comunitário no Rio Negro (TUCORIN)	Organização Não-governamental	Desenvolve, em parceria com o Ipê e a Nymuendaju, ações de fortalecimento institucional, preservação ambiental, produções sustentáveis e ecoturismo nas comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas. Os pacotes são divulgados por meio da CTCA. Atualmente, o roteiro inclui 6 comunidades da margem esquerda do Rio Negro: São João

		do Tupé e Colônia Central, Julião (ambas na RDS do Tupé); Bela Vista do Jaraqui e Nova Esperança (na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista); e São Sebastião do Rio Cuieiras (na Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro).
--	--	--

Fonte: Elaborado por Glaubécia T. Silva (2014).

O Fórum de TBC foi criado por meio de um convênio entre o Ipê e o Ministério do Turismo (MTur) com o objetivo de apoiar a implementação de ações de TBC na região do Baixo Rio Negro criando espaços para discussões sobre a temática nos diferentes níveis de governança. Algumas atividades do Fórum estão relacionadas à capacitação profissional, intercâmbio e atuação junto à formulação de políticas públicas voltadas para o turismo em UCs. Com base nas publicações das instituições participantes do Fórum de TBC foi possível identificar o maior número de projetos de turismo nas comunidades da margem esquerda do Rio Negro, algumas justificativas podem ser aventadas para esse fato, desde a proximidade das comunidades com Manaus, por tratar-se da área rural deste município, ou pela força de mobilização das associações de moradores, tendo em vista o roteiro Tucorin ter suscitado a partir das demandas do Fopec na RDS do Tupé, pelo maior tempo de participação das instituições representativas das comunidades da margem esquerda no Fórum de TBC e, finalmente, pela ação territorializada dos organismo do terceiro setor as quais forjam as redes de colaboração nos projetos por eles conduzidos.

Embora exista um arranjo institucional amplo, em certos aspectos, o estabelecimento das redes de relações entre as comunidades e entre estas e as demais instituições públicas ou privadas são limitadas, particularmente na margem direita do Rio Negro. Alguns dos fatores limitantes mencionados pelos moradores das comunidades pesquisadas relacionam-se à questão das grandes distâncias entre as comunidades do Baixo Rio Negro que encarecem os custos de deslocamento, aliada à dificuldade de comunicação e os conflitos de interesses decorrentes das distintas condições em que se encontram os grupos sociais envolvidos. As narrativas dos presidentes das associações comunitárias de Tumbira, Inglês e Saracá destacam a dificuldade para a participação nas várias reuniões convocadas pelas instituições envolvidas com o turismo (Amazonastur, Fórum de TBC, prefeitura de Iranduba, OSCIPs e ONGs), muitos desses encontros são realizados em Manaus, Novo Airão, na sede de Iranduba ou na margem oposta do rio e isso implica gastos e disponibilidade de tempo, nem sempre possíveis de conciliar, pois, todos possuem suas rotinas de trabalho. Nas ocasiões em que os moradores são convidados para participarem dos eventos realizados pela FAS em Manaus com o objetivo de comercialização

dos artesanatos ou aperfeiçoamento profissional os custos são arcados pela instituição, nos demais, os moradores utilizam recursos próprios.

Os arranjos institucionais sinalizam uma mudança nos processos de formulação e implementação das políticas governamentais cuja descentralização da ação do Estado é o componente fundamental da democratização da gestão. A proximidade entre o Estado e a sociedade civil na gestão territorial das UCs no Amazonas ocorre por meio dos Conselhos Gestores. Em virtude da RDS do Rio Negro compor o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), a competência jurisdicional se sobrepõe, de acordo com a Portaria Nº 483/ do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010), a gestão integrada das UCs que compõem o MBRN é de competência do Conselho Consultivo composto pelo arranjo institucional mencionado anteriormente e os representantes das comunidades envolvidas. No sentido estrito, essa modalidade de gestão é limitada por não permitir aos moradores dessas áreas atuarem efetivamente na formulação das políticas públicas setoriais, particularmente nos processos decisórios, na definição da agenda e das prioridades.

Além da instância do Mosaico, as UCs possuem seus próprios conselhos gestores, no caso da RDS do Rio Negro o Conselho Gestor é composto por: 6 organizações da sociedade civil (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Careiro da Várzea, Manaus e Iranduba /STTR e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão /STTRNA, Associação dos Pescadores de Iranduba, FAS, FVA, ACSRN) e 9 moradores, sendo três de cada polo; 11 órgãos governamentais (Sema, Ipaam, ICMBio Amazonastur, Idam, Sebrae, Polícia Ambiental do Amazonas, Polícia Civil de Novo Airão, Secretaria de Estado de Política Fundiária e Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Iranduba (SEMMA) e de Novo Airão (SEMADS). O Conselho é um órgão deliberativo cujas ações exigem o Plano de Gestão de modo a permitir a exploração de atividades como a pesca, o turismo e o extrativismo, até o início de 2016, o plano estava em processo de formulação pela Sema e o Idesam. A ausência do plano dificulta as práticas produtivas dos moradores da RDS e deixa livre as ações de agentes externos (madeireiros, pescadores comerciais, agências de turismo) na usurpação dos ecossistemas presentes tanto nos limites da RDS quanto no seu entorno, o que inevitavelmente, afeta a vida de todos os moradores daquela área.

A participação popular em conselhos gestores de UCs não implica, necessariamente, compartilhamento de poder e oportunidade de promover mudanças nas políticas implementadas nas comunidades. As reivindicações são um forte elemento agregador, no sentido simmeliano, e de articulação dos moradores enquanto agentes sociais atuantes na gestão do seu território e importantes na defesa das territorialidades específicas (ALMEIDA, 2010) das comunidades

tradicionais. As lutas ampliam as possibilidades de novas unidades de mobilização política que aceleram as relações de solidariedade entre os grupos sociais, as relações associativas, o processo de politização por meios das novas práticas político-organizativas, dos movimentos indígenas e de associações de moradores das comunidades tradicionais, associações de ribeirinhos, artesãos e pescadores artesanais e por organizações ambientalistas atuantes tais como a FVA, o ISA, a Nymuendaju, o Ipê e a FAS, ainda que os interesses sejam distintos. Sobre as lutas sociais recorre-se a Foucault (2006) para destacar três formas distintas: “lutas contra as dominações (políticas); lutas contra as explorações (econômicas); lutas contra as sujeições (éticas)”, essas últimas marcaram o século XX (TEISSERENC, 2010, p. 658), pode-se acrescentar o século XXI.

Desde de 2005, as instituições públicas ambientais e do turismo, representantes do trade turístico e as comunidades tradicionais interessadas vem fazendo o ordenamento do turismo no Baixo Rio Negro (IPÊ, 2010). Os moradores das comunidades tradicionais são representados por instituições criadas dentro do seu território e aquelas surgidas a partir dos movimentos ambientalistas nos quais as organizações do terceiro setor como as Oscips e ONGs tem crescente participação e acabam, por muitas vezes, assumindo o duplo papel de representantes das instituições genuinamente comunitárias na reivindicação dos seus direitos e, por vezes, substituindo a personalidade estatal na condução das políticas governamentais, conforme visto no capítulo III.

Percebe-se nesse cenário que as organizações do terceiro setor, com destaque para a FAS, tornaram-se os “militantes críticos” e “núcleo de referência” (DUSSEL, 2002, p. 3) junto aos moradores das comunidades tradicionais da RDS do Rio Negro que se encontram na condição de “vítimas” de normas, ações, instituições ou sistemas de eticidade (DUSSEL, 2002). Essa vitimização é resultante da exclusão das grandes massas da humanidade no cerne da globalização ou do “sistema-mundo” no qual subjazem a destruição, a negação e o empobrecimento tornando-se numa prisão da qual essas massas deverão ser libertadas. Contudo, tais organizações simultaneamente defendem os interesses das comunidades e criam mecanismos para hierarquização e organização das estruturas sociais a partir da conveniente seleção das demandas sociais.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama etc., que é a forma percebida e

reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 2011a, p. 137).

O fortalecimento da ação social por meio das identidades coletivas torna o desenvolvimento ainda mais sólido e coerente com a realidade de cada comunidade, pois, aumenta a possibilidade de diversificação das alternativas de melhorias locais. Nesse sentido, é válido ressaltar a importância da participação social no processo de ruptura da tradicional ação tutelada pelo Estado para minimizar os problemas identificados nas comunidades Inglês, Saracá e Tumbira.

4.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: as novas práticas socioespaciais nas comunidades Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira

A gestão do turismo em áreas protegidas no Amazonas foi conduzida, ao longo das duas últimas décadas, para a busca da compatibilização da exploração dos recursos naturais e o atendimento das necessidades dos moradores das comunidades tradicionais nesse sentido a proposta das políticas ambientais foi conduzida sob o viés do ecoturismo, contudo, o envolvimento dessas comunidades nem sempre ocorreu com a plena compreensão dos moradores sobre o que é o turismo e como administrar essa atividade e os seus possíveis riscos ou impactos. Nesse aspecto, o ecoturismo e o TBC tornaram difundidos nas UCs, o primeiro por ser o tipo de turismo implementado por meio das políticas ambientais e oficialmente aceito como sustentável, e o segundo por ser a forma de gestão do turismo instituída nas políticas estaduais como compatível ao ecoturismo e adequada ao propósito do envolvimento comunitário e conservação ambiental. As atividades relacionadas ao TBC na RDS do Rio Negro foram propostas pelas políticas governamentais como alternativa para complementar a renda dos moradores que dependem da pesca, particularmente no período do defeso quando o sustento é mais difícil.

O entendimento dos moradores das comunidades Inglês, Saracá e Tumbira sobre o ecoturismo e o TBC revelam pouca clareza sobre os conceitos e as propostas de ambos nas políticas governamentais. Sobre o ecoturismo, as narrativas dos moradores remetem à questão da natureza conservada que se torna atrativo para os turistas. Vale destacar que somente quatro moradores dentre os entrevistados esboçaram um conceito do ecoturismo, os demais disseram não ter conhecimento sobre o tema.

Ecoturismo é quando vem gente aqui na nossa comunidade, não arranca nada, não leva nada e ainda ajuda a comunidade” (Moradora 19, Comunidade Saracá, entrevistada em 14 de outubro de 2015).

A percepção limitada do conceito de Ecoturismo implica na concepção ambientalizada da natureza e do território, na qual o turismo é posto como meio de promover a conservação ambiental. Contudo, observa-se a restrição da questão social à dimensão dos benefícios que podem ser percebidos tanto pelo retorno financeiro quanto pela prestação de serviços básicos, como ocorre com os grupos de missionários de igrejas evangélicas que periodicamente visitam as comunidades e realizam atendimentos médicos.

Ecoturismo é aquele turismo que preserva a natureza, os turistas querem ver a natureza bonita em pé, diferente. (Moradora 1, Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

As narrativas sobre o ecoturismo destacam a realização da atividade turística na qual prevalece a noção de cuidado e proteção da natureza para a manutenção dos aspectos estéticos da paisagem para agradar os turistas, nesse sentido, está associado ao turismo contemplativo cuja atratividade reside no caráter exótico (diferente) da natureza.

o ecoturismo permitido pela lei só pode tirar foto, se eu encostar numa ilha e cortar um pau já tô fora da lei, né? [...] Faço atividades nas Anavilhanas porque lá só pode fazer ecoturismo, mas eu não sou uma pessoa que gosta de mentira, eu levo material pra pesca, já levei uns franceses e nós peguemo piranha, soltemo umas 4 mas trouxemo umas 5, mas nunca tivemos problema lá não. (Morador 4, Comunidade Tumbira, entrevistado em 08 de novembro de 2014).

Algumas narrativas possuem teor de contradição, de um lado observa-se os moradores imbuídos da função de “guardiões da floresta” (SILVA, 2013) repercutirem os discursos ambientalistas de conservação e proteção ambiental, nos quais o poder disciplinar se estabelece nas formas de vigilância determinando o modo de agir dos moradores, por outro lado, esses mesmos moradores burlam as normas enquanto deixam prevalecer os antigos costumes da prática da caça e pesca, antes livre e agora limitados, para atender tanto as necessidades próprias quanto a curiosidade dos turistas ávidos por conhecerem os costumes locais.

A auto-gestão é o termo central do TBC, no entanto o próprio conceito de TBC necessita ser esclarecido e entendido pelos atores envolvidos. A concepção da maioria dos moradores sobre o TBC remete a um tipo de turismo que inclui a visita dos turistas na comunidade e a interação desses nas atividades comunitárias, nas quais os visitantes têm a oportunidade de conhecer e vivenciar o dia-a-dia das pessoas de modo que tais práticas resultem em benefícios

aos moradores locais, “já participei de dois cursos e acho que o turismo de base comunitária é quando tem o envolvimento das famílias da comunidade” (Morador 10, Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014). Outra moradora destaca a busca dos visitantes por experiências diferenciadas do turismo convencional e a interação com os moradores.

é o turista que vem querendo viver o dia a dia dos comunitários, comer a comida que a gente come, passar pela experiência de viver numa comunidade. Muitas das vezes eles não querem dormir numa pousada querem ficar na casa do morador, querem ficar mais próximo. (Moradora 14, Comunidade Saracá, entrevista em 07 de novembro de 2014)

Na percepção dos entrevistados, o TBC foi associado à visita turística na comunidade e à gestão dos empreendimentos turísticos pelo maior número de famílias, uma parte dos moradores da comunidade Tumbira remeteu à prática do turismo envolvendo as atividades tradicionais. Em outra narrativa o morador destaca o efeito multiplicador do TBC na economia local.

eu entendo um pouco porque eu já tive em várias oficinas, eu entendo que o TBC são pessoas que vem pra comunidade, por exemplo, fica na casa duma família, vamos dizer, e que faz parte do dia-a-dia ali e que tá agregando valor pra aquela família, ele não tá mudando a rotina daquela família mas sim ajudando em termos de renda, uma coisa que a família ia fazer durante o dia ela continua fazendo só que com um agregamento de economia ali através do turismo e tudo que puder aumentar de renda na comunidade, espalhando a renda na comunidade, por exemplo, quando eu tenho cliente aqui e eu passo a comprar peixe de um, farinha de outro, galinha caipira de outro, macaxeira de outro, então eu estou dando economia através do TBC. (Morador 4, Comunidade Tumbira, entrevistado em 08 de novembro de 2014)

O morador destaca que o TBC deve gerar benefícios econômicos para a própria comunidade e outras do entorno, dessa forma a cadeia produtiva do turismo local deve estimular a produção e comercialização de outros produtos como a goma de tapioca e o peixe fornecidos pela comunidade Inglês, os pães produzidos em Saracá e, os ovos de galinha caipira vindos de Camará, todos estes tornam-se matéria prima utilizada na produção das refeições servidas na Pousada do Garrido, assim os efeitos das atividades turísticas se estendem além dos grupos familiares e dos limites da comunidade, contudo essas práticas ainda não se encontram totalmente sistematizadas.

Nas reflexões sobre o TBC, Zaoual (2008) reforça a importância do protagonismo da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, atuando na concepção dos projetos e na gestão das ações estratégicas para o desenvolvimento do turismo, tanto no âmbito governamental quanto mercadológico. Contudo, nota-se que tanto o Estado quanto as organizações do terceiro

setor apropriam-se da ideologia da “participação comunitária” para dar legitimidade aos seus projetos de desenvolvimento turístico, enquanto no âmbito da comunidade o TBC é um conceito em construção, para o qual apresentam atitudes receptivas e também críticas.

No momento nós estamos trabalhando pra isso, ainda não é Turismo de Base Comunitária. Por que que eu digo que ainda não é? Porque até o momento eu ainda não consegui ingressar todos (famílias). Para ser Turismo de Base Comunitária, primeiro tem que vir mais turistas, se tivesse mais turistas daria para envolver mais pessoas, [...], os ribeirinhos, eles têm pouco conhecimento, mas numa coisa eles são muito é sábio que eu chamo, eles gostam de ter as coisas própria deles, por exemplo, quer ganhar R\$10,00 com seu próprio esforço, ele não gosta de tá muito ali no coletivo. Então pra gente chamar essas pessoas a gente tem que dar essa cobertura. Para convencer os comunitários a participarem tem que chamar e dizer: você vem e no final do dia ou no final do evento você vai ter o ganho em conhecimento e financeiramente, em alimentação, essas coisas. Pra que você ofereça essas coisas a base de tudo é o turista. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

De acordo com a na narrativa do presidente da comunidade Inglês, o TBC deve envolver o maior número de moradores possível, isso inclui participação na gestão, na operação e, nos ganhos. A remuneração deve acontecer e ser percebida coletivamente e claramente discutida, para isso, há necessidade de regularidade da demanda de turistas, de outro modo, todos os esforços de envolvimento comunitário ficam comprometidos, inclusive a própria existência do TBC que, enquanto atividade econômica, implica em relação de troca comercial, custos de operação e margem de lucro que possibilite a manutenção e o crescimento das iniciativas locais. Nesse sentido, a ausência do plano de gestão e a efetiva participação dos moradores na concepção das propostas de desenvolvimento local, com medidas de curto e longo prazos, compromete a sustentabilidade do TBC na RDS do Rio Negro.

No momento ainda há muito a dependência dos outros de fora, mas, não é que a gente não queira precisar, mas vai chegar um tempo em que a gente vai ter que caminhar com as próprias pernas, então é isso que tá faltando um pouco na gente. Até porque a gente aqui não tem ninguém preparado para isso, assim, incluindo de mim aos outros que trabalham, eu sou uma pessoa que não sei mexer em internet e pra isso quem trabalha com o turismo é uma coisa fundamental, é importante e tem que saber. (Presidente da Comunidade Inglês, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

A relação de dependência das instituições fomentadoras da atividade turística nas comunidades foi destacada pelo morador como uma situação incômoda e que precisa mudar para atingir o nível de protagonismo ideal tendo em vista ser este um fator determinante do desenvolvimento do TBC. Embora a FAS realize as Oficinas para Definição de Investimentos do PBF nas comunidades para a apresentação das ideias e projetos a serem desenvolvidos pelo Programa de acordo com as escolhas dos moradores, percebe-se que os mesmos não idealizam

tais projetos ou mesmo tem autonomia para deliberar sobre mudanças na gestão dos mesmos, no entanto, os moradores entendem que o usufruto dos recursos do PBF é um direito adquirido, como pode ser observado na narrativa da moradora.

em termos da Fundação a gente já não tem nem coragem de pedir mais coisas porque a gente já tá devendo né, do recurso que eles investiram até mais do que a gente tinha direito então no momento a gente ainda não pode pedir isso (instalação da antena de internet) pra eles porque o investimento que eles tinham com a nossa comunidade ultrapassou o limite que a gente tinha, não é como se fosse empréstimo, porque a gente vive em Unidade de Conservação, a gente tem direito a esse recurso, no caso a Fundação só faz tomar conta, gerenciar. O dinheiro vem de acordo com o número de famílias, de população tradicional que chamam, quanto mais famílias cadastradas, mais recurso vem, digamos que é como o recurso das prefeituras e dos estados quanto mais pessoas cadastradas, mais dinheiro vem, mas também mais trabalho tem. (Moradora 9, Comunidade Inglês, entrevistada em 17 de janeiro de 2015)

Na percepção da moradora, o fato de morar em UC propiciou o acesso aos recursos financeiros por meio do PBF, contudo o usufruto do mesmo está condicionado ao cumprimento das regras estabelecidas pelo programa, ou seja, os benefícios não são usufruídos por todas as famílias e indivíduos. Na visão dos moradores a FAS é uma espécie de tutora dos recursos destinados às comunidades enquanto os beneficiários do PBF se põem na condição de subordinados às suas regras.

A percepção da relação de dependência frente aos agentes externos (governo, OSCIPs, intermediários) é evidenciada pelos moradores das comunidades Saracá e Inglês, embora exista clareza sobre a momentaneidade da situação, percebeu-se o incômodo dos moradores em virtude das incertezas sobre o futuro dos projetos atualmente conduzidos pela FAS cuja continuidade das ações de implantação do TBC na gestão do ecoturismo não está garantida, o destino das políticas de turismo está vulnerável às mudanças no cenário político, no âmbito do poder executivo e legislativo. Outra justificativa para a manutenção dessa relação de dependência é a dificuldade de comunicação, particularmente a ausência de conectividade via internet, as oscilações no sinal de telefonia celular também prejudicam a comunicação com os turistas. Cabe destacar que, a existência de melhores meios de comunicação não representa necessariamente uma solução ao problema posto, é preciso saber lidar com essas novas tecnologias. Por isso, afirma-se que a eficácia da comunicação, ou seja, a existência da tecnologia somada à habilidade para lidar com elas reduziria severamente a necessidade de intermediação na comercialização de serviços turísticos entre os moradores e os turistas.

A narrativa do presidente da Comunidade Inglês destaca ainda, o empirismo na forma como a atividade turística é conduzida e a ausência de preparo para lidar com as tecnologias de comunicação. Nesse aspecto, as comunidades Saracá e Inglês apresentam condições distintas

em virtude das limitações de acesso aos meios de comunicação e ausência de conexão via internet. Tumbira possui acesso à internet e bom sinal de telefonia celular em função da escola, o manuseio das ferramentas de internet é uma habilidade já desenvolvida pelos moradores – professoras, estudantes e artesãs – inclusive com o uso de redes sociais (Figura 60) nas quais os serviços turísticos e o artesanato local são divulgados, bem como, os eventos realizados na comunidade e aqueles externos nos quais os moradores participam.

Figura 60 – Uso das redes sociais na divulgação do turismo na comunidade Tumbira



Fonte: <https://www.facebook.com/PousadaJoseGarrido>, janeiro de 2016.

O acesso aos meios de comunicação e o domínio das técnicas de uso das ferramentas tecnológicas possibilitam maior autonomia no processo de comercialização tanto dos serviços turísticos quanto dos produtos artesanais, contudo, nas comunidades onde o uso de redes sociais e outras mídias é inexistente ou limitado ainda prevalece a figura do intermediário.

os turistas vem da China e dos Estados Unidos, as chinesas se interessaram muito pelo nosso artesanato, elas não tinham conhecimento do que nós fazíamos, mas, quando vem pela Fundação não fazem encomenda[...]. Estou vendendo para o Rio de Janeiro por encomenda, a cliente compra minhas peças e oferece os produtos no site (Moradora 1, Comunidade Tumbira, entrevistada em 05 de novembro de 2014)

Embora o processo produtivo do artesanato não seja o objeto principal dessa tese, a relação da atividade com o turismo despertou a atenção da pesquisadora para determinadas situações nas quais as artesãs buscam aproveitar o fluxo de turistas na comunidade para ampliar

a venda direta de seus produtos ao consumidor final e, dessa forma, reduzir a exploração da mais-valia que os intermediários (lojistas de Manaus e outras cidades) estabelecem na cadeia produtiva do artesanato.

as peças que nós vendemos de R\$30,00 para os lojistas, eles revendem por R\$70,00 no shopping e às vezes não querem pagar nem os R\$30,00, nós temos gastos com as sementes e todo o material para produzir e ainda tem o custo da viagem pra Manaus, tudo isso eles não levam em conta. (Moradora 21, Comunidade Saracá, entrevistada em 14 de outubro de 2015)

A autonomia limitada das artesãs para gerenciar os canais de comercialização dos seus produtos revela a condição de sujeição ao mercado. As políticas governamentais incentivam o aperfeiçoamento dos produtos com objetivos de torná-los competitivos, mas não criam mecanismos para mudar essa condição de dependência e tornar a cadeia produtiva mais benéfica aos produtores locais, inclusive no que tange a outras atividades, como o TBC.

O atendimento ao princípio democrático da participação social torna-se imperioso rumo à sustentabilidade das práticas turísticas e a concretização dos princípios do TBC. Os moradores de Tumbira percebem o surgimento de muitas oportunidades a partir dos projetos turísticos implementados na comunidade.

Primeiro eu tive uma mudança de serviço porque eu tirava madeira, então com a questão do meio ambiente foi ficando cada vez mais difícil, os órgãos acabaram assim meio que fechando a extração de madeira, na época ilegal, e como a gente já tinha a estrutura da pousada fechada, foi uma questão de oportunidade mesmo e como a oportunidade apareceu e a gente pegou. E como tivemos resultado quase imediato, passamos a gostar da coisa e com o turismo veio várias outras coisas acompanhadas, como se diz, o turismo é o cabeça desse processo. (Morador 4, Comunidade Tumbira, entrevistado em 06 de novembro de 2014)

O envolvimento dos moradores com turismo ocasionou mudanças na forma como os moradores lidam com o seu espaço. A mudança mais significativa narrada pelo proprietário da Pousada do Garrido, em Tumbira, foi a troca da atividade de extração da madeira pelo trabalho exclusivo com o turismo. Os caminhos anteriormente percorridos para a extração da madeira, atualmente são utilizados para a realização de caminhadas com os visitantes, nos percursos das trilhas.

As trilhas integradas (Figura 61) foram criadas em 2015 com o auxílio de um profissional turismólogo e envolveu os jovens estudantes da Escola Thomas Lovejoy no mapeamento das mesmas, o percurso envolve as trilhas do Castanha, Tijuco e Piquiá. O trabalho consistiu na identificação dos atrativos locais, definição dos níveis de dificuldade dos percursos,

criação de normas para a prática de caminhadas e o desenvolvimento de habilidades para transmitir as informações aos turistas de forma didática e lúdica. O objetivo da atividade foi estimular a conservação dos recursos naturais e a valorização dos costumes e tradições locais, e ainda, possibilitar a interação dos moradores com os turistas em ambiente conservado. As principais atrações das trilhas são a fauna (tipos de animais que ocorrem naquela região, animais exóticos, os hábitos e curiosidades sobre os mesmos) e a flora (a existência de plantas medicinais e a utilização das mesmas no tratamento de doenças, as plantas ornamentais, plantas exóticas).

Figura 61 – Placa de sinalização do sistema de trilhas integradas



Autora: Silva, J. N. (2015).

Uma das formas de usos espaciais mais comuns observadas nas comunidades é o banho de rio, para além de uma forma de lazer é um hábito que faz parte do cotidiano dos moradores, ademais, é prática característica dos costumes amazonenses devido a abundância da malha hídrica que favorece os passeios de barcos ou canoas, e possibilita uma completa e saudável integração com a natureza. As atividades cotidianas e peculiares aos moradores são compartilhadas com os turistas que buscam a originalidade da experiência sem, no entanto, deixar de fazer parte de um produto turístico, como nos diz Santos (2001), o espaço enquanto resultado do casamento da sociedade com a paisagem, tornou-se a mercadoria universal por excelência.

A estreita relação dos moradores com a natureza traduz-se em variados significados assumidos pelo rio, muitas vezes de caráter simbólico, quando reflete o sentimento de pertencimento ao lugar. O rio tem papel importante na vida dos moradores, tanto na provisão

de alimentos, de trabalho e de sustento, é lugar de lazer (Figura 62) meio de acesso, mas, também, está eivado de histórias alegres, de conquistas, de superação, assim como de tristezas pelas perdas que eventualmente acontecem, todos esses atributos conferem identidade territorial (CLAVAL, 1997) aos espaços das comunidades que se convertem em uma forma de identidade de resistência, conforme proposto por Castells (1999).

Figura 62 – Banho de rio dos moradores



Autora: Garrido, L. (2015).

Enquanto mantém suas tradições e costumes fortalecidos os moradores das comunidades tradicionais criam trincheiras de resistência à racionalidade hegemônica – do ponto de vista da autonomia espacial “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2008, p. 339) – que lhes possibilita adquirir autonomia local, por conseguinte, reforça o princípio da sustentabilidade cultural, aqui considerada como basilar à consolidação do desenvolvimento local.

As atividades de interação com a natureza constituem-se em atrativos bastantes procurados pelos turistas que visitam a RDS do Rio Negro, a prática de caminhadas em trilhas, mergulho com os botos (*Inia geoffrensis*) ou a simples contemplação desses animais que aparecem nos arredores das praias e nos igapós, é uma prática frequente na região (MTUR,

2011). No imaginário dos moradores o boto é um animal lendário que impõe certo nível de respeito ou medo, principalmente nas mulheres, mas, também, gera infortúnio e prejuízo aos pescadores quando destroem as redes de pesca, por isso nem sempre é visto com simpatia, se de um lado são criadas estratégias para proteger o boto como a proibição da utilização de sua carne para isca na pesca da piracatinga (*Colophysus macropteros*), por outro, o animal representa uma ameaça à pesca artesanal, principal atividade econômica das comunidades. O boto é uma espécie ameaçada de extinção e a interação de turistas – atividade envolvendo contato e alimentação artificial de animais silvestres – com os animais não está devidamente regulamentada nas UCs, embora seja uma prática disseminada na região do Baixo Rio Negro. Os órgãos gestores das áreas protegidas tem a competência de fiscalização e recomenda que somente os profissionais devidamente treinados e portadores de autorização emitida por autoridades competentes – ICMBIO e Ibama – possam realizar a atividade de forma controlada, contudo, não há um controle rigoroso dessas práticas o que as tornam incompatíveis com os objetivos das áreas protegidas.

Outras práticas comprometedoras da sustentabilidade do TBC referem-se a subutilização dos equipamentos turísticos comunitários, os visitantes não utilizam as estruturas disponíveis para hospedagem ou alimentação, como afirma a moradora, “as pessoas vêm, querem fazer trilha, mas é raro, quando aparecem, vêm por conta própria, querem fazer o próprio roteiro, as vezes quando vem gente para a praia eles vem pra cá, trazem o material e pedem pra gente preparar” (Moradora 9, Comunidade Inglês, entrevistada em 17 de janeiro de 2015). Embora sejam envidados esforços para desenvolver o TBC, no sentido de promover geração de renda, envolver as famílias na realização dos serviços turísticos e equidade na distribuição dos benefícios, os moradores das comunidades Inglês e Saracá apresentam dificuldades para lidar com os fluxos espontâneos de visitantes cujos interesses são incompatíveis com as práticas do turismo sustentável.

Nesse capítulo, identificou-se que as territorialidades humanas se expressam de múltiplas formas e têm um papel importante na constituição e organização dos grupos sociais porque produzem as especificidades que qualificam os territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. As transformações territoriais pelas quais passaram as comunidades tradicionais da RDS do Rio Negro nos últimos anos revelam processos distintos de territorialização (HAESBAERT, 2004). A ocupação territorial, os ciclos econômicos baseados na exploração dos recursos naturais, a inserção das pessoas e seus territórios no mercado turístico e a introjeção do terceiro setor no cotidiano das comunidades tradicionais

foram responsáveis por mudanças significativas no modo de vida comunitário, particularmente, por influência do desenvolvimento econômico capitalista.

As relações estabelecidas entre as organizações do terceiro setor e os moradores das comunidades nas quais atuam são permeadas por tecnologias próprias de poder (vigilância, sanção normalizadora e exame – investimento nas individualidades) e constitui-se em formas de poder disciplinar – esse poder ao invés de se apropriar e de retirar, tem como função “adestrar” para retirar e se apropriar ainda mais e melhor (FOUCAULT, 1981) – de exercício do poder diferentes do Estado, mas a ele articuladas de maneiras variadas, e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz.

A vitimização dos moradores das comunidades tradicionais na RDS do Rio Negro tem ocorrido de várias formas seja por meio de normas, ações e das instâncias formais de controle social que constituem fator de ampliação da vulnerabilidade social. Na maioria dos programas implementados os moradores atuam como público-alvo dos cursos de treinamento ou parceiros na operacionalização dos serviços turísticos⁹⁴ não enquanto atores sociais legítimos nas instâncias deliberativas. As formas de exclusão social do processo político contribuem para a consolidação da “racionalidade controladora de negação do outro” (BALASTRERI RODRIGUES, 2006) e subestimam, quando não anulam, as potencialidades sociais de agir e transformar suas realidades.

A tomada de consciência do poder transformador da participação é condição *sine qua non* para a ampliação dos espaços democráticos. A força de resistência interior frente às pressões dominantes do exterior parte do envolvimento político dos indivíduos por meio das organizações de base. Os moradores das comunidades Saracá, Inglês e Tumbira buscam o direito à dignidade, ao exercício da cidadania, da liberdade de escolha e serem reconhecidos na sua alteridade, como sujeito político, no entanto, a mudança da condição de objeto para a de agentes de transformação perpassa por um intenso processo de educação para a cidadania, como visto em Freire (2011) e Ammann (1977).

⁹⁴ Decreto n. 30.873 de 28/12/2010 estabelece as diretrizes para o uso público em UCs sob a gestão estadual no Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do processo de territorialização do turismo nas áreas protegidas revelou que o discurso oficial frequentemente tem apresentado o turismo como meio legítimo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais em situações de vulnerabilidade econômica e social, no entanto, existe uma distância abismal entre o teor das políticas e as ações implementadas, seja pelos governos ou organizações a estes vinculados na execução das políticas.

A relação dialética entre a teoria e a prática das políticas governamentais está na centralidade das discussões sobre o efetivo desenvolvimento das comunidades tradicionais alvo dos programas voltados ao ecoturismo praticado sob os princípios do TBC ou de algum outro tipo de turismo alternativo. Os resultados observados junto às comunidades Saracá, Inglês e Tumbira apresentam contradições no que tange à forma como a agenda política é criada.

As políticas de turismo implantadas por meio dos programas federais e estaduais – Corredor Ecológico Central da Amazônia, ARPA, PAS, Proecotur, PBF, Programa de Regionalização do Turismo – na RDS do Rio Negro objetivaram a conservação ambiental aliada ao aproveitamento econômico dos recursos naturais de forma sustentável a fim de reduzir as desigualdades regionais, promover a inclusão social e a autonomia das comunidades. Contudo, constatou-se o distanciamento entre os discursos e as práticas das políticas governamentais, como uma meta-retórica cujas ramificações estão camufladas pelo discurso ideológico, no sentido foucaultiano, do socioambientalismo – notadamente aquele que reverbera o envolvimento dos “guardiões da floresta” (SILVA, 2013) e a sustentabilidade (redução das desigualdades regionais, inclusão social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental).

A inserção do ecoturismo na agenda política nacional ocorrida na década de 1980, surgiu como panaceia para a proteção ambiental e a geração de benefícios para as comunidades localizadas em UCs. Até os anos de 1990, as políticas governamentais federais não estavam adequadas às diferentes realidades regionais e acabaram acentuando as desigualdades por não disponibilizarem mecanismos para evitar a concentração de renda, o agravamento da exclusão social e o padrão de crescimento econômico predatório de suas bases naturais, um dos fatores contribuintes para o desvirtuamento dessas políticas foi o seu balizamento apenas pelas dimensões econômicas e mercadológicas do turismo.

Nos anos 2000, a ideia de desenvolvimento e progresso foi associada ao turismo sustentável e tornou-se premissa das políticas ambientais e de turismo no Brasil que passaram

a incentivar o ecoturismo por meio do Proecotur. Esse programa federal pautou suas diretrizes na maximização dos benefícios econômicos, sociais e ambientais, contudo, somou-se a outras políticas bem intencionadas como Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram pouco eficazes nas suas propostas. As “boas práticas” como nos remete Ceballos-Lascuráin (1996), não necessariamente levaram aos impactos positivos às comunidades locais e aos ecossistemas, a visão de que as interações mercadológicas realizadas por meio do ecoturismo poderiam produzir resultados mais desejáveis do ponto de vista social e ambiental nas áreas protegidas não se consolidou e o programa pereceu-se nas suas finalidades.

A recente história das políticas governamentais de turismo no Amazonas registra o descaso com as questões ambientais e a inadequação das metodologias dos programas federais como o Programa de Regionalização do Turismo inadaptado à realidade do Amazonas. Assim, observou-se que, a partir do discurso dominante do desenvolvimento econômico, tais políticas, mitificam o turismo sustentável, e reproduzem os discursos da integração nacional, do desenvolvimento sustentável balizado na justiça social, no crescimento econômico e conservação ambiental, na contramão, a práxis político-administrativa negligencia as territorialidades no planejamento turístico, isso justifica-se pelo fato do turismo sustentável não ser uma prioridade das agendas políticas federal e estadual.

A gestão das políticas de incentivo ao turismo não está efetivamente descentralizada, haja vista as diretrizes serem determinadas no âmbito federal e executadas nos âmbitos estadual e municipal, outrossim, a cidade de Manaus continua sendo o centro político e econômico do Estado e o efeito da regionalização restringe-se a cooptação dos demais municípios para integrarem programas governamentais de curto alcance. Como visto, a inserção municipal nos polos turísticos não significou a efetividade da implantação do Programa de Regionalização do Turismo. No âmbito das comunidades Saracá, Tumbira e Inglês, as políticas estaduais de turismo são percebidas como originárias do PBF, a atuação dos órgãos oficiais de turismo estadual e municipal é praticamente nula, prevalecendo interesses políticos-eleitoreiros. A Região Metropolitana de Manaus poderia significar um avanço no sentido de promover desenvolvimento e melhorias nas condições de vida dos moradores dessa área, particularmente aquelas residentes na zona rural, mas, ainda apresenta grandes dificuldades de se firmar frente às desigualdades socioeconômicas como observado a partir dos baixos índices do IDHM e IVS do município de Iranduba, aliado, ao baixo alcance das políticas governamentais para prover serviços públicos de qualidade e incentivar o desenvolvimento das comunidades tradicionais ribeirinhas.

As condições sociais verificadas nas comunidades evidenciam os efeitos do turismo, seja sob a denominação de ecoturismo ou turismo alternativo desenvolvido sob os princípios do TBC, ambos colocados como vetores de desenvolvimento para criar oportunidades de valorização da cultura e dos recursos ambientais, contudo, promovem discrepâncias que corroboram a ideia da indústria de enclave, tornando-se um agravante da baixa condição socioeconômica das famílias cuja participação na repartição dos benefícios não é percebida por todos.

O TBC tornou-se o lema do turismo sustentável nos discursos das políticas governamentais, posto como panacéia contra a precarização das condições de vida dos moradores da RDS do Rio Negro, mas, funciona como disfarce da frágil democracia (ou camufla a fragilidade dos mecanismos das práticas democráticas) instuída no sistema de gestão territorial da RDS do Rio Negro, é praticamente um *mea culpa* pelos transtornos causados pelas transformações dos territórios de uso das comunidades tradicionais.

A exploração da região do Baixo Rio Negro pelo mercado turístico se dá em detrimento da precariedade de muitas comunidades tradicionais, embora hotéis e agências utilizem o rótulo do ecoturismo, suas práticas são controversas. A atividade turística identificada em nada se diferencia do turismo convencional que transforma os recursos naturais, culturais e humanos em produtos, sem compromisso ético. A assimetria no campo econômico evidencia as formas de exploração das empresas turísticas por meio de roteiros criados com apelo exótico e ecológico da região, sem atender os princípios da sustentabilidade, pois, exploram a pobreza estrutural existente nas comunidades.

A autonomia preconizada no TBC e nos discursos oficiais ainda não se alicerçou em bases sólidas, visto que as comunidades estabelecem uma relação de dependência das ações de agentes externos, assim, as OSCIPs exercem um forte controle social sobre as mesmas. Tal contexto leva-nos a repensar o sentido da democracia e problematizar a condição do “outro” no complexo fenômeno turístico, enquanto atividade tipicamente capitalista as práticas turísticas prevaletentes são aquelas que reduzem as culturas à condição de produto e transformam em mercadoria o exotismo e a exuberância da biodiversidade amazônica.

Embora a atuação das OSCIPs no Baixo Rio Negro esteja pautada nas premissas da conservação ambiental, “participação” e “protagonismo” das comunidades na gestão territorial, o turismo é conduzido com forte prevalência do terceiro setor na definição de estratégias e ações que integram as políticas governamentais nas UCs. A dificuldade de efetivar a participação democrática dos moradores no processo político e na gestão do turismo é o ponto nevrálgico dessas políticas. Ainda que se perceba a tentativa de compatibilizar a conservação ambiental

com as atividades produtivas tradicionais, há muitos desafios a serem vencidos. O maior deles está relacionado à necessidade de se construir uma estrutura de gestão ambiental na qual o Estado seja capaz de criar políticas pautadas na participação democrática, no fortalecimento das entidades representativas da sociedade, no reconhecimento das múltiplas territorialidades humanas existentes nas áreas protegidas e na igualdade de direitos dos “outros”, enquanto moradores das UCs, cuja alteridade tem sido invisibilizada ao longo dos vários ciclos de desenvolvimento econômico do Amazonas.

Muitas melhorias que se apresentam nas comunidades da RDS do Rio Negro são, na realidade, resultados das políticas assistenciais do Estado com o objetivo de se tornar presente, assim como tornar presente o modelo político de desenvolvimento marcado pelo discurso da sustentabilidade e da gestão compartilhada. Grande parte dessas ações, como verificado, traduz-se na relação Estado e terceiro setor enquanto cogestores e executores das políticas estaduais que contemplam o turismo, já que são estes que garantem a captação de recursos dos setores privados destinados ao investimento na conservação ambiental.

Para efeito de desenvolvimento não basta envolver as comunidades nas redes globais de turismo (mercados), mas criar condições para o desenvolvimento destas pelas vias da inserção tecnológica e da valorização dos processos organizativos locais (*homo situs*). Ainda que os movimentos sociais no Baixo Rio Negro tenham possibilitado a participação das instituições comunitárias no debate político, não foi suficiente para criar uma estrutura política que enxergue a condição dos moradores enquanto, indivíduos vitimizados pelos instrumentos das políticas governamentais, as mesmas políticas que deveriam reconhecê-los como seus legítimos autores e beneficiários (ROUSSEAU, 1995).

No tocante à representatividade dos moradores da UC junto às políticas governamentais de turismo, observou-se que a visão dos governos em relação aos moradores ainda é embaçada e os clamores das pessoas que habitam as áreas protegidas são quase inaudíveis. As políticas governamentais colocam os moradores na condição de público-alvo das ações interventivas, como os cursos de capacitação, ou como trabalhadores subempregados que operacionalizam os serviços turísticos, mas, não enquanto atores sociais e cidadãos legítimos atuantes nas instâncias deliberativas. O modo de vida dos moradores das comunidades tradicionais é mal compreendido e desvalorizado como estratégia de desenvolvimento situado, como nos diz Zaoual, a história dos povos amazônicos mostra que as formas de produção e reprodução da vida ribeirinha que cria as estratégias de sobrevivência e busca integrar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural em um amálgama não se reduz em uma racionalidade econômica hegemônica (*homo oeconomicus*), voltada à geração de riqueza.

Constatou-se que as pressões e denúncias realizadas pelos movimentos socioambientalistas em relação aos problemas ambientais e às relações sociais assimétricas, nas quais prevalecem os interesses do capital, não foram suficientes para revelar a verdadeira face do “outro”, daqueles que se encontram na condição de oprimidos (DUSSEL, 2002; FREIRE, 2011), nesse caso, há uma subjugação dos moradores das comunidades tradicionais às leis que ao invés de protegê-los, os tornam vítimas, das instituições e do poder hegemônico do capital que objetifica os espaços e as pessoas.

Até o momento, as comunidades tradicionais têm seu papel definido pelo Estado e por organizações do terceiro setor no processo político, na escolha das diretrizes e ações para o turismo. Existe um processo de aprendizado político que se desenvolve na medida que os moradores das comunidades entram em contato com novos interlocutores ou, pode-se dizer, quando a teia da rede de colaboração/interlocução se amplia e possibilita intercâmbio de experiências. Porém, percebeu-se que os efeitos dos projetos turísticos são assimétricos nas comunidades Saracá, Inglês e Tumbira e que as organizações de base atuam em menor intensidade no sentido de forjar transformações nas políticas governamentais e torná-las mais justas e democráticas.

Por tudo o que foi dito, percebe-se a necessidade de repensar as formas como se faz a política de turismo para a Amazônia, particularmente o Estado do Amazonas, e promover rupturas com as estruturas arcaicas pensadas a partir do eixo Sul-Sudeste brasileiros para construir uma nova maneira de fazer as políticas de turismo, mais condizente com as especificidades amazônicas e pautadas no compromisso ético com as comunidades tradicionais ribeirinhas. Para alcançar o desenvolvimento pautado nos princípios sustentáveis é necessária a desconstrução dos modelos das políticas governamentais previamente estabelecidas, como afirma Becker (2006), nesse intuito, recomenda-se:

- a) Promoção da intergovernabilidade com estímulo à criação dos espaços de diálogos (fóruns, grupos de trabalho) nas instâncias de governança local (comunidades) e municipal a fim de promover o diálogo intersetorial, a participação democrática das organizações de base e das municipalidades na governança do turismo, visto que as políticas governamentais eventualmente conseguem dialogar entre si em virtude de conflito de interesses;
- b) Realização de diagnóstico das comunidades tradicionais para a identificação da vocação turística e as demandas locais, a partir daí definir os segmentos prioritários para os investimentos públicos;

- c) Atualização das diretrizes para as práticas do turismo sustentável em UCs dispostas no Decreto n. 30.873 de 28/12/2010, a fim de atender as demandas sociais locais, promover a autonomia das comunidades, otimizar os recursos e redirecionar ações tendo como base os princípios do turismo sustentável, ecoturismo e TBC (OMT, 2003; TIES, 2015; MALDONADO, 2009; IRVING, 2009; BURSZTYN, BARTHOLO E DELAMARO, 2009);
- d) Acompanhamento/monitoramento e avaliação dos resultados das ações de estímulo ao turismo em áreas protegidas;
- e) Realização de audiências públicas nas comunidades e sedes municipais para definir as políticas de turismo estaduais e municipais;
- f) Incentivo ao turismo sustentável de base comunitária atendendo aos princípios da auto-gestão e autonomia, de modo a romper a relação de dependência das ações de agentes externos (MALDONADO, 2009; IRVING, 2009; BURSZTYN, BARTHOLO E DELAMARO, 2009)
- g) Mobilização de instrumentos e recursos (leis de incentivo ao turismo sustentável, reativação do Fundo de Turismo, cobrança de taxas de visitação das áreas protegidas – em consonância com o Decreto n. 30.873 de 28/12/2010 – cujas receitas sejam partilhadas com as comunidades ou a estas destinadas integralmente) a fim de gerar fundos para a gestão e gerar renda para as comunidades;
- h) Investimento em educação cidadã voltada para ação libertadora da condição opressora para a inserção dos moradores das UCs nos processos de mobilização, comprometimento e transformação social (AMMANN, 1977; FREIRE, 2011).

A participação social nas esferas de governança pública representa ainda um desafio na gestão do turismo, assim como em outras áreas, isso nos revela a necessidade de imprimir os sentidos humanistas no modo de fazer política com valores e virtude do respeito mútuo, tolerância e convivência pacífica entre as distintas alteridades, no compromisso ético permeado pelos esforços de promover a democracia participativa, a cidadania e a inclusão social.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALMEIDA, A. W. B. **Territorialidades específicas na Amazônia**: entre a “proteção” e o “protecionismo”. Caderno CRH, Salvador, v.25, n.64, p. 63-71, jan/abr. 2012.

_____. (Org.). **Prólogo: um rio dividido?** In: _____. Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais V. 6 , N. 1 / maio 2004.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.(Coord.). **Fascículo 5 – Ribeirinhos e Quilombolas, ex-moradores do Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas**. Brasília: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil 2007.

AMAZONAS, Governo do Estado do Amazonas. **Lei Nº 337 de 1º de dezembro de 2015**. Altera as leis 3.135/07 e 3.184/07 e dispõe sobre os Serviços Ambientais no Amazonas. Assembleia Legislativa. Manaus, 2015.

_____. **Decreto n. 30.873 de 28/12/2010**. Estabelece as diretrizes para o uso público em Unidades de Conservação sob a gestão estadual no Amazonas. Manaus: IPAAM, 2010.

_____. **Lei Nº 3.135 de 05 de junho de 2007**. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. Lei Estadual. Manaus, 2007a.

_____. **Lei Nº 3.184, de 13 de novembro de 2007**. Altera na forma que especifica a Lei Nº 3.135 de 05 de junho de 2007. Lei Estadual, Manaus, 2007b.

_____. **Decreto N.º 12.836, de 09 de março de 1990**, destaca área do patrimônio fundiário estadual para fins de conservação do meio ambiente, cria Unidades de Conservação Ambiental. Manaus: IPAAM, 1990.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). **Mapa de localização da RDS do Rio Negro**. Manaus: SDS/CEUC, 2014.

_____. **Amazonas: 10 anos de política pública em desenvolvimento sustentável**. Uma trajetória de conquistas e desafios (2003-2013). Manaus: Edições Reggo, 2013. 288p.

_____. **A floresta amazônica e seu papel nas mudanças climáticas**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: SDS/CECLIMA, 2009.

_____. **Plano Estadual de Prevenção e Combate ao desmatamento no Amazonas.** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: SDS/CECLIMA, 2008.

AMAZONAS, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. **Estudo técnico preliminar das condições de vida das populações da área da margem direita do rio Negro.** Manaus: IPAAM, 2004.

_____. **Documento preliminar sobre a Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões.** Manaus: IPAAM, 2002.

AMAZONAS, Secretaria de Estado Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN). **Índice de Vulnerabilidade Social do Amazonas.** Disponível em: <<http://www.ivs.am.gov.br/perfil-iranduba.php>> Acesso em: 30 mar. 2016.

AMAZONAS. Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas (CODEAMA). **Plano de Governo 1983-1987.** Manaus: CODEAMA, 1983.

_____. **Ação governamental e desenvolvimento do estado do Amazonas (1964-1981).** Síntese Preliminar. Manaus: CODEAMA, 1982. 156p.

_____. **Estado do Amazonas Avaliação do Plano do Governo 1971-1974.** Manaus: CODEAMA-SEPLAN, 1974.

AMAZONASTUR. Empresa Estadual de Turismo. **Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas (2003-2014).** Manaus: Amazonastur, 2015.

_____. **Plano Estadual de Turismo do Amazonas 2008-2011 – Plano Victória Régia.** Manaus: Amazonastur, 2008.

_____. **Relatório do Fórum Estadual de Turismo do Amazonas 2005.** Manaus: Amazonastur. 2005.

AMMANN, S. B. **Participação social.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

ANDRADE, T. K.; TAVARES, M. G. **O projeto de integração amazônica visto pela turistificação dos lugares.** Confins [Online], n° 14, 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7466>; DOI: 10.4000/confins.7466> Acesso em: 03 set. 2015.

AYRES, J. M. [et al.]. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil.** Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, 2005. 256p.

ANTONACCIO. G. L. P. **Turismo: análise, críticas e sugestões.** Manaus: Imprensa Oficial, 1998.

BALASTRERI RODRIGUES, A. **Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional.** In: LEMOS; A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto. Augusto Pinhero. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETTO FILHO, E. T. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2 vol. Tese Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2001

BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In Bauer, M.W. e Gaskell, G. Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, B. K.; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12ª ed. revisada e atualizada. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. 556 p.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. Série Turismo. São Paulo: Aleph, 2006. 200 p.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, volume 40, número 1, pp. 39-49, 2005.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** (História & Sociedade). Trad. Fernando Tomaz. 2ª edição revista e atualizada. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2011a. 457p.

_____. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. Do original “Conférence: le champ politique”, publicado no livro *Propos sur le champ politique*. Presses Universitaires de Lyon. Traduzido por André Villalobos. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011. 2011b. pp. 193-216.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69 (3. ed., 2001).

BRAGA, O. C. **Cenário Turístico Amazonas o destino verde do Brasil**. Publicado no blog Turismo em Tempo, em 4 de outubro de 2010. Disponível em <

<http://turismoemtempo.blogspot.com.br/2010/10/cenario-turistico-amazonas-o-destino.html>>
Acesso em: 18 dez. 2015.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (org). **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darin; Revisão técnica de Oliver Hillel. 5ª. ed. São Paulo: Senac-São Paulo, 2005, p. 223-252.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 483, de 14 dezembro de 2010**. Reconhece o Mosaico do Baixo Rio Negro. Ministério do Meio Ambiente, 2010a.

_____. **Decreto 7.378, de 1º de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Ministério do Meio Ambiente, 2010b.

_____. **Lei ordinária Nº 11.799, de 29 de outubro de 2008**. Transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981, em Parque Nacional de Anavilhanas. 2008.

_____. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, 2000.

_____. **Lei 86.061 de 02 de junho de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas. Ministério do Meio Ambiente, 1981;

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos municípios 2012**. Contas Nacionais Nº 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 110 p.

_____. **Mapa da Pobreza e Desigualdade** – municípios brasileiros – 2003. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>> Acesso em: 30 set. de 2015

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**: relatório anual de avaliação: ano base 2005: exercício 2006. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2006. 188p.

BRUNDTLAND, G. H (org.). **Nosso futuro comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BUBER, M. **Eu e tu**. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. 10ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Sobre comunidade**. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO,

D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Leras e Imagem, 2009.

CAMPOS, J. R. B. **Organizações Não-Governamentais nas áreas ambiental, indígena e mineral**. Consultoria Legislativa, 14 de outubro de 1999.

CATER, E.; LOWMAN, G. **Ecotourism**: A sustainable option? Chichester: Wiley, 1994.

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

CARVALHO, V. S. de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2002.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid, Alianza Editorial, 2009.

_____. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2)

CASTRO, E. **Amazônia**: sociedade, fronteiras e políticas. Caderno CRH, vol. 25, nº 64. Salvador, Jan/Apr. 2012.

CAVALCANTE, T. S. B. **Ecoturismo**: estudo de caso do conteúdo e contexto das mudanças estratégicas em hotéis de selva no estado do Amazonas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Integrating Biodiversity into the tourism sector**: best practice guidelines. Report submitted to UNEP/UNDP/GEF/ Biodiversity Planning Support Programme. Junho de 2001. 93p.

_____. **Tourism, ecotourism and protected areas** – IUCN Protected Areas Programme – the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development. Gland/Cambridge: IUCN, 1996.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina. **Análise ambiental e de sustentabilidade do Estado do Amazonas**. Colección Documentos de Proyectos. Chile: Nações Unidas, 2007.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em Ciências Sociais e Humanas**: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação, ano/vol. 16, volume 002, p. 221-236. Braga, Portugal: Universidade do Minho. 2003.

CODA, J.; DITT, E.H.; UEZU, A. Avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, no Baixo Rio Negro (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.3, 2011, pp.417-440.

COELHO, A. A. **Terceirização e participação na gestão em unidades de conservação estaduais do Amazonas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG) da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2012.

CONDE GAXIOLA, N. ¿Es posible una teoría hermenéutica dialéctica em el estudio del turismo? **Teoría y Praxis**, 5. México: Universidad de Quintana Roo, 2008. p. 197-211.

CORIOLOANO, L. N. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L.C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRUZ, S. H. R. **Ecoturismo e desenvolvimento: análise do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo – PROECOTUR no pólo Marajó/ PA**. 2006. Disponível em: <http://www.artigocientifico.com.br/6/70/tpl_html.gz>. Acesso em: 30 set. 2015.

CRUZ, R. C. A. _____. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, R. C. A.; SANZOLO, D. G. **Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica**. Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo, Vol. 3, N° 4, 2003.

CUNHA, E. **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio: Governo do Estado do Acre, 1986.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. Nova versão revista e actualizada. Portugal: Editorial Verbo, 2006. 460 p.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.) **Políticas de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES. Universidad Central de Venezuela, 2004. pp 95-110.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane; REINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contyra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

DELINGOPOLE, J. **Os melancias: como os ambientalistas estão matando o planeta, destruindo a economia e roubando o futuro de vossos filhos**. trad. Glauber Vieira. Rio de Janeiro: Top Book, 2012.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMUC. Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação. **Áreas protegidas estaduais do Amazonas**. Manaus: Demuc, 2016.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política de desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. 226 p.

DIAS, R.; CASSAR, M. Fundamentos do marketing turístico. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 290p.

DIEGUES, A. C. **A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

_____. **O Mito Moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. (org.). Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Annablume, Nupaub-USP e Hucitec, 2000. p. 1-46.

_____. (coord.). **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), 1995.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. Trad. de George I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

EAGLES, P. F. J.; McCOOL, S. F.; HEYNES, C.D. **Sustainable tourism in protected area**: guidelines for planning and management. United Nation Environment Programme. World Tourism Organization and IUCN – The World Conservation Union. Adrian Phillips, Series Editor, 2002.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State back in**. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

FARIA, I. F. (Coord.). **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001.

FARIAS JUNIOR, E. A. **Do rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. Mobilização étnica no Baixo Rio Negro: os quilombolas do Tambor e do rio dos Pretos. In: ALMEIDA, A. W.B. **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA Edições, 2010

FAS, Fundação Amazonas Sustentável. **Relatório de atividades 2014**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável v. 7, 2015. Anual. 120 p.

_____. **Relatório de Atividades 2013**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável v. 6, 2014. Anual. 76 p.

_____. **Relatório de Atividades 2012**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2013. 119 p.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2012. 108 p.

_____. **Relatório de Gestão 2008**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2009. 91 p.

FERNANDES, I. P.; COELHO, M. E. **Economia do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDEZ, E. P. A conjugação do poder e o exercício do verbo: a linguagem como instrumento de domínio e mudança. In: VITULLO, E. **A ideologia do “Terceiro Setor”**: ensaios críticos. – 2ª ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015. 226 p.

FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica**. Memórias I – Antropologia. Estudo histórico: Adelino Brandão. Org. Tenório Telles. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

_____. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Círculo do Livro S/A, 1983. 775p.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOHB, Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. **Resultados do mês de dezembro de 2015**. Disponível em: <http://fohb.com.br/wp-content/uploads/2016/02/InFOHB-101-Dezembro-2015-1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros. Tradução Marcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail – 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 680 p.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 253p.

FVA, Fundação Vitória Amazônica. **Termo de Referência N° 01 de dezembro de 2014**. Manaus: FVA, 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In Bauer, M.W. e Gaskell, G. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som**. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GEEA, Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos. **Mudanças climáticas, água no mundo moderno, biodiversidade amazônica**. Adalberto Luis Val, Geraldo Mendes dos Santos (orgs.). Manaus: INPA, 2008.

GONDIM, L. M. P. (org.). **Pesquisa em Ciências Sociais**: o projeto de dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC edições, 1999.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOULART, S. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** (vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

_____. **Região, diversidade territorial e globalização**. GEOgraphia. Ano. 1, No 1, 1999.

HARDMAN, F. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 375 p.

HIRSCH, E.; O’HALON, M. **The anthropology of landscape**: perspectives on place and space. Oxford: Clarendon, 2003.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development**: who owns paradise? – 2nd ed. Washington DC: Island Press, 2008.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Dados gerais das UCs**. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/dados_tabulares/DadosGerais_UC_maior_2016.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. **Galeria de imagens**. 2 fotografias, color. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/galeria-de-imagens/category/3-aerea.html>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. **Plano de Uso Público Emergencial (PEUP) de PN Anavilhanas**. Versão preliminar. Manaus: 2009.

IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã**. Manaus-Am: Idesam, 2012.

_____. **Relatório institucional 2009-2010**. Manaus: Grafisa, 2011.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays in livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. **Desvendando as fronteiras do conhecimento na região amazônica do Alto Rio Negro**. Projeto Fronteira. INPA, 2012.

IPÊ, Instituto de Pesquisas Ecológicas. Mapa do Mosaico das Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro. Manaus: IPÊ, 2014.

_____. **Plano de Gestão do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul**. Manaus: IPE, 2010.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Leras e Imagem, 2009.

_____. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M. de A. **Turismo, o desafio da sustentabilidade**: tendências no contexto brasileiro. São Paulo, Futura, 2002.

ISA, Instituto Socioambiental. **Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental**. Disponível em <http://www.rionegro.org.br/sites/rionegro.org.br/files/mapa_port_fim.pdf> Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. **Visões do Rio Negro**: construindo uma rede socioambiental na maior bacia[cuenca] de águas pretas do mundo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

_____. **Parque Estadual Nhamundá (AM) é recategorizado para Área de Proteção Ambiental**. Publicação de 16 de maio de 2011. Disponível em: <<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3327> > Acesso em: 11 fev. 2015.

JIMÉNEZ, A. N. **Rio Negro do Amazonas**. Manaus: Edua, 2004.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som**. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KINGDON, J. W. Juntando as coisas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. v. 1. Brasília: ENAP, 2007. p. 225-246.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 4ª ed. São Paulo, 1996.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGE, B. H. G. **Segmentação do mercado turístico**. In: Turismo em análise, v.3, n.2, nov de 1992, 61-74.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7ª ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

- LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- LEENHEER, J. A. **Origin and nature of humic substances in the waters of the Amazon River Basin**. Acta Amazônica 10(3), 1980.
- LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortes, 2010.
- _____. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Trad. Jorge Esteves da Silva, Blumenau: Editora FURB, 2000.
- LENÁ, P. Novos Atores sociais, desenvolvimento sustentável e Organizações Não Governamentais. In: BECKER, B. & MIRANDA, M. (Org.) **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1999. p. 297-338
- LÉVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. 3. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto [Coord.]; Anísio Meinerz; Jussemar da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 5. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto [Coord.]; Anísio Meinerz; Jussemar da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LIMA, V. Virgílio Viana diz que os R\$ 20 milhões doados pelo Estado à FAS não existem mais. **Amazonas Atual**, Manaus, 18 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://amazonasatual.com.br/virgilio-viana-diz-que-os-r-20-milhoes-doados-pelo-estado-a-fas-nao-existem-mais/>> Acesso em: 18 nov. 2015.
- LIMA, M. A. V.; PORTO, N. P. Fórum de Turismo de Base de Comunitária da região do Baixo Rio Negro: mobilização dos atores de turismo e meio ambiente. In: COSTA NOVO, C.B.M; CRUZ, J. G. da (Orgs). **Turismo Comunitário**: reflexões no contexto amazônico. Manaus, Edua, 2014.
- LIMA, L.; MAROSTICA, S.; GRIEG-GRAN, M. **Local preferences for REDD+ payment formats in Brazil**: the Bolsa Floresta Programme, RDS Rio Negro. IIED, London, 2013.
- LITTLE, P. E. (Org.) **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma Antropologia da territorialidade. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.
- LOUREIRO, V. R. **A Amazônia do século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009, 279 p.
- LOW, S.M.; LAWRENCE-ZÚÑIGA, D. **The anthropology of space and place**: locating culture. Malden: Blackwell, 2006.
- MADEIRA, W. V. **Plano Amazônia Sustentável e desenvolvimento desigual**. Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XVII, n. 3, p. 19-34 n jul-set 2014

MALDONADO, C. Turismo Rural Comunitario en America Latina: las experiencias de REDTURIS. In: COSTA NOVO; C. B. M; CRUZ, J. G (orgs.). Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico. Manaus: Edua, 2014. p. 15-39

_____. **O turismo rural comunitário na América Latina**. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Leras e Imagem, 2009.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MENEZES. E. S. Conflitos socioambientais e transformações em Novo Airão. In: ALMEIDA. A. W. B. **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA Edições, 2010.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro Moura. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 662.p

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42 n 3, p. 551-579, maio/jun. FGV Ebape: Rio de Janeiro, 2008.

MILL, S. **Considerações sobre o governo representativo**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 56. Trad.: Débora Ginza e Rita de Cássia Gondim. São Paulo: Escala, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Org.) **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MICT/MMA, Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo/Ministério do Meio Ambiente. **Ecoturismo: diretrizes para uma política nacional**. Brasília, Distrito Federal: Embratur/Ibama, 1994.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Programa ARPA**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/programa-arpa>> Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Estudos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, 2009.

_____. **Plano Amazonas Sustentável: diretrizes e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, 2008.

_____. **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas**. Brasília: MMA, 1999.

MONTAGNINI, F.; FINNEY, C. **Payments for Environmental Services in Latin America as a tool for restoration and rural development**. Royal Swedish Academy of Sciences, 2010.

MONTAÑO, C. (org.). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTEIRO, E. C. S. C.; ALBUQUERQUE, C. C. Estudo sobre os programas turísticos desenvolvidos no Estado do Amazonas no período de 2003 a 2005: projeções e ações. In: **Revista Eletrônica Aboré**. Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo. Edição 03/2007.

MOREIRA, A. M. Mapa de localização das comunidades da RDS do Rio Negro. Coordenadas Geográficas Datum Sirgas 2000. Manaus, Amazonas, 2016. Vários mapas. Escalas variadas.

MORIN, E.; KERN, A.B. **Terra-Pátria**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MTUR. Ministério do Turismo. **Amazonas tem novo mapa do turístico**. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6465-amazonas-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html> >. Acesso em: 12 jul 2016.

_____. **Diagnóstico da oferta turística do Parque Nacional de Anavilhanas e entorno**. Belo Horizonte: Ciclos Consultoria em Projetos Sociais e Turísticos, 2011.

_____. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** - Relatório Brasil. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Org.) - 2ª ed. revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a. 84 p.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 Promoção e Apoio à Comercialização. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília-DF: Ministério do Turismo, 2003.

NELSON, S. P. Uso público nas unidades de conservação. In: **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de conservação**. Realização WWF Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012. 396 p.

NEVES, D. P. **Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional**. Novos Cadernos NAEA. v. 12, n. 1, p. 67-92, junho, 2009.

_____. **O MEB - Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental**. Artigo apresentado no VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural (ALASRU). Quito, Ecuador, 20 a 24 de novembro de 2006.

NEVES, D. P.; GARCIA, A. M. Santa Luzia do Bóia (AM): vida comunitária em consagração. In: WIGGERS, R.; RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M.C. (orgs.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Edua, 2012.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

_____. **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo, 2001.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005. 159 p.

PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PERES, S. C. **Turismo de natureza e povos indígenas: uma breve etnografia dos conflitos socioambientais no Baixo Rio Negro, Amazonas. II Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, GT15: Turismo, ambiente e sociedade**. Indaiatuba-SP: ANPPAS, 2004.

_____. **Cultura, política e identidade na Amazônia**. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: Tema e Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. 2a. ed. São Paulo: Futura, 2001.

PINTO, P. M. **Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais**. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 11-22, jan-abr. 2007.

PINTO, R. F. **Viagem das ideias**. Manaus: Editora Valer. Prefeitura de Manaus, 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil 2013**. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 16 set. 2015.

PORTAL ODM. Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Relatórios Dinâmicos 2013**. Monitoramento de Indicadores. Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA001013028/iranduba---am>> Acesso em: 08 set. 2015.

PORTO DE MANAUS. **Nível do Rio Negro**. Disponível em <<http://www.portodemanaus.com.br/?pagina=niveis-maximo-minimo-do-rio-negro>> Acesso em: 15 jul. 2015.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Recorte Mapa Rio Negro – Mobilizações étnicas – área do Manairão RDS – Rio Negro**. Manaus: PNCS, 2013.

QUADROS, E. G. A **“selvagem independência”**: razão, pátria e colonização em duas viagens à Amazônia – Alexander Von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira. *História Social*, Nº 10, 35-54, Campinas-SP, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, E.M. et al. Comunidades à margem da sustentabilidade: um olhar sobre o Polo Ecoturístico de Iranduba (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2012. p. 11-26.

RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. A corrida por paisagens autênticas. **Humanidades**, v. 10, n. 4, p. 338-345, 1994.

RICOUER, P. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Tradução de H. Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RODRIGUES, A. F. **Viagem filosófica pelas Companhias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Memórias I. Antropologia. Estudo histórico: Adelino Brandão. Organização: Tenório Telles. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer. 2008.

ROSO, A.; ROMANINI, M. **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização**: um ensaio teórico. *Psicologia e Saber Social*, v. 3, nº 1, 80-95, 2014.

ROSS, S.; WALL, G. **Ecoturism**: towards congruence between theory and practice. *Tourism Management*. 20. 123-132. 1999

ROUSSEAU, J. **Discurso sobre a economia política e do contrato social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Do contrato social**. Tradução Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978. (Os Pensadores).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: STROH, P. Y. (org.). 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALATI, E. [et al]. **Origem e distribuição das chuvas na Amazônia**. *Interciência*, v.3, n.4, p. 200-206, 1978.

SALVATI, S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: BORN, R. (Org.). **Diálogos entre a esfera global e local**: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2001.

SANCHES FILHO, S. E. M.; MESQUIST FILHO, O. P. **Puxada do mastro de São Sebastião**: institucionalização de uma festa popular. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 2009.

SANCHO, A.; IRVING, M. A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/ 2007 sob a ótica da inclusão social. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 10, Nº 3, 2010.

SANSOLO, D. G. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.105-119, abr. 2013.

_____. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 1, núm. 1, enero, Universidad de La Laguna El Sauzal (Tenerife), España, 2003, p. 39-50

SANTOS, F. P. dos. **Mantendo a floresta em pé?** Uma análise do Programa Bolsa Floresta como modelo de Pagamento por Serviços Ambientais na RDS Uacari. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Ano de Obtenção: 2012.

SANTOS, L. F. de S. **O Panótipo Verde: a invenção ambiental da Amazônia**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

SANTOS, J. C.; SCHERER, E. F. **Programa Bolsa-Floresta: recompensa financeira aos guardiões da floresta nas unidades de conservação do Estado do Amazonas**. In: FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; CASTRO, A. P. (Orgs.). **Amazônia: material e imaterial**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 95-121.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 13-63.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, F. S. D. **O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do Rio Negro**. História, Ciências, Saúde –Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.113-143, dez. 2007.

SANTOS, A. D. et al. O Programa “Avança Brasil” e o Plano Plurianual 2000-2003: para onde vai o desenvolvimento sustentável? In: LITTLE, Paul (Org). **Políticas ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Ed. Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003. p.13-21.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. **Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução**. COBRAC 2004. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis: UFSC · 10 a 14 de Outubro 2004. Disponível em: http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/110.pdf. Acesso em: 10 fev. 2014.

SCHERER, E. F. **Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil**. A questão social no novo milênio. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (CES). Coimbra, Portugal, 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

SCHEYVENS, R. **Ecotourism and the empowerment of local communities**. Tourism Management 20, 1999. 245-249.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO E DESPORTO (SEC). **Cultura e Turismo: cenário, análise e perspectiva**. Manaus: SEC, 2004, CD-ROM.

SERÁFICO, J; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados** 19 (54), 2005. p. 99-113.

SHIRAIISHI NETO, J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SILVA, G. B. de M. **Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da gestão ambiental e territorial.** Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2013.

SILVA, G.T. **Percepções sócio-espaciais e de turismo em Paricatuba-Iranduba-Amazonas.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2008.

SILVA, P. A. **Os desafios de implantação do manejo florestal nas comunidades da RDS do Rio Negro-AM.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (MPGAP/INPA), Manaus, 2014.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito.** In: MORAES FILHO, E.(org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1983.

SIMONETTI, S. R. **Turismo no Rio Negro:** pelos caminhos das representações sociais dos comunitários do Lago do Acajatuba e da Vila de Paricatuba (Iranduba-AM). Tese doutoral do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SMULLEN, A. Autonomia, liberdade e independência: a evolução de uma família de conceitos e seu advento à arena da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v.37, n 3, p. 551-568, Rio de Janeiro, 2003.

SOUSA, I. S. **A ponte Rio Negro e a reestruturação do espaço da Região Metropolitana de Manaus:** um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru. Manaus: Editora Reggo/UEA Edições, 2015. 176p.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. 2006.

SOUZA, N. P.; [et al]. Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do Baixo Rio Negro, Amazonas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, 2010, p.173-190.

STRONZA, 2001. **Anthropology of tourism:** forging new ground for ecotourism and other alternatives. Annual Reviews Anthropology: Chicago State University 2001. 30: 261–83.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável:** turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: ALEPH, 2000. v. 5.

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica**. Niterói, n. 29, p. 153-179, 2. sem. 2010

THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo Global**. 2. ed. Traduzido por: Ana Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida a vida** – uma interpretação da Amazônia. 9ª Edição. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TODESCO, C. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal**: uma análise fundada nas dimensões da vida política. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, O. (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da USP, 1995. p. 231-342.

_____. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. 285

TIES. The International Ecotourism Society. **What is Ecotourism?** Disponível em: <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>. Acesso em: 30 de out. 2015.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. **Convênios** – Amazonas, de 01/01/1996 a 24/01/2016. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/convenioslista.asp?uf=am&codmunicipio=&codorgao=44000&orgao=ministerio+do+meio+ambiente&tipoconsulta=1&periodo=&Pagina=8>. Acesso em: 02 fev. 2016.

TRIGO, L. G.G. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 64. (Coleção Turismo).

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial S.A., 1980.

UNDP. United Nations Development Programme, **Human Development Report**. New York e Oxford: Oxford University Press, 1993.

VAZ, G. N. **Marketing turístico**: receptivo e emissor. São Paulo: Pioneira, 2002, 296 p.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M.G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião pública, maio /volume VII, número 001, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001, pp. 1-15.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VILLARROEL, L. C. L. **A evolução da política de criação de Unidades de Conservação do Amazonas no período de 1995-2010**. Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1988.

WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução Eugênio Amado. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1979.

WESTERN, D. **Como definir o ecoturismo**. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. Tradução Leila Cristina M. Darin. 5ª edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. 290 p.

WETTERBERG, G. B. **The history and status of South American National parks and an evaluation of selected management options**. Publication n. 74-29, 523. University Microfilms. Ann Arbor, Michigan USA. PhD Dissertation. University of Michigan, 1974.

WHIRLPOOL, Latin America. **Consulado da Mulher e FAS fecham parceria para fomentar turismo de base comunitária no Amazonas**. Disponível em: <<http://www.whirlpool.com.br/2013/03/consulado-da-mulher-e-fas-fecham-parceria-para-fomentar-turismo-de-base-comunitaria-no-amazonas/>> Acesso em: 23 nov. 2015.

WIGGERS, R. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Unidades de Conservação ambiental no Amazonas. In: WIGGERS, R.; RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M.C. (Orgs.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Edua, 2012.

YÁZIGI, E. **Sobre o confinamento territorial do turismo: uma discussão sobre a liberdade**. Revista do Departamento de Geografia, nº 13. Universidade de São Paulo, 1999.

ZAOUAL, H. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. Tradução de Letícia Mei. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, Volume 9, n. 1, 2010. p. 13-39. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/196/126>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** In Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, nº 2, 2008. Disponível em: <www.ivt-rj.net/caderno>. Acesso em: 2 abr. 2016.

ZEIDEMANN, V. K. Rio Negro: o rio das águas negras. In: OLIVEIRA, A. A. [et al]. **Florestas do Rio Negro**. São Paulo: Companhia das Letras: UNIP, 2001.

ANEXOS**ANEXO I - Carta de Anuência da Comunidade São Sebastião do Saracá****CARTA DE ACEITE**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em disponibilizar informações sobre a Comunidade São Sebastião do Saracá, para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Pesquisa intitulado: **TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no baixo rio Negro, Amazonas**, sob a responsabilidade da Pesquisadora Glaubécia Teixeira da Silva do Centro de Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas, respondendo aos questionamentos pertinentes à pesquisa e facilitando o acesso aos dados da comunidade pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Manaus, 14 de outubro de 2014.

Priscilla das Chagas Ribeiro

ASSINATURA do responsável pela Comunidade

CPF: 273 654 842 68

ENDEREÇO COMPLETO: Comunidade São Sebastião do Saracá, RDS

CONTATO: 8212 9035

Rio Negro, Amazonas

ANEXO II – Carta de Anuência da Comunidade Santa Helena do Inglês**CARTA DE ACEITE**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em disponibilizar informações sobre a Comunidade Santa Helena do Inglês, para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Pesquisa intitulado: **TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no baixo rio Negro, Amazonas**, sob a responsabilidade da Pesquisadora Glaubécia Teixeira da Silva do Centro de Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas, respondendo aos questionamentos pertinentes à pesquisa e facilitando o acesso aos dados da comunidade pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Manaus, 14 de 10 de 2014.



ASSINATURA do responsável pela Comunidade

CPF: 864.065.662-20

ENDEREÇO COMPLETO: Comunidade Santa Helena do Inglês, RDS Rio Negro

CONTATO: (62) 9779 6548

Itacanduba - Am.

ANEXO III – Carta de Anuência das Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira**CARTA DE ACEITE**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em disponibilizar informações sobre a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Pesquisa intitulado: **TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no baixo rio Negro, Amazonas**, sob a responsabilidade da Pesquisadora Glaubécia Teixeira da Silva do Centro de Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas, respondendo aos questionamentos pertinentes à pesquisa e facilitando o acesso aos dados da comunidade pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Manaus, 05 de Novembro de 2014.

Glaubécia da Silva Garrido

ASSINATURA do responsável pela Comunidade

CPF: 578.031.192-00

ENDEREÇO COMPLETO: Com. Tumbira - RDS do Rio Negro - Tranduba/AM

CONTATO: (92) 9265-7333



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
 Amazônia - PPG/CASA
 Centro de Ciências do Ambiente



PPG/CASA

ANEXO IV- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Senhor(a) para participar como voluntário(a), por livre e espontânea vontade, da pesquisa a ser desenvolvida pela doutoranda Glaubécia Teixeira da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a orientação da Profa. Dra. Elenise Faria Scherer. A pesquisa intitulada “TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no Baixo Rio Negro, Amazonas”, tem como objetivo compreender o processo de territorialização do turismo como estratégia de gestão territorial e ambiental nas comunidades Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, no Baixo Rio Negro. A pesquisa se justifica devido à importância assumida pelo turismo na atualidade e pela necessidade de entender como a comunidade está envolvida com as políticas públicas de turismo e de que forma estas afetam o modo de vida local

Se o(a) Senhor(a) aceitar participar da pesquisa, será entrevistado, participará de discussões, oficinas e os temas serão propostos e coordenados pela pesquisadora. A sua participação no referido estudo consiste em descrever como as políticas públicas ajudam ou atrapalham o desenvolvimento do turismo na comunidade na busca da melhoria das condições de vida dos moradores, para isso, o(a) Sr. (a) fornecerá dados de como a comunidade está estruturada para o turismo e como é feito o uso dos recursos ambientais (floresta, rio, fauna, minerais).

A pesquisa se propõe gerar alguns benefícios coletivos como o: levantamento de dados socioeconômicos, registro do processo histórico de ocupação da comunidade e auxílio técnico à comunidade na formulação de documentos/projetos que envolvam a temática da pesquisa, além disso, os resultados poderão dar suporte a um planejamento turístico na comunidade.

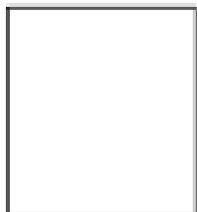
Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos e consistem na possibilidade de algum desconforto relativos à exposição dos seus dados e opiniões à pesquisadora e ao tempo destinado às entrevistas.

Caso o(a) Senhor(a) aceite o convite, estará contribuindo para entender melhor o desenvolvimento do turismo em comunidades como a sua. Se o(a) Senhor (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Caso o (a) Senhor (a) venha a sofrer danos em decorrência da pesquisa, terá o apoio, tanto da pesquisadora responsável quanto da instituição à qual a pesquisa está vinculada.

Para qualquer outra informação, o(a) Senhor(a) pode entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Av. Pedro Teixeira, 1001, Apto. 202 C, bairro Dom Pedro, pelo telefone (92) 9163-9329 ou entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181. A atual coordenadora é a Profa. MSc. Eliana Maria Pereira Fonseca e a vice-coordenadora a Profa. Dra. Maria Emília de Oliveira Pereira Abbud. O horário de atendimento da secretaria é de segunda à sexta-feira, das 8h e 30min às 11h e 30min e nas segundas, terças e quintas-feiras, o funcionamento é das 14h às 16h e 30min, a secretária do CEP/UFAM é a Sra. Edlamar Aquino Teixeira..

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, RG _____ fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, também entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento será emitido em duas vias e todas as páginas serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.



Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

 Assinatura do participante

 Assinatura do Pesquisador Responsável



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade
na Amazônia - PPG/CASA
Centro de Ciências do Ambiente



PPG/CASA

ANEXO V – MODELO DO TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DO USO DA IMAGEM, SOM DE VOZ, NOME E DADOS BIOGRÁFICOS

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ, NOME E DADOS BIOGRÁFICOS

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso da minha imagem, som da minha voz e dados por mim revelados em depoimento pessoal concedido para compor a pesquisa da doutoranda Glaubécia Teixeira da Silva com o título: “**TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO**: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no Baixo Rio Negro, Amazonas” do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas.

A presente autorização abrange o usos acima indicados e posterior divulgação tanto em mídia impressa (artigos, livros, catálogos, revista, jornal entre outros) com também em mídia eletrônica (site), sem qualquer ônus à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ou a terceiros diretamente a ela relacionados, desde que o uso seja eminentemente acadêmico, sem qualquer vinculação financeira.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____, ____ de _____ de 2014.

Assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

RG N°: _____

Telefone para contato: _____

ANEXO VI – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no baixo rio Negro, Amazonas

Pesquisador: Glauécia Teixeira da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39407614.2.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 933.424

Data da Relatoria: 13/01/2015

Apresentação do Projeto:

Protocolo em segunda submissão atendeu a solicitação.

Objetivo da Pesquisa:

Protocolo em segunda submissão atendeu a solicitação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Protocolo em segunda submissão atendeu a solicitação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo em segunda submissão atendeu a solicitação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo em segunda submissão atendeu a solicitação.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo em segunda submissão atendeu a solicitação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA
Centro de Ciências do Ambiente



PPG/CASA

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO A SER APLICADO JUNTO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Pesquisa: TURISMO E TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO: as políticas públicas e a territorialização do Turismo no Baixo Rio Negro, Amazonas

Formulário:
Comunidade:
Data:

I. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE

<p>1.1 Data da criação da comunidade:</p> <p>1.2 Como surgiu esta comunidade e quando?</p> <p>1.2.1 Qual a origem do nome da comunidade?</p> <p>1.3 Quantas famílias residem na comunidade?</p> <p>1.3.1 Quantas pessoas residem na comunidade?</p> <p>1.3.2 De onde as famílias vieram?</p>
<p>1.4 Como é eleito o presidente da comunidade? Qual o tempo de mandato? Pode ser reeleito? Quais as funções do presidente da associação?</p> <p>1.5 Com que frequência são realizadas as reuniões da associação?</p> <p>() quinzenal</p> <p>() mensal</p> <p>() bimestral</p> <p>() sempre que haja necessidade</p> <p>() outra especificar:</p> <p>1.6 Como é a participação dos moradores da comunidade junto à associação?</p> <p>() A maioria dos moradores participa de todas as reuniões</p> <p>() Poucos moradores se interessam pelas reuniões e os assuntos da comunidade</p> <p>() A participação dos moradores é maior quando o assunto é muito urgente</p> <p>() Somente as lideranças participam</p> <p>() Outra especificar:</p>

1.7 Quais as principais festas da comunidade?

Festividades	Sim	Não	Período da realização	Descrição
Torneio de futebol				
Festa do Divino Espírito Santo				
Festas do Santo Padroeiro				
Aniversário da comunidade				
Outras				

1.8 ATIVIDADES ECONÔMICAS

1.8.1 Quais as atividades econômicas desenvolvidas na comunidade?

Atividade	Tipos de produtos/serviços	Finalidade		Características (tempo diário para a atividade, quem e quando realiza a atividade, onde comercializa o produto)	
		Comercial	Consumo	Vazante	Cheia
Extrativismo	Madeireiro Construção civil Movelaria Construção naval Carvoaria Espetos Outros			Vazante	Cheia
	Não madeireiro Frutas Óleos Plantas ornamentais Plantas medicinais Palhas Fibras Castanhas Animais Sementes			Vazante	Cheia
Pesca	Jaraqui Tambaqui Tucunaré Matrinxã Outros			Vazante	Cheia
Caça	Tatu Paca Cutia Veado Porco do mato Aves silvestres Outros			Vazante	Cheia
Agricultura	Mandioca Hortaliças Feijão Couve Cheiro verde Frutas Outros			Vazante	Cheia
Produção artesanal/manufatura	Doces/compotas Farinha Artesanato Pães Outros			Vazante	Cheia
Atividade	Produtos e/ou serviços	N° trabalhadores		Local da atividade	
		empregados	Temporários		
Comércio					
Serviços					
Serviço Público					

1.9 Saneamento

1.9.1 O que é feito com o lixo produzido na comunidade?

 queimam enterram jogam no mato levam para outro lugar/comunidade

1.9.1.1 Onde? _____

1.9.2 Quais os cuidados com a água utilizada para beber e preparar os alimentos?

 Fervem Filtram Usam cloro Não tem tratamento

1.10 Saúde
1.10.1 Quantas vezes o barco da Semsas vem até a comunidade?
1.10.2 Existem agentes comunitários de saúde na comunidade Sim () Não ()
1.10.3 Quais as dificuldades existem em relação à saúde?

1.11 Energia Elétrica
1.11.1 A luz elétrica é fornecida por motor de luz ou pelo programa Luz para Todos? Quando começou?
1.11.2 Existem dificuldades no fornecimento de energia elétrica? Sim () Não () Se Sim, quais?

1.12 Sistemas de Comunicação
1.12.1 Existem serviços de telefonia celular na comunidade? Sim () Não ()
1.12.2 Existe serviço de rádio comunitária (voz da comunidade)? Sim () Não ()
1.12.3 Quais as maiores dificuldades da comunidade com os serviços de comunicação?

1.13 Transporte
1.13.1 Qual o meio de transporte utilizado para deslocar-se dentro da comunidade? Qual a capacidade?
1.13.2 Existe algum programa de apoio ao transporte das crianças até a escola? Quem fornece o serviço?
1.13.3 Existe transporte regular (recreio, lancha rápida) até a comunidade? Sim () Não ()
1.13.3.1 Quais os dias e horários em que o recreio passa na comunidade?
1.13.4 Como os moradores se deslocam para receber os benefícios do Bolsa Floresta, Bolsa Família, Benefício De Prestação Continuada (BPC) ou outro benefício?
1.13.5 Existem embarcações específicas para o transporte de turistas? Sim () Não ()
1.13.5.1 Quantas? _____ Qual a capacidade de passageiros? _____
1.13.5.2 As embarcações possuem equipamentos de segurança (coletes salva vidas) suficientes para todos os passageiros? Sim () Não ()

1.14 Educação
1.14.1 A comunidade possui escola/instituição de ensino municipal ou estadual? Sim () Não ()
1.14.2 Quais séries são oferecidas na escola ou instituição de ensino? Quantos alunos matriculados por turno?
1.14.3 Como é feito o deslocamento dos estudantes durante a época da cheia? () de canoa () de barco da Prefeitura () de barco de outra instituição. Qual? _____ () a pé () de rabeta/motor de popa () Outro especificar: _____
1.14 Educação
1.14.1 A comunidade possui escola/instituição de ensino municipal ou estadual? Sim () Não ()
1.14.2 Quais séries são oferecidas na escola ou instituição de ensino? Quantos alunos matriculados por turno?

<p>1.14.3 Como é feito o deslocamento dos estudantes durante a época da cheia?</p> <p><input type="checkbox"/> de canoa</p> <p><input type="checkbox"/> de barco da Prefeitura</p> <p><input type="checkbox"/> de barco de outra instituição. Qual? _____</p> <p><input type="checkbox"/> a pé</p> <p><input type="checkbox"/> de rabeta/motor de popa</p> <p><input type="checkbox"/> Outro especificar:</p>
<p>1.14.4 Como é feito o deslocamento dos estudantes durante a época da vazante?</p> <p><input type="checkbox"/> de canoa</p> <p><input type="checkbox"/> de barco da Prefeitura</p> <p><input type="checkbox"/> de barco de outra instituição. Qual? _____</p> <p><input type="checkbox"/> a pé</p> <p><input type="checkbox"/> de rabeta/motor de popa</p> <p><input type="checkbox"/> Outro especificar:</p>
<p>1.14.5 Existe alguma dificuldade de frequência das crianças à escola em virtude da enchente ou vazante do rio?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Qual? Não <input type="checkbox"/></p>
<p>1.14.6 Existem crianças ou jovens fora da escola? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>1.14.6.1 Se sim, qual o motivo?</p> <p><input type="checkbox"/> faltam vagas na escola</p> <p><input type="checkbox"/> dificuldade de transporte para o deslocamento dos alunos</p> <p><input type="checkbox"/> desestímulo dos alunos em virtude do baixo rendimento (notas baixas e reprovação)</p> <p><input type="checkbox"/> a escola não possui professores para todas as disciplinas/matérias</p> <p><input type="checkbox"/> a escola não oferece o ensino médio para atender aos jovens</p> <p><input type="checkbox"/> necessidade de trabalho para ajudar na renda da família</p> <p><input type="checkbox"/> envolvimento dos jovens com drogas ou álcool</p> <p><input type="checkbox"/> outro especificar:</p>
<p>1.14.7 A prefeitura ou governo do estado dá assistência necessária à escola (material escolar, uniforme, merenda escolar)? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>
<p>1.17.8 A escola tem alguma dificuldade para funcionar durante o período letivo? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>1.14.8.1 Se sim, qual/quais dificuldades?</p>
<p>1.14.9 Existem professores para todas as disciplinas? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>1.14.9.1 Caso não exista, qual o motivo?</p>
<p>1.14.10 Os professores recebem treinamento para prestar bons serviços educacionais? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>
<p>1.14.10.1 Se sim, esses treinamentos são feitos na própria comunidade? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se não onde são feitos?</p>
<p>1.14.12 Os professores moram na comunidade? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>
<p>1.14.12 Os estudantes tem oportunidade de concluírem seus estudos na comunidade? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>
<p>1.14.13 O que precisa melhorar para a comunidade ter uma educação de maior qualidade?</p>

II. TURISMO NA COMUNIDADE

2.1 Como o turismo chegou até a comunidade?

<p>2.2 Como o(a) Senhor(a) classifica o turismo realizado na comunidade?</p> <p>() Ecoturismo () Turismo de Base Comunitária () Turismo de Natureza () Turismo de Aventura () Outro. Qual? _____</p>
<p>2.3 Quando as famílias começaram a trabalhar com o turismo em geral? Começaram a trabalhar o turismo na mesma época ou foram aderindo aos poucos?</p>
<p>2.4 Quem estimulou o turismo na comunidade?</p>
<p>2.5 O(A) Senhor(a) participou da elaboração da proposta da política de turismo de base comunitária na sua comunidade? Sim () Não ()</p>
<p>2.6 Como era a rotina da comunidade antes do turismo?</p>
<p>2.7 O que mudou na comunidade após o turismo ser implantado?</p>
<p>2.8 As famílias envolvidas com o turismo se organizam para trabalharem juntas na oferta de serviços turísticos? Sim () Não ()</p> <p>2.8.1 Se sim, como é feita esta organização? () Por meio da associação dos moradores () Com o apoio de uma ONG. Qual? _____ () Auxílio de técnico de instituição pública? Qual instituição? _____ () Outro Especificar: _____</p> <p>2.8.2 Se não se organizam, o que falta para que mais famílias participem do turismo?</p>
<p>2.9 Recentemente a comunidade passou a integrar o roteiro oficial de Turismo de Base Comunitária. Na sua opinião o que é o Turismo de Base Comunitária?</p>
<p>2.9.1 Como é a experiência de formar o roteiro de turismo com outras comunidades do Baixo Rio Negro?</p>
<p>2.10 Há alguma parceria com agências de viagens ou outras instituições para incentivar o turismo na comunidade? Sim () Não ()</p> <p>2.10.1 Quem são e o que as agências fazem na/pela comunidade?</p> <p>2.10.2 As agências de viagens ou hotéis deixam algum recurso para a comunidade? Sim () Não ()</p>
<p>2.11 É cobrado um valor por visitante para conhecer a comunidade? Sim () Não ()</p>
<p>2.12 O que a comunidade vende aos turistas? Qual o valor do pacote de serviços?</p>
<p>2.13 Como é distribuída a renda obtida com o turismo na comunidade?</p>
<p>2.14 Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados que dificultam o desenvolvimento turístico na sua comunidade?</p> <p>() Falta de infraestrutura () Falta de investimentos () Falta de qualificação da mão de obra () Falta de organização / planejamento () Faltam políticas públicas para o Turismo () Dificuldade de divulgação da comunidade () Moradores não entendem o turismo () Falta de incentivo aos empreendimentos locais () Outros. _____</p>
<p>2.15 Destaque os pontos negativos do Turismo na comunidade.</p>

2.16 Quais benefícios o(a) Senhor(a) verifica que o Turismo traz para a comunidade?

- () Maior distribuição de renda
- () A comunidade recebeu mais infraestrutura
- () Os moradores passaram a valorizar mais a comunidade
- () A comunidade recebe mais recursos por conta do Turismo
- () Cresceu o número de empreendimentos familiares ligados ao turismo
- () Maior geração empregos
- () Outros: _____

2.17 Quais destas instituições atuam na comunidade?

- () Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE)
- () Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC)
- () NYMUENDAJU
- () Fundação Amazonas Sustentável (FAS)
- () AMAZONASTUR
- () Secretaria Municipal de Turismo de Iranduba
- () SEMMAS
- () FOPEC
- () UEA
- () UNINORTE
- () Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)
- () Outras especificar:

2.18 Como o(a) Senhor(a) vê a participação destas instituições na comunidade? Elas tem ajudado a melhorar as condições de vida dos moradores?



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia - PPG/CASA
Centro de Ciências do Ambiente



PPG/CASA

APÊNDICE B- FORMULÁRIO APLICADO JUNTO ÀS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS COM O TUIRSMO

Pesquisa: TURISMO E TERRITORIALIDADES: análise das políticas de Turismo no Baixo Rio Negro, Amazonas

Formulário:
Comunidade:
Família:
Data:

I. DADOS DO INFORMANTE

1.1 Gênero:
1.2 Idade:
1.3 Estado civil: Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () União estável () Ocupação:

1.4 Tamanho da família:

Nº	Nome	Gênero	Idade	Relação de parentesco	Escolaridade	Ocupação
01						
02						
03						
04						
05						

1.5 Religião: Qual a sua Religião? Católica () Evangélica () Sem religião () Outra () _____
1.6 Escolaridade: estudou até qual série? Fundamental completo () Ensino Médio incompleto () Fundamental incompleto () Ensino Médio completo () Não alfabetizado () Alfabetizado () Outro () Qual? _____
1.7 Origem: Onde o(a) Senhor(a) nasceu? Município: Comunidade:
1.7.1 Residiu em outro lugar antes de fixar residência nesta comunidade? Onde?
1.7.2 Há quanto tempo o(a) senhor(a) mora na comunidade?
1.7.3 Como chegou até a comunidade?
1.7.4 Tem parentes na comunidade? Qual o grau de parentesco?
1.7.5 Tem parentes em comunidades próximas que trabalham com turismo? Qual o grau de parentesco? Em quais comunidades eles moram?

1.8 Modo de Vida
1.8.1 Qual a principal atividade econômica da sua família?
1.8.4 No período da vazante e da enchente o que muda na rotina da família que dificulta as suas atividades?
1.8.5 Participa de algum programa do governo?
() Bolsa Floresta () Bolsa Família () Seguro Defeso () Outro especifique: _____
1.8.6 Possui benefício de algum programa de crédito ou financiamento para as atividades econômicas da sua família? Sim () Não () Se sim, Qual a instituição financiadora? () Banco do Brasil () BASA () AFEAM () BNDES () PRONAF () Outra especifique
1.8.7 Qual o tipo de benefício recebido?

II. TURISMO E TERRITORIALIDADES		
2.1 Como se envolveu com o turismo? Quando isso ocorreu?		
2.2 O que mudou nas suas atividades diárias após se envolver com o turismo?		
2.3 O que mudou na sua relação com a natureza após iniciar o trabalho com o turismo?		
2.4 De que maneira os visitantes são recebidos? Relate os procedimentos.		
2.5 De qual país ou estado vem mais turistas?		
2.6 Como os turistas chegam até a comunidade?		
2.7 Quantas visitas de turistas comunidade recebe por semana ou por mês?		
2.7.1 Qual a duração média das visitas? _____ horas _____ dias		
2.8 Há alguma parceria com agências de viagens ou outras instituições para comercialização dos produtos turísticos oferecidos? Sim () Não ()		
2.8.1 Quais instituições são parceiras? () Hotéis de Manaus () Hotéis próximos da comunidade () Agências de turismo de Manaus () Agências de turismo de outro Estado () Agências de turismo internacionais () ONGs () Outro		
2.9 Quais produtos ou serviços são oferecidos aos turistas na comunidade?		
Serviço/produto	Capacidade	Descrição das atividades (regularidade da oferta do serviço, capacidade de atendimento, preços dos serviços)
Hospedagem		
Alimentação		
Transporte		

Artesanato		
Trilhas		
Focagem de jacaré		
Fabricação da farinha(farinhada)		
Passeio de canoa		
Pescaria		
Observação de pássaros		
Outro		

2.9.1 Caso ofereça hospedagem, a partir de quando começou a oferecer esse serviço?

2.10 Quais locais são apresentados aos turistas como atrativos da comunidade e como foi a escolha destes?

2.11 Como era a rotina da comunidade antes do turismo?

2.12 O que mudou na comunidade após o turismo ser implantado?

2.13 Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados que dificultam o desenvolvimento turístico na sua comunidade?

- () Falta de infraestrutura () Falta de investimentos
 () Falta de qualificação da mão de obra () Falta de organização / planejamento
 () Falta políticas públicas para o Turismo () Dificuldade de divulgação da comunidade
 () Moradores não entendem o turismo () Falta de incentivo aos empreendimentos locais
 () Outros. _____

2.14 Destaque os pontos negativos do Turismo na comunidade.

2.15 Quais benefícios o(a) Senhor(a) verifica que o Turismo traz para a comunidade?

- () Maior geração de emprego e renda
 () A comunidade recebeu mais infraestrutura
 () Os moradores passaram a valorizar mais a comunidade
 () Os moradores passaram a cuidar mais do meio ambiente
 () A comunidade recebe mais recursos por conta do Turismo
 () Cresceu o número de empreendimentos familiares ligados ao turismo
 () Outros: _____

2.16 O Senhor(a) considera que a atividade turística influencia no desenvolvimento da comunidade?

Sim () Não ()

III Participação no Turismo de Base Comunitária

3.1 O que é o Ecoturismo para o(a) Senhor(a)?

3.2 O que o(a) Senhor(a) entende por Turismo de Base Comunitária?

3.3 Quando e como começou o envolvimento das famílias da comunidade com o Turismo de Base Comunitária?

3.4 As famílias se organizam para trabalharem juntas na oferta de serviços turísticos? Sim () Não ()

3.4.1 Se sim, como é feita esta organização?

3.4.2 Se não se organizam, o que falta para que mais famílias participem do turismo?

3.5 O senhor(a) foi consultado sobre a sua intenção de participar do roteiro oficial de turismo?

Sim () Não ()

3.5.1 Se sim, como a consulta foi feita?

- () Consulta pública
 () Reunião com todos moradores para apresentação da proposta do roteiro
 () Reunião com a associação de moradores
 () outra especifique:

3.6 Como avalia a sua experiência de participar de um roteiro oficial de Turismo de Base Comunitária, com o envolvimento dos órgãos governamentais, órgãos não-governamentais e outras comunidades? () Excelente () Boa () Regular () Ruim () Péssima () Indiferente
3.7 Como se organiza com outras comunidades que também estão envolvidas nos roteiros oficiais de turismo?
3.8 O(a) Senhor(a) recebeu treinamento ou fez curso para lidar com o turismo? Sim () Não ()
3.8.1 Se, sim, quais e quando aconteceu?
3.8.1 Qual(is) instituição(ões) realizou(ram) o treinamento ou curso?
3.8.2 O aprendizado do curso serviu para melhorar a forma como presta serviços relacionados ao turismo? Sim () Não ()

IV. GOVERNANÇA DO TURISMO NAS ÁREAS PROTEGIDAS

4.1 O(a) senhor(a) participa de grupos organizados (associação de moradores, fórum de TBC, conselho gestor, Associação-mãe ou outros)? Sim () Não ()
4.1.1 Se sim, quais grupos organizados (associação de moradores, fórum de TBC, conselho gestor, Associação-mãe ou outros)?
4.1.2 Se não, por que não participa?
4.1.3 Como o(a) Senhor(a) passou a participar dos grupos organizados? () por estímulo/convite dos gestores da unidade de conservação () por necessidade e vontade própria () por estímulo/convite dos gestores de turismo () por estímulo/convite das Organizações Não Governamentais (IPE, FAS, NYMUENDAJU) () Outro especificar:
4.1.4 O(A) Senhor(a) acredita que a participação nesses grupos organizados é importante? Sim () Não ()
4.1.5 O(A) Senhor(a) acredita que esses grupos organizados trouxeram melhorias para o turismo na comunidade? Sim () Não ()
4.1.6 Quais melhorias os grupos organizados trouxeram para o turismo? () maior participação dos moradores nas decisões sobre o turismo na comunidade () mais cursos profissionalizantes () implantação de infraestrutura para a prestação de serviços turísticos (restaurante, pousada, barco ou lancha) () instalação de motor de luz () mais oportunidades de trabalho () outra especificar:
4.1.7 Os grupos organizados defendem os interesses da comunidade? Sim () Não ()
4.2 Quais lideranças religiosas atuam na comunidade?
4.2.1 A igreja interfere nas decisões da comunidade e defende seus interesses? Como?
4.2.2 Como a igreja contribui(iu) na organização da comunidade?
4.3 Como é a participação da gestão municipal (prefeitura) do turismo na comunidade? () promove a capacitação profissional () cria oportunidades de emprego e renda aos moradores () desenvolve produtos turísticos junto às famílias () orienta os moradores donos de empreendimentos para a melhoria dos negócios () intermedeia/articula as parcerias junto às empresas de turismo () promove a divulgação do local () convoca a participação dos moradores da comunidade nas decisões sobre as políticas de turismo () incentiva e apoia a criação de grupos organizados () outro especificar:
4.3.1 Como é a participação da gestão municipal (prefeitura) da questão ambiental na comunidade? () cria legislação ambiental buscando a participação dos moradores da comunidade () oferece cursos, palestras, oficinas sobre educação ambiental () desenvolve alternativas de trabalho para que os moradores evitem a degradação ambiental

<input type="checkbox"/> fiscaliza as atividades de extração de madeira, pesca, caça ilegais realizadas por moradores <input type="checkbox"/> fiscaliza a invasão de terras e as atividades de extração de madeira, pesca, caça ilegais realizadas por pessoas ou organizações de fora da comunidade <input type="checkbox"/> incentiva a participação dos moradores da comunidade nas decisões sobre as políticas públicas <input type="checkbox"/> outro especificar:
4.4 Como é a participação da gestão estadual (estado) do turismo na comunidade? <input type="checkbox"/> promove a capacitação profissional <input type="checkbox"/> cria oportunidades de emprego e renda aos moradores <input type="checkbox"/> desenvolve produtos turísticos junto às famílias <input type="checkbox"/> orienta os moradores donos de empreendimentos para a melhoria dos negócios <input type="checkbox"/> intermedeia/articula as parcerias junto às empresas de turismo <input type="checkbox"/> promove a divulgação do local <input type="checkbox"/> convoca a participação dos moradores da comunidade nas decisões sobre as políticas de turismo <input type="checkbox"/> incentiva e apoia a criação de grupos organizados <input type="checkbox"/> outro especificar:
4.4.1 Como é a participação da gestão estadual (estado) da questão ambiental na comunidade? <input type="checkbox"/> cria legislação ambiental buscando a participação dos moradores da comunidade <input type="checkbox"/> oferece cursos, palestras, oficinas sobre educação ambiental <input type="checkbox"/> desenvolve alternativas de trabalho para que os moradores evitem a degradação ambiental <input type="checkbox"/> fiscaliza as atividades de extração de madeira, pesca, caça ilegais realizadas por moradores <input type="checkbox"/> fiscaliza a invasão de terras e as atividades de extração de madeira, pesca, caça ilegais realizadas por pessoas ou organizações de fora da comunidade <input type="checkbox"/> incentiva a participação dos moradores da comunidade nas decisões sobre as políticas públicas <input type="checkbox"/> outro especificar
4.5 Quais programas ou projetos de turismo do governo federal, estadual ou municipal o(a) senhor(a) conhece? <input type="checkbox"/> Projeto Parques da Copa <input type="checkbox"/> Programa de Interiorização do Turismo <input type="checkbox"/> Proecotur – Programa Nacional de Ecoturismo <input type="checkbox"/> PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora <input type="checkbox"/> Viaja mais Amazonas <input type="checkbox"/> Rede TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar <input type="checkbox"/> Outro especifique:
4.5.1 Como obteve conhecimento dos projetos?
4.6 A forma como as unidades de conservação (a Reserva e anteriormente a APA) foram criadas atendeu as necessidades dos moradores? Sim () Não ()
4.7 O fato de residir em uma unidade de conservação ajudou a desenvolver o turismo na comunidade? Sim () Não ()
4.7.1 O que melhorou após a criação da Unidades de Conservação?
4.7.2 O que piorou após a criação da RDS?
4.7.3 O(A) Sr(a) acredita ser vantajoso morar na RDS? Sim () Não () Por que?
4.8 Conhece os gestores da RDS em que mora? Sim () Não ()
4.8.1 Como é a sua relação com os gestores da RDS? <input type="checkbox"/> ótima <input type="checkbox"/> boa <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssima
4.8.1 Existem conflitos entre os moradores e os gestores? Sim () Não ()
4.8.1.1 Se sim, qual tipo de conflito? <input type="checkbox"/> os gestores não ouvem as demandas dos moradores <input type="checkbox"/> as demandas/necessidades dos moradores são diferentes daquelas que os gestores propõem <input type="checkbox"/> alguns moradores são mais beneficiados pelas políticas públicas do que outros <input type="checkbox"/> os moradores não confiam nas políticas públicas implantadas na comunidade <input type="checkbox"/> outra especificar:

4.13 Na sua opinião, a forma como é feita a gestão da RDS atualmente atende às necessidades da comunidade? Sim () Não () 4.13.1 Se não, o que falta melhorar?
4.9 Como é a sua relação com os outros moradores? () ótima () boa () regular () ruim () péssima
4.10 Existem conflitos entre os moradores? Sim () Não () 4.10.1 Se sim, como lidam com os conflitos? () Tentam resolver por meio do diálogo/conversa () Geralmente, não encontram uma solução para os problemas () Estabelecem acordos que beneficiem a todos () não conseguem chegar a um acordo por causa dos diferentes interesses envolvidos () Nunca conversam sobre os conflitos () Outro
4.10.2 Outros conflitos já existiam antes da criação da unidade de conservação (RDS)? Sim () Não () Quais?



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

APÊNDICE C – FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AO ÓRGÃO GESTOR DA RDS DO RIO NEGRO

Formulário:

Informante

Data:

GESTÃO DO TURISMO NA RDS DO RIO NEGRO

1. Como ocorreu o processo de criação da RDS do Rio Negro?
2. Houve consulta aos moradores sobre a mudança de categoria da UC? Como foi feita a consulta?
3. Existem conflitos socioambientais no território da RDS? Quais tipos e por que ocorrem?
4. Como são resolvidos os conflitos existentes?
5. Quais instituições fazem parte do Conselho Gestor da RDS do Rio Negro?
6. Quais ações são realizadas em conjunto com estas instituições parceiras?
 - () Plano de uso público
 - () Plano de Manejo
 - () Apoio à criação de associações, sindicatos, cooperativas
 - () Cursos de capacitação
 - () Acordo de Pesca
 - () Outra especificar:
7. Considera o turismo importante para o desenvolvimento das comunidades da RDS do Rio Negro? Por que?
8. Qual a forma de participação do Demuc na gestão do turismo na RDS do Rio Negro?
9. Quais os projetos (federais e estaduais) em andamento na RDS estão voltados ao desenvolvimento do turismo?
10. Como ocorre a participação do gestor municipal de Iranduba na implementação de políticas públicas de turismo na RDS do Rio Negro? Quais projetos de turismo tem a parceria da Prefeitura?
11. Como ocorre a participação da Amazonastur na implementação de políticas públicas de turismo na RDS? Quais programas/projetos de turismo foram propostos por esse órgão ou tenham a parceria do mesmo?
12. No âmbito do governo federal, quais ações do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) foram implementadas na RDS?
13. O Demuc participa do Fórum Estadual de Turismo? Se sim, como é essa participação? Caso contrário, por que não participa?
14. Há alguma ingerência do Demuc na implementação dos projetos turísticos do Programa Bolsa Floresta? Se sim, como ocorre? Se não, por que não há?
15. Considera os programas/projetos (de ordem pública) para o desenvolvimento do turismo bem sucedidos na RDS do Rio Negro. Na perspectiva da execução dos programas/projetos, quais entraves dificultam o desenvolvimento do turismo, particularmente o Turismo de Base Comunitária?



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

APÊNDICE D – FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AO ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DO ESTADO

Formulário:

Informante

Data:

I. INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA ESTADUAL DO TURISMO

1.1 Como é constituída Instância de Governança Estadual (Fórum Estadual de Turismo)?

1.2 Quais as competências da Instância de Governança Estadual (Fórum Estadual de Turismo)?

1.3 Como é feita a articulação dos diferentes agentes da instância de governança estadual? Como ocorre a participação entre os atores na Instância, ela é voluntária, frequente e com grande contribuição para o grupo?

1.4 Na sua visão, do ponto de vista técnico e prático como avalia a experiência de compartilhar/discutir as ações de planejamento e gestão turística numa perspectiva de rede?

()Ruim ()Regular ()Bom ()Excelente

Por quê? _____

1.5 Qual a sua avaliação numa perspectiva da execução dos programas e projetos, há entraves que emperram o processo de execução? Quais?

1.6 Como é realizada a avaliação interna das ações desenvolvidas pela instância de governança estadual?

() Quinzenalmente () Mensalmente () Bimestralmente () Trimestralmente () Semestralmente

() Anualmente () Nunca

II. PLANO DE GESTÃO

2.1 Existe um plano de gestão do turismo ou similar para o Estado? Sim () Não ()

2.1.1 Se não, qual o motivo para a não existência deste plano?

2.2 Quais programas ou projetos de turismo estão em andamento no Estado?

2.2.1 Quais destes dão suporte à implementação do Programa de Regionalização do Turismo?

2.3 Quais os segmentos de turismo são considerados prioritários para o Baixo Rio Negro?

2.4 Como é feita a gestão do turismo no âmbito estadual em áreas protegidas?

2.5 Como está o desenvolvimento do Proecotur no Amazonas?

2.6 Qual a situação atual do plano de concessão à iniciativa privada da exploração de serviços turísticos nas unidades de conservação no Baixo Rio Negro?

2.7 A Amazonastur participou da elaboração de algum plano de uso público nas unidades de conservação no Baixo Rio Negro? Sim () Não ()

2.7.1 Se sim, de quais Unidades de Conservação?

2.8 Existe algum programa ou projeto de estímulo às empresas estrangeiras para construção de empreendimentos turísticos no Baixo Rio Negro? Sim () Não ()

- 2.9 Se sim, quais organizações foram contempladas, qual o tipo de empreendimento e qual a localização?
- 2.10 Como foi o processo de criação dos roteiros oficiais de turismo no Baixo Rio Negro (na RDS do Rio Negro, na margem direita, e o roteiro Tucorin, na margem esquerda), como foi a participação da Amazonastur?
- 2.11 Os moradores das comunidades do Baixo Rio Negro foram consultados sobre a criação dos roteiros oficiais? Como foi feita essa consulta?
- 2.12 A Amazonastur busca dialogar com as lideranças comunitárias no Baixo Rio Negro para discutir o plano de gestão/ações do turismo para aquela área? Sim () Não ()
- 2.12.1 Se sim, como é feita esta participação?
- 2.12.2 Se não, qual o motivo?
- 2.13 Existem parcerias da Amazonastur com os organismos do terceiro setor que atuam no Baixo Rio Negro para discutir o plano de gestão do turismo para aquela área? Sim () Não ()
- 2.13.1 Se sim, de que forma é feita esta parceria?
- 2.13.2 Se não, qual o motivo do não estabelecimento de parcerias?
- 2.14 Como são planejadas as ações de incentivo/estímulo ao turismo no Baixo Rio Negro?

III. CICLO POLÍTICO ADMINISTRATIVO

- 3.1 Como é o processo de elaboração da agenda governamental para o turismo?
- 3.2 Quais critérios são utilizados para priorizar os problemas relacionados ao turismo que deverão receber atenção do governo? Como são definidas as prioridades?
- 3.3 A Amazonastur realiza estudos de mercado, de demanda ou pesquisa junto aos grupos de interesse para definir seus planos, programas e projetos? Quem é responsável por esta pesquisa e com qual frequência ela é realizada?
- 3.5 Quais instrumentos (campanhas, parcerias, incentivos, benchmarking etc.) são utilizados na formulação das políticas públicas de turismo do Amazonas?
- 3.6 Considera que as decisões tomadas acerca do turismo no Amazonas:
- () buscam mudar os planos, programas e projetos anteriores afim de alterar o status da situação atual.
- () buscam dar continuidade às diretrizes, estratégias e ações implementadas anteriormente.
- () não seguem adiante em virtude do conflito de interesses dos tomadores de decisão (intra e intergovernamental).
- () outro. Qual? _____
- 3.7 Em geral, as decisões são tomadas a partir de critérios técnico-científicos ou políticos, ou ambos?
- 3.8 O órgão gestor limita o número de tomadores de decisão? Sim () Não ()
- 3.9 Na tomada de decisão acerca das ações a serem implementadas utiliza-se de quais instrumentos?
- () diagnóstico situacional
- () projeção de cenários
- () indicadores do turismo local levantados pela própria instituição
- () indicadores do turismo local oriundos de pesquisas acadêmicas
- () outro especificar:
- 3.10 Como é feita a avaliação das políticas públicas de turismo no âmbito do estado?
- () avaliação legal dos programas de governo implementados.
- () avaliação administrativa dos processos, do desempenho, da eficácia e da eficiência dos programas.
- () avaliação política (não sistemática) acerca do sucesso ou insucesso dos programas por meio de fóruns, consultas públicas, comissões avaliativas ou forças-tarefa.
- () não avalia
- () outro especificar:

APÊNDICE E - Roteiro de observação

Categorias	O que deve ser observado?
Territorialidades	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as características da espacialidade das comunidades? • Como os espaços da comunidade são utilizados para o lazer, a religião, o trabalho (pesca, extrativismo, artesanato) e o turismo? • Quais as características e condições das estruturas construídas (casas, instituições públicas, espaços destinados ao lazer e ao trabalho) • Como ocorre o uso dos recursos naturais? • Há alterações na paisagem? • Quais cuidados são tomados para a manutenção dos rios, florestas e animais? • Em quais situações o uso do solo gera conflito de interesses entre os moradores, entre moradores e gestores e entre moradores e agentes externos? • Quais os locais escolhidos para explorar o turismo?
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a origem da comunidade (escolha, relações de parentesco, proximidade espacial, interesses comuns)? • Onde as pessoas se situam? • Como são as relações sociais nas comunidades? Quais atividades fortalecem os laços sociais nas comunidades? • Qual o papel das mulheres na comunidade? • Como se relacionam nas festas nas comunidades? • Como os moradores se relacionam com os moradores de outras comunidades?
Turismo de Base Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as características dos deslocamentos(mobilidade), da visitação (não turística) e do turismo nas comunidades? • Como os moradores se organizam para o turismo? • Como os moradores lidam com os turistas? • Como é a prestação de serviços aos turistas? • Qual o nível de dependência das ações externas para a realização do TBC – existe autonomia? • Qual o nível de envolvimento das famílias com o turismo? • Como é a organização do turismo nas famílias participantes do TBC? • Como é a gestão do TBC nas comunidades, as práticas são democráticas e solidárias?
Políticas governamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o nível de influência de atores externos (poder público estadual, municipal, ONGs) na formulação de políticas locais? • Quem são os atores internos (representantes da igreja, escola, agentes de saúde, comércio, moradores em geral)? Como atuam? • Como os moradores se organizam para participar da formulação das políticas governamentais? • Quais os tipos de participação dos moradores na formulação de políticas (participação cidadã, participação social/comunitária)? • Quais as formas de participação nos fóruns, conselhos, associações etc.? • Quais as melhorias promovidas pelas políticas de turismo? • Quais as dificuldades/problemas não atendidos pelas políticas governamentais?